GESTÃO ESTRATÉGICA
REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Junho 2006

Relatório 3

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo

União Europeia
FEDER

GESTÃO ESTRATÉGICA
DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Relatório 3

Junho de 2006

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Ficha Técnica

Título	Gestão Estratégica da RLVT - Relatório 3
Edição	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Coordenação	António Fonseca Ferreira
Coordenação Operacional	João Afonso Paula Cunha
Equipa Interna	António Marques Moura de Campos Eurídice Pereira Fernanda do Carmo
Equipa Externa / Peritos	Augusto Mateus Isabel Guerra João Paulo Bessa Manuel Laranja Paulo Madruga Vanessa de Sousa
Apoio na elaboração	Rafael Rodrigues
Design e Paginação	Ana Garcia
Apoio à Edição	Gabinete de Apoio à Presidência

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo

Morada	Rua Artilharia Um, 33, 1269-145 Lisboa
Telefone	21 383 71 00
Fax	21 383 12 92
Endereço Internet	www.gestaoestrategica.ccdr-lvt.pt
Impressão	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
Tiragem	100 exemplares
Data	Junho de 2006
ISBN	972 -8872 -09 - 7

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

O projecto **"Gestão Estratégica da RLVT"**, desenvolvido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, constitui uma experiência inovadora no campo da aplicação prática da monitorização da gestão estratégica de uma região. Estes cinco anos de trabalho e de vida do projecto, com a edição de vários documentos e relatórios que em muito têm servido para melhorar os processos de decisão, a definição de estratégias e de prioridades para o desenvolvimento da nossa Região – contribuíram decisivamente para uma nova fase de reflexão e de apoio à preparação da Estratégia Regional: Lisboa 2020.

O **"Relatório 3"**, que segue a lógica dos anteriores (Relatório 0, 1 e 2), e se baseia na actualização estatística dos indicadores que sustentam as principais dimensões de análise seleccionadas em cada um dos domínios de monitorização definidos – Território, Pessoas e Organizações - apresenta dados até 2003/2004.

Mais uma vez, a reflexão crítica que aqui se faz foi afectada, dado o curto período temporal contemplado, pela debilidade e fragilidade de alguns dos suportes de informação existentes. A apresentação dos dados é feita por diferentes níveis (concelhos, distritos, NUTS III e NUTS II) e varia ao longo do documento, em função do nível de desagregação espacial a que a informação estatística se encontra disponível.

A estrutura deste Relatório, organizado pelos domínios de monitorização referidos, volta, à semelhança do "Relatório 2", a apresentar um capítulo de síntese sobre a actual situação da Região, recorrendo a uma metodologia de "semáforos" que permite percepcionar, de forma rápida e visualmente apelativa, as alterações e mudanças ocorridas na Região de acordo com as dimensões de análise seleccionadas.

POSICIONAR A RLVT

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO

a) Síntese geral

O "Relatório 3", no seguimento dos anteriores relatórios, integra os indicadores possíveis de obter e trabalhar, em especial através da informação estatística disponível nas estatísticas oficiais ainda, e sempre que possível, para a Região de Lisboa e Vale do Tejo. A alteração das NUTS em 2002, e que conduzirá a partir de 2007 a uma nova delimitação das Regiões, sendo a Região de Lisboa integrada pelas NUTS III da "Grande Lisboa" e da "Península de Setúbal". A referida alteração já teve repercussões na apresentação dos dados por parte do Instituto Nacional de Estatística, uma vez que o último Anuário Estatístico da Região de Lisboa divulga os dados para a nova NUTS II.

O projecto " Gestão Estratégica" continua a monitorizar a Região composta pelas 5 NUTS III (Grande Lisboa, Península de Setúbal, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo). Somente na comparação que se faz com outras regiões capitais, da Europa a 25, se indicam os dados para a nova Região de Lisboa.

A "síntese das sínteses" que aqui se apresenta, pretende, de uma forma sucinta, dar conta da situação actual e das principais tendências da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no momento em que a CCDR-LVT intensifica e está prestes a concluir um período de reflexão e preparação da nova estratégia regional para o próximo Quadro de Referência da Estratégia Nacional (QREN).

Para os domínios Território, Pessoas e Organizações, e de acordo com os indicadores utilizados, foi possível sintetizar as seguintes tendências:

- A Região de Lisboa e Vale do Tejo, embora tenha tido uma evolução globalmente positiva nos últimos anos, sofreu uma ligeira quebra neste período de recessão económica com início em 2002, como comprovam os dados dos últimos indicadores.

No entanto, esta evolução globalmente positiva, foi mais desigual em termos sectoriais. Destaque-se que, se comparada com as médias nacionais, a RLVT mais

uma vez reforça o seu papel de motor face ao país mas, quando comparada com as médias europeias, encontra-se ainda muito aquém do desejado.

b) Semáforos

Como no anterior relatório, tentou-se aqui caracterizar, de uma forma sintética e gráfica, o posicionamento relativo e a evolução recente da RLVT em cada um dos domínios de monitorização e de acordo com as dimensões de análise seleccionadas para este projecto. Com base numa leitura visual, apresenta-se o comportamento da actual Região de Lisboa e a sua evolução recente.

Figura 1
Tipologia de sistematização dos indicadores de monitorização

Com o objectivo de facilitar a apreensão dos resultados obtidos na Região de Lisboa e Vale do Tejo, construiu-se uma tipologia de classificação dos diferentes indicadores utilizados que permite posicionar a Região e caracterizar a sua evolução recente:

POSIÇÃO ACTUAL		EVOLUÇÃO RECENTE	
A classificação relativa à posição actual avalia a actual performance da Região em comparação, com a média do espaço nacional (só no Domínio Organizações, e para alguns indicadores, a comparação é feita com a média da União Europeia). Recorre-se à seguinte simbologia:		A classificação relativa à evolução recente analisa o sentido da variação recente comparativamente à evolução verificada no espaço nacional (só Domínio Organizações, e para alguns indicadores, a comparação é feita com a média da União Europeia). Recorre-se à seguinte simbologia:	
🟢	Indica um posicionamento mais favorável do que a média	↑	Indica uma evolução recente positiva da Região
🟡	Indica um posicionamento semelhante à média	=	Indica uma relativa estabilização da evolução da Região
🔴	Indica um posicionamento menos favorável que a média	↓	Indica uma evolução recente negativa da Região

Figura 2
Tabela Síntese da monitorização dos Domínios por Dimensões e Sub-dimensões de Análise

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
B	Domínio Território		
B.2	**Ordenamento do Território**		
B.2.1	Conservação e preservação ambiental	●	=
B.2.2	Organização do território	●	↓
B.3	**Qualidade de Vida**		
B.3.1	Qualidade ambiental geral	●	↑
B.4	**Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção**		
B.4.1	Atractividade	●	↑
B.4.2	Conectividade	●	↑
B.4.3	Acessibilidade	●	↑
C	Domínio Pessoas		
C.3	**Participação Democrática**		
C.3.1	Participação eleitoral	●	=
C.4	**Recursos Humanos**		
C.4.1	Educação	●	↓
C.4.2	Formação profissional	●	↓
C.4.3	Emprego e desemprego	●	↓
C.5	**Ordenamento do Território**		
C.5.1	Cultura	●	=
C.6	**Qualidade de Vida**		
C.6.1	Bem-estar físico	●	=
C.7	**Coesão Social**		
C.7.1	Polarização dos rendimentos	●	=
C.7.2	Pobreza	●	=

Figura 2
(continuação)

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
D	Domínio Organizações		
D.1.	Competitividade e Internacionalização		
D.1.2	**Dinâmica Económica**		
D.1.2.1	Dinâmicas de desenvolvimento e produtividade	●	=
D.1.2.2	Dinâmica empresarial e de emprego	●	=
D.1.3	**Competitividade Internacional**		
D.1.3.1	Especialização produtiva	●	=
D.1.3.2	Grau de abertura	●	↓
D.1.3.3	Posição competitiva	●	=
D.1.4	**Factores de Crescimento**		
D.1.4.1	Dinâmica de investimento	●	↓
D.1.4.2	Formação de recursos humanos	●	↑
D.2	Inovação		
D.2.2	**Actividade de I&D**	●	=
D.2.3	**Apoio Tecnológico**	●	↑
D.2.4	**Transferência de Tecnologia**	●	↓

Figura 3
Tabela Síntese da monitorização dos Domínios por Indicadores

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO / INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
B	DOMÍNIO TERRITÓRIO		
B.2	**Ordenamento do Território**		
B.2.1	**Conservação e preservação ambiental**		
	Investimento autárquico:		
	- Despesas das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e paisagem	●	⬇
B.2.2	**Organização do território**		
	Mercado imobiliário:		
	- Valor das transações	●	⬆
	- Crédito à habitação	●	⬇
B.3	**Qualidade de Vida**		
B.3.1	**Qualidade ambiental geral**		
	Abastecimento de água:		
	- Grau de cobertura	●	=
	- Despesas das Câmaras Municipais com protecção....	●	⬇
	- Tratamento	●	⬇
	Águas residuais:		
	- Grau de cobertura	●	=
	- Tratamento: % população	●	⬆
	- Tratamento: % água	●	⬆
	Resíduos sólidos:		
	- Grau de cobertura	●	=
	- Produção	●	=
	- Recolha selectiva	●	⬆
	- Despesas das Câmaras Municipais com gestão	●	⬆
	- Reciclagem: % total de resíduos	●	=
	- Reciclagem *per capita*	●	=
	Electricidade:		
	- Consumo	●	⬆
B.4	**Melhoria das Condições de Mobilidade e Atracção**		
B.4.1	**Atractividade**		
	A nível nacional		
	- Dormidas hóspedes nacionais: total/1000 hab.	●	=
	A nível internacional		
	- Dormidas hóspedes estrangeiros: total/1000 hab.	●	⬆
B.4.2	**Conectividade**		
	Tele-serviços		
	- Televisão por cabo: assinantes	●	⬆
	- Caixas Multibanco	●	⬆
	Inserção internacional		
	- Comércio internacional	●	=
B.4.3	**Acessibilidade**		
	- Acidentes com vítimas e com vítimas mortais	●	⬆
	- Linhas ferroviárias	●	⬆
	- Aeroporto	●	⬆

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO / INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
C	DOMÍNIO PESSOAS		
C.3	**Participação Democrática**		
C.3.1	**Participação eleitoral**		
	- Participação nas Eleições Autárquicas	🟡	=
C.4	**Recursos Humanos**		
C.4.1	**Educação**		
	- Retenção / desistências por níveis de ensino	🟡	⬇
	- Alunos por ciclo de ensino	🟡	⬇
	- Ensino universitário	🟡	⬇
C.4.2	**Formação profissional**		
	- Alunos em ensino profissional	🔴	⬇
C.4.3	**Emprego e Desemprego**		
	- Taxa de actividade média anual	🟢	=
	- População activa segundo o nível de instrução	🟢	⬆
	- Evolução do número de desempregados	🟡	⬇
	- Desemprego jovem	🔴	⬇
	- Desemprego de longa duração	🔴	⬇
	- Desemprego feminino	🟡	⬇
	- Desempregados licenciados	🟡	=
C.5	**Ordenamento do Território**		
C.5.1	**Cultura**		
	- Despesa Autárquica em actividades culturais	🟡	⬇
	- Espectadores de cinema	🟢	=
C.6	**Qualidade de Vida**		
C.6.1	**Bem-estar físico**		
	- Taxa média de mortalidade infantil	🟡	⬆
	- Médicos por 1000 habitantes	🟢	=
	- % de novos casos de SIDA	🟡	=
	- Taxa de criminalidade	🟡	=
C.7	**Coesão Social**		
C.7.1	**Polarização dos rendimentos**		
	- Poder de compra per capita	🟢	⬇
	- Rendimentos de Pensões	🟢	⬆
C.7.2	**Pobreza**		
	- Pensionistas	🟡	⬆
	- Beneficiários do RSI	🟢	=

	DOMÍNIO / DIMENSÃO / SUB-DIMENSÃO / INDICADOR	POSIÇÃO ACTUAL	EVOLUÇÃO RECENTE
D	DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES		
D.1	Sub-Domínuio Competitividade e Internacionalização		
D.1.2	Dinâmica Económica		
D.1.2.1	**Dinâmicas de desenvolvimento e produtividade**		
	- Dimensão Económica da região (% do VAB nacional)	🟡	=
	- PIB per capita nas regiões capitais da União Europeia - Posição face à média da União Europeia	🔴	⬇
	- PIB per capita comparação com média nacional	🟢	=
	- Produtividade	🟡	⬇
	- Taxa de utilização de recursos humanos	🟢	=
	- Trajectórias de Competitividade (produtividade <> tx util. RH)	🟡	=
D.1.2.2	**Dinâmica Empresarial e de emprego**		
	- Taxa de actividade	🟡	⬇
	- Taxa de variação do emprego	🟢	⬆
	- Taxa de Desemprego	🔴	⬆
	- Taxa de Desemprego de Longa duração	🔴	⬇
D.1.3	Competitividade Internacional		
D.1.3.1	**Especialização produtiva**		
	- Indicador de Especialização Produtiva	🟢	=
D.1.3.2	**Grau de Abertura**		
	- Peso das Exportações e Expedições no PIB	🔴	⬇
	- Taxa de Abertura	🟢	⬇
	- Orientação para o Mercado Externo	🔴	⬇
	- Peso da Região LVT no País - Comércio Internacional	🟢	⬇
D1.3.3	**Posição Competitiva**		
	- Especialização Relativa de Comércio Internacional da Região	🟢	=
D.1.4	Factores de Crescimento		
D.1.4.1	**Dinâmica de Investimento**		
	- Taxa de investimento	🟡	⬇
D.1.4.2	**Formação dos Recursos Humanos**		
	- Nível Educacional - Posição face à média da União Europeia	🔴	⬆
D.2	Sub-Domínuio Inovação		
D.2.2	Actividades de I&D		
	- Despesas de I&D em % do PIB e Pessoal em I&D em % da população	🟢	=
	- Despesas de I&D em % do PIB e Pessoal em I&D em % da população face à média da União Europeia	🔴	=
	- Patentes registadas pela região	🟢	⬆
	- Patentes registadas pela região face à média da União Europeia	🔴	⬆
D.2.3	Apoio Tecnológico		
	- Entidades Acreditadas	🟢	⬆
	- Nº de empresas certificadas	🟡	⬇
D.2.4	Transferência de Tecnologia		
	- Nº de projectos consórcio	🔴	⬇

DOMÍNIO TERRITÓRIO

Apreciação geral

A análise do comportamento dos indicadores do domínio de monitorização "Território" entre 2002, 2003 e 2004, sugere os seguintes comentários de ordem geral:

1- A Região caracterizou-se por uma evolução globalmente positiva, tendo melhorado em vários dos aspectos analisados. No entanto, essa evolução foi desigual em termos sectoriais e geográficos, e o ritmo do progresso nem sempre se traduziu por uma aproximação da Região às respectivas médias nacionais, devendo alguns aspectos merecer uma maior atenção por parte dos municípios quando se perspectiva uma aproximação às médias europeias.

2- Prosseguiu a consolidação do ciclo de cobertura universal de abastecimento domiciliário de água, de tratamento do caudal de água captado para esse efeito e de sistemas de recolha de resíduos sólidos. As assimetrias intra-regionais são, hoje, relativamente ténues nestes domínios, embora persistam bolsas problemáticas em diversos municípios. Taxas de cobertura concelhias próximas dos 100% devem constituir uma meta prioritária a concretizar a curto prazo nestes três casos. Já a generalização da cobertura por sistemas de drenagem de águas residuais está mais atrasada, registando-se um ligeiro decréscimo no último ano com destaque para vários municípios do Vale do Tejo.

3- Aumentaram as despesas das autarquias por habitante com a gestão de resíduos sólidos (recolha e tratamento), embora na Península de Setúbal tenham diminuído em 2004. As despesas com a protecção da biodiversidade e das paisagens diminuíram globalmente na Região, apesar de se registar um aumento significativo nas sub-regiões do Vale do Tejo em 2003. As despesas com a protecção do recurso água também diminuíram globalmente na Região nos anos em análise, afastando-se da média nacional, sendo muito significativa a descida de 2001 para 2003. A evolução observada é preocupante, não só pela descida verificada, como também pelo facto de continuarem a existir fortes assimetrias intra-regionais quanto às despesas das autarquias por habitante servido em cada um destes domínios.

4- O tratamento de águas residuais, para o conjunto da Região, teve variações positivas bastante significativas e quase sempre superiores às que se observaram para o conjunto do país. Em 2003 persistiam, no entanto, disparidades intra-regionais acentuadas, destacando-se a sub-região da Grande Lisboa positivamente das restantes, enquanto a Península de Setúbal apresenta resultados ainda desfavoráveis. Quanto à recolha selectiva e reciclagem de resíduos, que não foi possível actualizar, a Região apresentava valores ligeiramente inferiores à média nacional, mas regista ainda disparidades no seu interior, a Lezíria do Tejo e o Oeste são as sub-regiões com maiores carências nestes dois domínios.

5- Os indicadores de pressão sobre o ambiente e o território (dinamismo do mercado habitacional, consumo de electricidade, produção de águas residuais e de resíduos sólidos por habitante) revelam, para o conjunto da Região, taxas de variação moderadas. Embora uma leitura desagregada por concelhos permita identificar uma evolução mais intensa nas áreas com maior poder de compra, nos espaços periurbanos de feição ainda rural mas em integração metropolitana, e ao longo da faixa litoral, a imagem predominante da Região é a de um dinamismo relativamente contido nos últimos anos, consequência de um contexto macroeconómico que não foi muito favorável, sendo que alguns indicadores já indicam melhorias no ano de 2004.

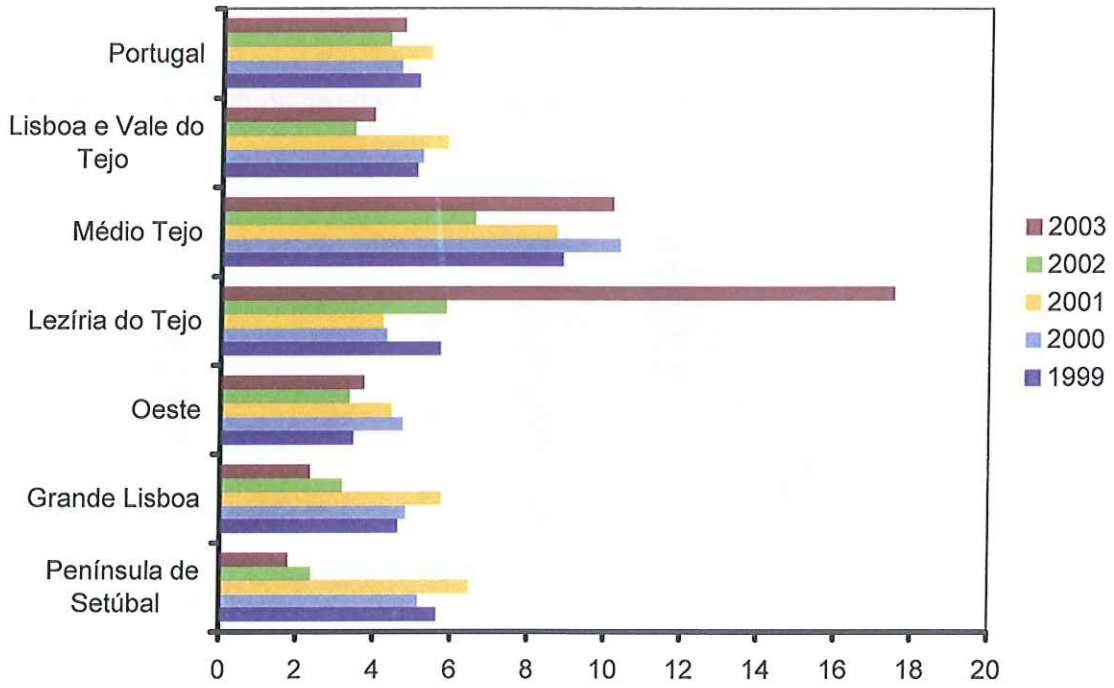
6- Os indicadores de atractividade nacional e internacional, cuja actualização apenas foi possível em dois, confirmam a observação final do parágrafo anterior, mantendo-se a distância das médias da Região em relação às respectivas médias nacionais. Esta divergência é, sobretudo, problemática tendo em conta que a RLVT, enquanto principal região do país, não pode perder capacidade atractiva em termos nacionais e, em particular, internacionais. A melhoria registada no último ano deve-se, em parte, ao Euro 2004.

7- Os indicadores da mobilidade - que pela primeira vez foram introduzidos neste relatório - demonstram uma melhoria global na RLVT nos últimos anos. Um esforço na modernização das linhas ferroviárias, um decréscimo significativo nos acidentes e no número de mortos nas estradas da Região, constituem também sinais da melhoria destas infra-estruturas. No principal aeroporto nacional, regista-se um aumento continuado do fluxo de passageiros e uma estagnação no fluxo de mercadorias o que vêm em reforço da tese da sua insustentabilidade nos actuais moldes a médio prazo.

8- Ao nível da comparação europeia, não foi possível actualizar dados do EUROSTAT. Utilizou-se alguns indicadores de 2001, e apenas para a RLVT, ao contrário do pretendido – comparar a nova Região de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal) com outras regiões capitais europeias. Desta análise, tece-se o s seguintes comentários:

Gráfico1

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens



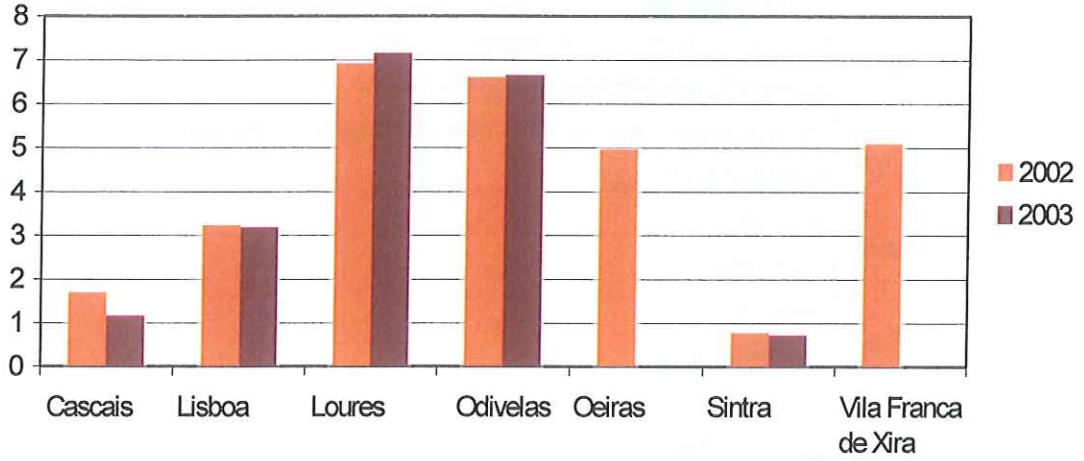
Fonte: INE – Anuários Estatísticos

O total de euros por habitante despendidos pelo conjunto das Câmaras Municipais da Região durante 2003 neste domínio, subiu ligeiramente após a quebra registada em 2002 (3,9 Euros por habitante em 2003 contra 3,44 euros no ano anterior), contrariando a tendência dos anos anteriores em que o valor da Região de Lisboa era superior ao do país. A RLVT vê diminuir as despesas das Câmaras Municipais na protecção da biodiversidade e das paisagens, situando-se em 2002 e 2003 um pouco atrás dos valores de Portugal. Esta descida deve-se, sobretudo, às sub-regiões da Grande Lisboa, Península de Setúbal e Oeste. Por outro lado, agravam-se as disparidades no interior da Região, com o crescimento significativo das despesas nas sub-regiões da Lezíria do Tejo (que atinge em 2003 os 17,6 Euros por habitante) e até do Médio Tejo. Nestas duas sub-regiões deve-se salientar o aumento significativo dos concelhos de Constância, Sardoal, Alpiarça, Cartaxo e Santarém, concelhos com uma

forte presença de áreas florestais. Sublinhe-se que a inexistência de dados em 2002 para quatro municípios, e em 2003 para sete, do arco ribeirinho da Península de Setúbal, como ainda de três da Grande Lisboa em 2003 dificulta uma leitura equilibrada da incidência deste indicador na Região.

Gráfico 2

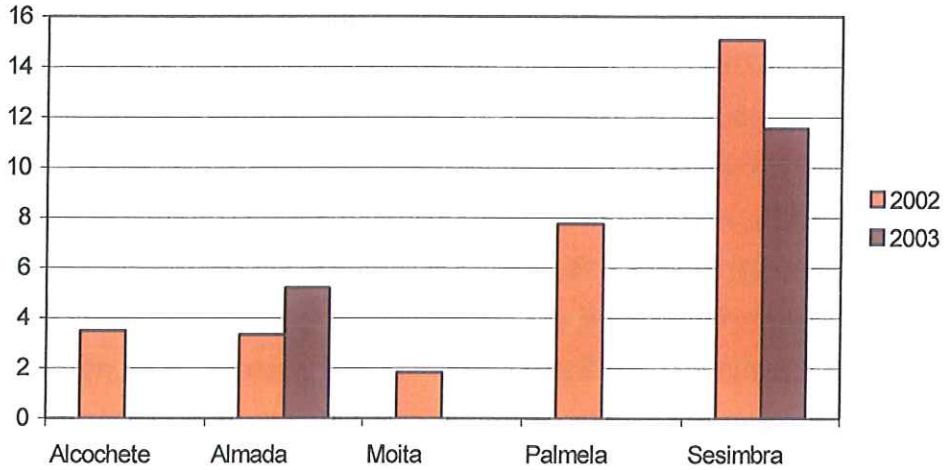
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens, por concelhos da sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 3

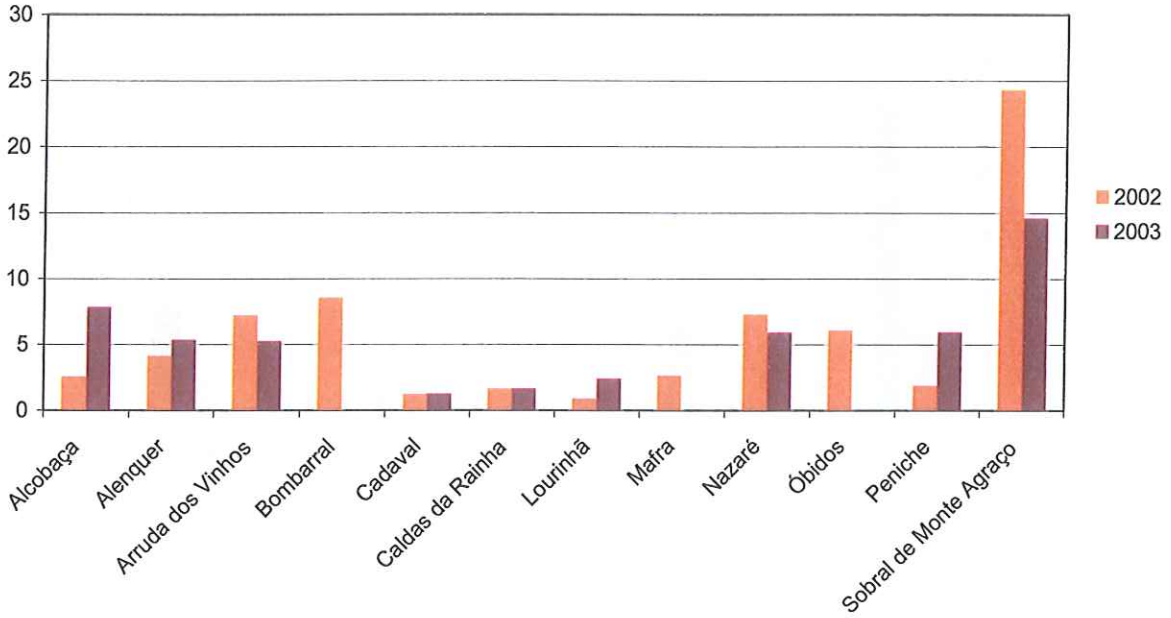
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens, por concelhos da sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE – Anuários Estatísticos

Gráfico 4

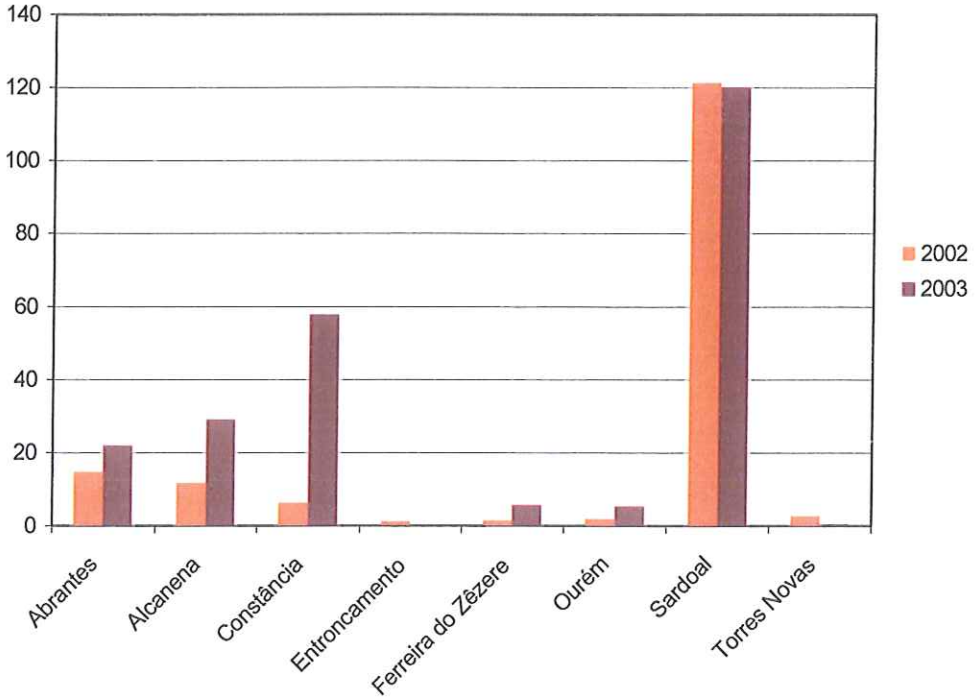
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens, por concelhos da sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 5

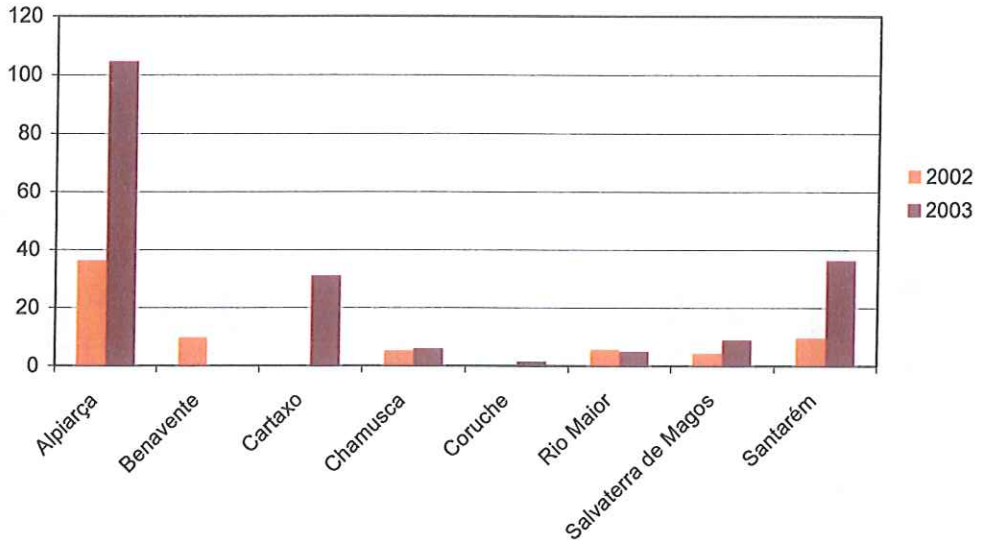
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens, por concelhos da sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 6

Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção da biodiversidade e das paisagens, por concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo

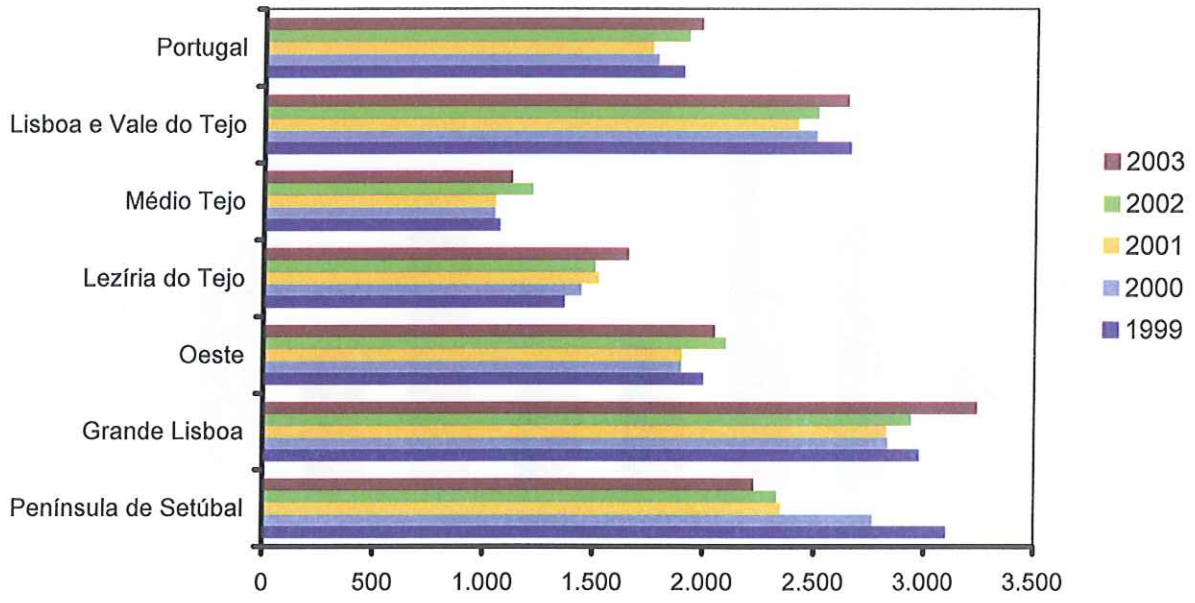


Fonte: INE

a) Dinâmica do mercado imobiliário

Gráfico 7

Valor dos prédios transaccionados por habitante (euros)



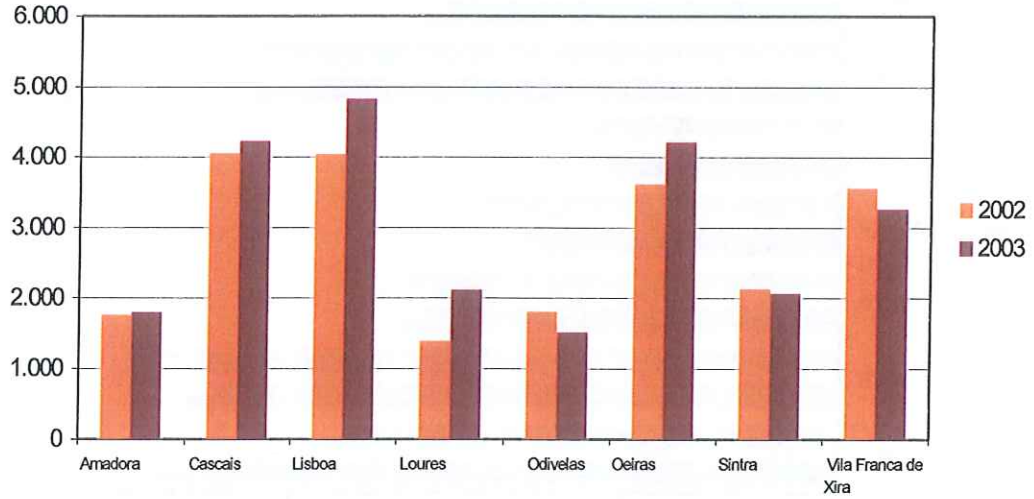
Fonte: INE

A tendência de recuo do valor dos prédios transaccionados na Região em 2000 e 2001 (2500 e 2420 euros por habitante, respectivamente) alterou-se em 2002 e 2003 (2508 e 2647, respectivamente). Este crescimento acompanha também a evolução a nível nacional, sendo o valor da Região ainda bastante superior ao registado em Portugal. O crescimento verificado deve-se, sobretudo, à sub-região da Grande Lisboa, que em 2003 atinge o valor mais alto registado nos últimos 5 anos: 3240 euros por habitante. A única sub-região que continua a registar um decréscimo é a Península de Setúbal, embora ainda com valores superiores aos das restantes sub-regiões. Uma análise da distribuição deste indicador por concelho revela a persistência de uma forte incidência metropolitana, pois concentram-se aqui as capitações superiores, de 3-4 mil euros, envolvendo áreas intensamente urbanizadas (eixo Cascais-Lisboa, por exemplo) mas também municípios periurbanos de feição rural (em especial Óbidos) e litoral como a Nazaré, e na Margem Esquerda destaque para Sesimbra e Alcochete (este último

continua a ser afectado pelo impacto da Ponte Vasco da Gama). Sublinhe-se ainda que em 2003 a maior capitação da Região com 5 mil euros, foi atingida pelo município de Alcochete.

Gráfico 8

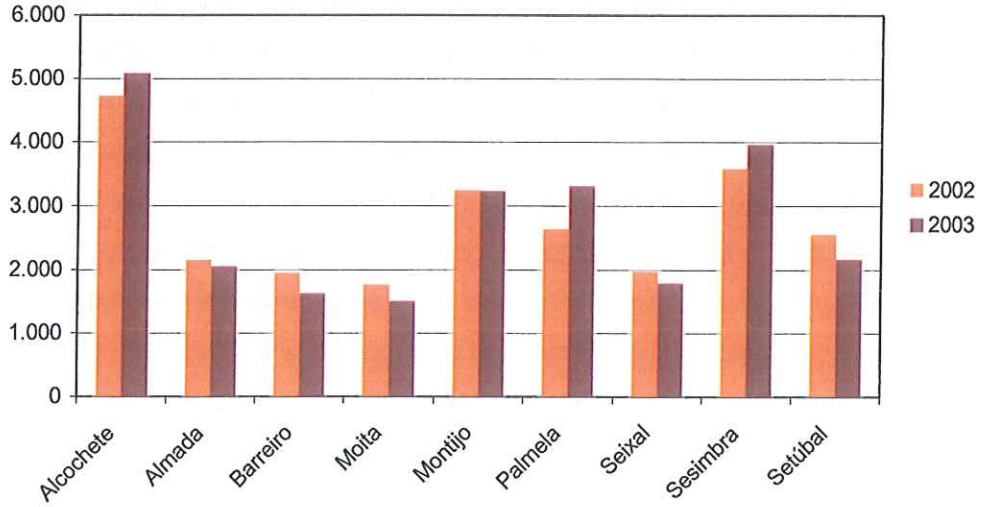
Valor dos prédios transaccionados por habitante (euros), por concelhos da sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 9

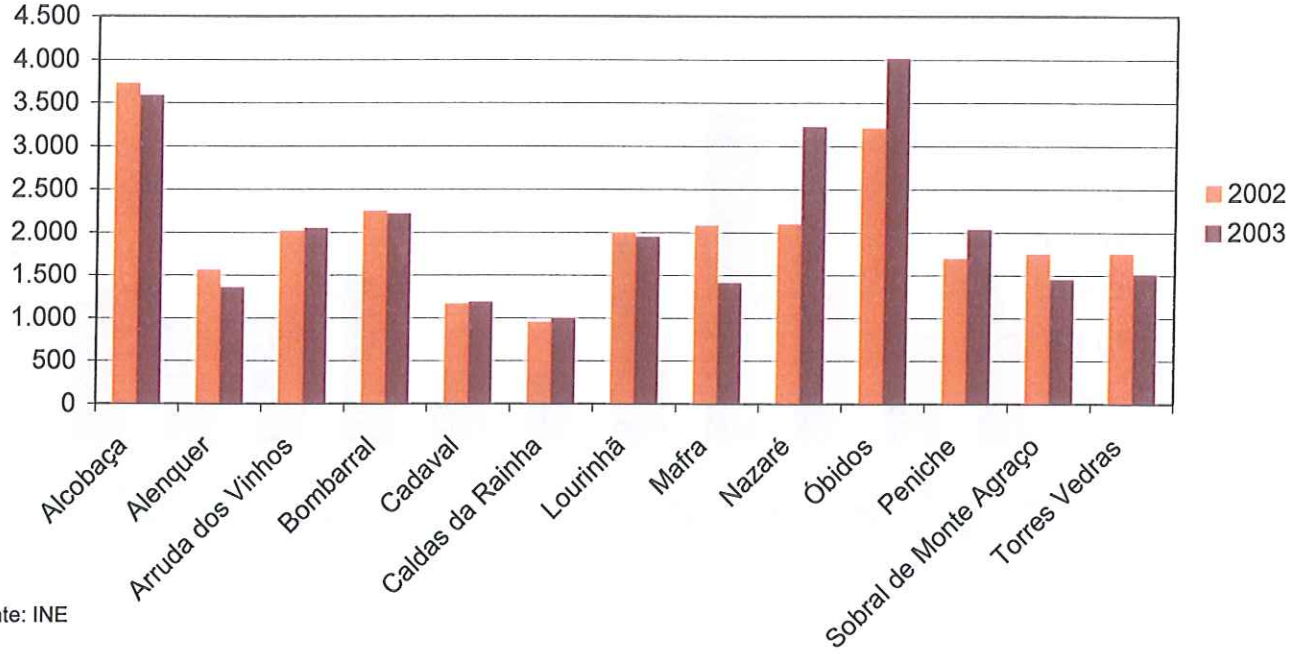
Valor dos prédios transaccionados por habitante (euros), por concelhos da sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 10

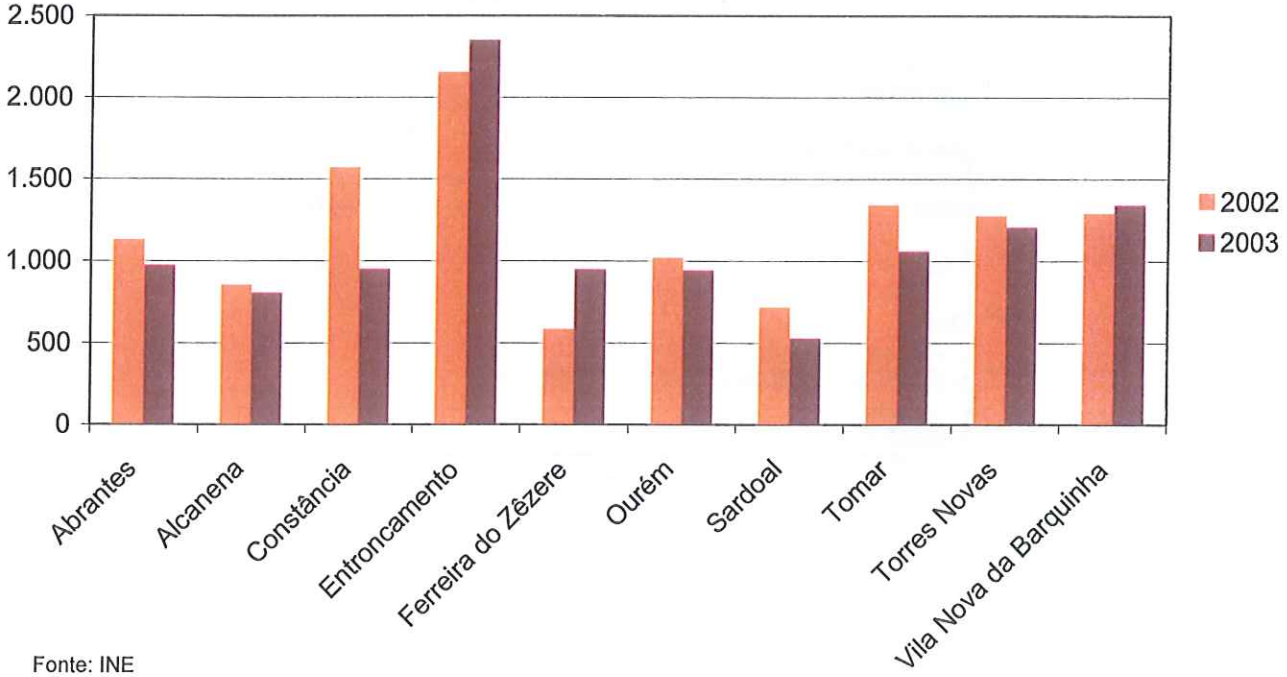
Valor dos prédios transaccionados por habitante (euros), por concelhos da sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 11

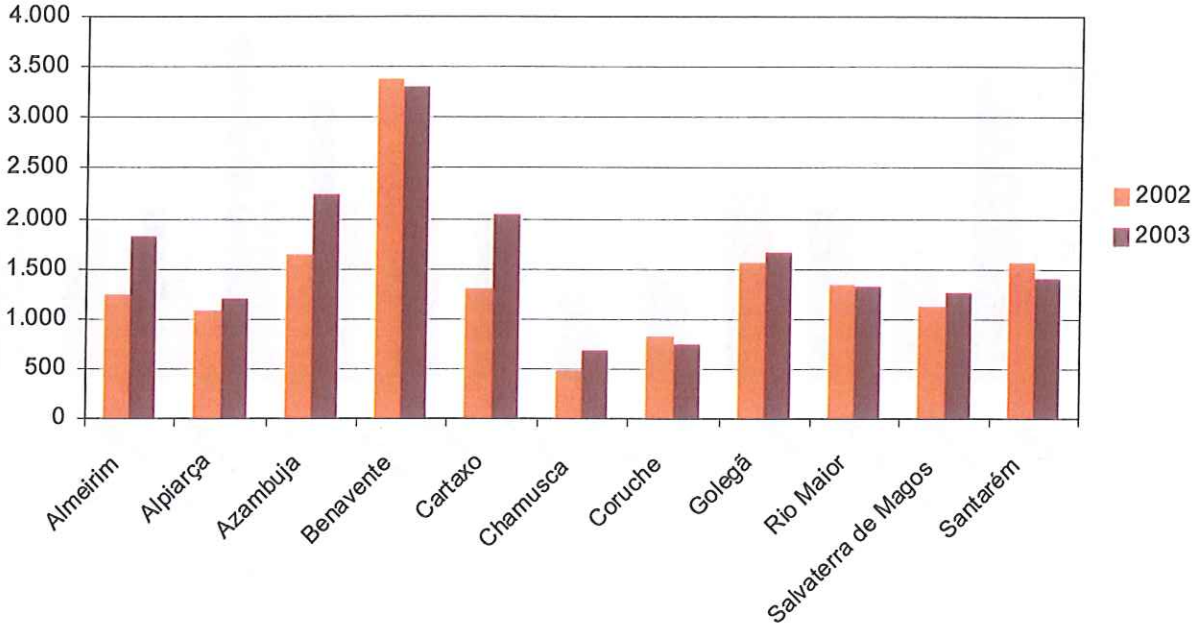
Valor dos prédios transaccionados por habitante (euros), por concelhos da sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 12

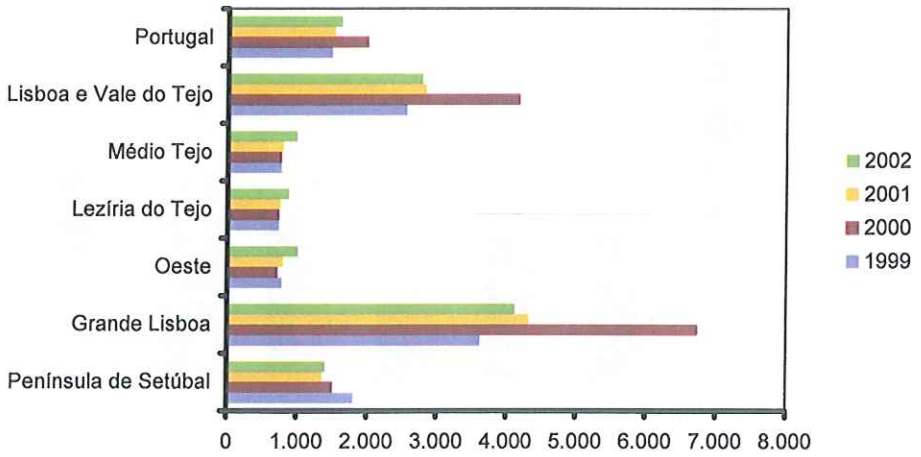
Valor dos prédios transaccionados por habitante (euros), por concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 13

Crédito à habitação concedido em estabelecimentos de crédito localizados no concelho (euros/habitante)



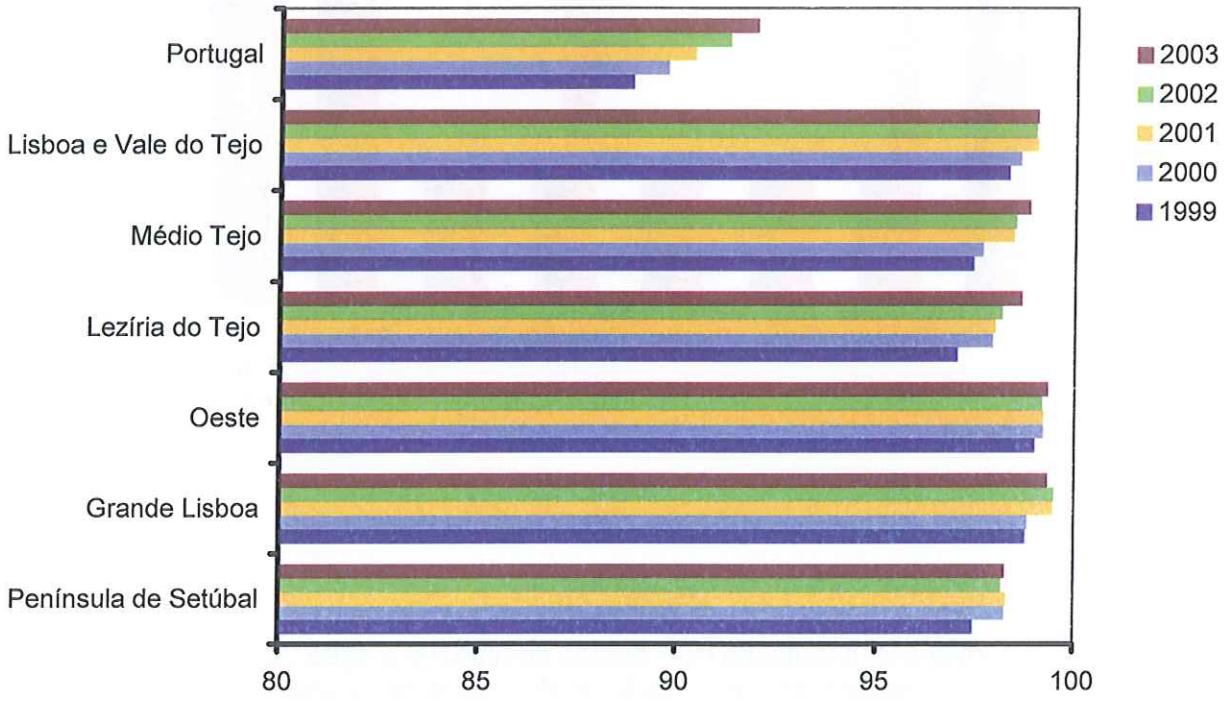
Fonte: INE

O crédito *per capita* à habitação concedido localmente diminuiu, após a subida registada no ano de 2000, em que a Região atingiu os 4000 euros/habitante (por força do crescimento registado na Grande Lisboa). Nos anos de 2001 e 2002 o crédito concedido na RLVT não atinge, sequer, os 3000 euros/habitante, mas a Região continua a apresentar valores superiores aos do país. No entanto, esta quebra registada na Região esconde as ligeiras subidas nas sub-regiões do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, embora estas não ultrapassam os 1000 euros/habitante. Este decréscimo reflecte a crise que afectou a Região durante os últimos anos, em especial nas zonas mais densamente povoadas de ambas as margens do rio Tejo (Grande Lisboa e Península de Setúbal).

a) Abastecimento de Água

Gráfico 14

Cobertura: população com acesso domiciliário a água (%)



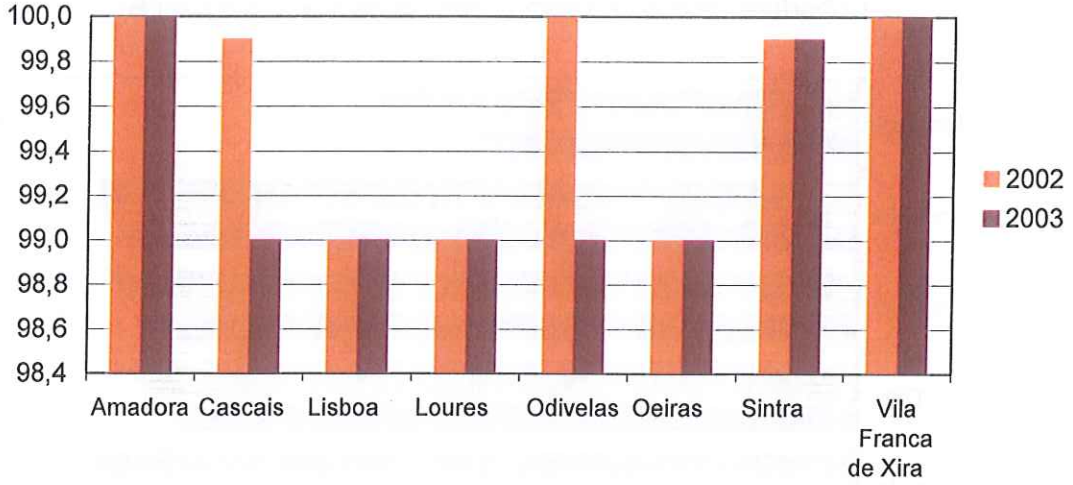
Fonte: INE

Nota: Os dados do concelho de Loures incluem o concelho de Odivelas nos seguintes anos: 1999 e 2000

O acesso domiciliário a água é praticamente universal na Região, sendo a taxa de cobertura bastante superior à média nacional (99% para a RLVT e 92% para Portugal em 2003). Embora com este panorama positivo, deve-se salientar o pequeno retrocesso na Região de 0,1% de 2001 para 2002 e que se mantém em 2003, no primeiro ano provocado pela sub-região da Península de Setúbal (concelhos de Palmela, Moita e Barreiro) e no segundo ano pela Grande Lisboa (concelhos de Odivelas e Cascais). No contexto regional, destacam-se ainda de forma desfavorável e atendendo aos valores percentuais que apresentam, os concelhos das seguintes sub-regiões: Península de Setúbal – Palmela (90%) e Montijo (94%); Médio Tejo – Vila Nova da Barquinha (95,6%) e Tomar (96,9%); Lezíria do Tejo - Azambuja e SalvaTerra de Magos (ambos com 95%).

Gráfico 15

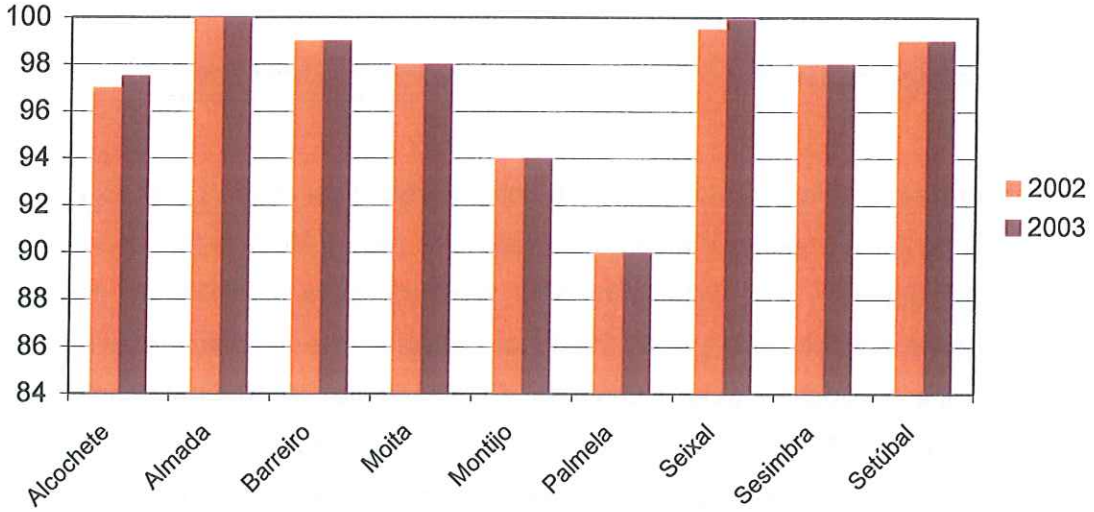
Cobertura: população com acesso domiciliário a água (%)
por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 16

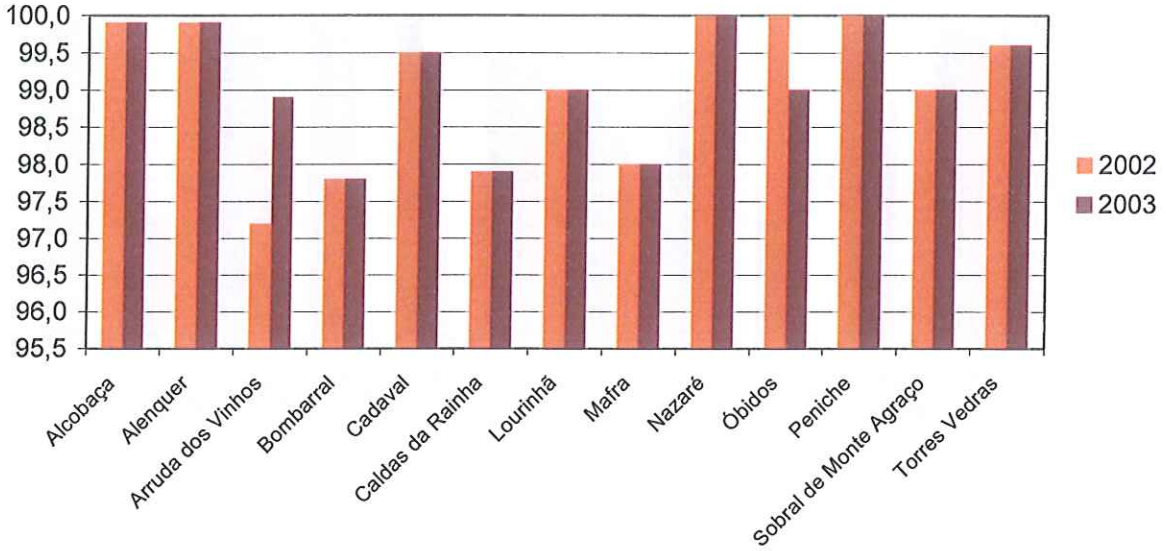
Cobertura: população com acesso domiciliário a água (%)
por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 17

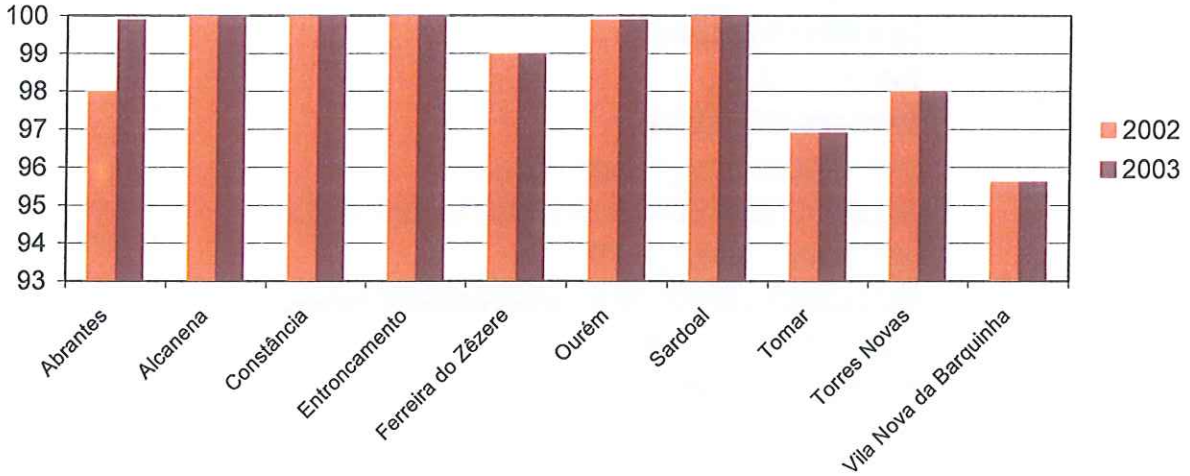
Cobertura: população com acesso domiciliário a água (%), por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 18

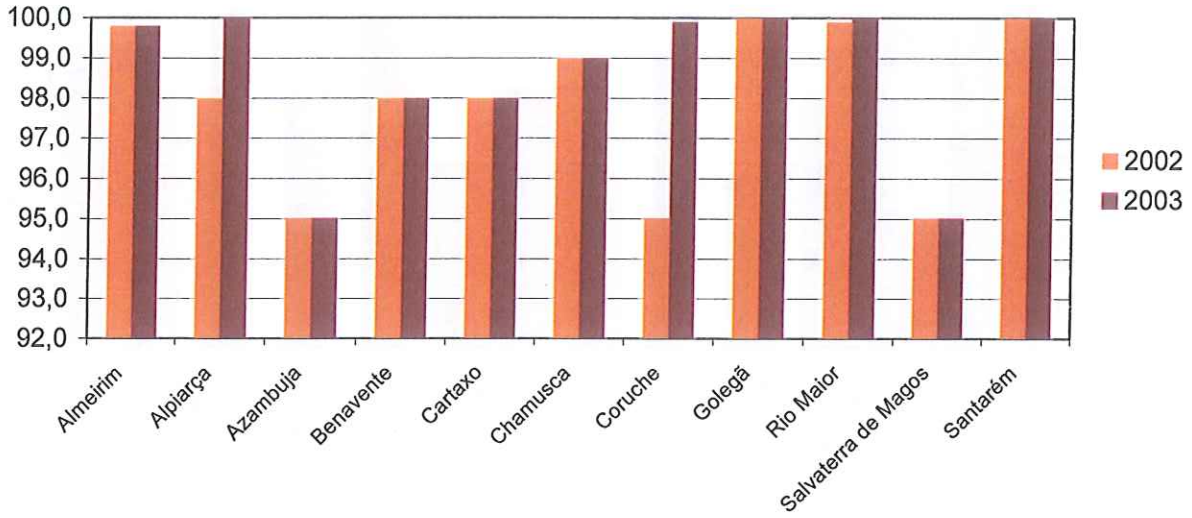
Cobertura: população com acesso domiciliário a água (%) por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 19

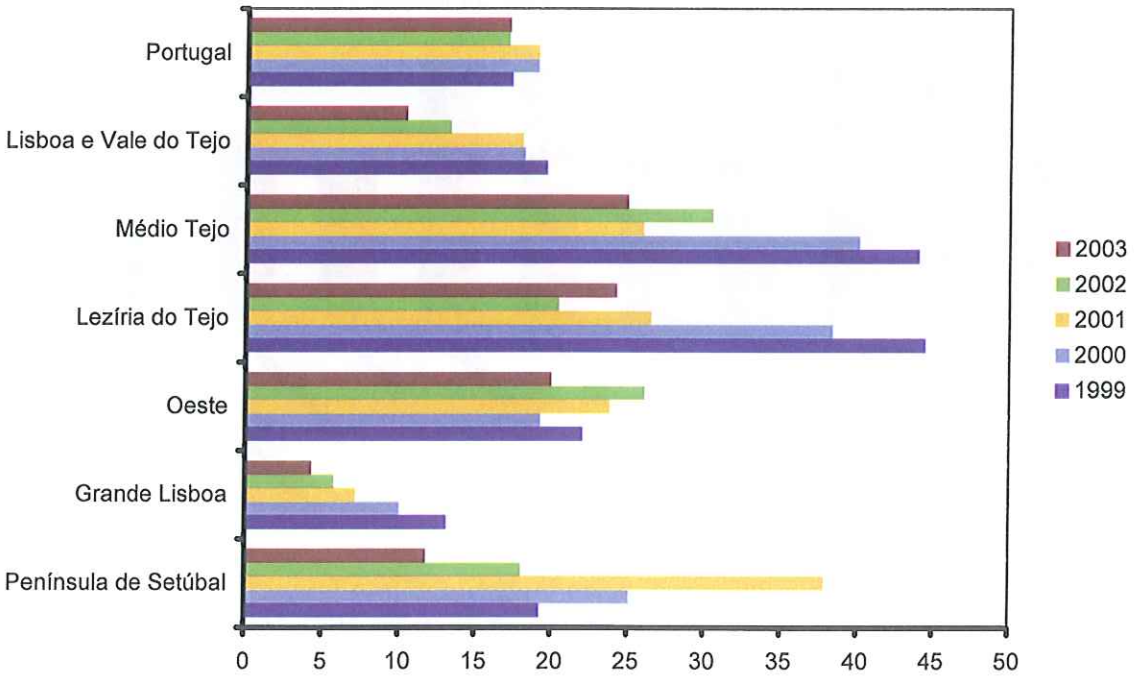
Cobertura: população com acesso domiciliário a água (%)
por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 20

Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por habitante (euros)

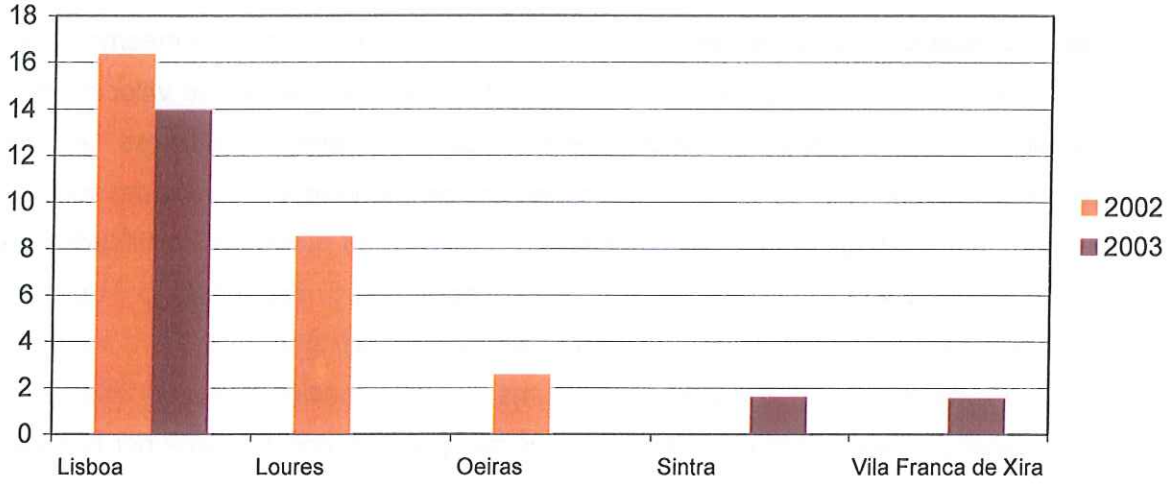


Fonte: INE

O total anual de euros por habitante servido dispendidos pelo conjunto das Câmaras Municipais da RLVT começou a diminuir, de uma forma mais acentuada, de 2001 (18,0 euros) a 2003 (10,4 euros), continuando a posicionar-se aquém da média nacional apesar de esta ter demonstrado também uma diminuição no mesmo período (de 19.0 euros em 2001 para 17,1 euros em 2003). A manutenção do valor médio da capitação regional oculta, contudo, evoluções sub-regionais distintas. A baixa capitação média da sub-região da Grande Lisboa mantém o decréscimo registado anteriormente (atingido em 2003 apenas 4,3 euros) - não merece credibilidade, dado que a maior parte dos municípios que a integram não disponibilizou informação relativa a este indicador. A Península de Setúbal, que atingiu em 2001 o valor mais alto em toda região (37,9 euros), revela uma descida considerável nos últimos dois anos, alcançando em 2003 um resultado que se aproxima dos 12 euros por habitante. Nas duas NUT III do Vale do Tejo as capitações variam de forma diferenciada, enquanto o Médio Tejo subiu em 2002 e desceu em 2003, a Lezíria registou um processo contrário, apesar de em 2003 atingirem ambas o maior valor em toda a Região (nos 24 euros por habitante). São de salientar os concelhos de Sesimbra, Alcobaça, Rio Maior e Salvaterra de Magos que em, 2003, registaram uma capitação superior a 50 euros por habitante. Apesar de se voltar a confirmar uma ausência de informação para muitos concelhos da Região, as baixas capitações registadas parecem revelar um desinvestimento relativo das autarquias num domínio de extrema importância para a saúde e a qualidade de vida da população.

Gráfico 21

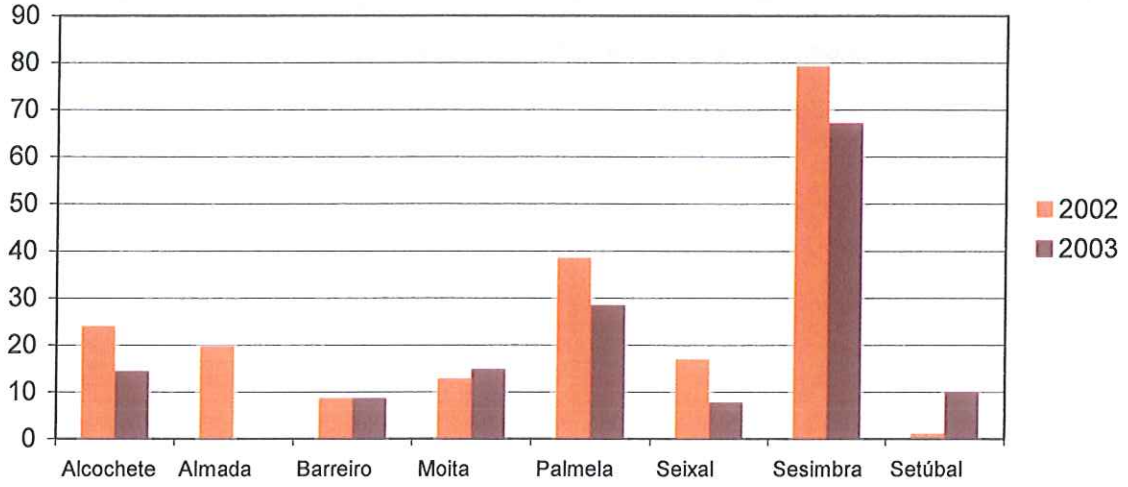
Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 22

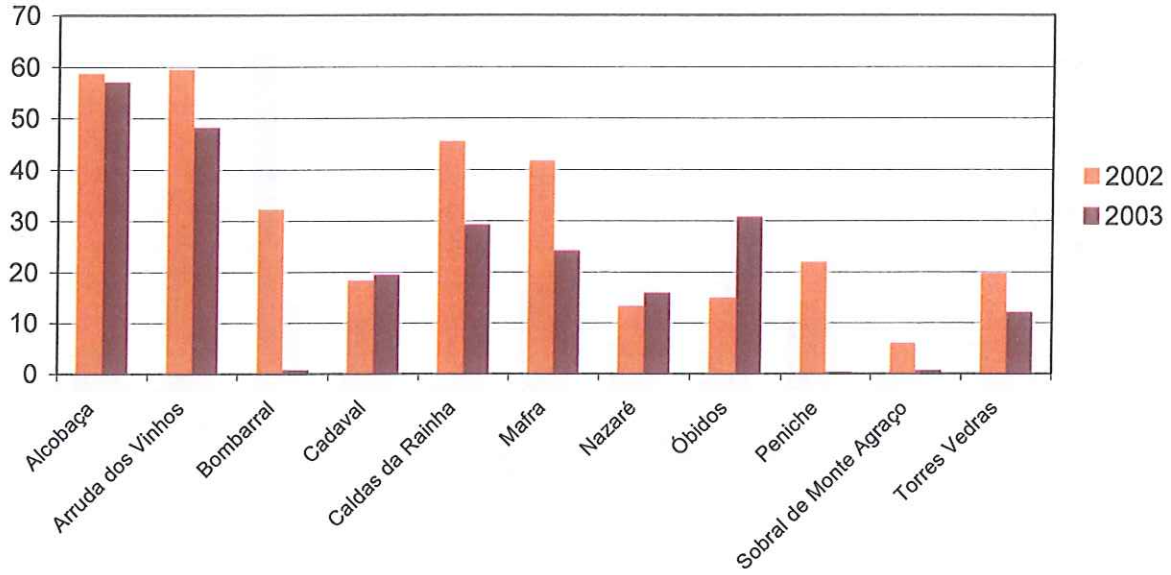
Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 23

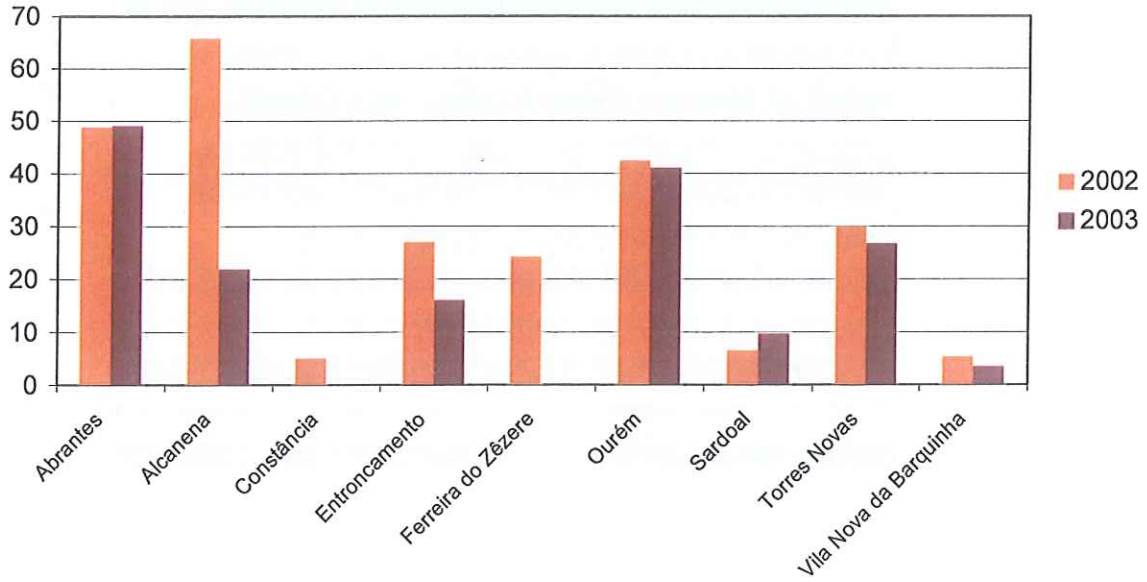
Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por habitante (euros), por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 24

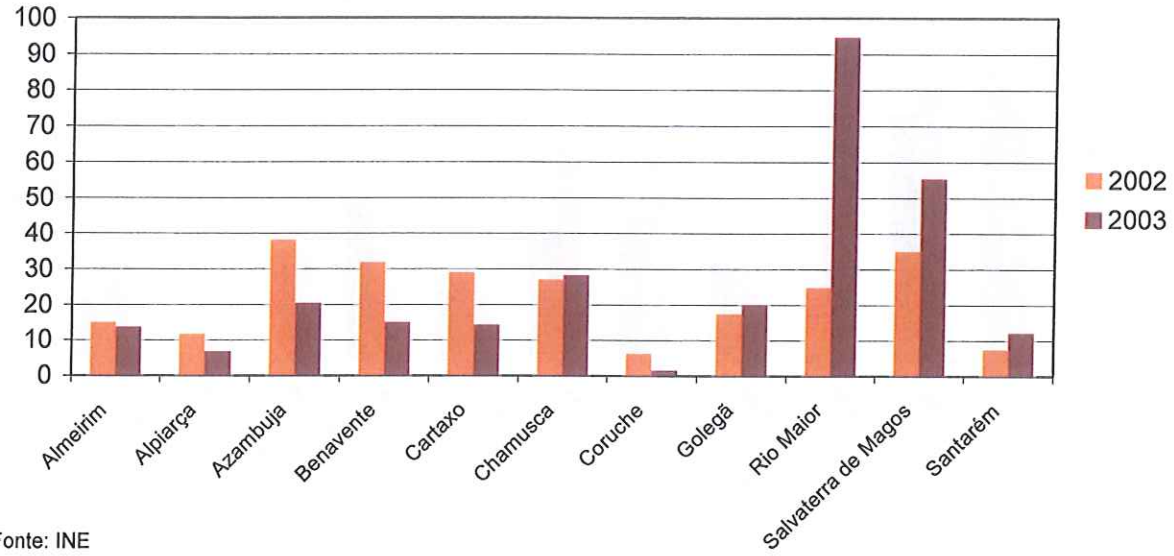
Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água, por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 25

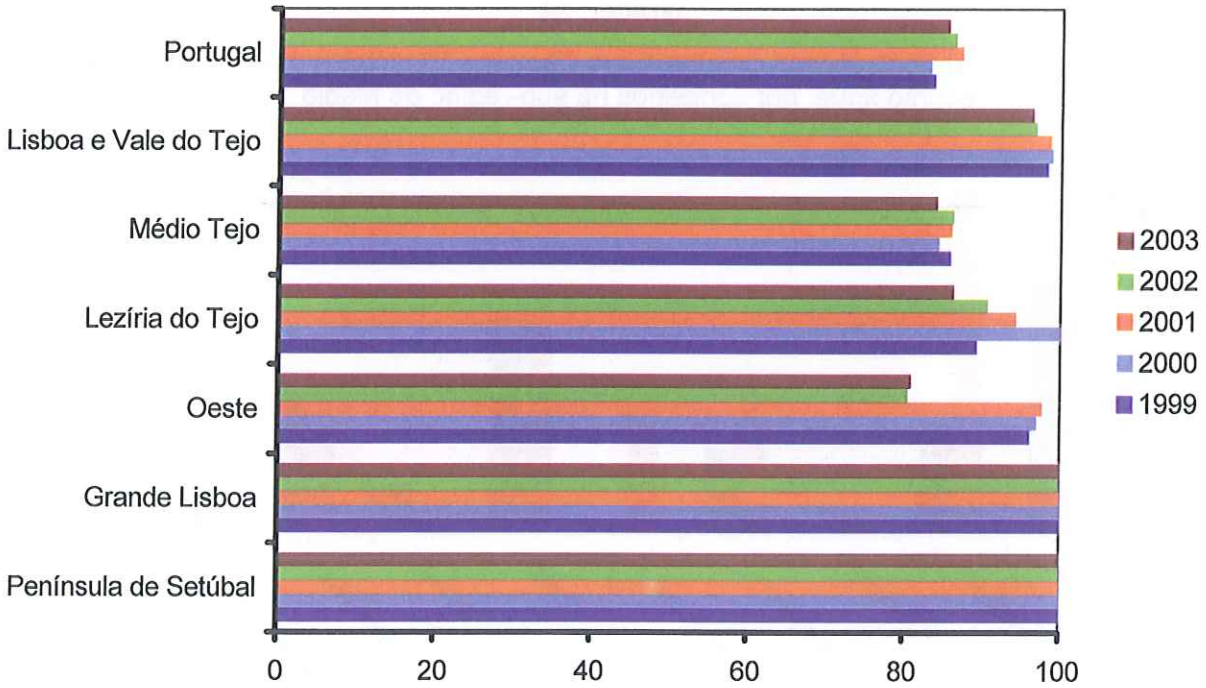
Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com protecção do recurso água por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 26

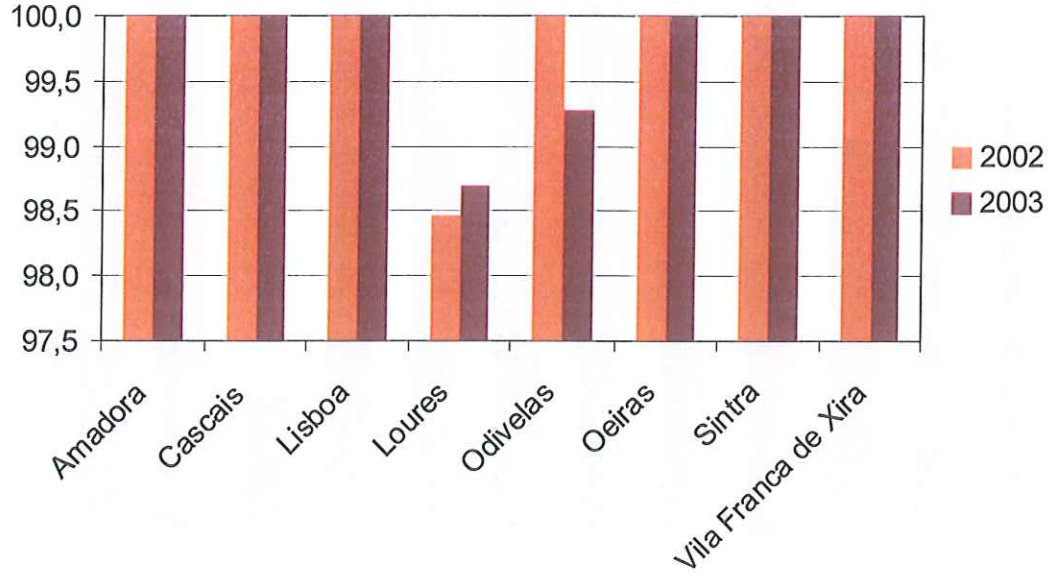
Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%)



Fonte: INE

Até 2001 foi bastante positiva a situação da RLVT no que se refere ao tratamento do caudal captado para abastecimento humano, sempre superior ao valor registado a nível nacional. No entanto, nos anos de 2002 e 2003 a Região regista um ligeiro decréscimo (entre 1% e 2%). Esta descida deve-se às sub-regiões do Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Oeste, pois nas sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal o tratamento do caudal captado é de 100%. Se a maior parte das autarquias da Região afirmaram garantir taxas de tratamento de 100%, ainda persistem situações menos favoráveis em alguns municípios, já registadas em anos anteriores, como Alcanena, Peniche; Azambuja e Torres Novas. Registe-se algumas situações novas - e que causam alguma perplexidade - para municípios que já tinham atingido os 100% em 2001 e que nos dois últimos anos sofreram uma descida, como é o caso de Loures e Odivelas na Grande Lisboa, Alcobaça, Arruda dos Vinhos e Cadaval na sub-região Oeste e a Azambuja no Vale do Tejo.

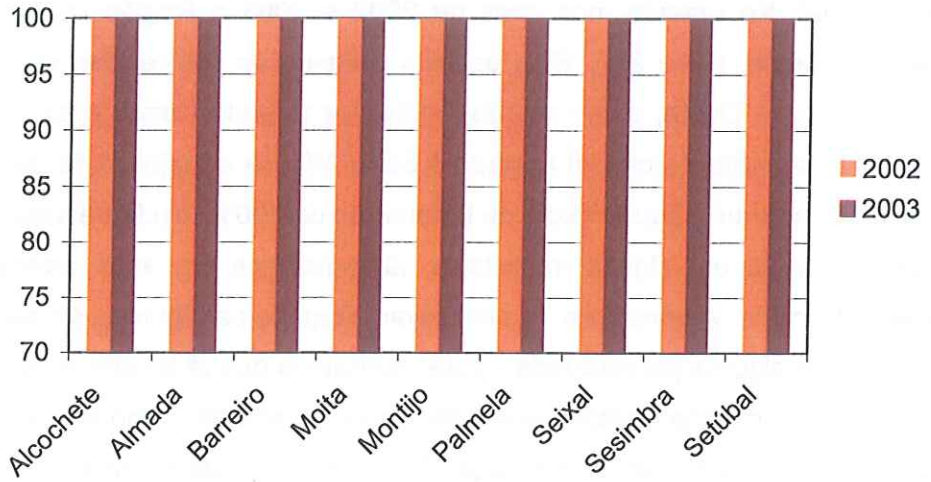
Gráfico 27
Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%),
por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 28

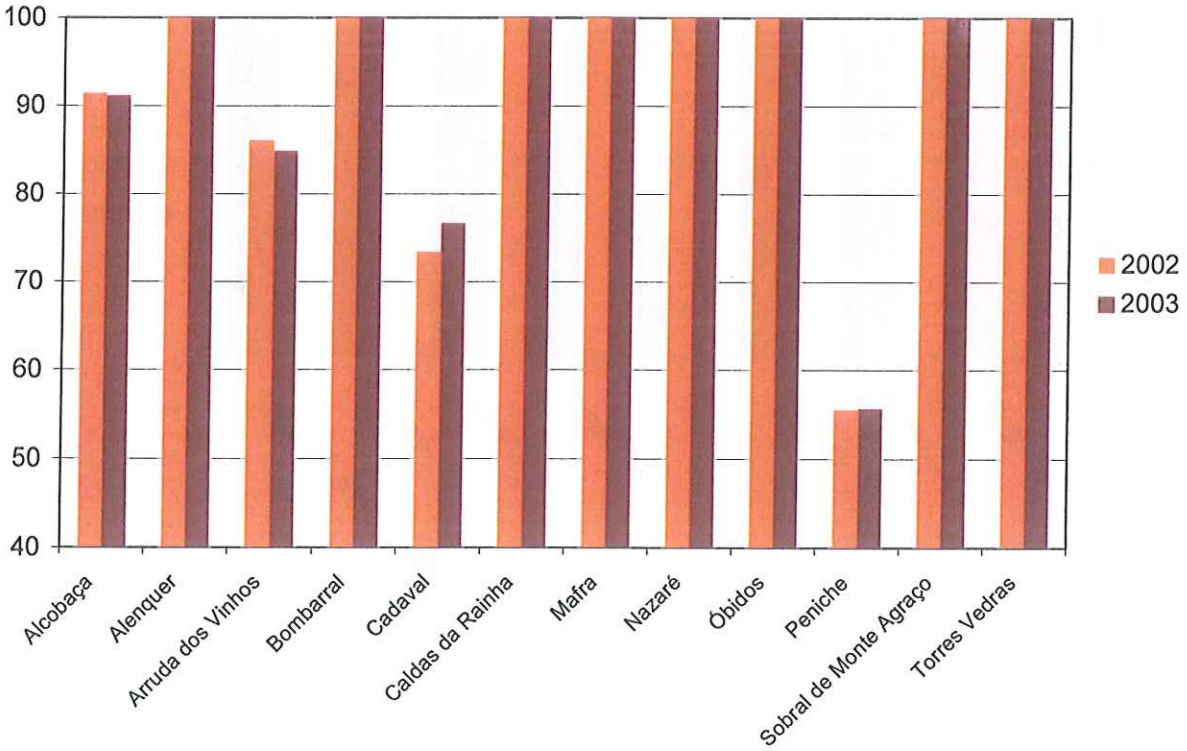
Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%), por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

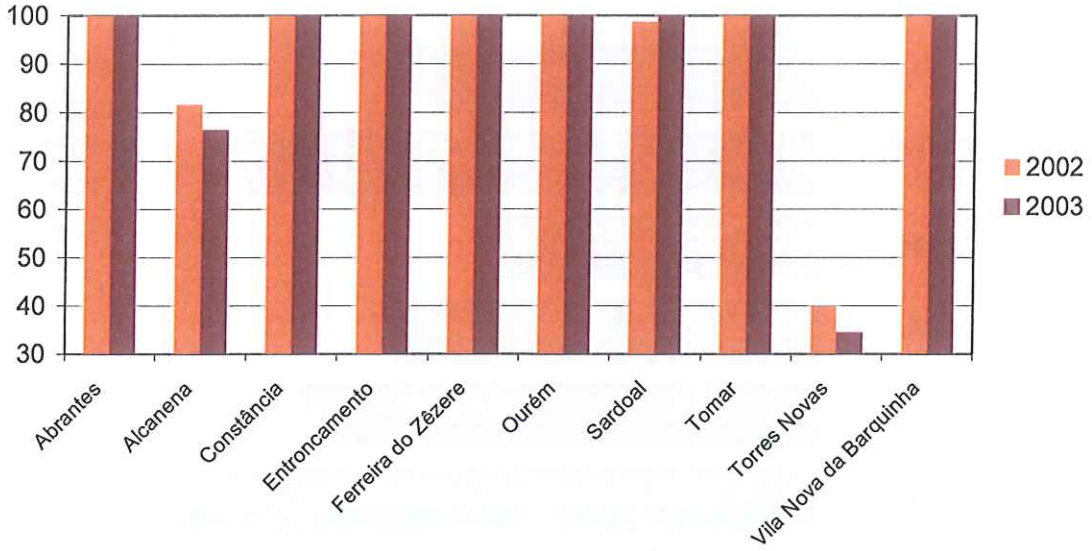
Gráfico 29

Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%), por concelhos na sub-região do Oeste



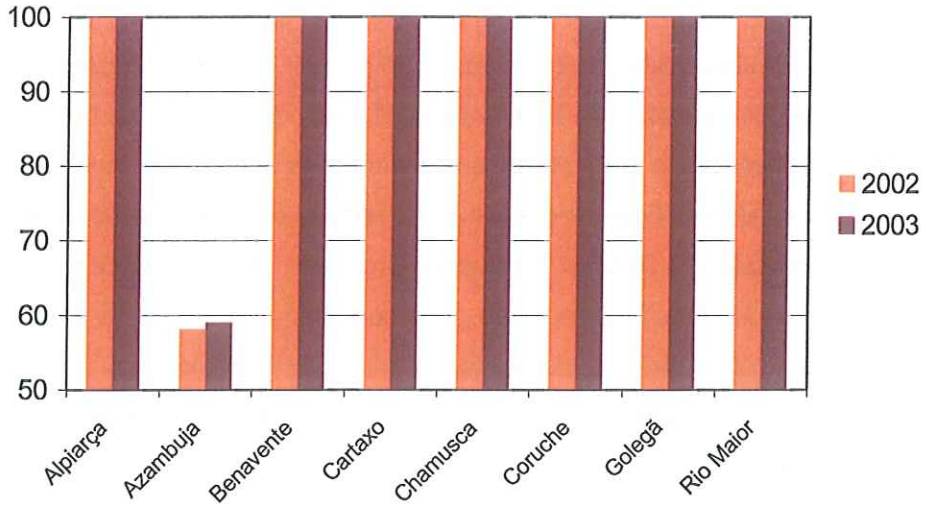
Fonte: INE

Gráfico 30
Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%),
por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

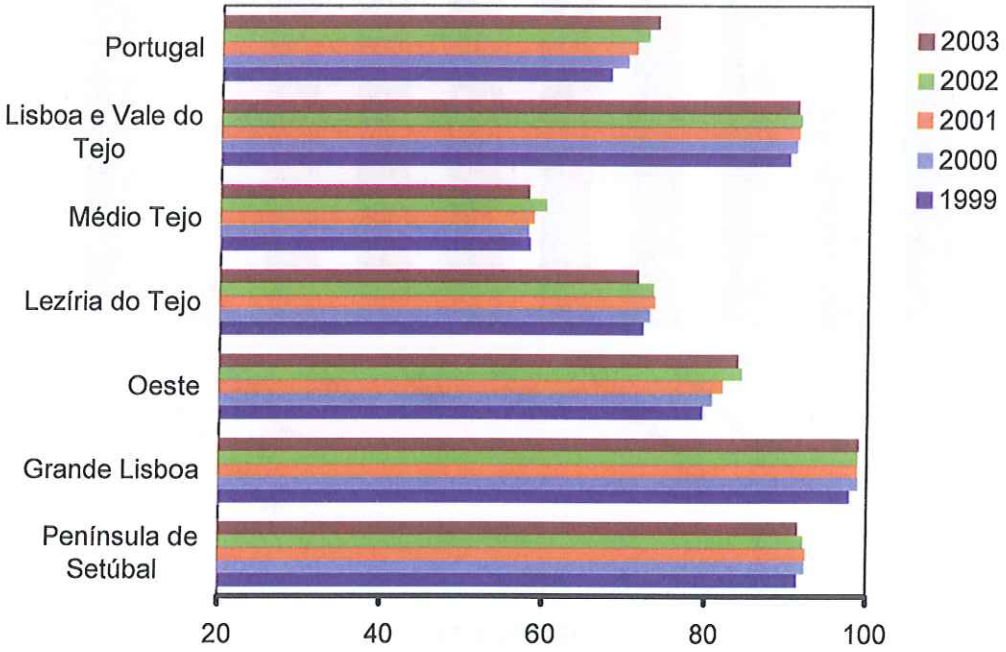
Gráfico 31
Tratamento: caudal tratado/caudal captado (%),
por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

b) Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Gráfico 32
Cobertura: população servida com sistemas de drenagem de águas residuais (%)



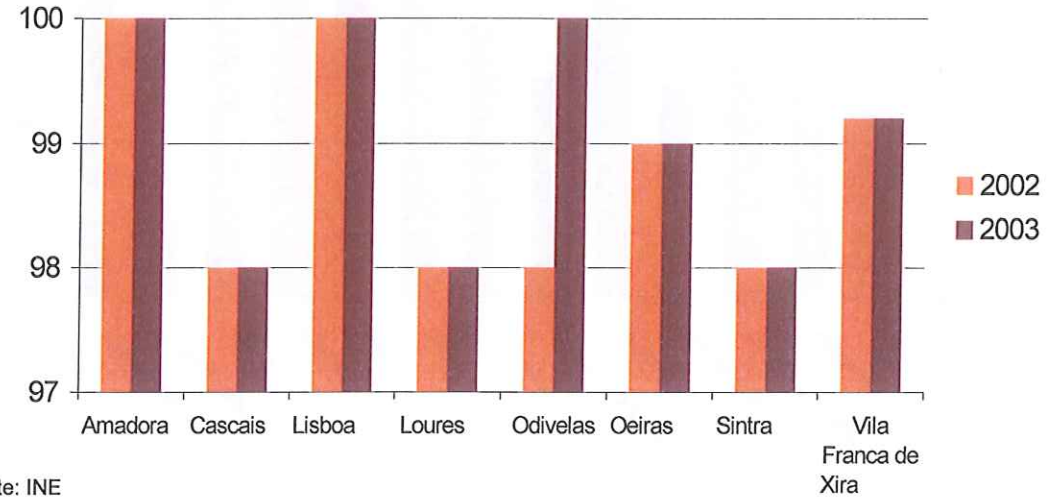
Fonte: INE

O progresso verificado neste domínio na RLVT, entre 2001 e 2002, foi muito reduzido (o grau de cobertura passou de 91,4% para 91,6%), verificando-se um retrocesso em 2003 (91,1%). Verifica-se que persistem assimetrias relevantes entre sub-regiões e entre concelhos. Se na Grande Lisboa a cobertura é praticamente total (99,1% em 2003) e a Península de Setúbal apresenta um valor idêntico ao registado na RLVT (91,6%), já nas NUT III do Vale do Tejo, pelo contrário, concentra-se a maior parte das situações mais problemáticas, isto é, taxas de cobertura entre os 58% e os 71,5%, valores ainda muito aquém do que é desejado para um país desenvolvido. Na sub-região Oeste continua-se a registar um crescimento, ainda que mais lento que o desejado (de 82,1 em 2001 para 84% em 2003). É de salientar os concelhos com uma cobertura ainda muito baixa face à média regional: Tomar (35%), Ourém (36,8%) e

Ferreira do Zézere (12,5% - concelho que em 2001 registava uma cobertura de 95%) no Médio Tejo e da Lezíria do Tejo, Coruche (55%) e Rio Maior (49,6%).

Gráfico 33

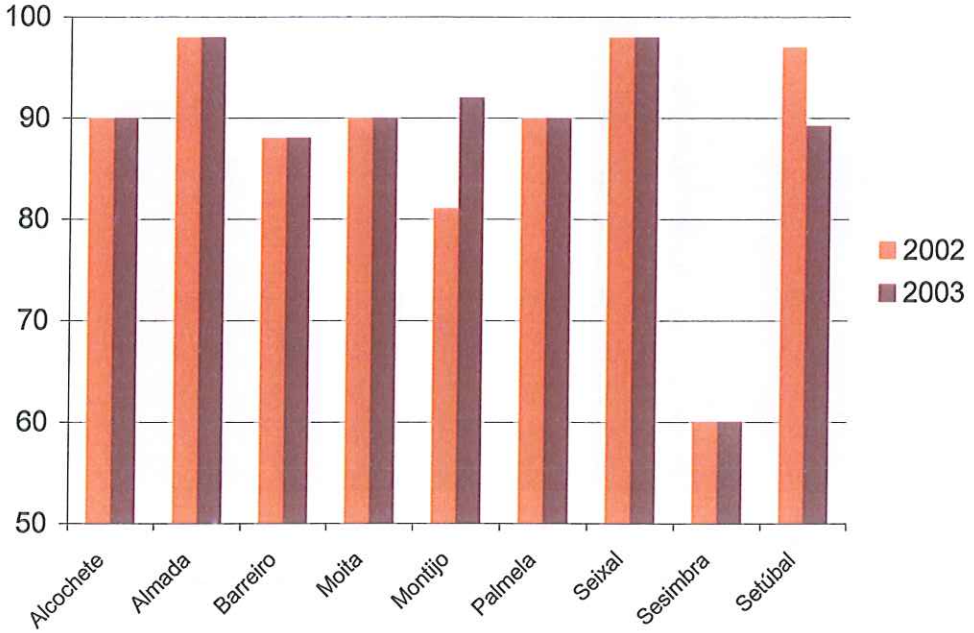
Cobertura: População servida com sistemas de drenagem de águas residuais (%) na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 34

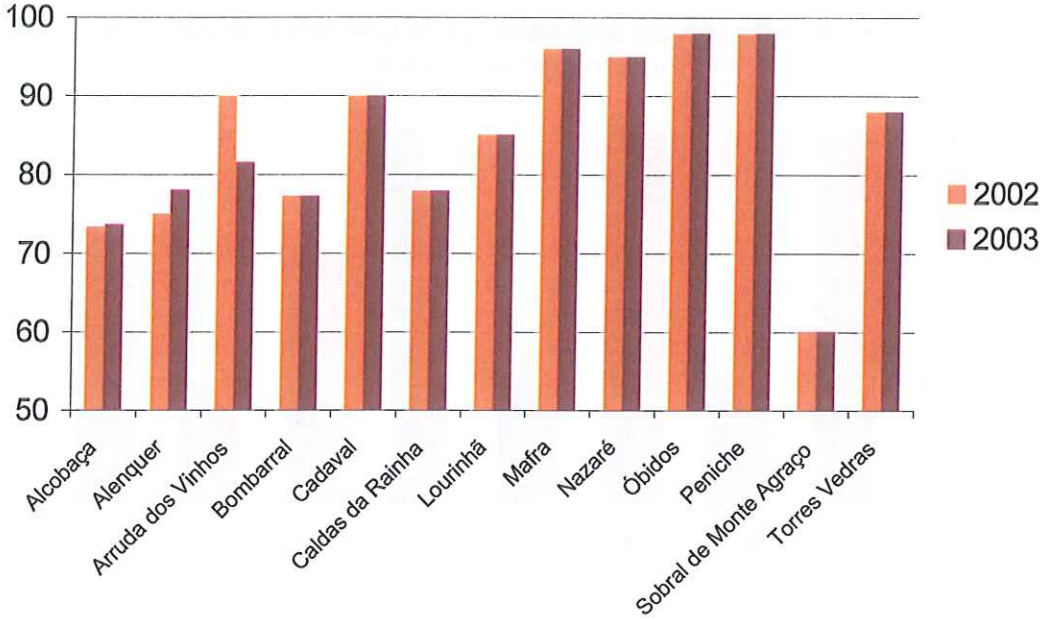
Cobertura: População servida com sistemas de drenagem de águas residuais (%) na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 35

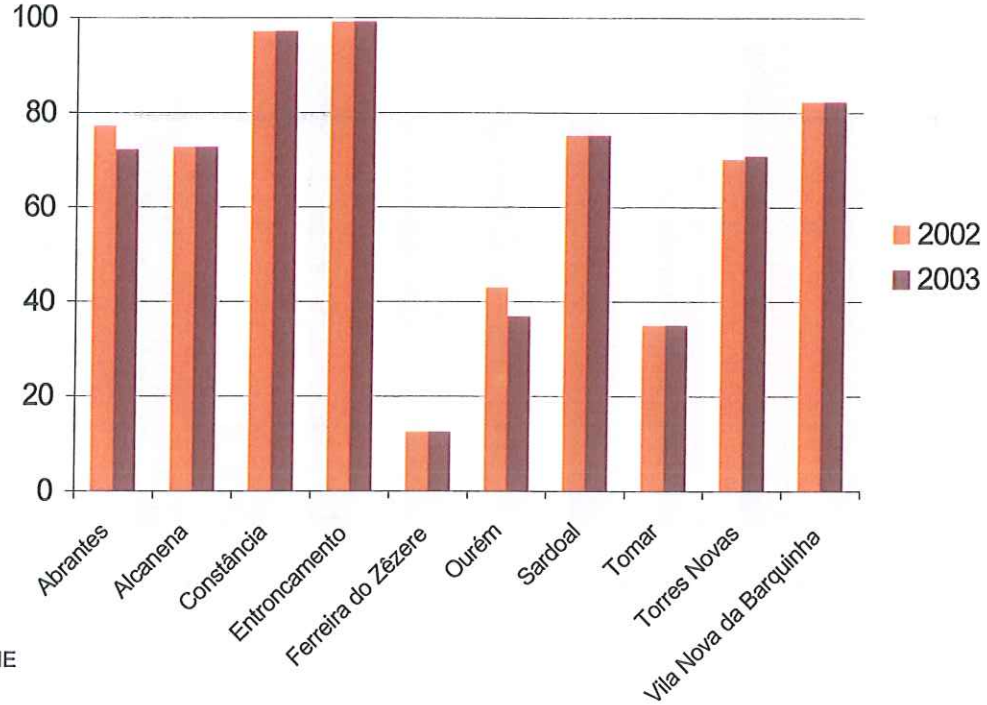
Cobertura: População servida com sistemas de drenagem de águas residuais (%) na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 36

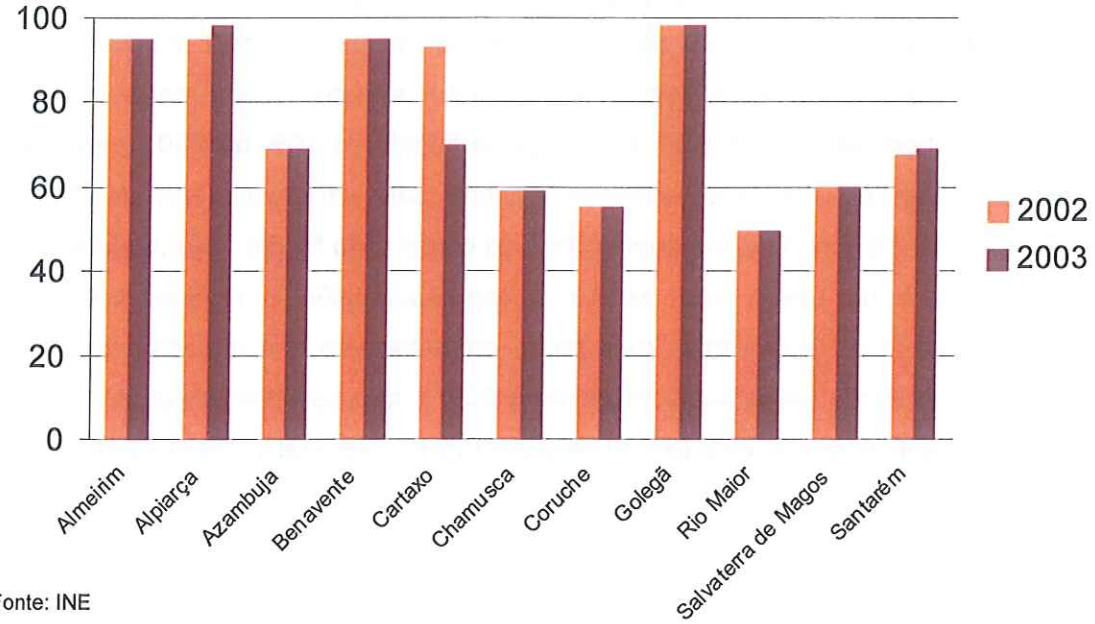
Cobertura: População servida com sistemas de drenagem de águas residuais (%) na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 37

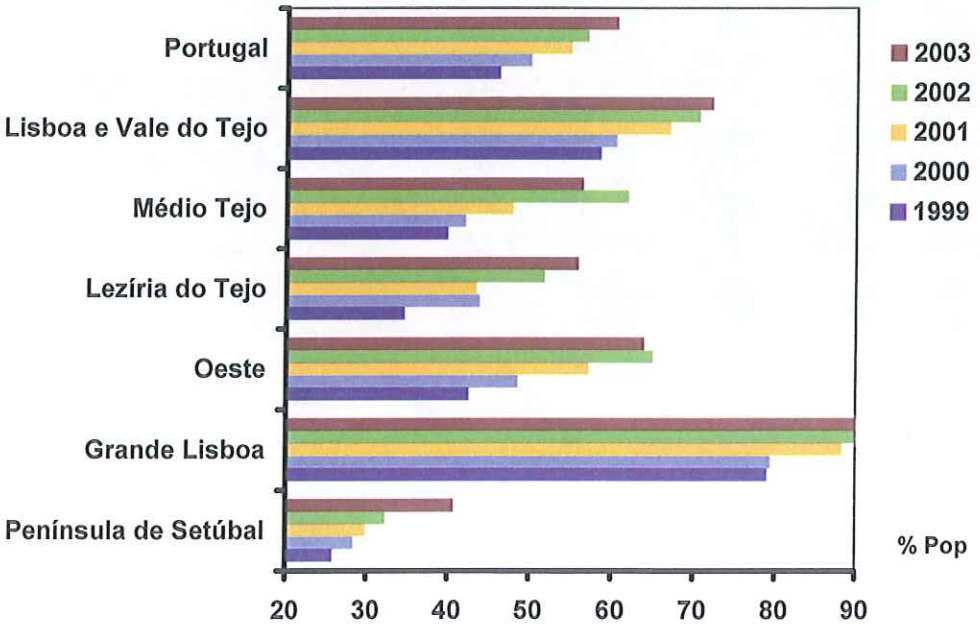
Cobertura: População servida com sistemas de drenagem de águas residuais (%) na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 38

Tratamento: população servida com estações de tratamento de águas residuais (%)

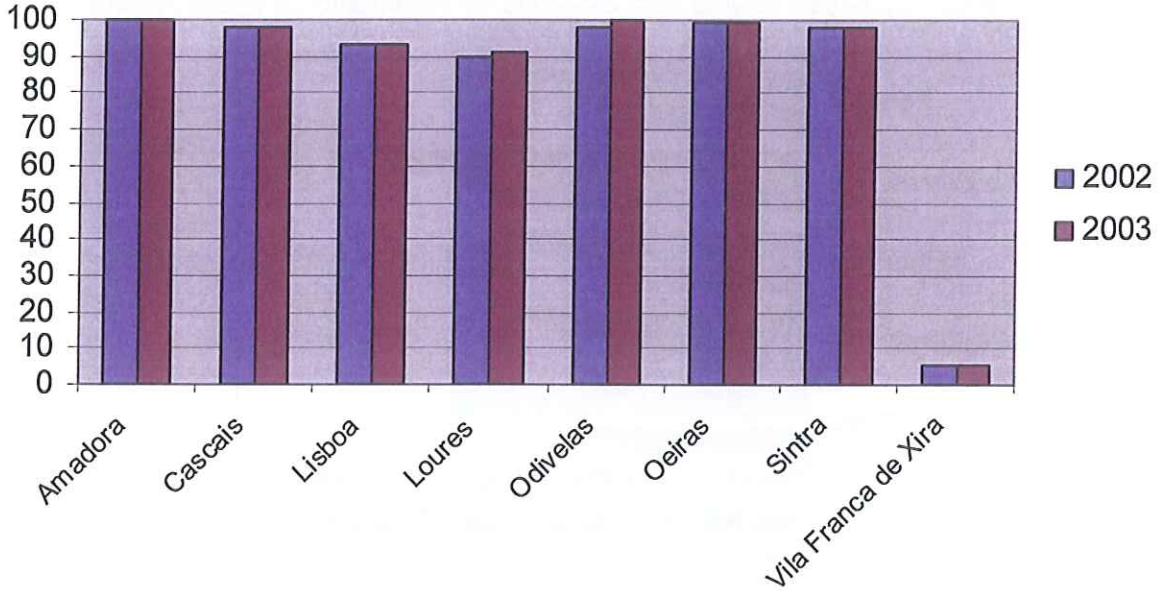


Fonte: INE

A RLVT continuou a registar uma melhoria da % de população servida com estações de tratamento de águas residuais, embora com ritmos diversificados entre as sub-regiões. A tendência positiva dos anos anteriores acelerou-se, em 2001 registava 67,1% de população servida pelas referidas estações de tratamento, em 2003 atingiu os 72,2%, percentagem superior à registada no país (60,6%). A sub-região da Grande Lisboa continua a destacar-se de forma positiva, atingindo o seu máximo em 2003 com 90%. No pólo oposto, a Península de Setúbal apresenta uma média muito baixa (40,8%) embora se deva registar o esforço de subida de 10% de 2001 para 2003. A Lezíria do Tejo registou uma tendência idêntica, com um crescimento de 43,4% em 2001 para 55,9% em 2003. As sub-regiões do Oeste e do Médio Tejo, registaram uma ligeira quebra no último ano, sendo a segunda região a registar uma quebra significativa. As situações mais deficitárias encontram-se nos municípios que ainda apresentam valores percentuais inferiores a 20% e que se repartem pelas cinco sub-regiões, Vila Franca de Xira (5,5%), Moita (10%) e Setúbal (15%), Cadaval (14%), Coruche(6%) e Ferreira do Zêzere(12,5%).

Gráfico 39

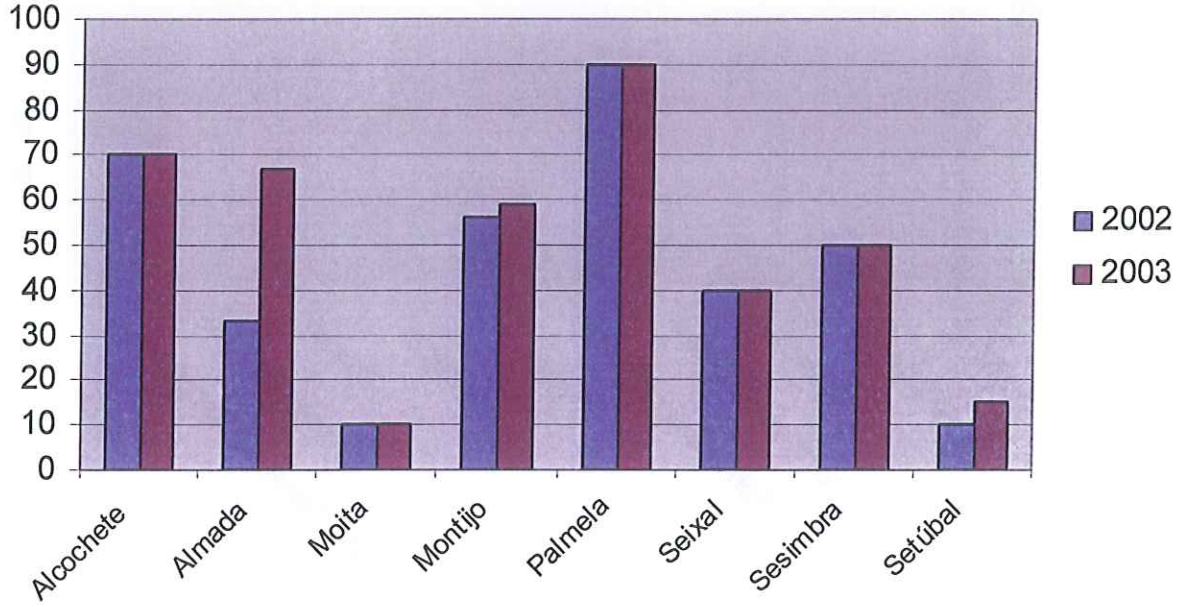
Tratamento: população servida com estações de tratamento de águas residuais (%), por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 40

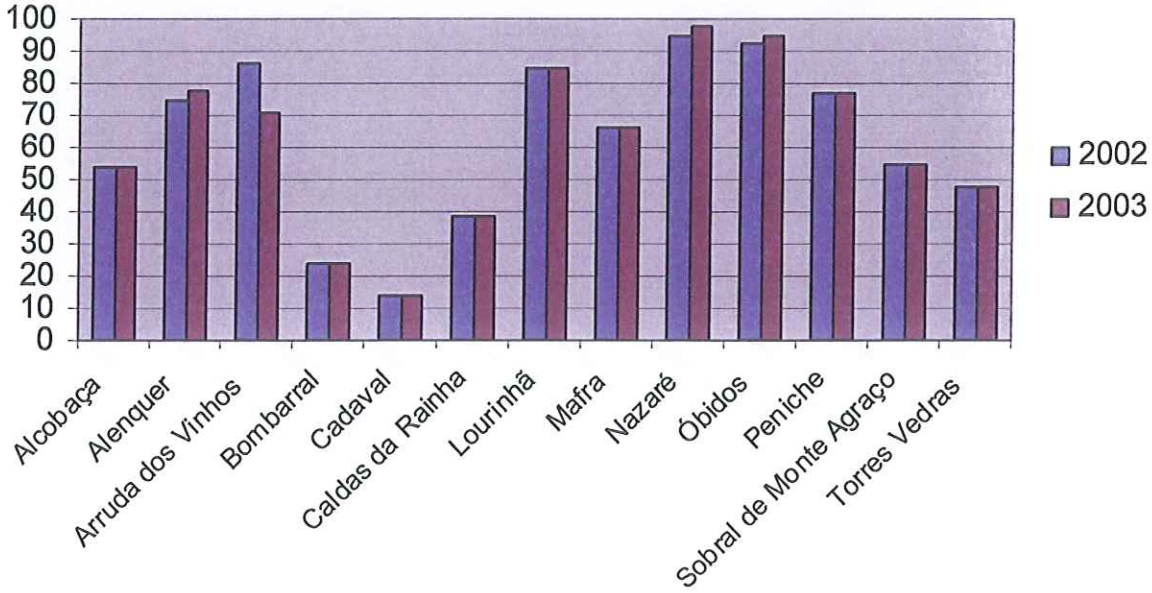
Tratamento: população servida com estações de tratamento de águas residuais (%), por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 41

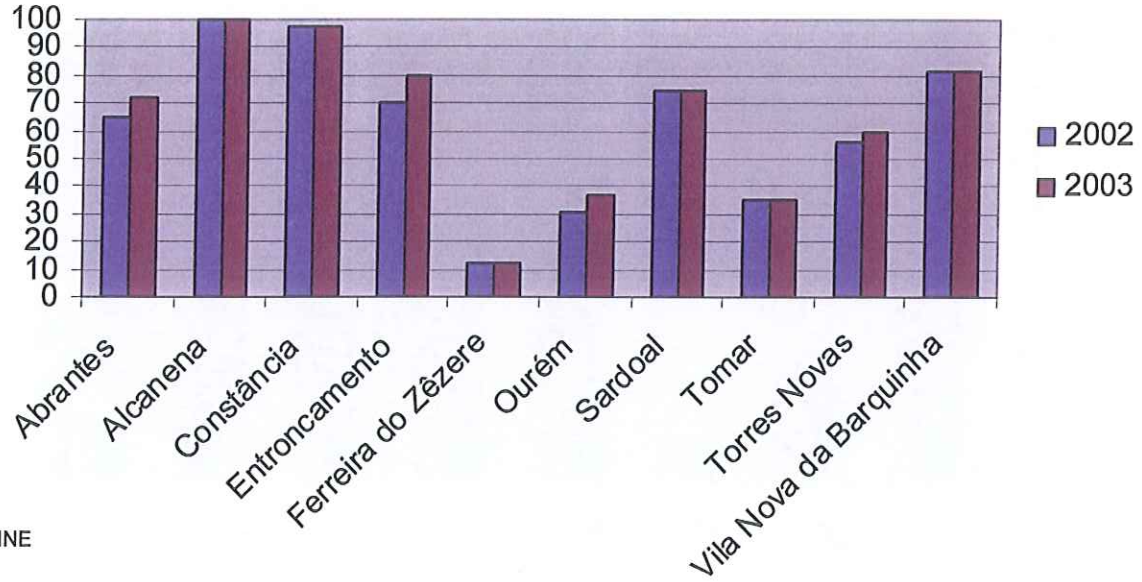
Tratamento: população servida com estações de tratamento de águas residuais (%), por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 42

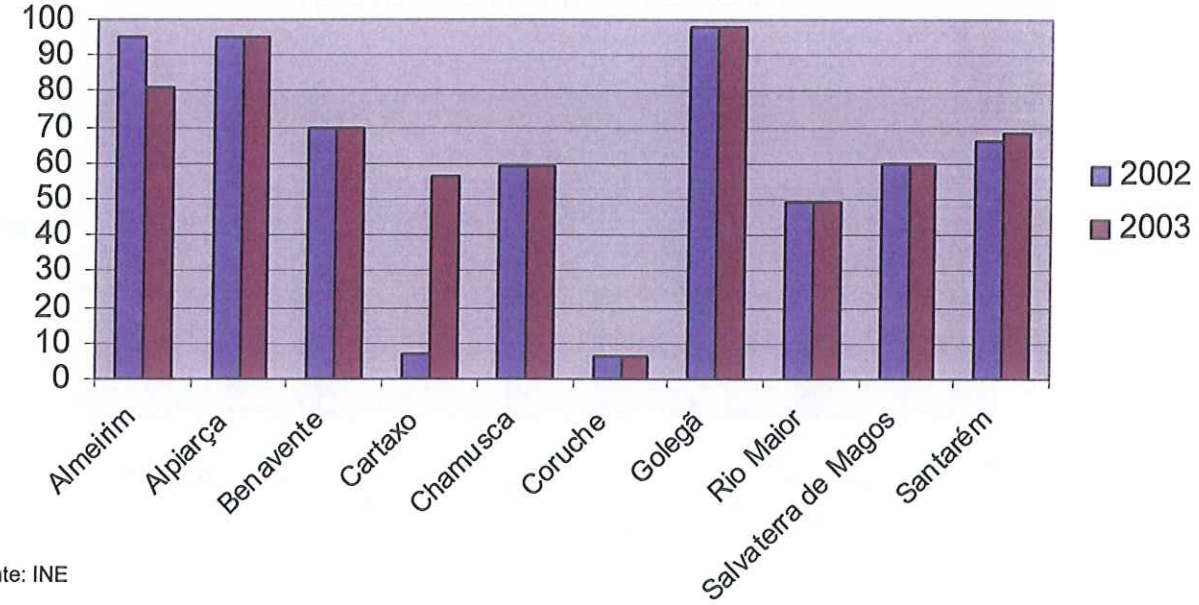
Tratamento: população servida com estações de tratamento de águas residuais (%), por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 43

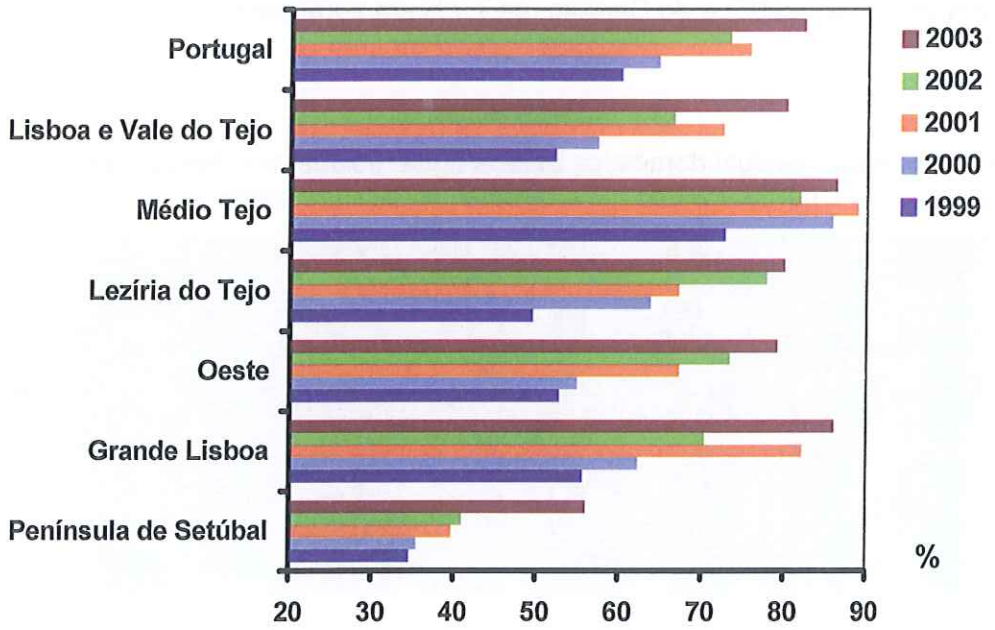
Tratamento: população servida com estações de tratamento de águas residuais (%), por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 44

Tratamento: água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada (%)



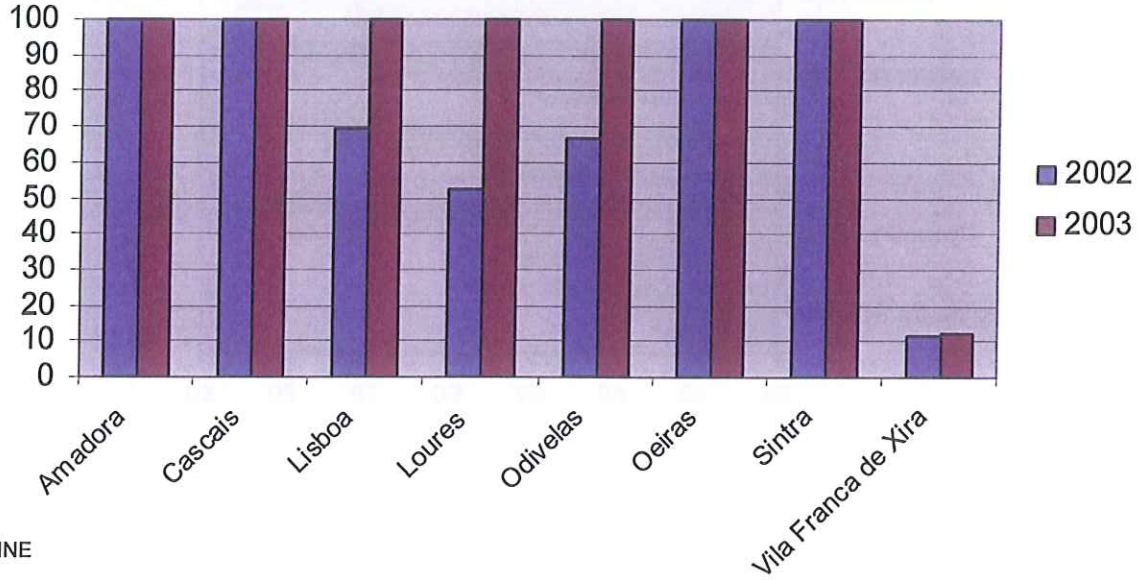
Fonte: INE

Apesar da melhoria significativa ocorrida na RLVT, neste domínio, até 2001 com uma variação positiva superior a 26%, a % de água residual doméstica sujeita a tratamento diminuiu em 2002 (descendo para os 66,5%). Esta descida foi registada também a nível nacional, embora menos acentuada que na RLVT, mas que fica ainda a 7 pontos percentuais acima da média regional. No entanto, em 2003 a situação altera-se, registando-se um novo aumento e atingindo a RLVT o seu valor mais alto no tratamento das águas domésticas residuais – 80,2%. Este é o único indicador em que a NUT III Médio Tejo ocupa, há vários anos, a posição mais favorável no contexto da Região, apesar da descida verificada nos últimos dois anos (de 88,9% em 2001 para 86,4% em 2003), estando a Grande Lisboa com uma média muito próxima (86,2%). A sub-região da Península de Setúbal continua a ocupar o lugar menos favorável apesar do crescimento registado (de 39,8% em 2001 para 56,1% em 2003). Alguns

municípios da Região apresentam taxas ainda claramente deficitárias (inferiores a 20%): Vila Franca de Xira (Grande Lisboa), Bombarral e Cadaval (Oeste), Ourém (Médio Tejo) e Coruche (Lezíria do Tejo). De registar a melhoria significativa dos concelhos de Setúbal (de 10% em 2002 para 45% em 2003), de Óbidos (de 9,3% em 2002 para 96,9% em 2003) e do Cartaxo (de 7,7% em 2002 para 60,9% em 2003).

Gráfico 45

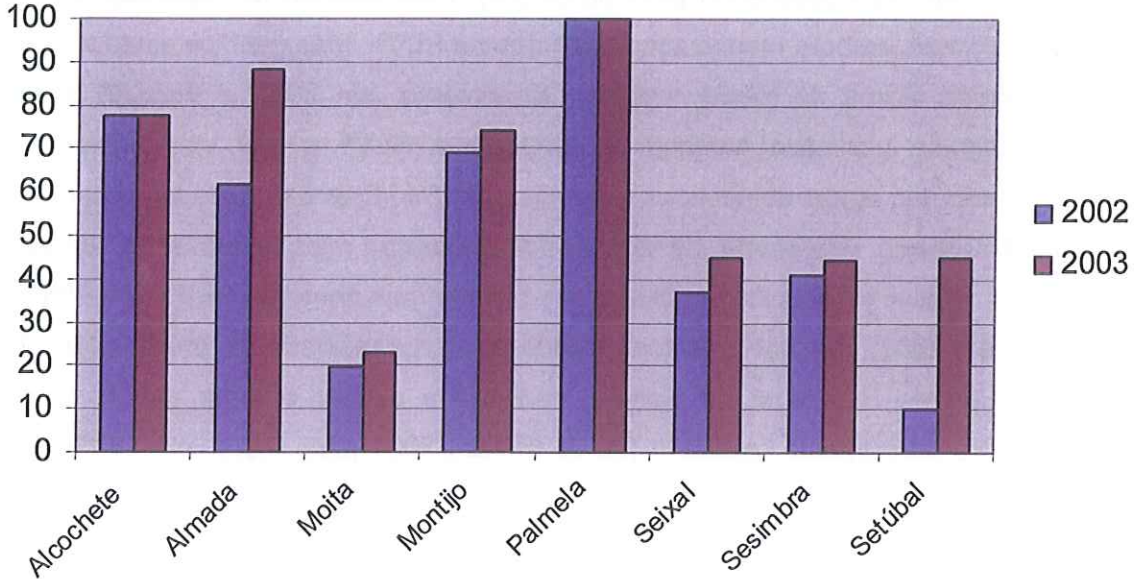
Tratamento: água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada (%), por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 46

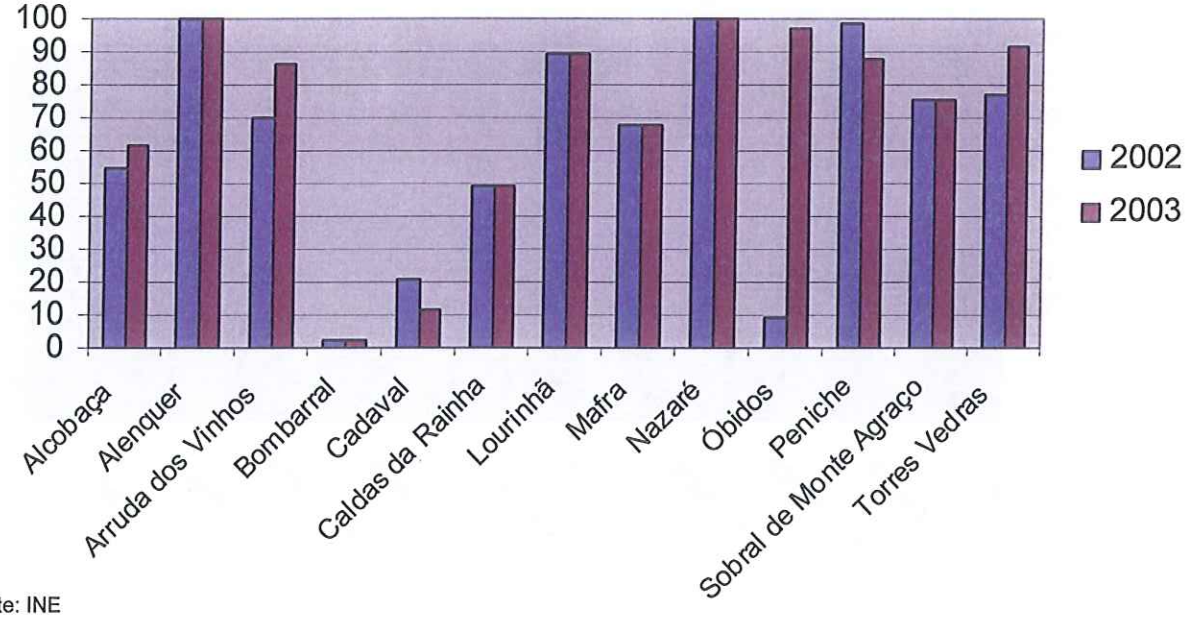
Tratamento: água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada (%), por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 47

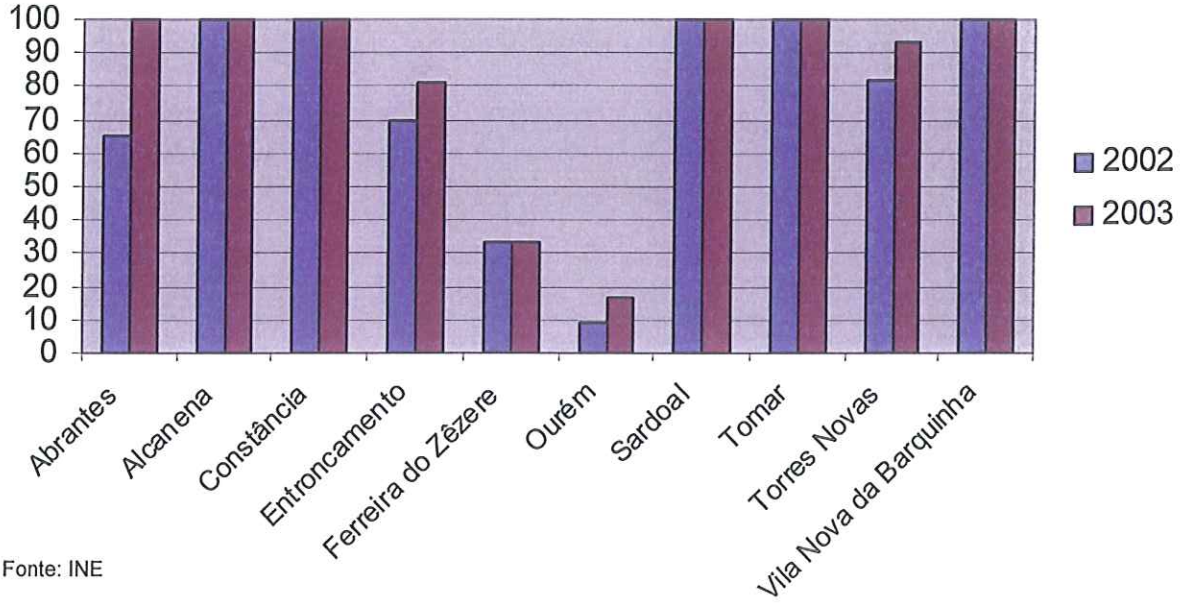
Tratamento: água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada (%), por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 48

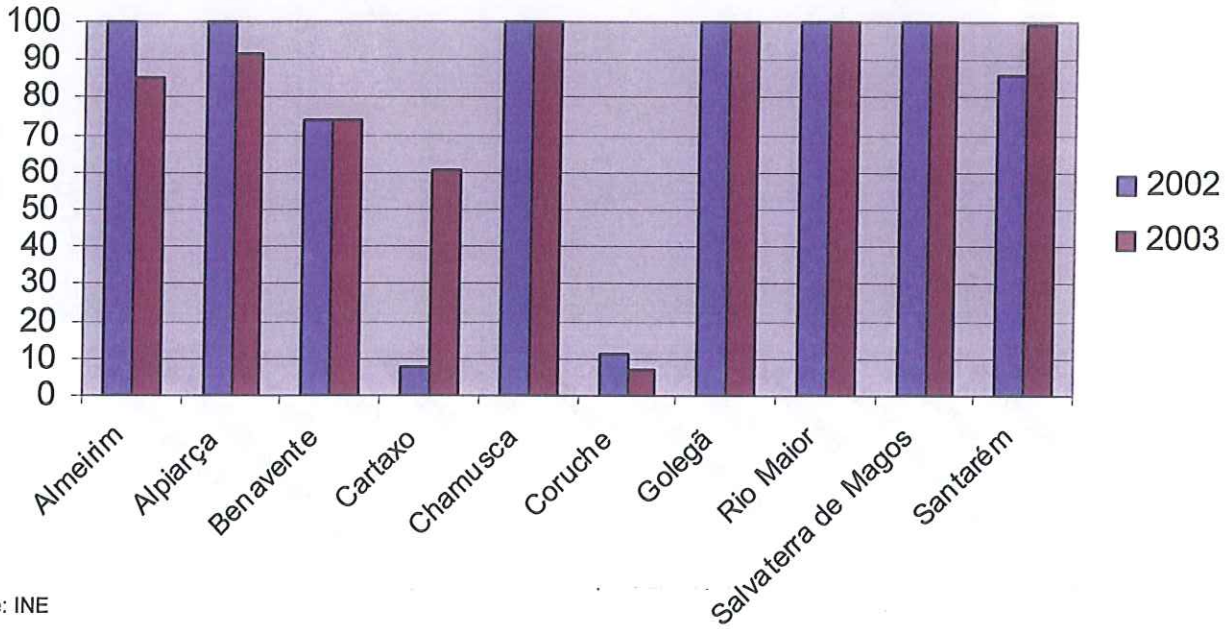
Tratamento: água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada (%), por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 49

Tratamento: água residual doméstica tratada/água residual doméstica drenada (%), por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo

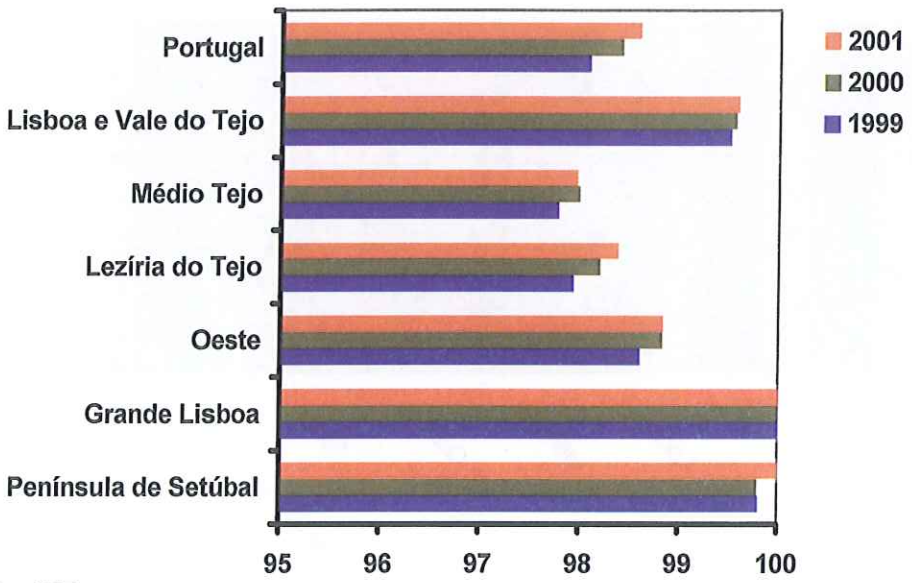


Fonte: INE

c) Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos

Gráfico 50

Cobertura: População servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos (%)



Fonte: INE

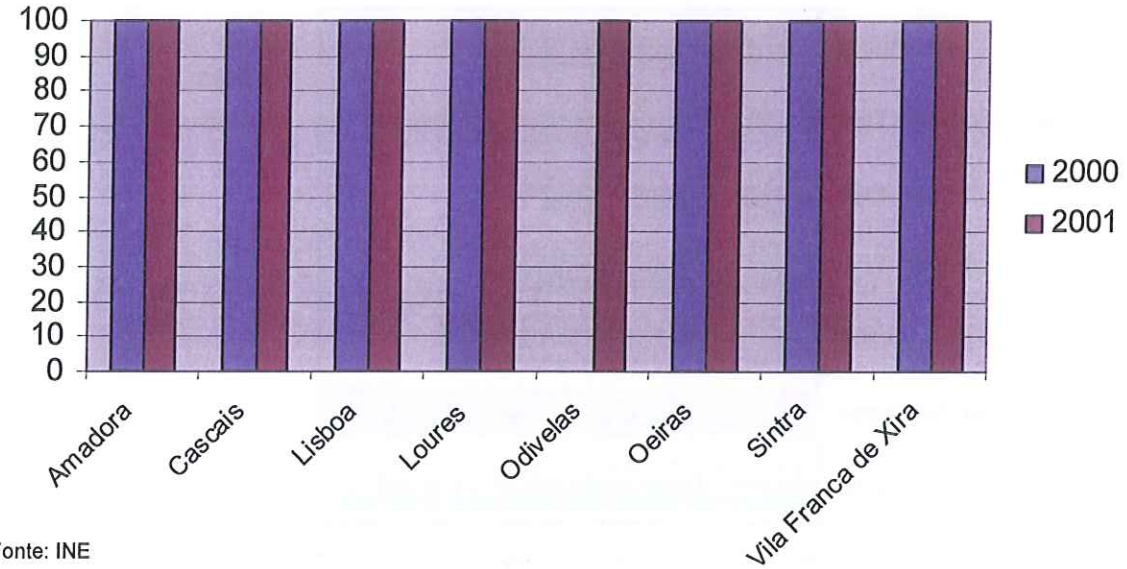
Não tendo sido possível actualizar este indicador, devido à falta de dados (ou à não publicação por parte do INE), entendeu-se incluir neste relatório os dados utilizados no "Relatório 2", tendo em conta a relevância desta informação para a análise em curso.

É já bastante favorável a situação da Região no que se refere ao grau de cobertura por sistemas de recolha de resíduos sólidos: cerca de 99,6% da população tem acesso directo a este tipo de recolha e quase 70% das autarquias garantem taxas de cobertura de 100% nos territórios que administram. Face a este panorama, maioritariamente favorável, são as situações menos positivas que ganham relevo:

Ferreira de Zêzere, Tomar e Salvaterra de Magos, com taxas de cobertura de 95%, continuam a ocupar as últimas posições neste domínio.

Gráfico 51

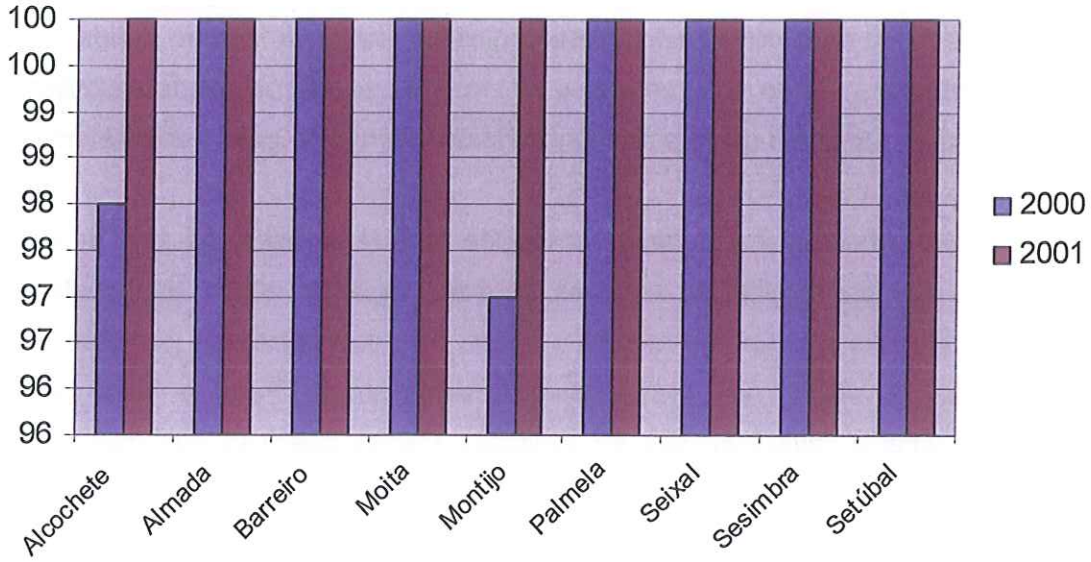
Cobertura: População servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos (%), por concelhos na sub-região da Grande de Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 52

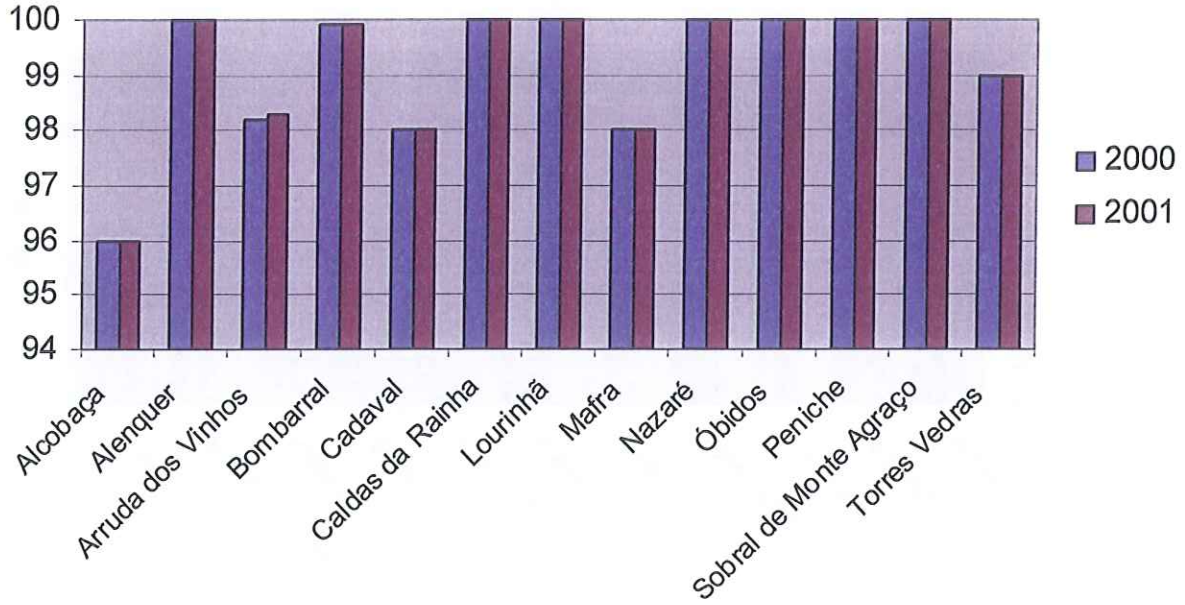
Cobertura: População servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos (%), por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 53

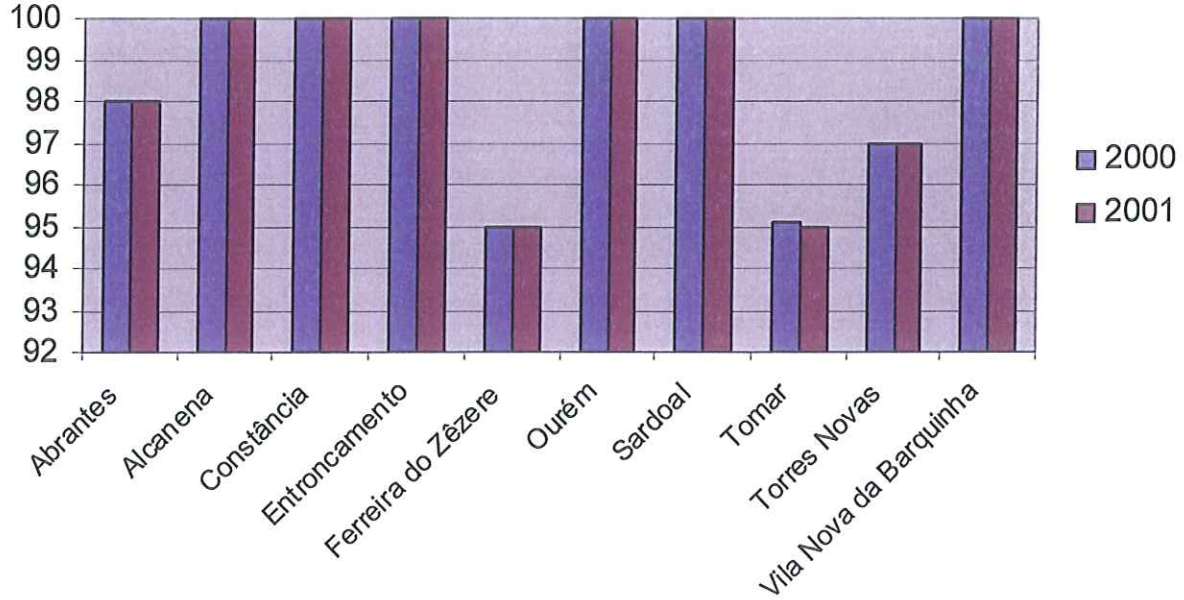
Cobertura: População servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos (%), por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 54

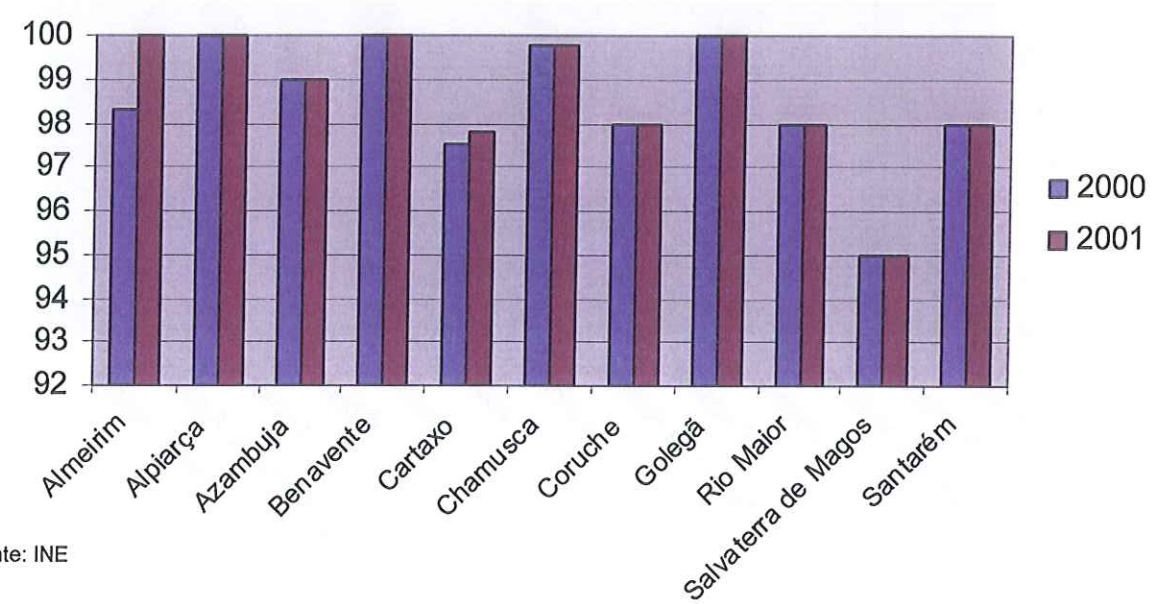
Cobertura: População servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos (%), por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 55

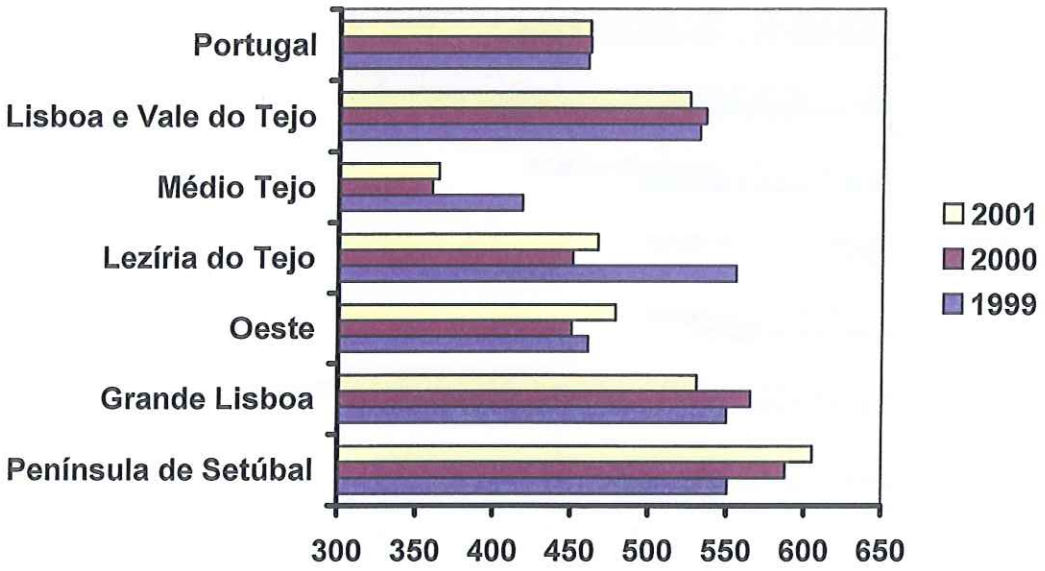
Cobertura: População servida com sistemas de recolha de resíduos sólidos (%), por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 56

Recolha: RSU recolhidos por habitante servido (Kg)



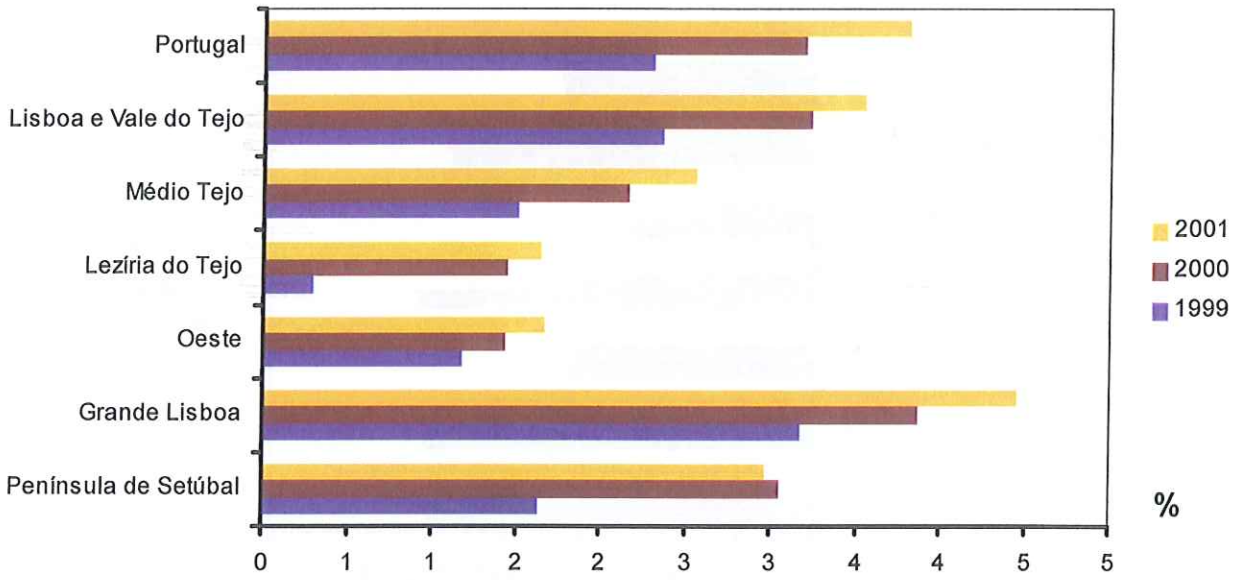
Fonte: INE

Não tendo sido possível actualizar este indicador, devido à falta de dados (ou a não publicação por parte do INE), entendeu-se incluir neste relatório os dados utilizados no "Relatório 2", tendo em conta a relevância desta informação para a análise em curso.

O total de resíduos sólidos urbanos recolhidos anualmente na Região por habitante servido diminuiu aproximadamente 1% entre 2000 (535,7 kg) e 2001 (525,2 kg), mantendo-se bem acima dos valores médios nacionais (460,9 kg em 2001). A maior parte dos municípios apresentam capitações entre os 400 e os 600 kg. Com médias superiores a 600 kg por habitante encontram-se concelhos que, possuindo perfis

produtivos distintos, partilham entre si uma forte presença de actividades de restauração e hotelaria associadas a áreas de lazer e turismo: Golegã, Nazaré, Peniche, Lourinhã, Cascais, Lisboa, Almada e Sesimbra .

Gráfico 57
Recolha: RSU com recolha selectiva (%)



Fonte: INE

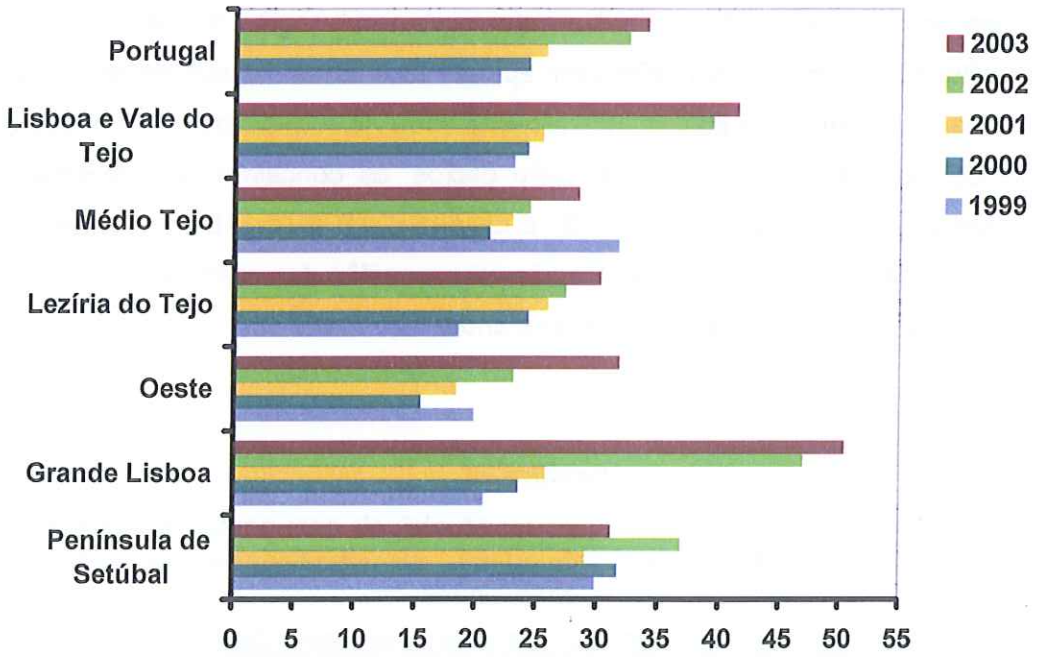
Não tendo sido possível actualizar este indicador, devido à falta de dados (ou à não publicação por parte do INE), entendeu-se incluir neste relatório os dados utilizados no "Relatório 2", tendo em conta a relevância desta informação para a análise em curso.

A percentagem de resíduos sólidos urbanos (RSU) com recolha selectiva, embora tenha melhorado na Região entre 2000 e 2001 (variação positiva de 10%), mantém-se a um nível modesto (3,6% em 2001) e aumentou a sua distância em relação à média nacional (3,9% em 2001, correspondendo a uma variação positiva de quase 20%). Ao nível das sub-regiões, os valores mais favoráveis cabem à Grande Lisboa (4,5%) e à Península de Setúbal (3,0%). Mas são, sobretudo, os concelhos de Lisboa e Oeiras

que se destacam positivamente, ao ultrapassar o valor de 6%. Em situação oposta colocam-se os municípios onde a percentagem de RSU com recolha selectiva não atinge, sequer, 1%: Cadaval e Nazaré (Oeste), Sardoal e Alcanena (Médio Tejo) e Almeirim, Azambuja, Salvaterra de Magos e Benavente (Lezíria do Tejo).

Gráfico 58

Despesas: total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) por habitante (euros)



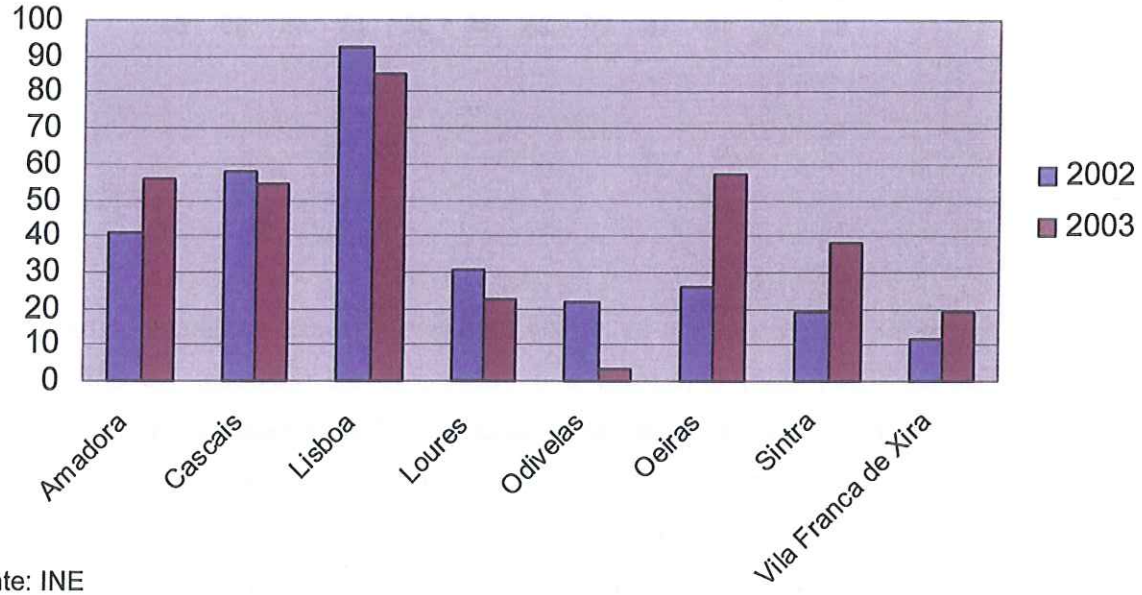
Fonte: INE

Entre 2001 e 2003 acelerou-se a tendência para o reforço das despesas correntes das autarquias da RLVT com a recolha e o tratamento de resíduos, Se em 2001 se registam 25,5 euros, a capitação alcançada em 2003 atingiu os 41,5 euros por habitante, passando agora a ser superior à do país (com apenas 34 euros). Existem, contudo, disparidades intra-regionais relevantes. A sub-região da Península de Setúbal, que ocupava em 2001 a posição mais favorável na Região, embora tenha subido em 2002 (36,9 euros) registou uma descida em 2003 (31,2 euros por

habitante). Em sentido inverso a sub-região da Grande Lisboa, em 2003 atingiu o seu valor máximo com 50,5 euros por habitante, e a sub-região do Oeste, registou 31,9 euros por habitante. As capitações mais elevadas na Grande Lisboa registaram-se nos concelhos de Lisboa (84,9), Oeiras (56,9), Amadora (55,5) e Cascais (54,6), sendo de salientar a ligeira descida que os concelhos de Lisboa e Cascais tiveram de 2002 para 2003. Na Península de Setúbal foi o concelho de Palmela que atingiu a maior capitação anual (55,4). Com um pouco mais, regista-se o concelho de Peniche (Oeste) com 55,9 euros - e ainda os concelhos de Alcanena e Cartaxo no Vale do Tejo, com capitações entre os 60 e 70 euros. No entanto, é a sub-região do Médio Tejo que revela a situação mais frágil em 2003, com apenas 28,5 euros. Apesar de em todas as sub-regiões se observar resultados contrastados entre os municípios que as integram, pode-se destacar, com valores ainda muito baixos, os concelhos de Odivelas (3,6 euros), Alpiarça (8,6 euros), Seixal (11,9) e Óbidos (14,6 euros). De forma geral, as despesas das câmaras municipais da Região com a gestão dos resíduos aumentou de uma forma bastante positiva nos últimos dois anos.

Gráfico 59

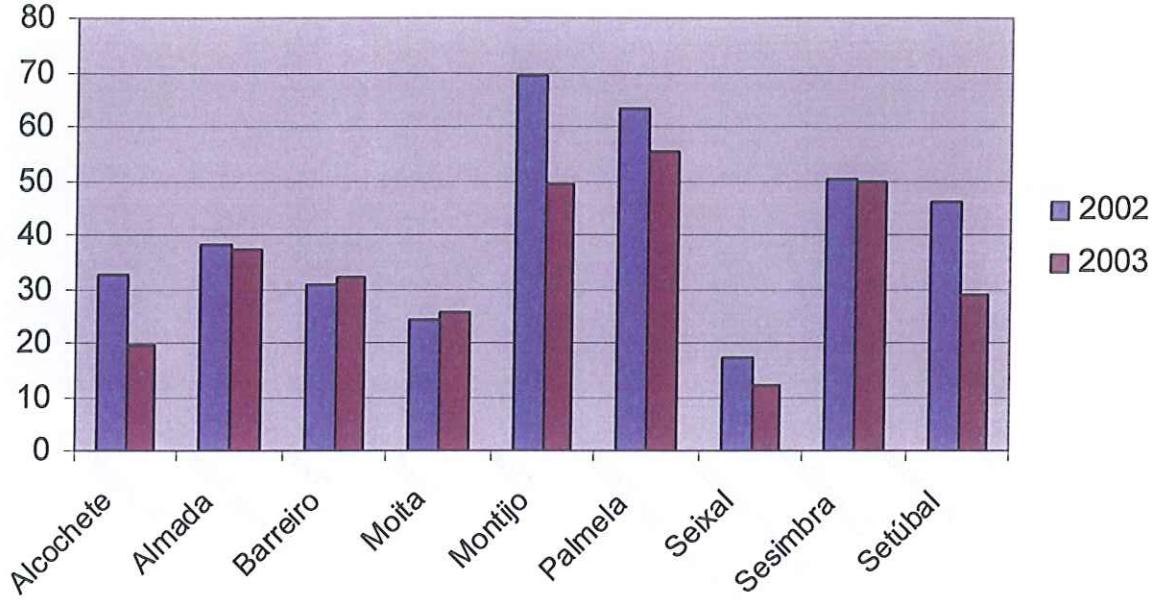
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 60

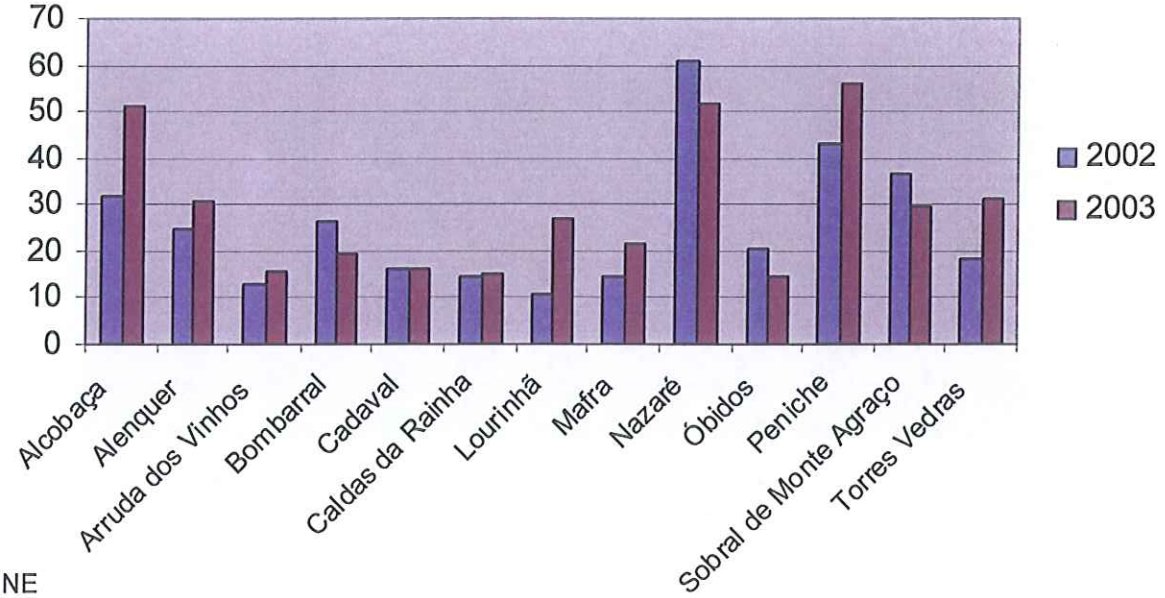
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 61

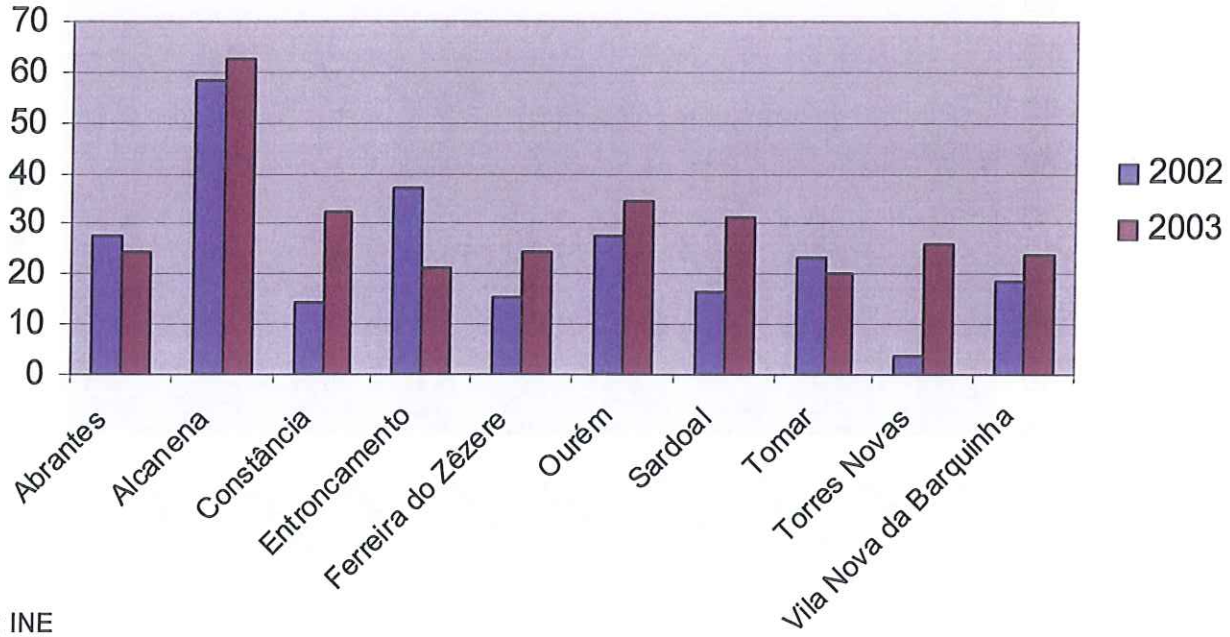
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) por habitante (euros), por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 62

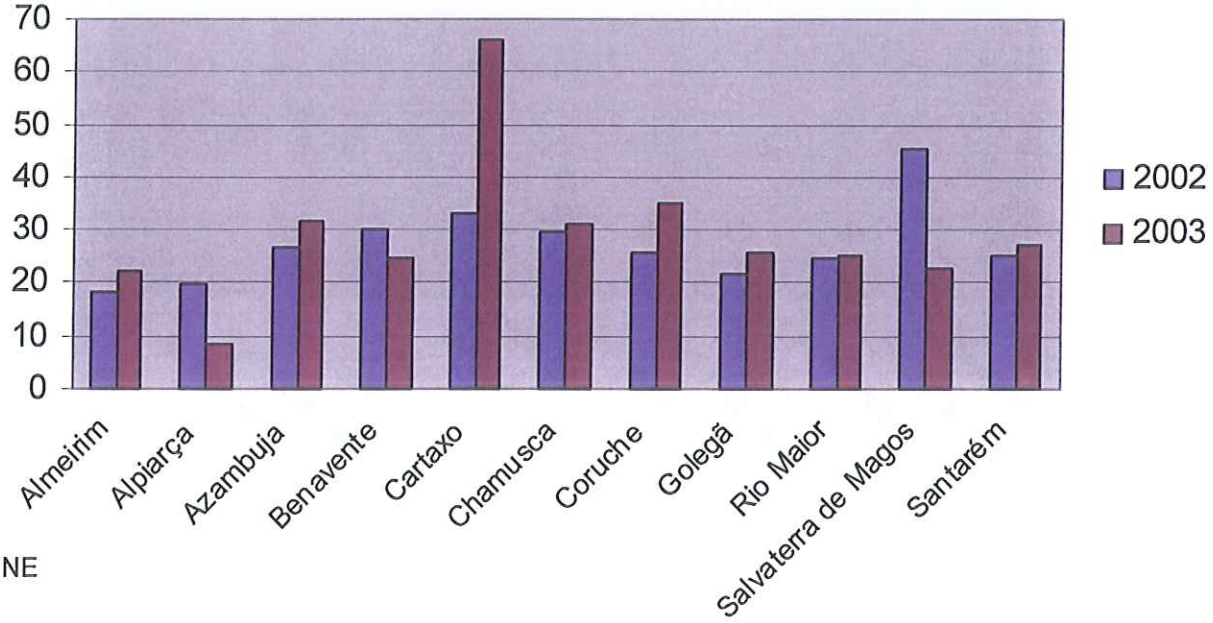
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) por habitante (euros), por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 63

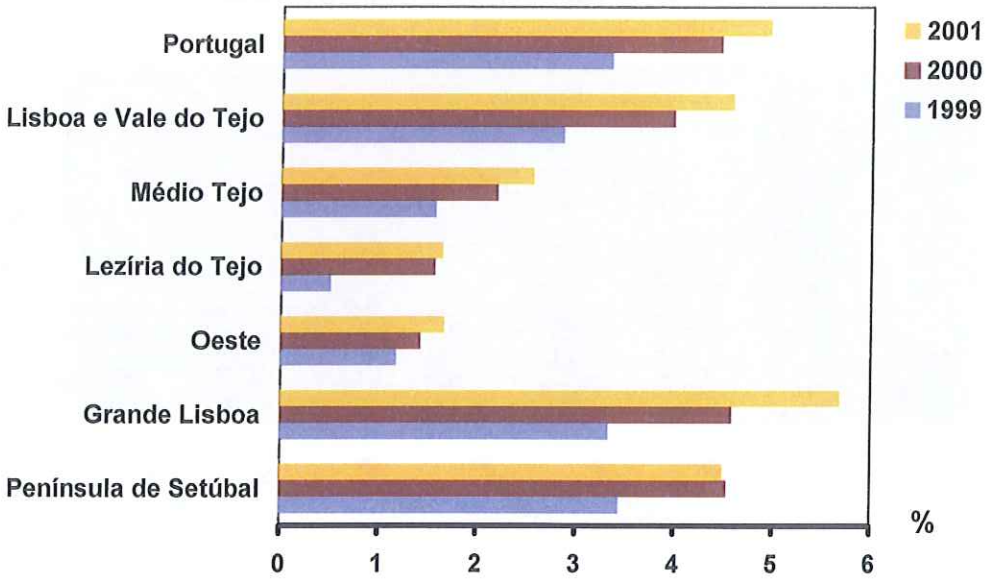
Total de despesas correntes das Câmaras Municipais com gestão de resíduos (recolha e tratamento) por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 64

Reciclagem: materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos (%)



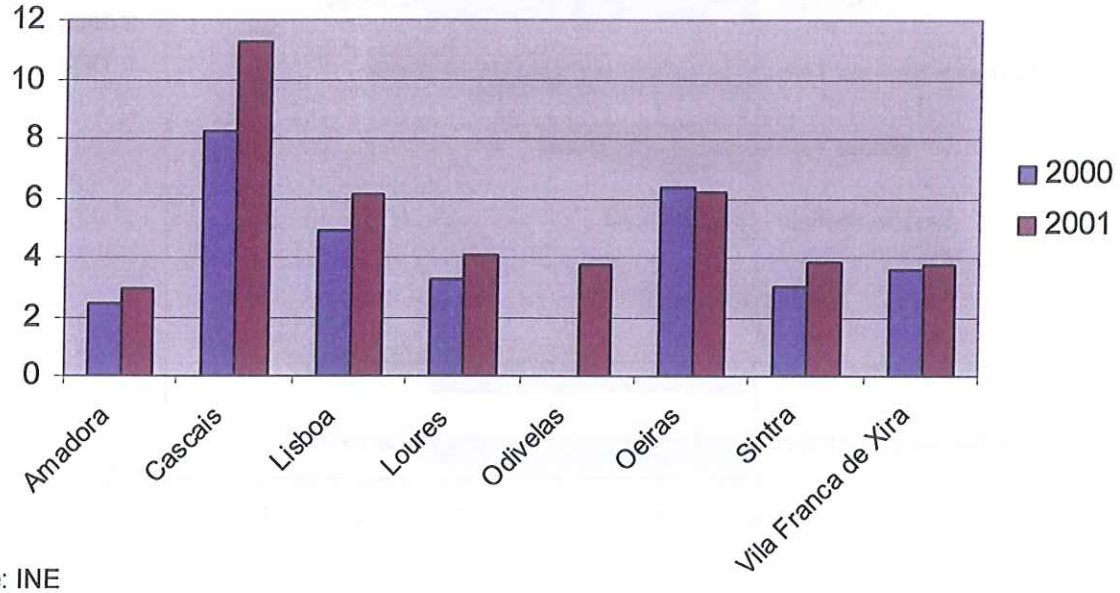
Fonte: INE

Não tendo sido possível actualizar este indicador, devido à falta de dados (ou à não publicação por parte do INE), entendeu-se incluir neste relatório os dados utilizados no "Relatório 2", tendo em conta a relevância desta informação para a análise em curso.

Apenas 4,6% do total de resíduos recolhidos foram posteriormente reciclados e vendidos no ano de 2001. Apesar de corresponder a uma variação positiva de 15,2% em relação ao ano anterior, aquela percentagem é ainda muito baixa e, mesmo, inferior à média nacional (5,0%).

Gráfico 65

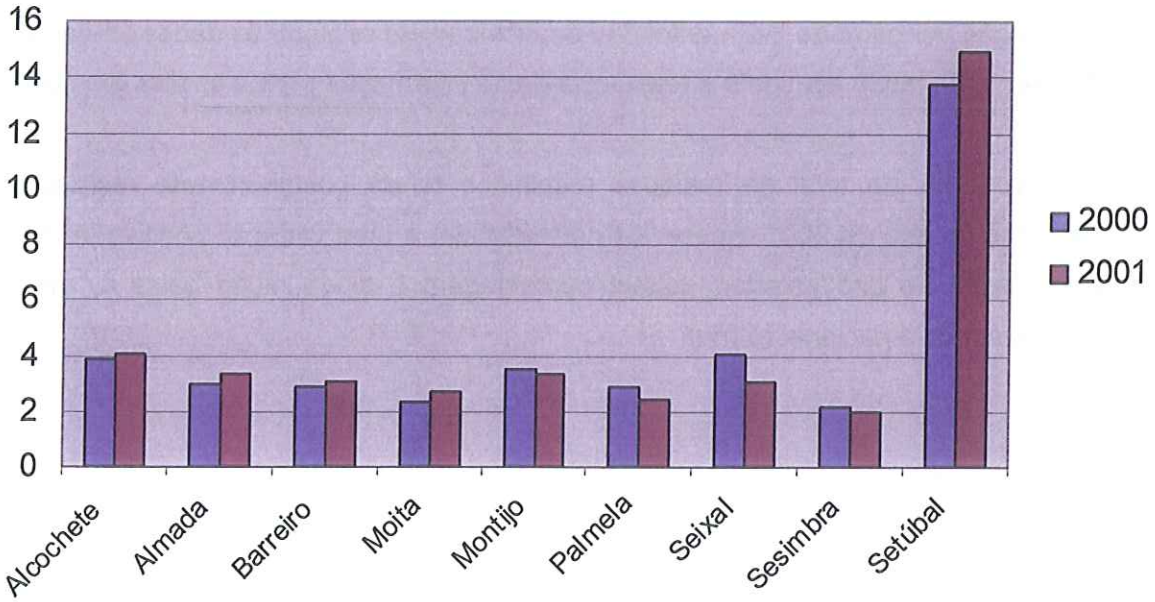
Reciclagem: materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos (%), por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 66

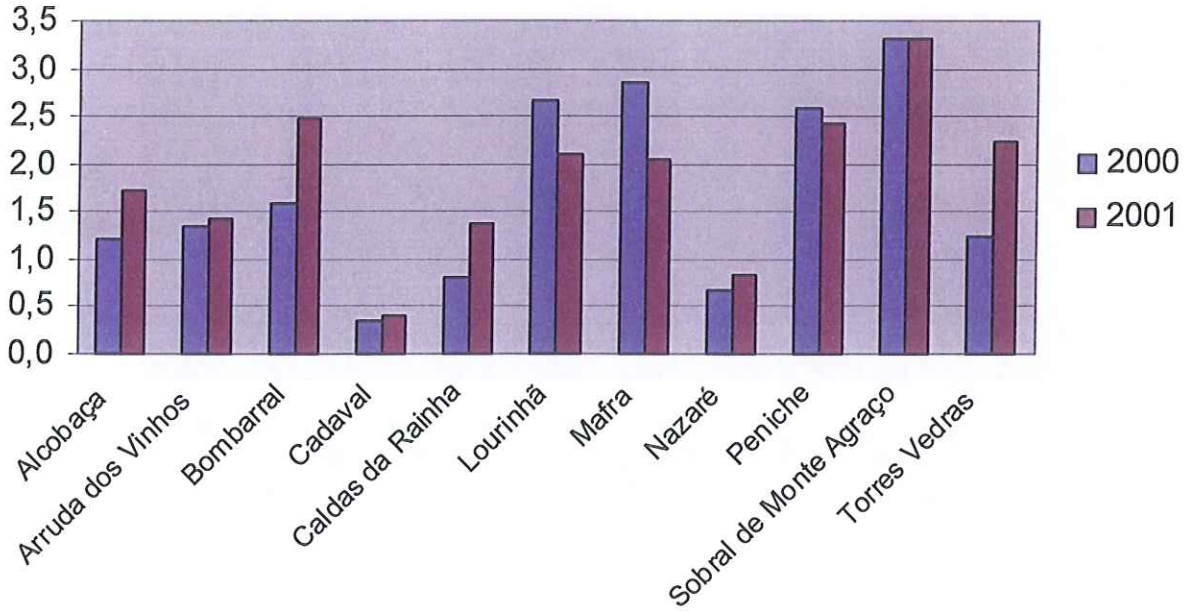
Reciclagem: materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos (%), por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 67

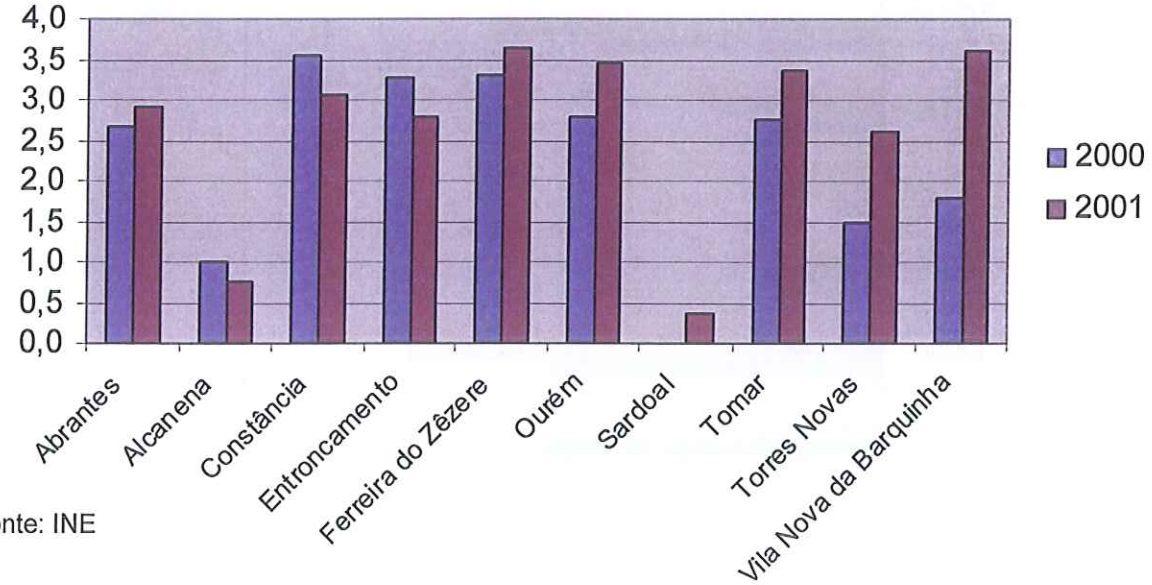
Reciclagem: materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos (%), por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 68

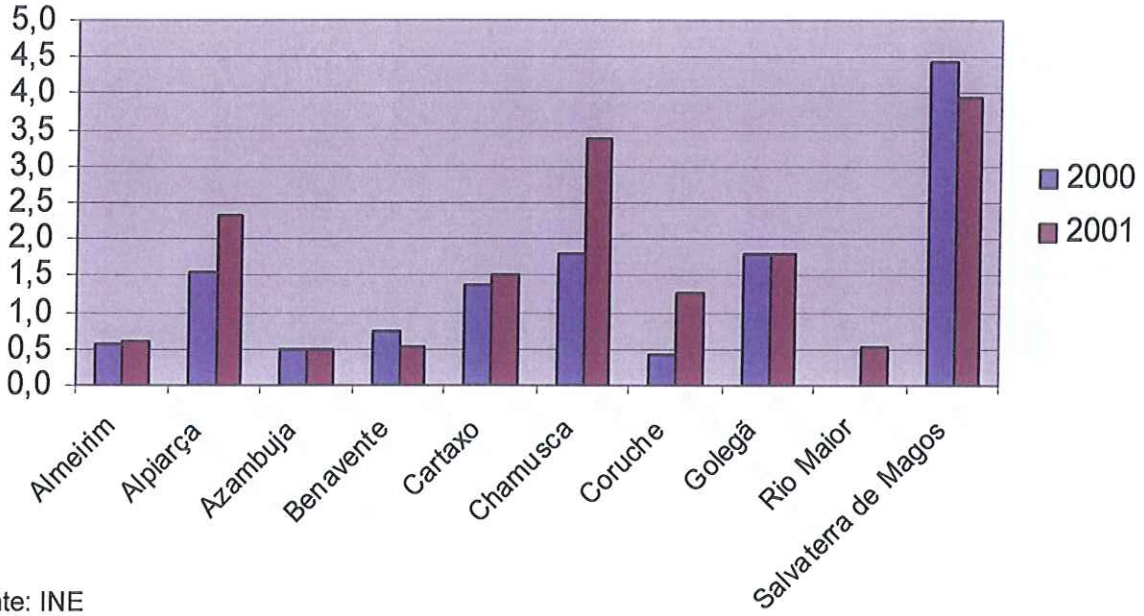
Reciclagem: materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos (%), por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 69

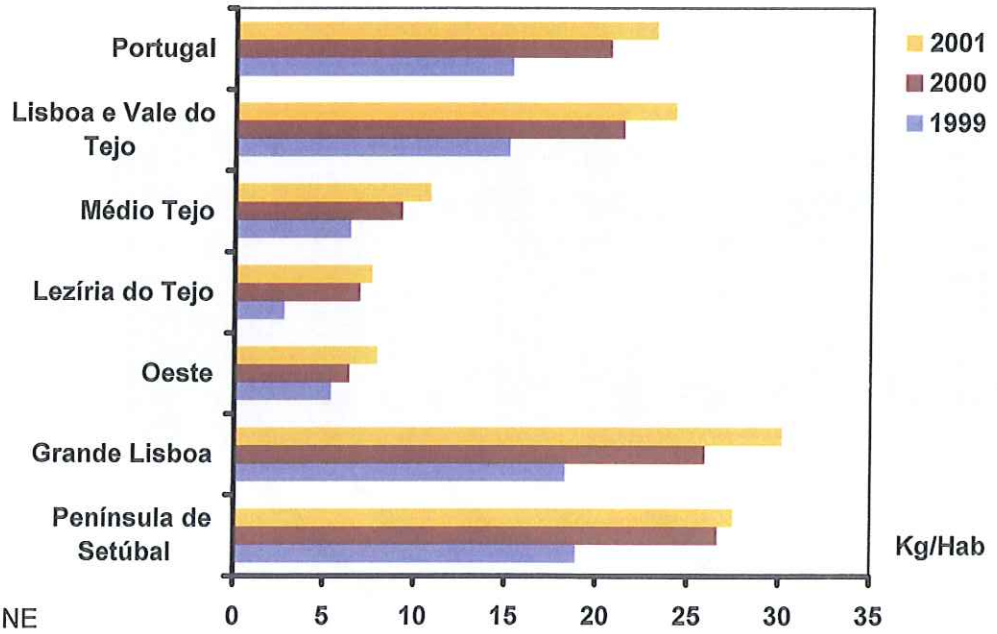
Reciclagem: materiais reciclados vendidos/total de resíduos recolhidos (%), por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 70

Reciclagem: materiais reciclados vendidos por habitante servido (Kg)



Fonte: INE

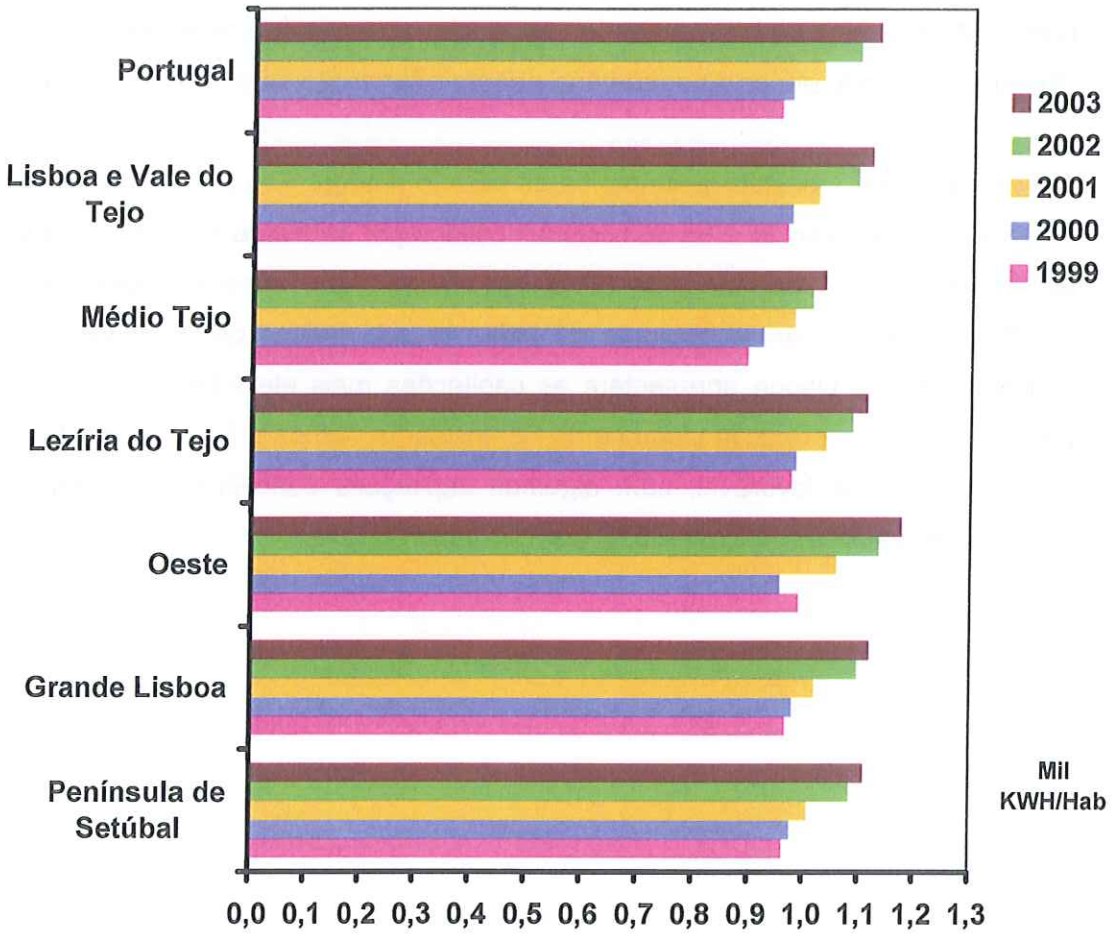
Não tendo sido possível actualizar este indicador, devido à falta de dados (ou à não publicação por parte do INE), entendeu-se incluir neste relatório os dados utilizados no "Relatório 2", tendo em conta a relevância desta informação para a análise em curso.

A evolução deste indicador acompanha de perto o anterior. Em 2001 foram reciclados e vendidos na Região 24,9 kg de resíduos sólidos por habitante servido, um aumento de 15,2% face ao ano anterior (21,6 kg), valores que superam ligeiramente os resultados obtidos para o conjunto do país. As sub-regiões que compõem a Área Metropolitana de Lisboa apresentam as capitações mais elevadas (30,2 e 27,5 kg, respectivamente na Grande Lisboa e na Península de Setúbal). À Lezíria do Tejo cabe a situação menos favorável, com algumas capitações concelhias verdadeiramente irrelevantes (valores inferiores a 5 kg por habitante servido).

d) Electricidade

Gráfico 71

Consumo: total de consumo doméstico de energia por habitante



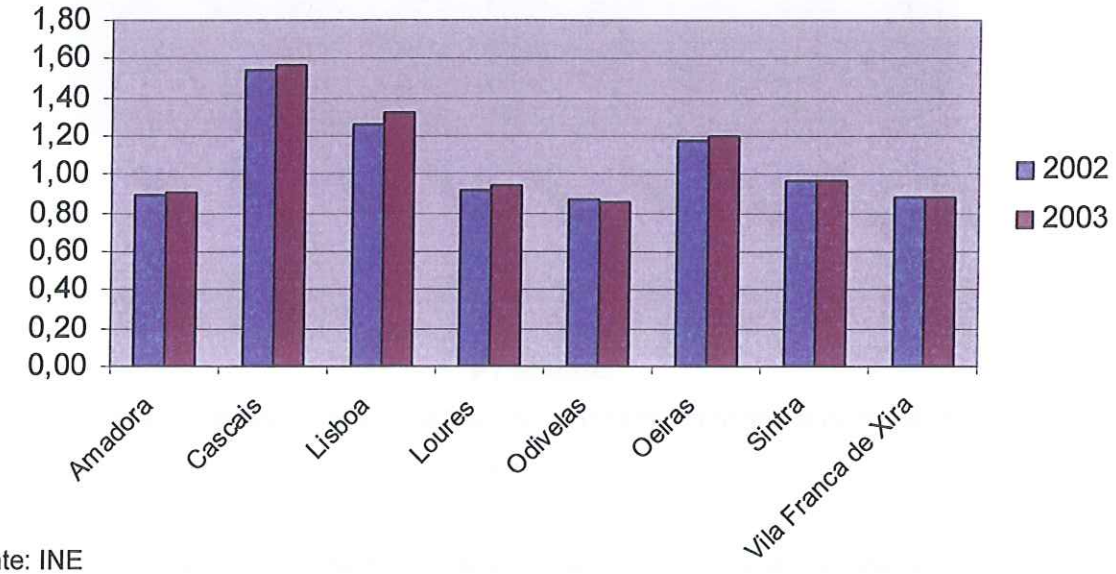
Fonte: INE

A RLVT, que em 2001 ultrapassou os mil kWh de consumo doméstico anual médio de energia por habitante servido (1,03 mil kWh), aumentou o seu consumo médio de energia para os 1,118 mil kWh em 2003. Resultados que, embora próximos dos que se observaram ao nível nacional (1,130 mil kWh), ainda estão um pouco abaixo dessa média. As capitações anuais aumentaram em todas as sub-regiões, registando todas valores superiores aos 1,00 mil kWh por habitante nos últimos dois anos, oscilando

entre 1,177 mil kWh (Oeste) e 1,035 mil kWh (Médio Tejo). Os valores máximos registados foram alcançados nos concelhos de Cascais (1,573), Lisboa (1,322) e Sesimbra (1,431). De salientar ainda que na sub-região do Oeste todos os concelhos registam consumos médios de energia em 2003 superiores aos 1,015 mil kWh por habitante. As capitações mais baixas ocorrem em municípios da Área Metropolitana de Lisboa com forte presença de subúrbios desqualificados, como Odivelas (0,854), Vila Franca de Xira (0,887) e Moita (0,890).

Gráfico 72

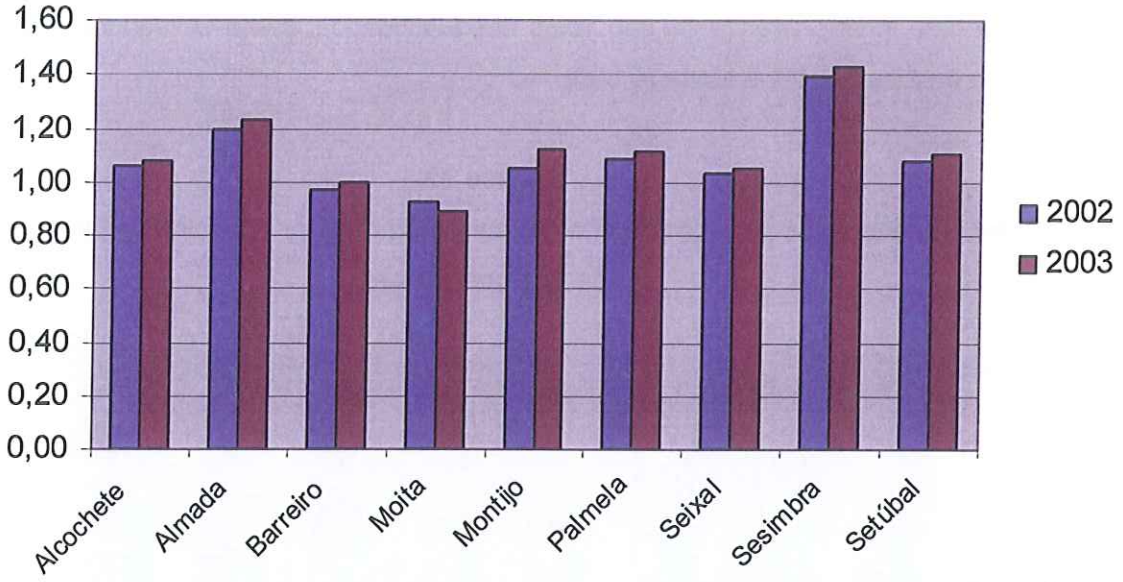
Total de consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 73

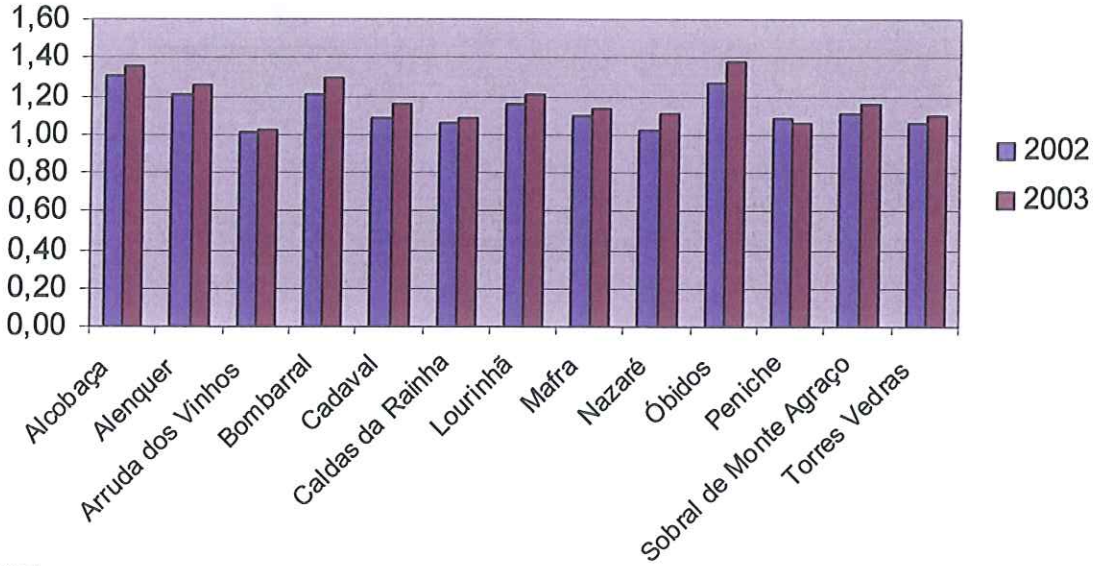
Consumo: total de consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 74

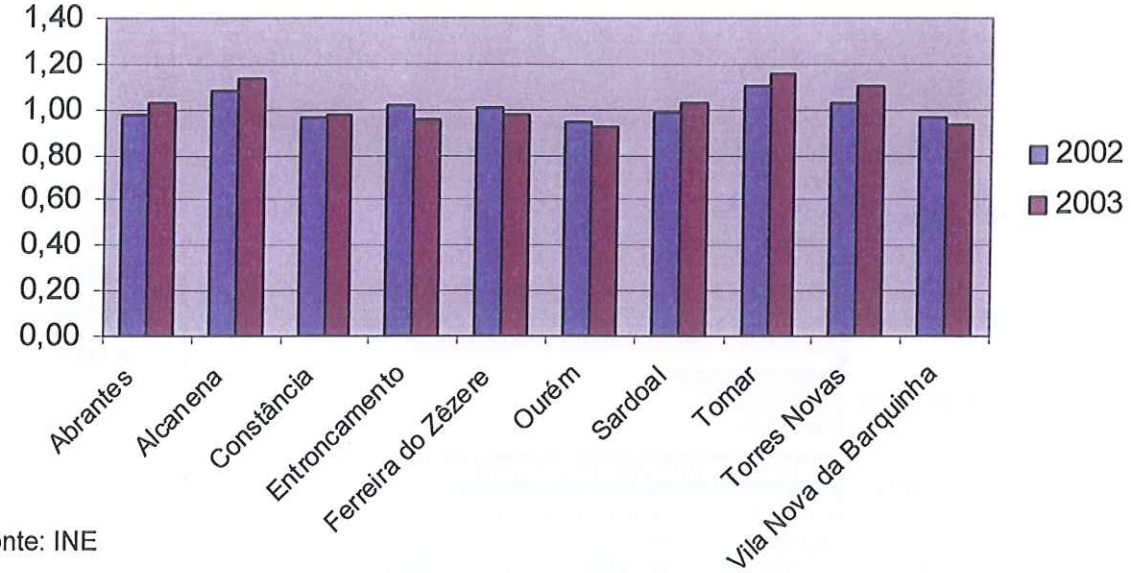
Total de consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 75

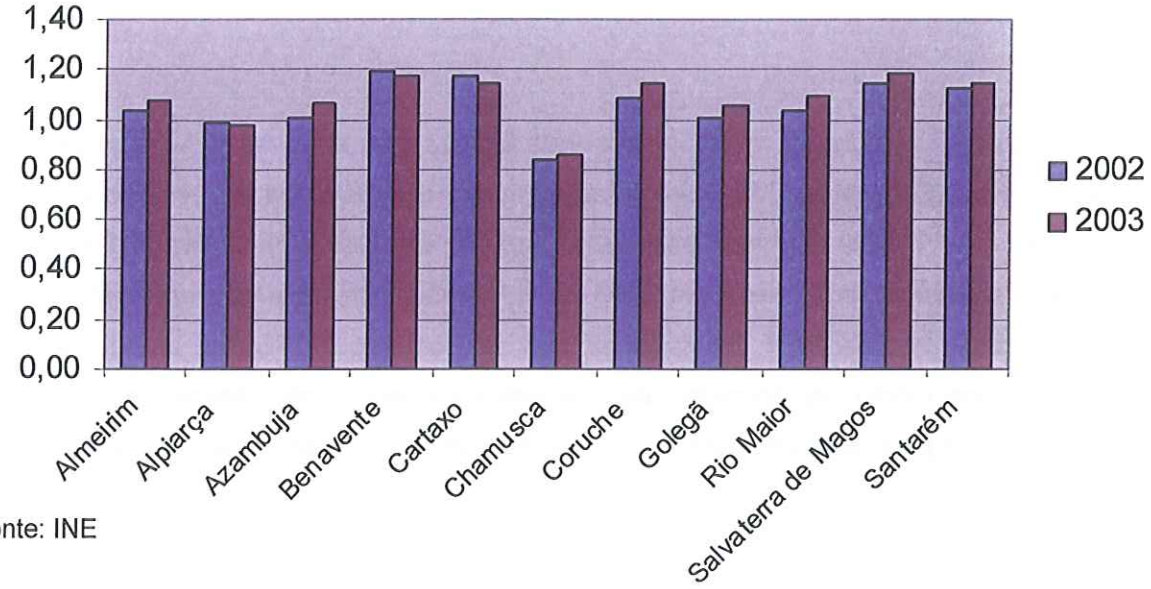
Total de consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 76

Total de consumo doméstico de energia por habitante, por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo

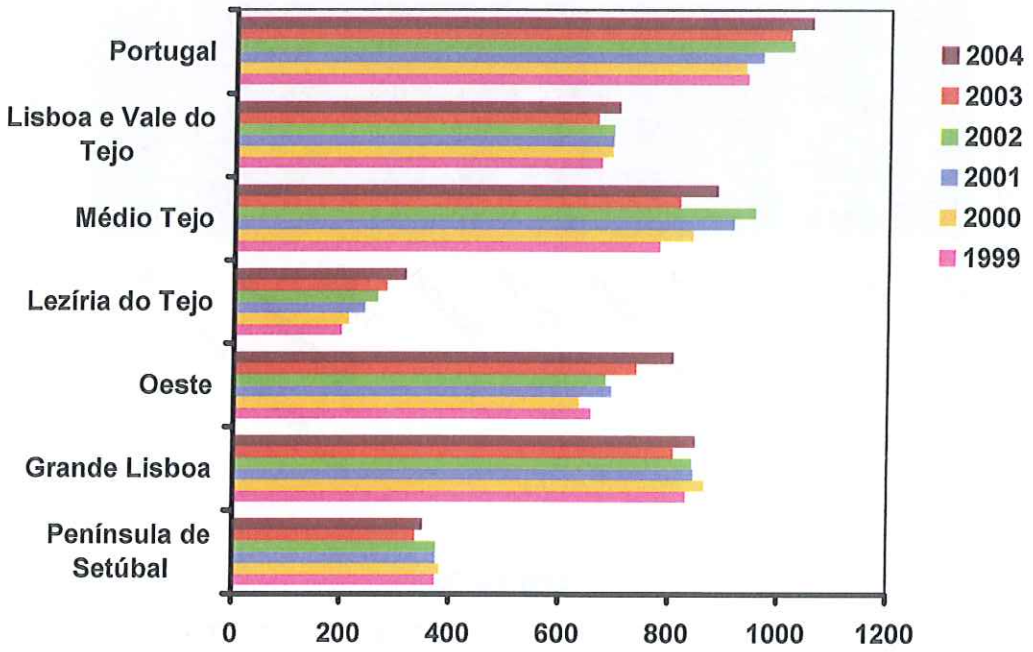


Fonte: INE

a) Nível nacional

Gráfico 77

Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes



Fonte: INE

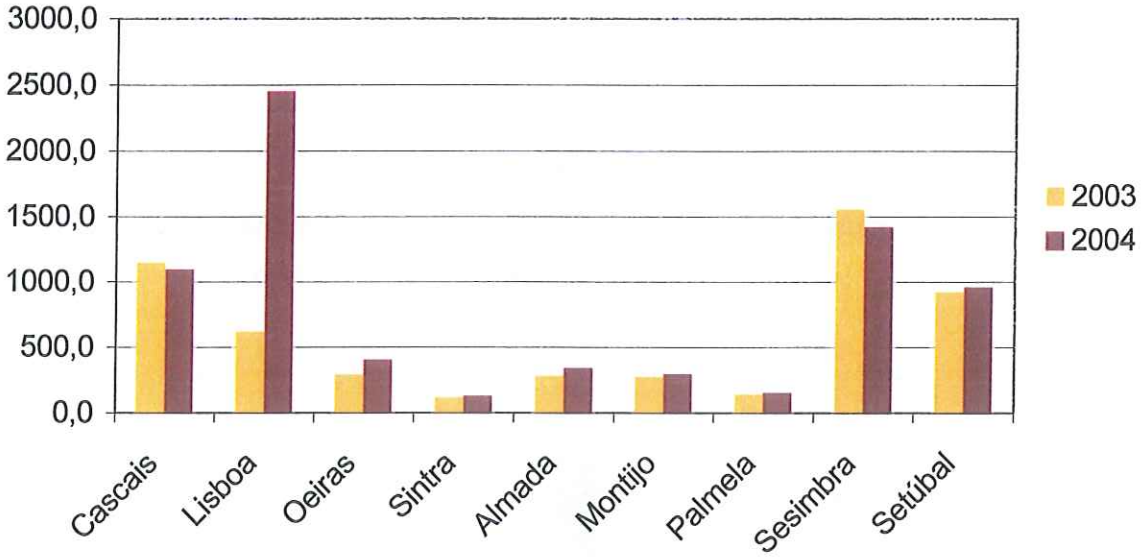
Este indicador revelou-se muito instável nos últimos três anos na RLVT, atingindo a Região em 2004 apenas 705,3 dormidas, agravando a distância em relação à média nacional, com 1057,9 dormidas no mesmo ano. Se a subida a nível nacional tem sido gradual, apesar do retrocesso em 2003, a RLVT não teve mais que um aumento de 1,6% face ao ano de 2001. De salientar que, no conjunto da Região, as sub-regiões cujo número médio de dormidas de hospedes nacionais não desceu em 2003 e revelou um ligeiro aumento nos últimos anos foram o Oeste e a Lezíria do Tejo. Quanto aos concelhos mais atractivos, continuam muito associados ao turismo de sol e praia (Nazaré, Peniche, Cascais e Sesimbra), histórico-cultural (Lisboa, Tomar) e religioso (Ourém). De salientar o grande crescimento no número médio de dormidas no concelho de Óbidos, que atingiu o valor mais alto em toda a Região em 2004,

ultrapassando até Lisboa, com 4709,9 dormidas de hospedes nacionais por mil habitantes. Devemos ter em atenção que o número de estabelecimentos e respectivas camas aumentou neste concelho e que, por outro lado, é um concelho com pouca população, razão pela qual apresenta um valor tão alto.

NOTA: Apesar da análise ser feita por sub-regiões da RLVT (NUTS III), optou-se neste indicador, por apresentar a nível gráfico os dados agregados para três sub-regiões: AML, Oeste e Vale do Tejo, dada a falta de dados para muitos concelhos.

Gráfico 78

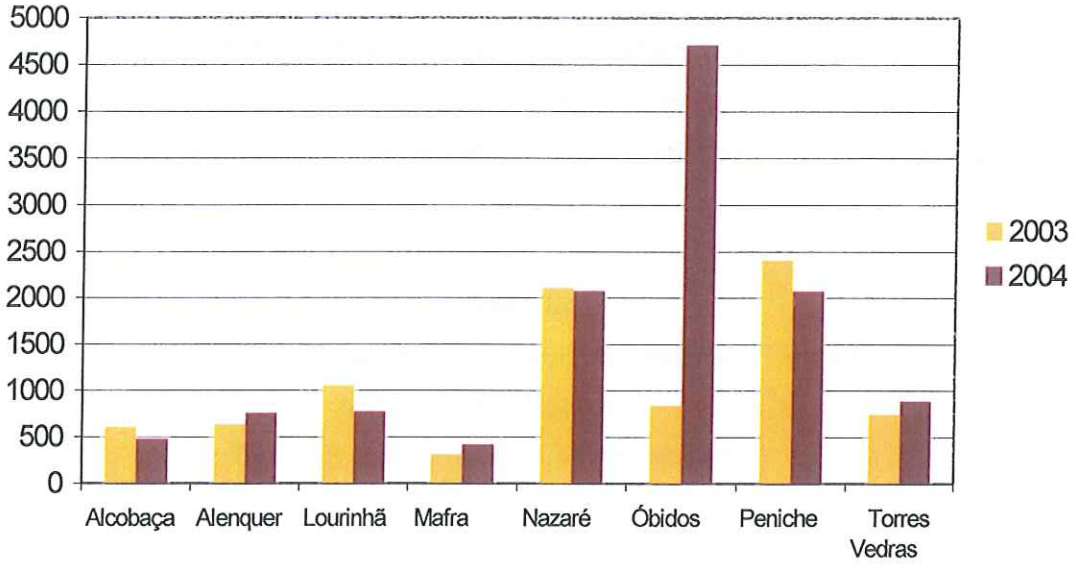
Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes, por concelhos na Área Metropolitana de Lisboa
(Grande Lisboa + Península de Setúbal)



Fonte: INE

Gráfico 79

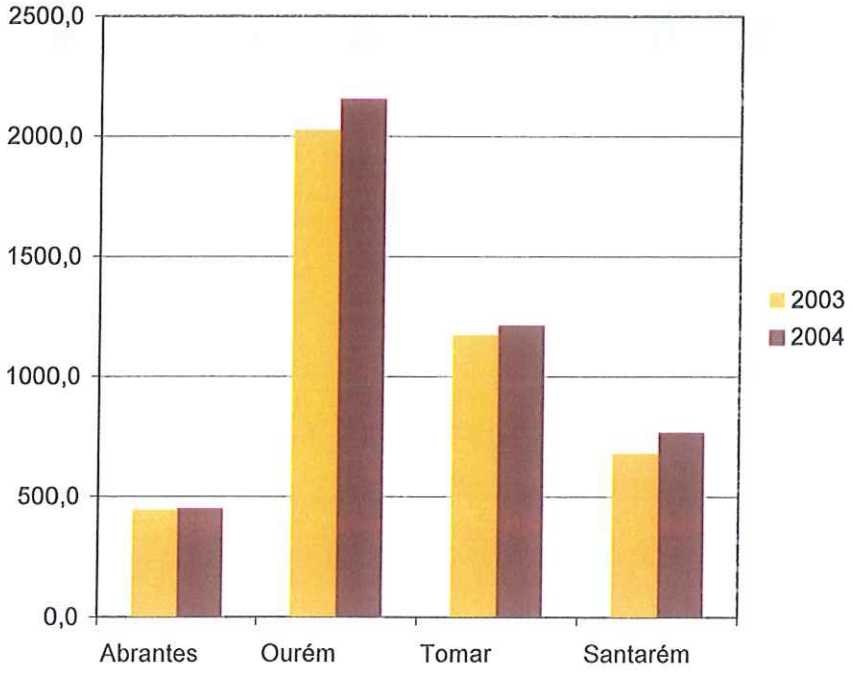
Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes, por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 80

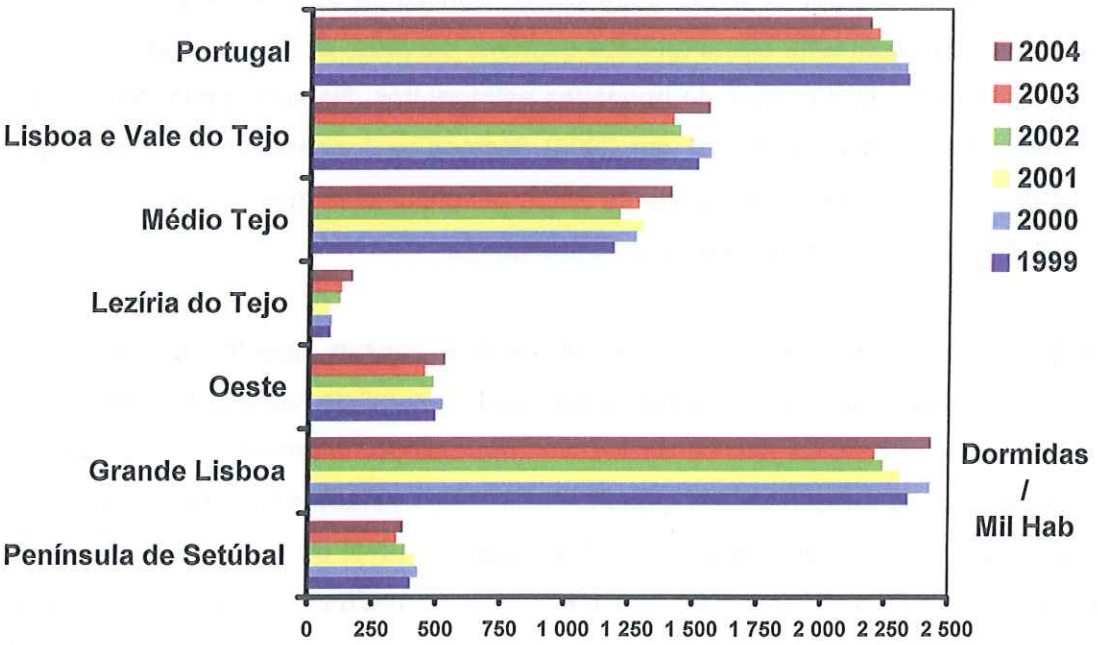
Total de dormidas de hóspedes nacionais por 1000 habitantes, por concelhos no Vale do Tejo (Médio Tejo + Lezíria do Tejo)



b) Nível internacional

Gráfico 81

Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes



Fonte: INE

A evolução pouco positiva que a RLVT tem demonstrado desde o ano de 2000, quanto ao total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes, só se inverteu em 2004 (da média regional de 1493 dormidas em 2001 passou para 1557 em 2004), tendo sido o ano de 2003 o que registou o valor mais baixo de dormidas de hóspedes estrangeiros por mil habitantes (1415,9) nos últimos 6 anos. Esta situação tem sido idêntica à registada no país, com uma evolução também negativa nos últimos anos do número de dormidas de hospedes estrangeiros. A subida em 2004 do número de dormidas de hospedes estrangeiros, como também a registada ao nível dos hospedes nacionais, poderá ter explicação na realização do "Euro 2004". Ao nível das sub-regiões, o Médio Tejo continua a ser a sub-região, depois da Grande Lisboa, a registar os valores mais altos e idênticos à média da RLVT, atingindo em 2004 as 1412 dormidas de hospedes estrangeiros por mil habitantes. Este valor deve-se ao concelho

de Ourém, e ao reforço da sua capacidade atractiva pelo turismo religioso de Fátima, atingindo as 5824,8 dormidas em 2004, valor bastante positivo no conjunto da Região situando-o na 2º posição, depois do concelho de Lisboa (6945,6) e antes do de Cascais (4782,3).

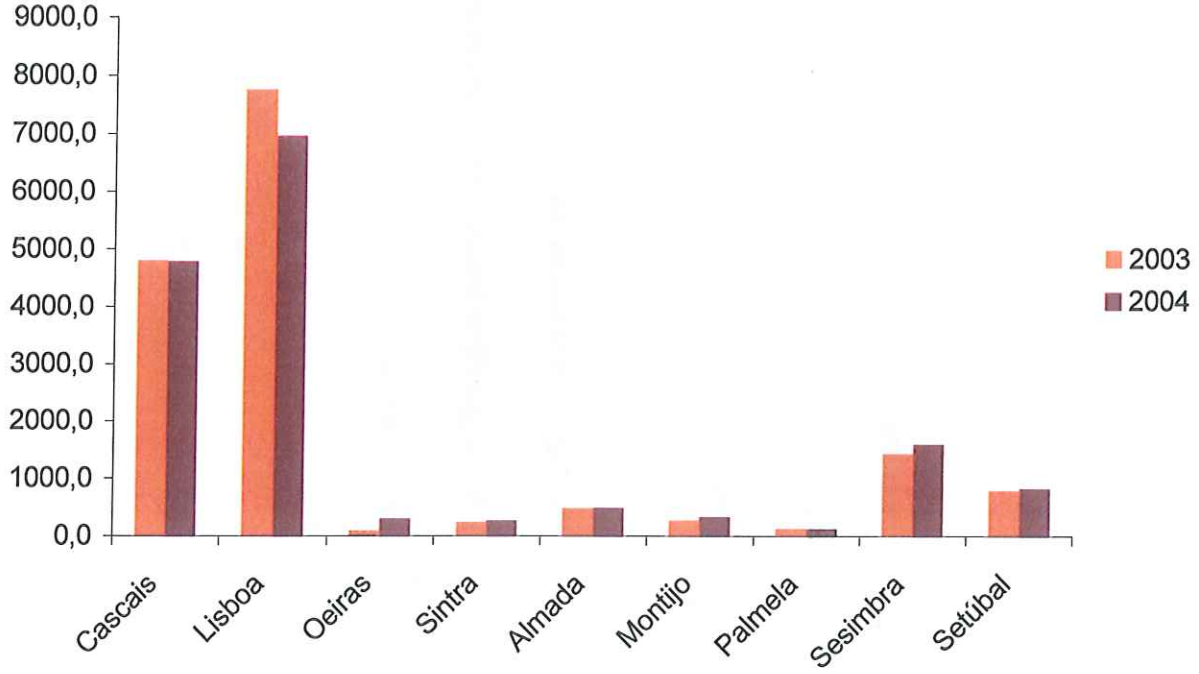
De referir ainda que o concelho de Lisboa foi praticamente o único que não desceu em 2003 em toda a Região e que registou neste ano o seu valor mais alto dos últimos 6 anos: 7750 dormidas por hospede estrangeiro. Concelhos da Grande Lisboa, como Cascais e Sintra, com uma oferta turística bastante elevada, têm vindo a registar uma quebra no número de dormidas de hospedes estrangeiros. Na sub-região Oeste, com uma média baixa na Região (531 em 2004) destaca-se o concelho de Óbidos, que apesar de uma ligeira descida a partir de 2002, atingiu o valor mais alto em 2004 com um total de 3733 dormidas de hospedes estrangeiros.

Quando comparamos a RLVT com outras regiões capitais quanto ao número de estabelecimentos turísticos, e da capacidade dos hotéis (nº de camas), facilmente nos apercebemos que esta Região se encontra numa posição intermédia na Europa dos 27. Apesar de nos encontrarmos, quanto ao nível dos estabelecimentos turísticos, a ocupar o 12º lugar, já subimos para a 10º posição ao nível do número de camas. A oferta turística da RLVT em 2001 era idêntica à de regiões capitais como Praga, Lituânia e Berlim. Quanto ao número de camas, encontramo-nos com uma oferta igual à de Amesterdão e Berlim e muito próximos da Comunidade de Madrid, Dinamarca e Atenas. Quando comparada com os novos estados membros, apenas o Chipre supera a RLVT.

NOTA: Apesar da análise ser feita por sub-regiões da RLVT (NUTS III), optou-se neste indicador, por apresentar a nível gráfico, os dados agregados para três sub-regiões: AML, Oeste e Vale do Tejo, devido à falta de dados para muitos concelhos.

Gráfico 82

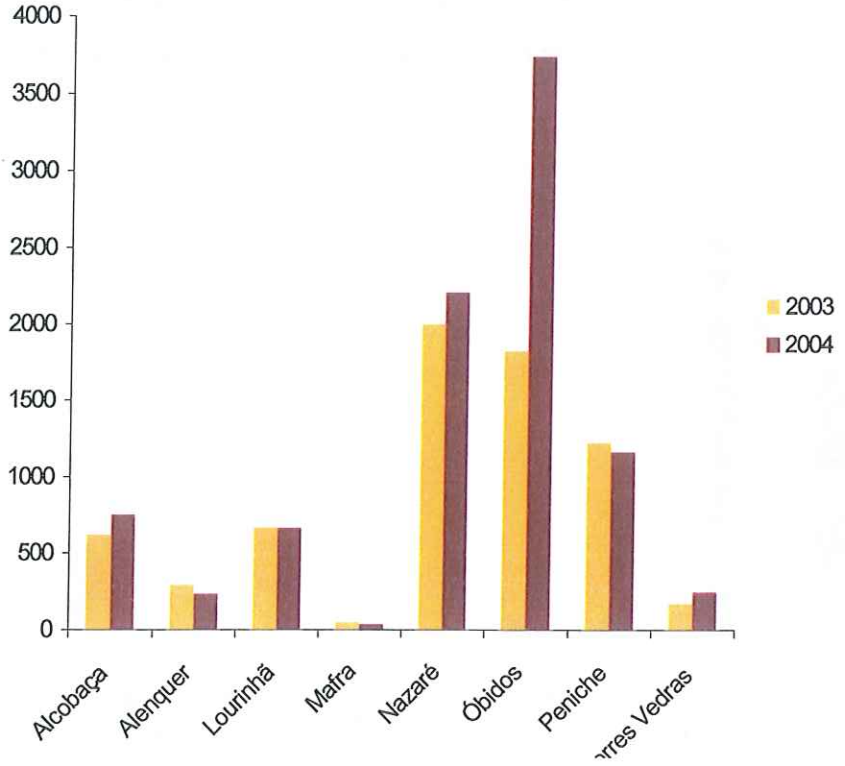
Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes, por concelhos na Área Metropolitana de Lisboa (Grande Lisboa + Península de Setúbal)



Fonte: INE

Gráfico 83

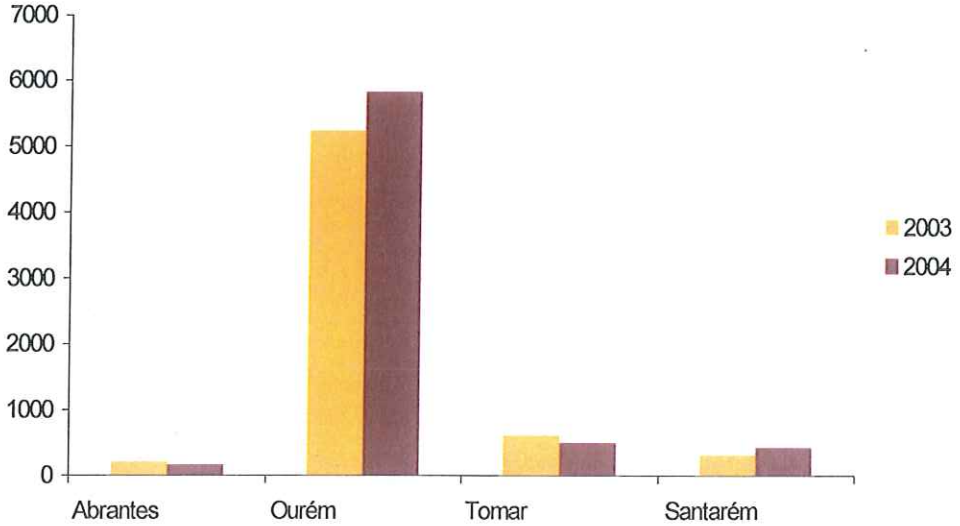
Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes, por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 84

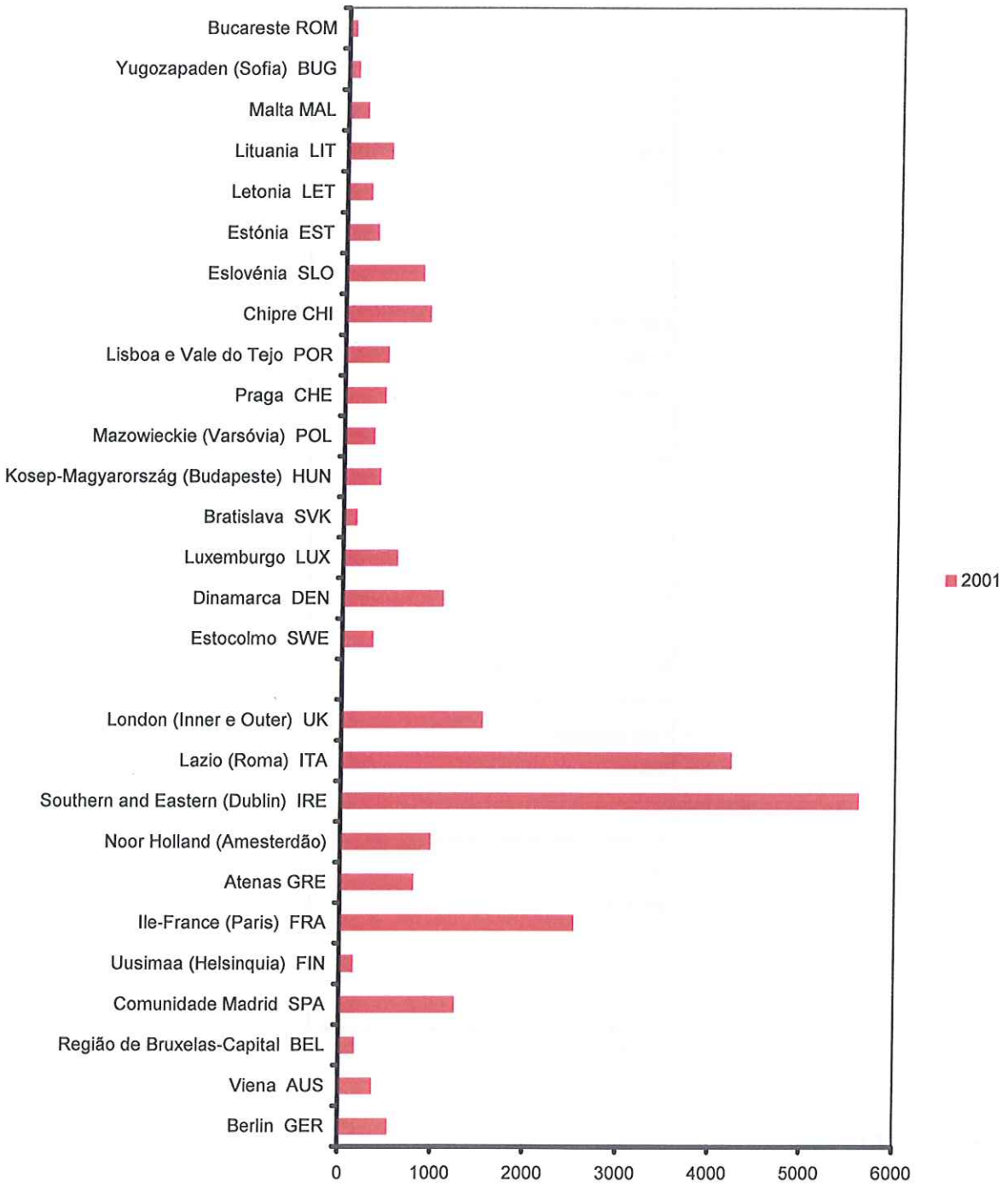
Total de dormidas de hóspedes estrangeiros por 1000 habitantes, por concelhos no Vale do Tejo (Médio Tejo + Lezíria do Tejo)



Fonte: INE

Gráfico 85

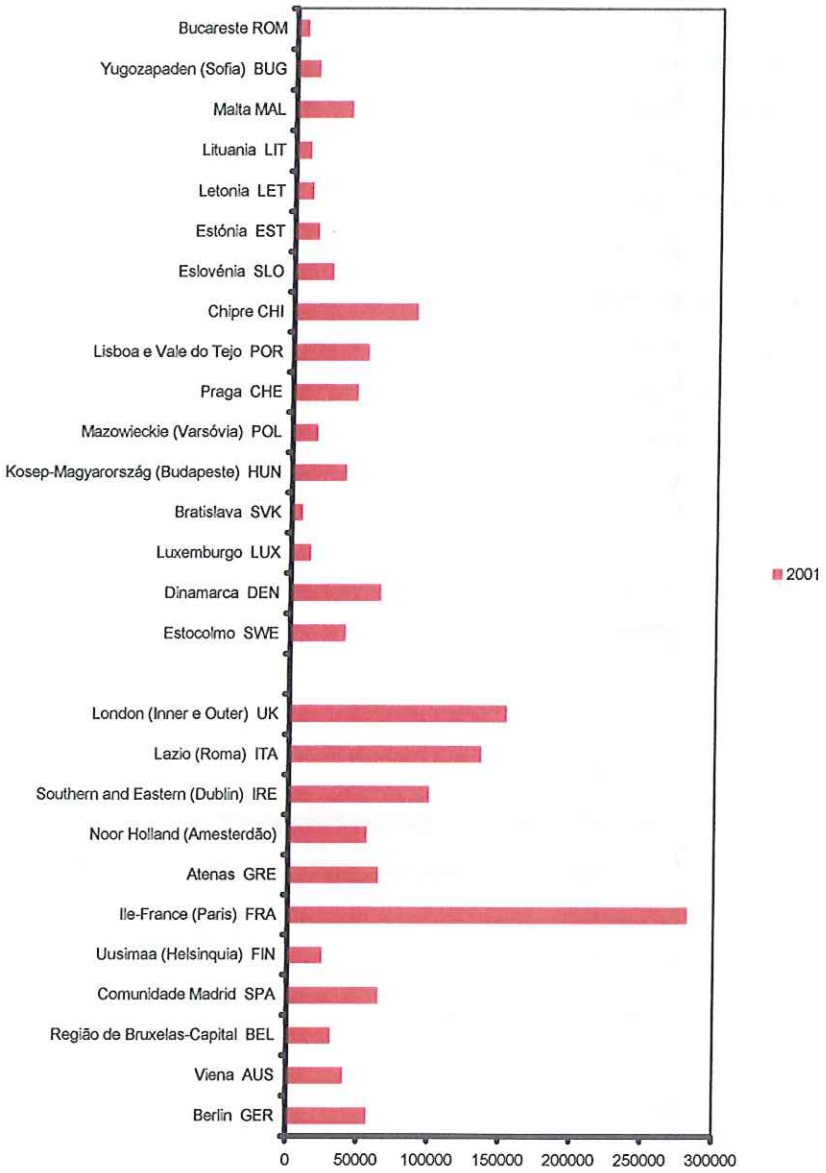
Número total de estabelecimentos, nas regiões capitais europeias, 2001



Fonte: EUROSTAT - 2001

Gráfico 86

Capacidade dos hotéis (n.º de camas), nas regiões capitais europeias, 2001



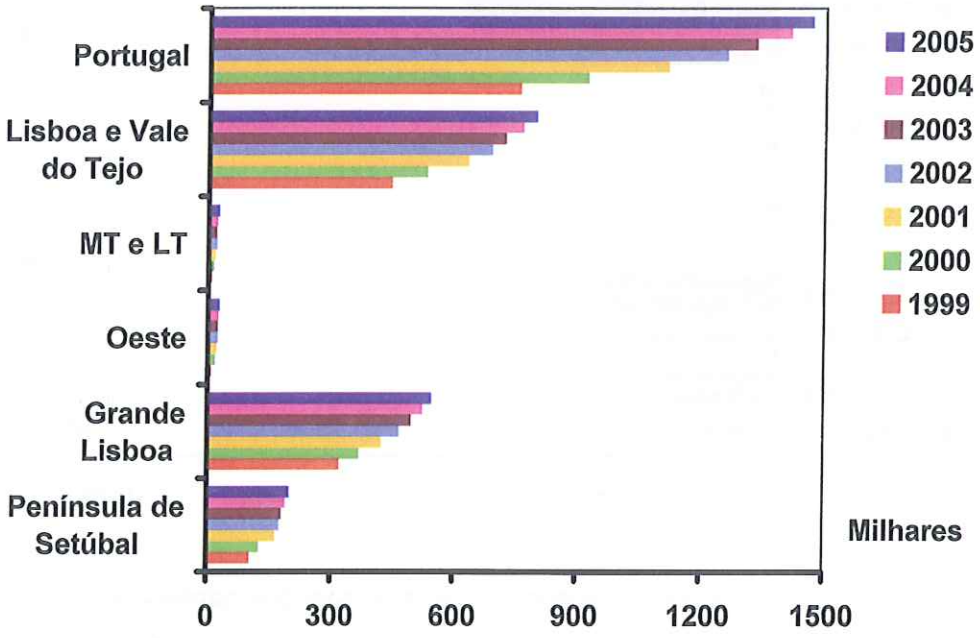
Fonte: EUROSTAT - 2001

Tele-serviços

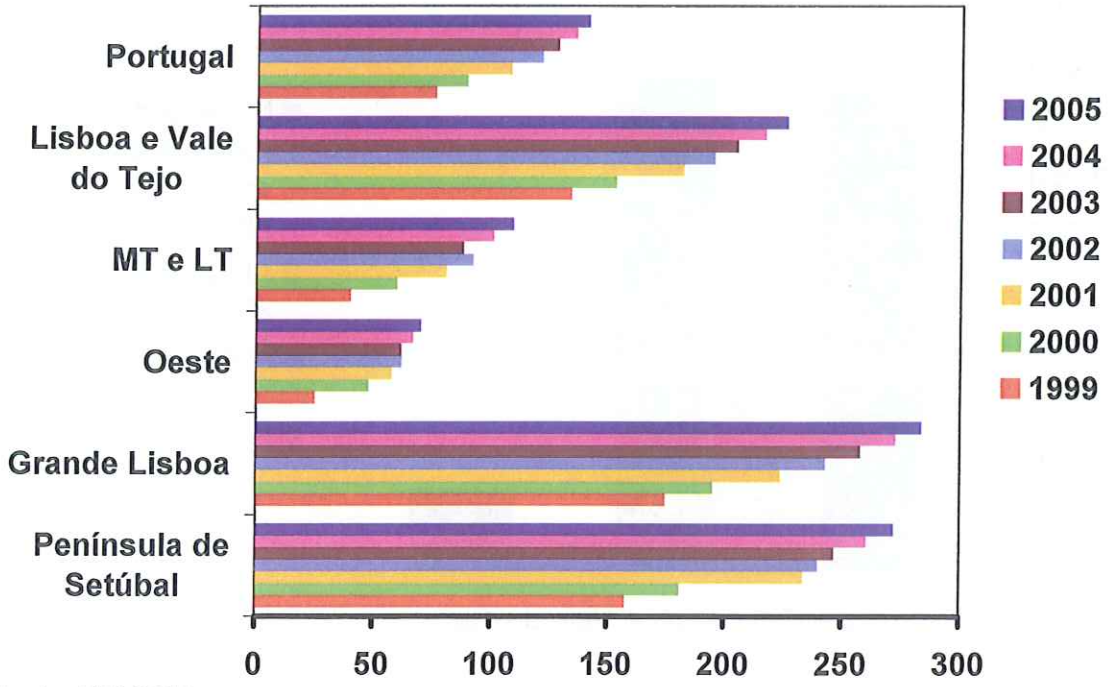
Gráficos 87, 88, 89 e 90

Televisão por cabo: alojamentos cablados e assinantes

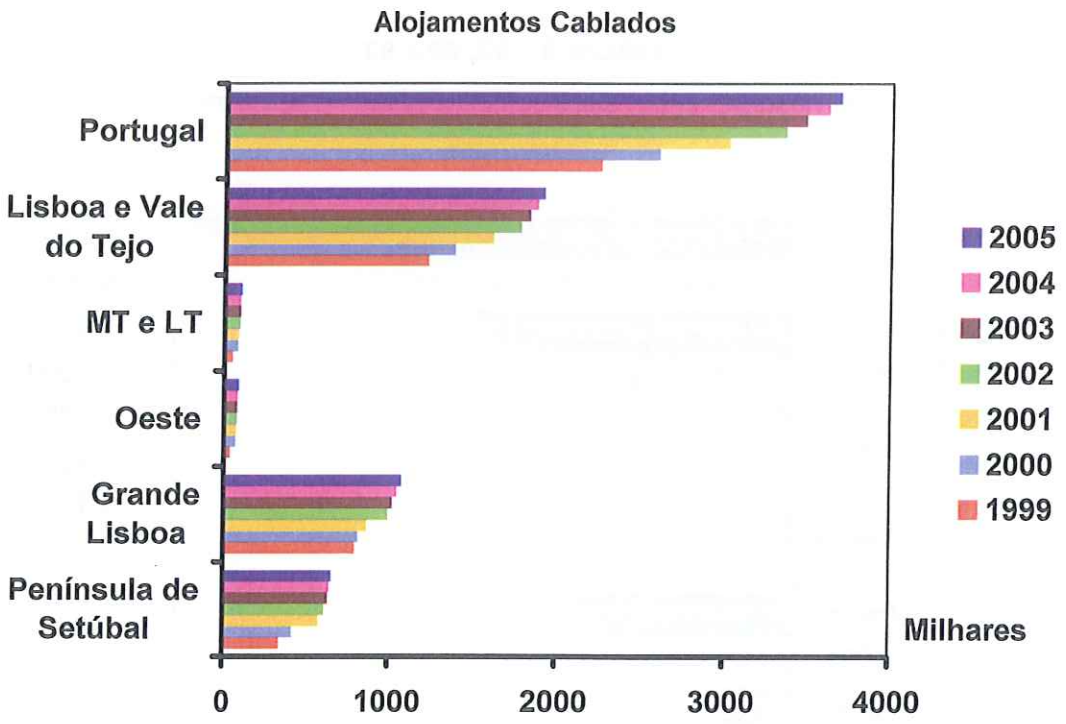
Assinantes



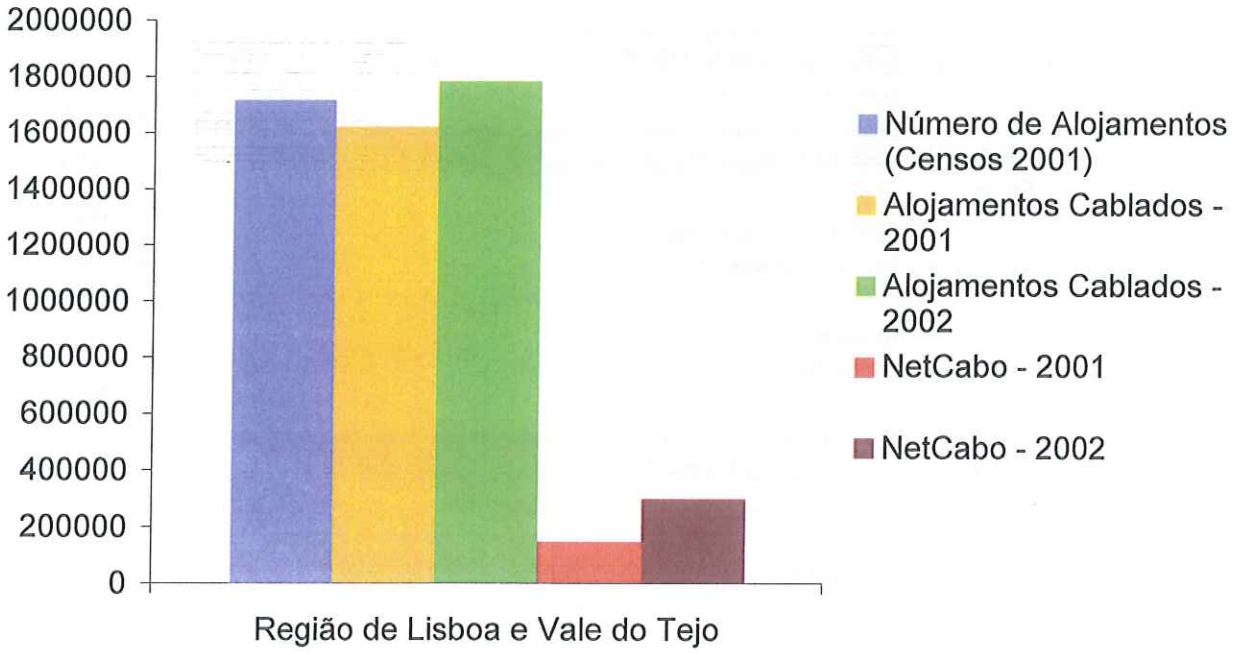
Assinantes por mil habitantes



Fonte: ANACOM



N.º de Alojamentos, n.º de alojamentos cablados e n.º de alojamentos com acesso à Internet



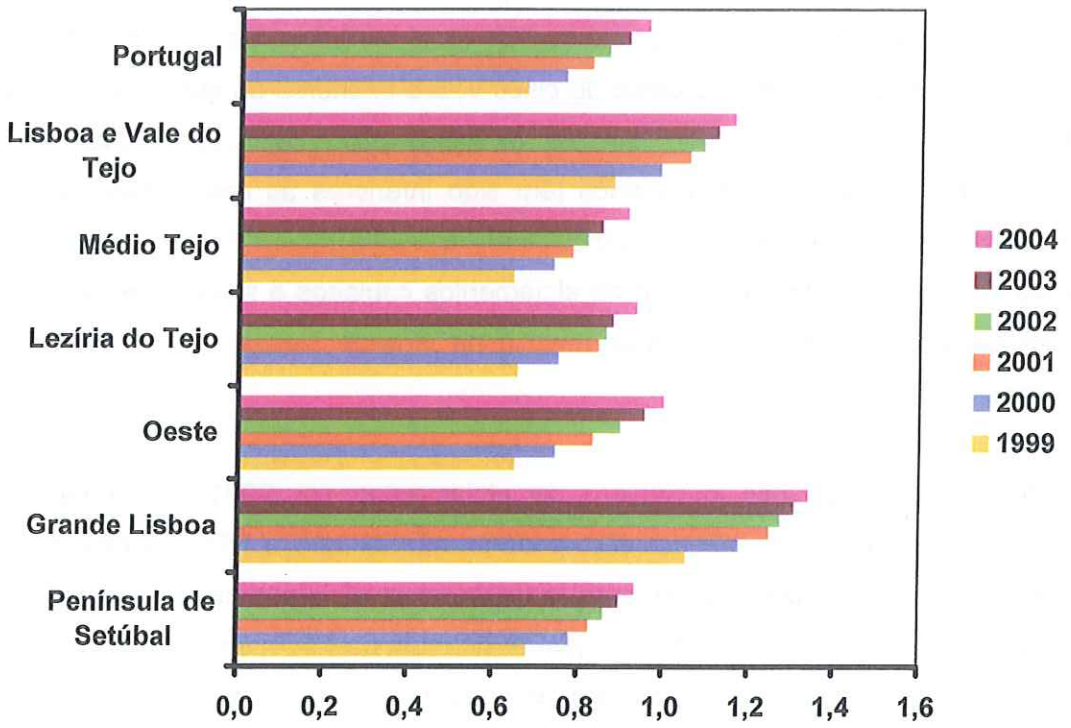
Fonte: ANACOM

A posição favorável da RLVT no contexto nacional continua a basear-se nos resultados das duas NUT III da área metropolitana de Lisboa, tendo ambas ultrapassando o valor de 250 assinantes por mil habitantes. A NUT III Oeste, e sobretudo as duas sub-regiões do vale do Tejo (aqui consideradas de forma conjunta), possuem taxas de penetração cerca de cinco vezes inferiores às que se verificam na AML. Refira-se, por outro lado, que as variações percentuais observadas para o conjunto da Região nos últimos anos têm sido inferiores às respectivas variações nacionais, pelo que diminuiu a distância entre a média regional (mais elevada) e a média do país. Quanto ao número de alojamentos cablados a situação é idêntica, a maior cobertura do território a este nível é na Grande Lisboa e na Península de Setúbal.

Se tivermos em atenção o número de alojamentos em 2001 e o número de alojamentos cablados no mesmo ano, pode-se afirmar que a RLVT apresenta uma cobertura de quase 100%, no entanto, o facto de os alojamentos estarem cablados não implica que os seus residentes sejam assinantes da televisão por cabo (como se pode observar nos gráficos este valor é sempre inferior). Quanto ao número de alojamentos com acesso à Internet, o valor para a RLVT é ainda muito baixo, atingindo em 2002 apenas 300 mil alojamentos com acesso à NetCabo (temos no entanto que ter presente que existem outros operadores com serviço à Internet, logo o número de alojamentos com internet será superior).

Gráfico 91

Total de caixas multibanco por 1000 habitantes



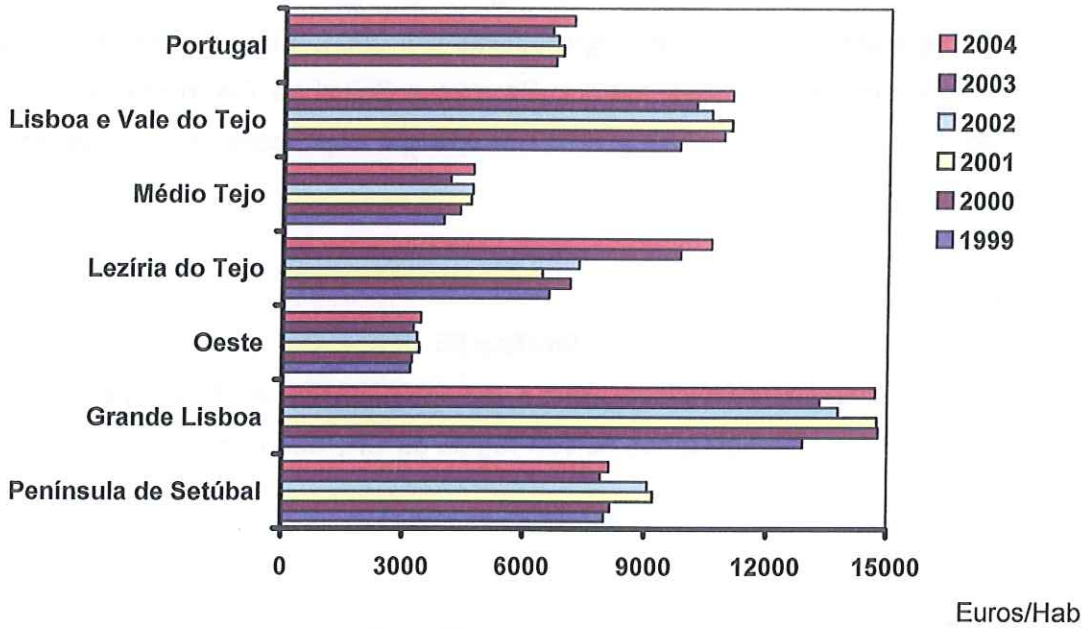
Fonte: INE

Prosseguiu na RLVT, entre 2002 e 2004, o aumento do total de caixas Multibanco por 1000 habitantes, embora a um ritmo menos acelerado que nas datas anteriores. A média regional de caixas Multibanco por mil habitantes, que em 2004 atingiu o valor de 1,16, continua superior à média nacional (0,96) - que ainda não atingiu uma caixa por mil habitantes. Mantém-se as assimetrias, com a Grande Lisboa a atingir o valor de 1,34 caixas por mil habitantes enquanto o Médio Tejo chegou apenas a 0,92. Ao nível inter-municipal, continua a ser o concelho de Lisboa a deter, de forma destacada, a primeira posição (2,5 caixas por mil habitantes), seguindo-se o concelho de Alcochete, que registou uma subida muito significativa em 2003 face aos anos anteriores, apresentando o valor de 2,07 caixas. De registar que, em quatro municípios persistem valores muito baixos, inferiores a 0,5 (Moita, Ferreira do Zêzere, Alpiarça e Salvaterra de Magos).

b) Inserção internacional

Gráfico 92

Valor do comércio internacional (intra e extracomunitário) por habitante (euros)



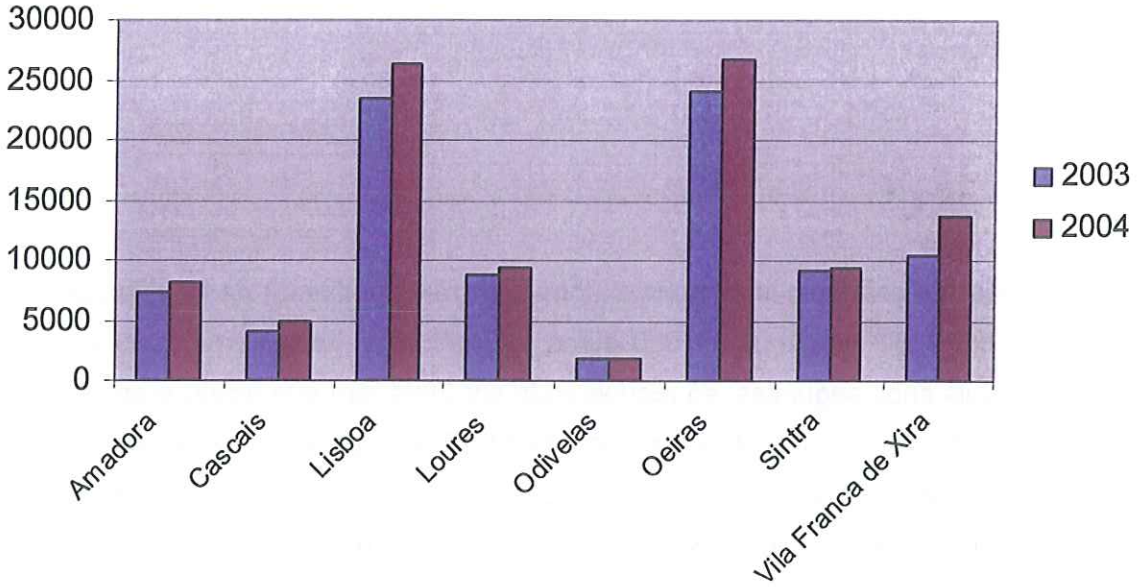
Fonte: INE

O valor do comércio internacional (intra e extra-comunitário) da Região por habitante, que em 2001 atingiu os 11 080 euros por habitante, sofreu uma quebra significativa nos dois anos seguintes, só recuperando em 2004, em que voltou a atingir os 11 087 euros. A evolução negativa registada na RLVT teve igual expressão no todo nacional, que só em 2004 apresentou um retrocesso, atingindo o valor mais alto dos últimos 6 anos (7 165 euros), mas ainda com uma capitação abaixo da RLVT. Apesar de ter registado um ligeiro recuo, de 2001 para 2002, em todas as sub-regiões (excepto a Lezíria do Tejo), todas revelam uma subida em 2004, mantendo-se a sub-região da Grande Lisboa a destacar-se claramente das restantes, obtendo uma capitação de 14698 euros. Nas outras quatro sub-regiões sobressaem, como no ano anterior, vários municípios com elevado grau de industrialização e/ou grandes unidades industriais

(Palmela, Azambuja, Constância, Alcanena). A indústria automóvel da Azambuja parece ter tido um forte impulso, em especial em 2003 e 2004 com, respectivamente, 80 812 e 85 264, o que levou a que a sub-região da Lezíria do Tejo passasse a ocupar o 2º lugar no ranking regional, ultrapassando a Península de Setúbal. Esta sub-região, de alguma forma afectada pela diminuição da produção da Auto-Europa, tem expressão na capitação do concelho de Palmela, cujo valor tem vindo a diminuir desde 2002. Na maior parte dos concelhos da Região, após as descidas registadas em 2002 e 2003, registaram-se melhorias significativas em 2004. Fora do retrocesso destes anos, encontram-se concelhos como o Barreiro e Seixal na Península de Setúbal e Cascais, Loures e Oeiras na Grande Lisboa, cujas capitações tem aumentado nos últimos três anos.

Gráfico 93

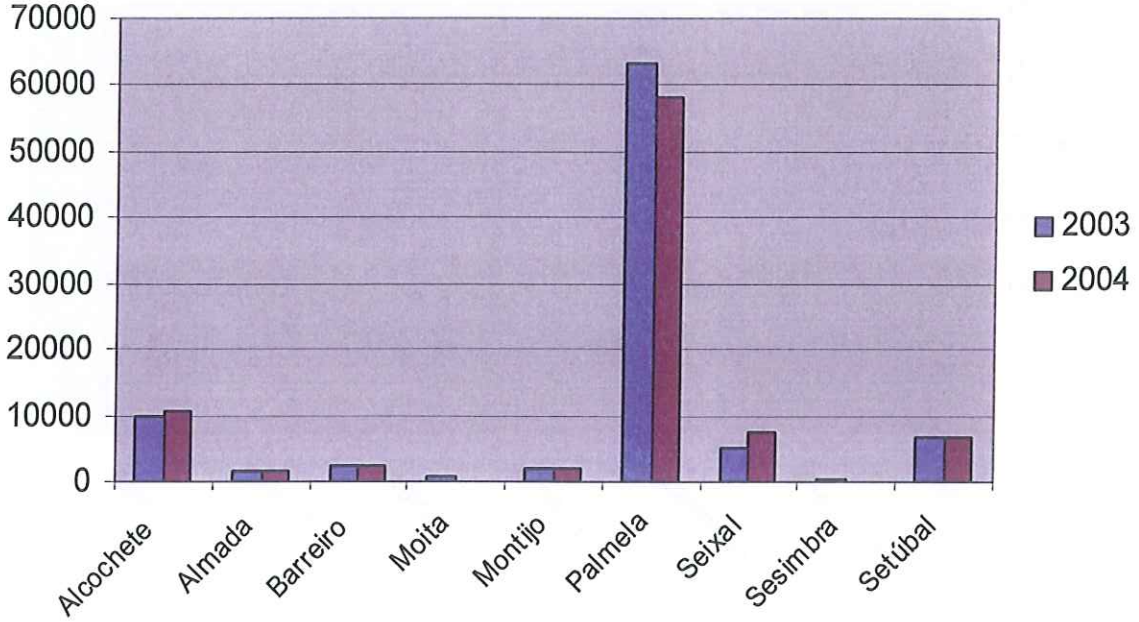
Valor do comércio internacional (intra e extracomunitário) por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 94

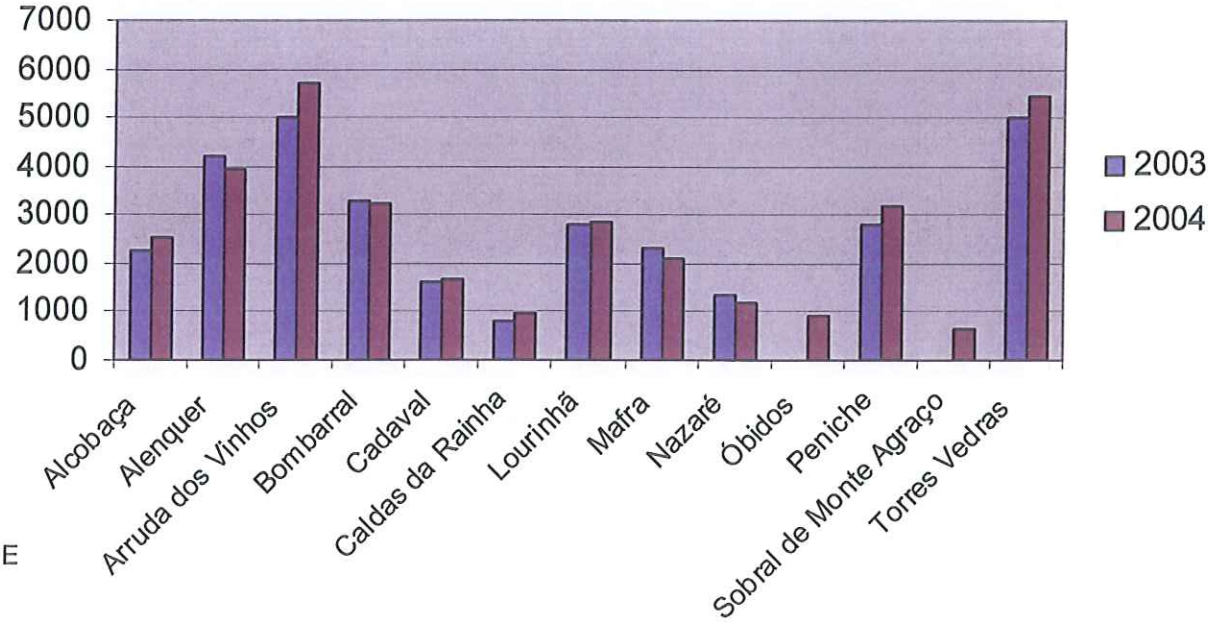
Valor do comércio internacional (intra e extracomunitário) por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 95

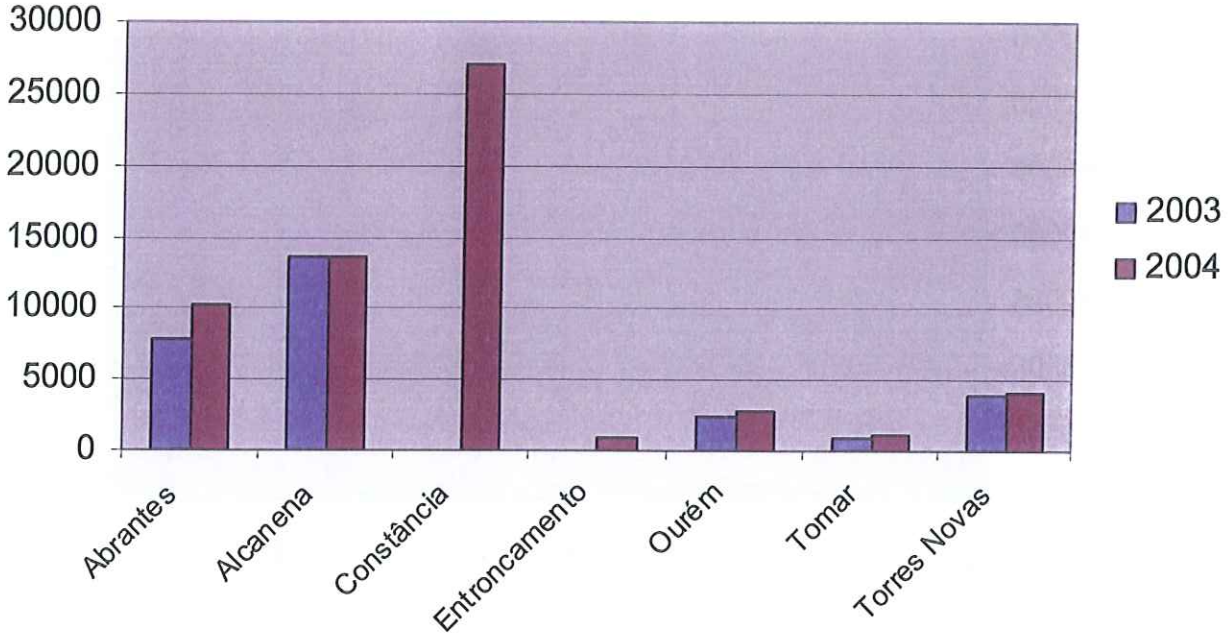
Valor do comércio internacional (intra e extracomunitário) por habitante (euros), por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 96

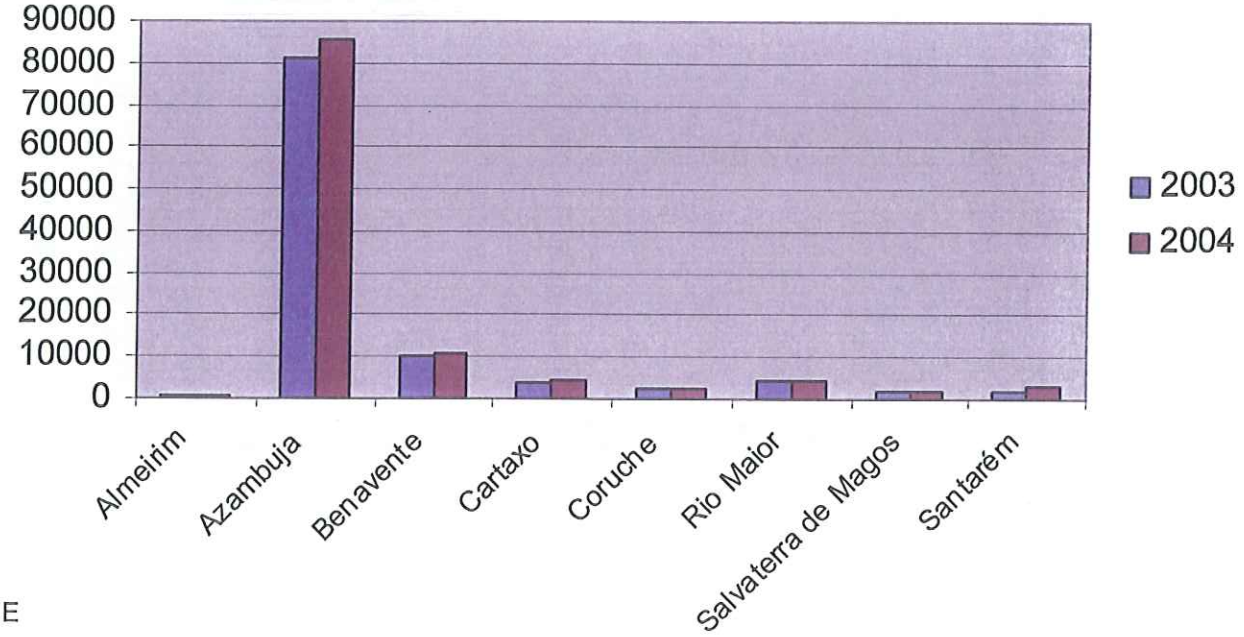
Valor do comércio internacional (intra e extracomunitário) por habitante (euros), por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 97

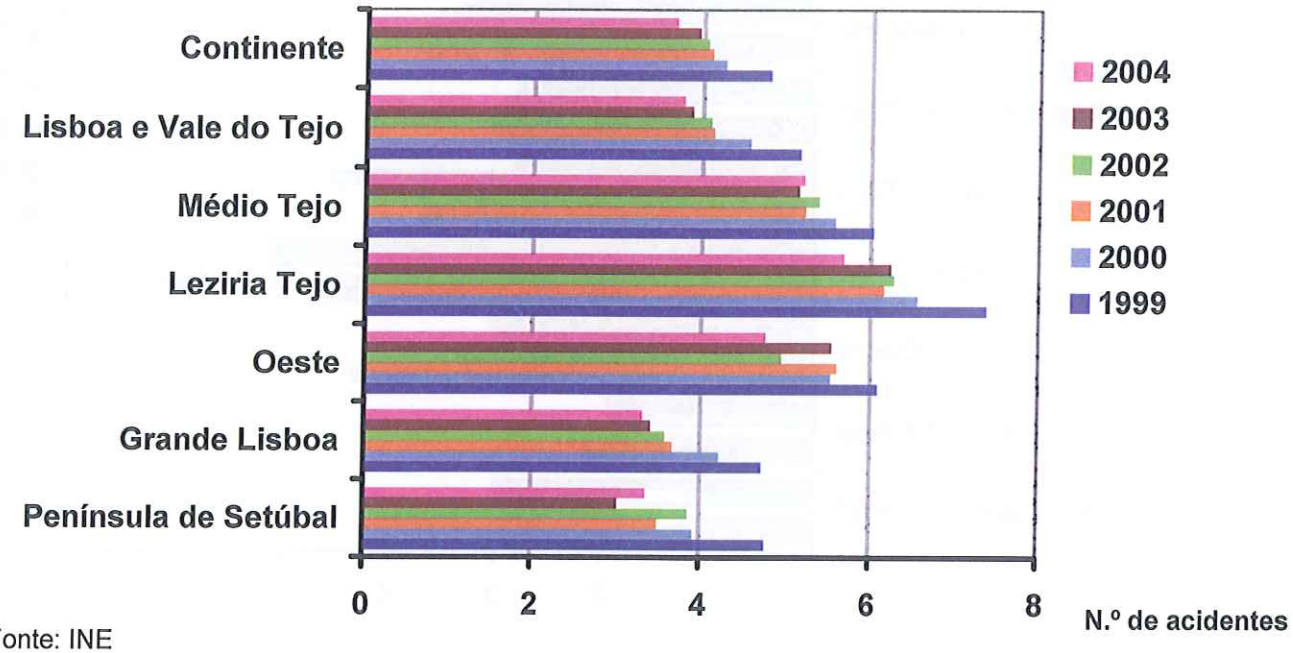
Valor do comércio internacional (intra e extracomunitário) por habitante (euros), por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 98

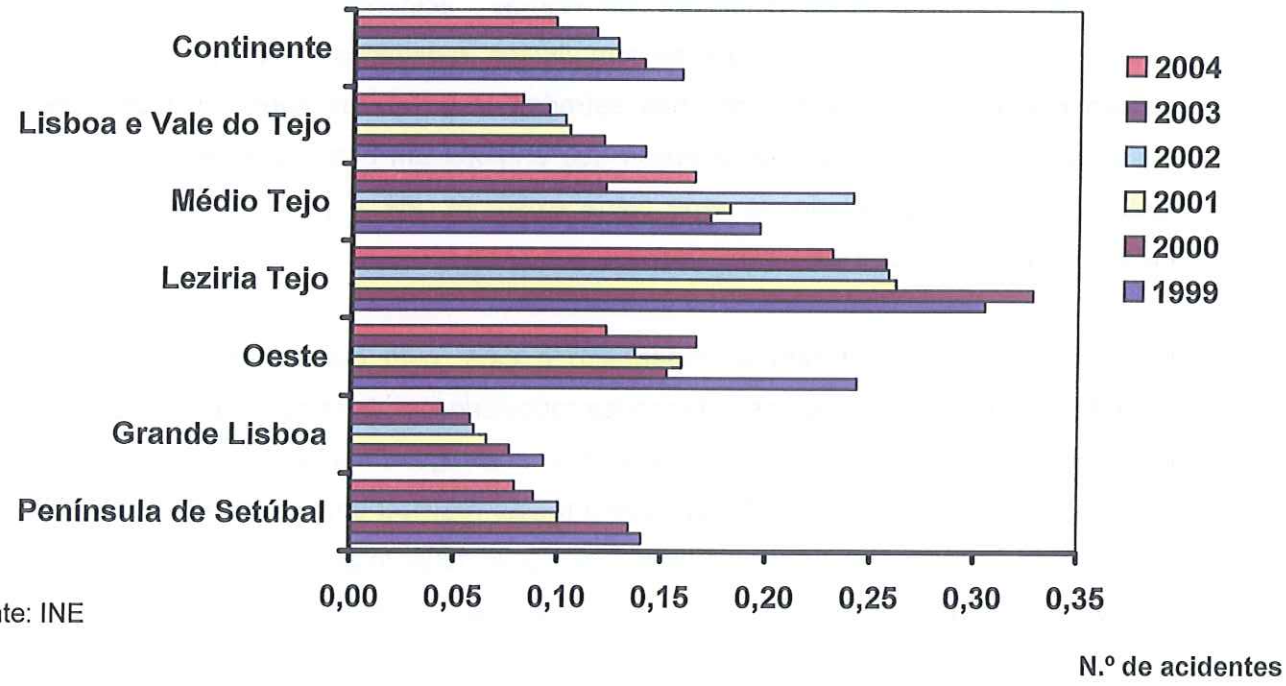
Acidentes com vitimas por 1000 habitantes



Fonte: INE

Gráfico 99

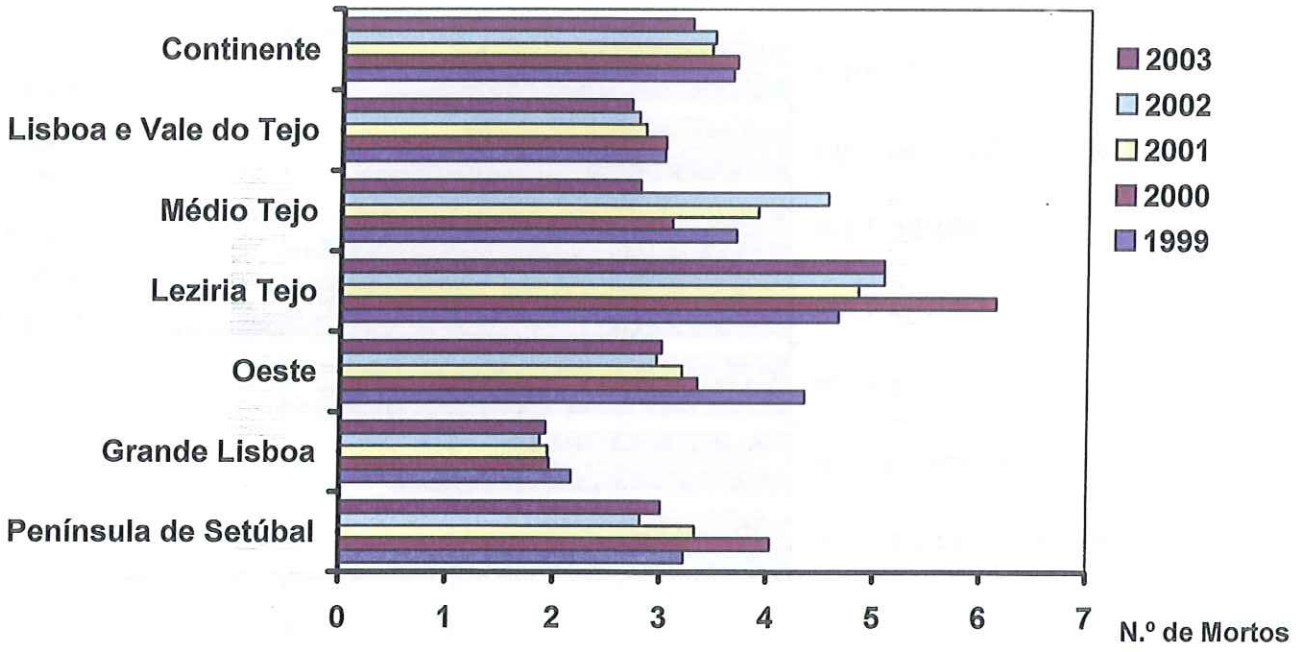
Acidentes com vitimas mortais por 1000 habitantes



Fonte: INE

Gráfico 100

Acidentes: Mortos por 100 acidentes de viação com vitimas



Fonte: INE

Os indicadores dos totais de "acidentes com vítimas", "acidentes com vítimas mortais" e número de "mortos por 100 acidentes com vítimas" registados na RLVT, constituem indicadores directos da segurança nas estradas, e indirectos sobre os níveis de desenvolvimento da Região, numa óptica que engloba um conjunto diversificado de factores, desde a qualidade da rede viária existente, até à própria cultura cívica prevalecente nos nossos automobilistas.

De forma geral, a RLVT tem acompanhado o país, num crescimento positivo da redução do número de acidentes e de mortos rodoviários, embora na Região o número de acidentes com vítimas por mil habitantes seja ligeiramente superior à média nacional, excepto no ano de 2003, em que a região registou uma média de acidentes inferior à do Continente, respectivamente 3,89 e 3,96. Quanto ao número de acidentes com vítimas mortais, a RLVT registou valores sempre inferiores ao do Continente nos

últimos 6 anos, reduzindo quase para metade (com 0,14 em 1999 para 0,08 em 2004). Numa análise mais pormenorizada, através do indicador do número de mortos por 100 acidentes com vítimas, verifica-se também uma descida na Região, embora pouco significativa, se em 1999 por cada 100 acidentes com vítimas registava-se 3 mortos, em 2003 desceu apenas para 2,7 mortos. Numa primeira interpretação, pode-se referir que alguma coisa tem mudado nas estradas portuguesas: se, por um lado, tem havido uma melhoria significativa nas estradas, com a abertura de novas vias proporcionando maior segurança rodoviária (auto-estradas, IP's e IC's), por outro, deve-se também reconhecer o esforço que tem sido feito ao nível da prevenção através das campanhas dirigidas aos automobilistas com vista a uma alteração da cultura e dos comportamentos automobilísticos.

Numa análise ao nível das sub-regiões é muito evidente o destaque da Lezíria do Tejo, apresentando nos 3 indicadores os valores mais elevados da Região, bem como a Grande Lisboa no pólo oposto, com os valores mais baixo. No número de acidentes com vítimas, a Lezíria registou, em 2004, 5,69 acidentes por mil habitantes, enquanto a Grande Lisboa, para o mesmo ano, registou apenas 3,33. Deve-se salientar que nas sub-regiões do Oeste, Lezíria e Médio Tejo, nos últimos 6 anos nunca se registaram menos de 4,5 acidentes com vítimas por mil habitantes. Quanto ao número de mortos por 100 acidentes com vítimas, a Lezíria do Tejo registou 5 mortos nos anos de 2002 e 2003, enquanto a média da Região foi de 2,7 mortos.

Quanto aos concelhos em que se verificara mais acidentes com vítimas e com vítimas mortais, salienta-se: na Grande Lisboa, embora os concelhos de Lisboa e Oeiras a registem um maior número de acidentes com vítimas nos últimos dois anos, Loures e Vila Franca são os que apresentam um maior número de mortes por 100 acidentes. Os concelhos com menor número de acidentes foram a Amadora e Odivelas, tendo sido este ultimo a registar o menor número de mortos, seguido de Cascais e Sintra. No entanto, nos anos anteriores, foi nos concelhos de Loures, Odivelas e Vila Franca que o número de mortos foi mais significativo.

Na Península de Setúbal, regista-se um maior número de acidentes no Montijo e em Palmela, sendo também nestes que o número de vitimas mortais é maior, atingindo os

5 por cada 100 acidentes. Os concelhos com menos acidentes rodoviários são Moita e Almada, sendo também na Moita que se registam menos mortos, conjuntamente com Setúbal. De salientar que neste período de 5 anos, Alcochete registou só num ano 28 vítimas mortais e o Montijo 11.
A Área Metropolitana de Lisboa, de forma geral, reduziu, neste período, o número de acidentes e de mortos.

No Oeste, o número médio de acidentes por 1000 habitantes é já, na maioria dos concelhos, superior ao da Área Metropolitana sendo que, em concelhos como Óbidos Cadaval e Alenquer, esse número é superior aos 6 acidentes, chegando Óbidos aos 8 acidentes com vítimas por mil habitantes. De salientar que em dois anos seguidos o concelho das Caldas da Rainha registou entre os 17 e os 18 acidentes, reduzindo substancialmente em 2004 (apenas 4,87). Destes acidentes, resultou um maior número de mortos também nos concelhos do Cadaval, Caldas da Rainha e Alenquer. Quanto aos concelhos menos afectados, destaca-se o Bombarral e a Arruda dos Vinhos e quanto ao número de mortos, Peniche e Torres Vedras.

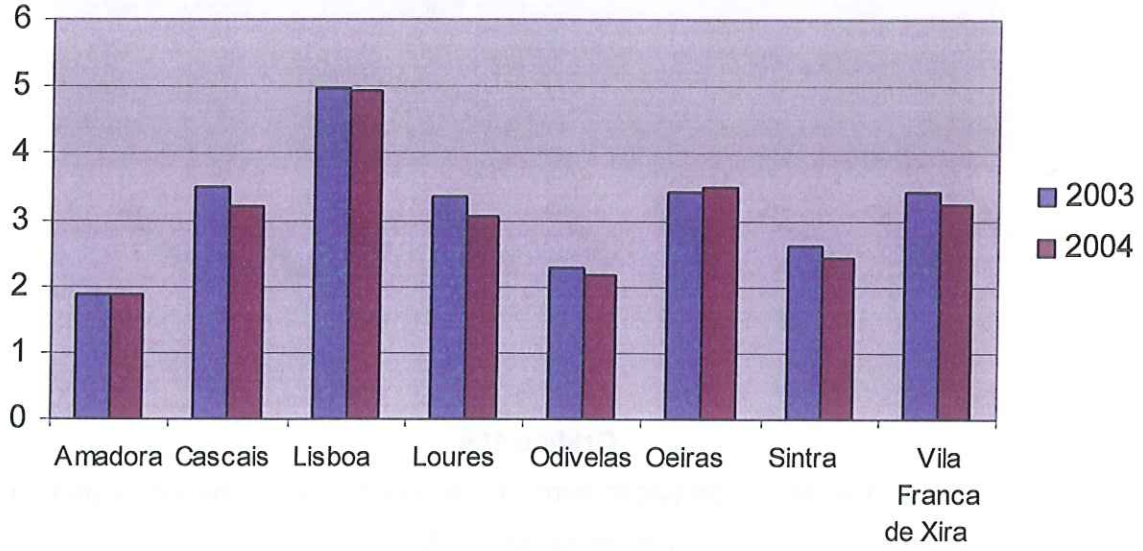
No Vale do Tejo, que são as duas sub-região da RLVT com um maior número de acidentes com vítimas (superior aos 5 acidentes por mil habitantes) e com vítimas mortais (entre os 3 e os 6 mortos por 100 acidentes), destaque-se os concelhos Ferreira do Zézere, Ourém, Vila Nova da Barquinha, Chamusca e Rio Maior, entre os 6 e os 7 acidentes por mil habitantes em 2004 e de Coruche, Sardoal, Chamusca e Azambuja com o maior número de vítimas mortais em 2003 (entre 14 e 7). Nesta região destaca-se o concelho do Saldoal como o que tem, ao longo dos 5 anos referidos, atingido um maior número de vítimas mortais.

Este indicador merece também uma comparação a nível europeu. No gráfico n.º112 é muito visível a posição negativa que a RLVT ocupa na Europa dos 27 estando em 2º lugar, a par da Eslovénia - e com a Região de Londres, ocupando o 1º lugar. Esta situação, que não deixa de ser problemática, poderá estar a melhorar, se atendermos à evolução positiva apontada pelos indicadores regionais a partir dessa data.

Quanto à densidade das auto-estradas, a RLVT ocupa uma posição privilegiada na Europa dos 27, ocupando a 7º posição. Se cruzarmos estes dados, é difícil entender o registo tão elevado de acidentes com vítimas e mortos numa região com qualidade rodoviária, o que nos pode levar a interpretar, e já referido, que se trata de um problema de condução e de cultura dos nossos automobilistas.

Gráfico 101

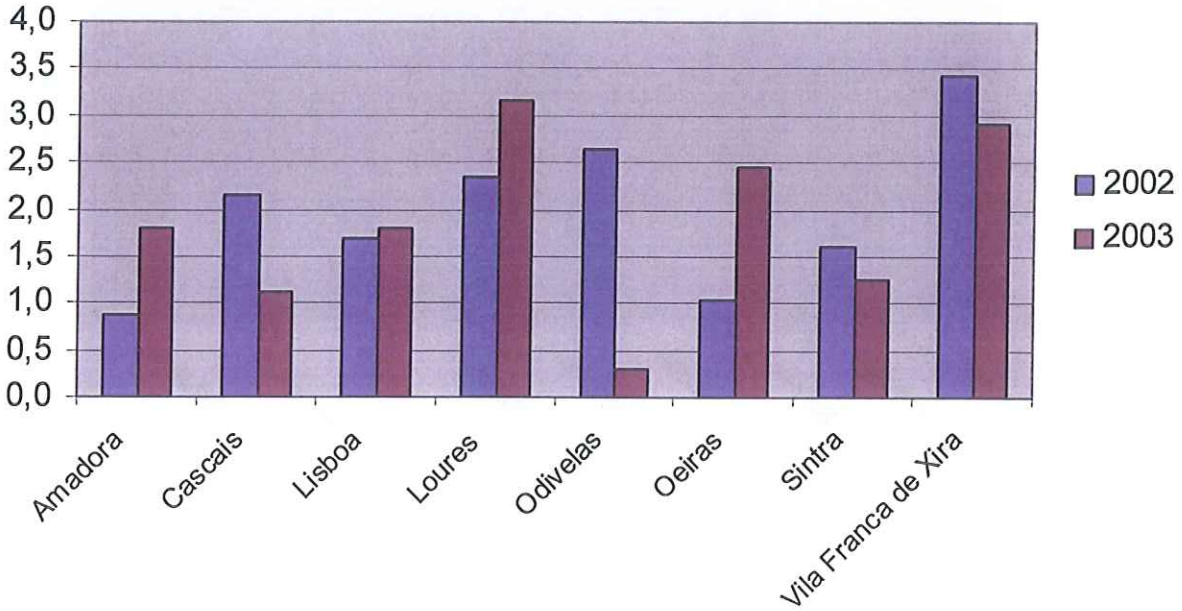
Acidentes com vitimas por 1000 habitantes, por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 102

Mortos por 100 acidentes de viação com vitimas, por concelhos na sub-região da Grande Lisboa



Fonte: INE

Gráfico 103

Acidentes com vitimas por 1000 habitantes, por concelhos na sub-região da Península de Setúbal

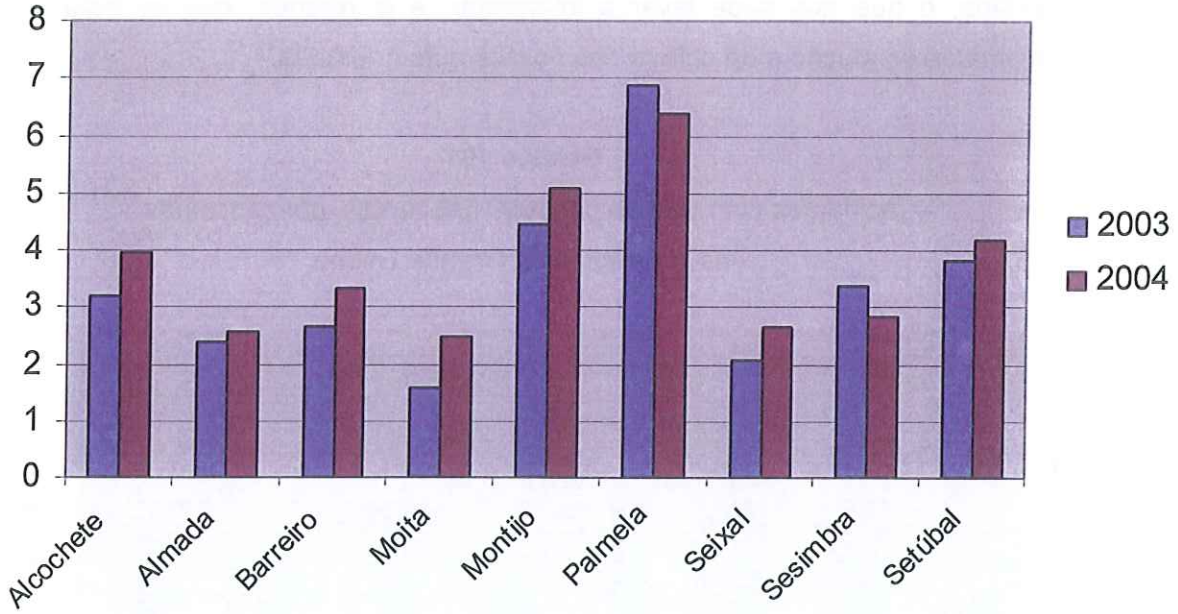
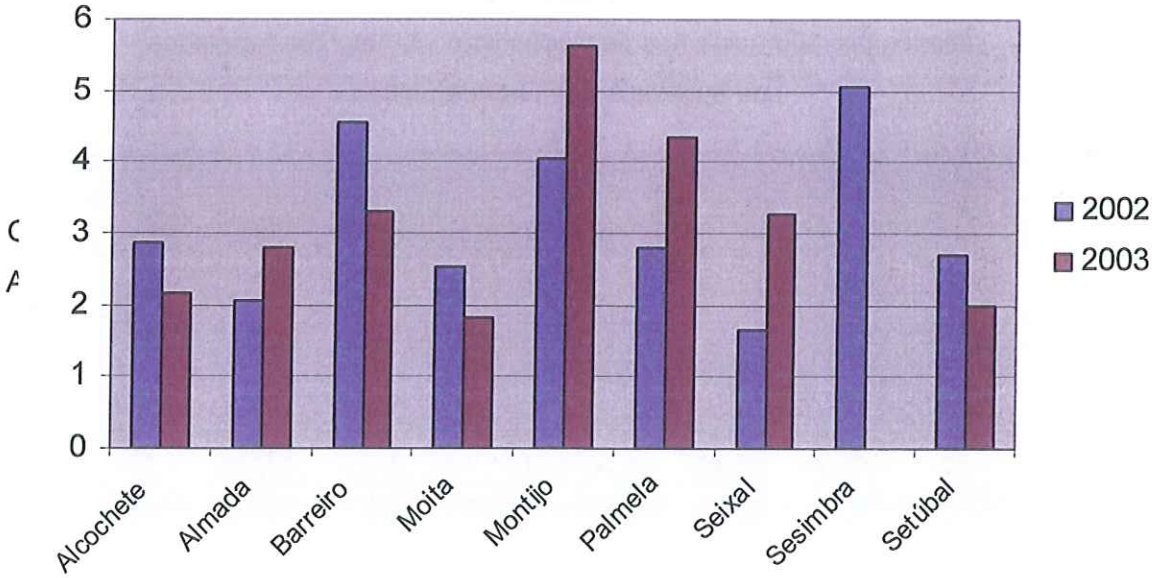


Gráfico 104

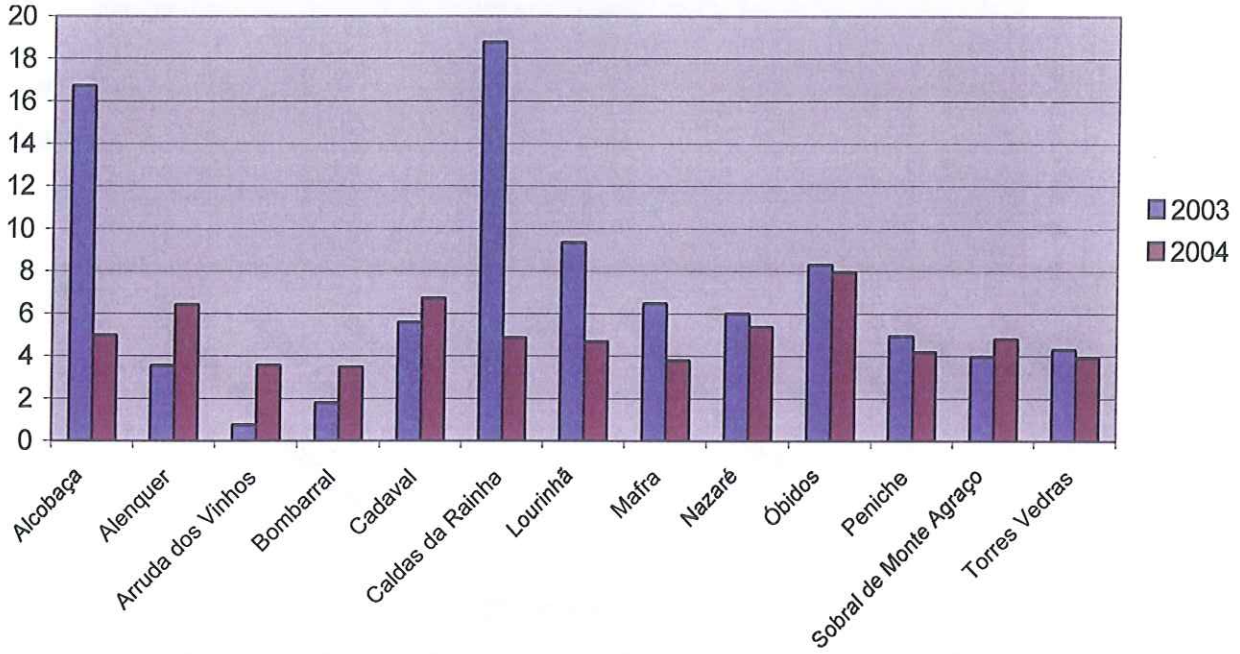
Mortos por 100 acidentes de viação com vitimas, por concelhos na sub-região da Península de Setúbal



Fonte: INE

Gráfico 105

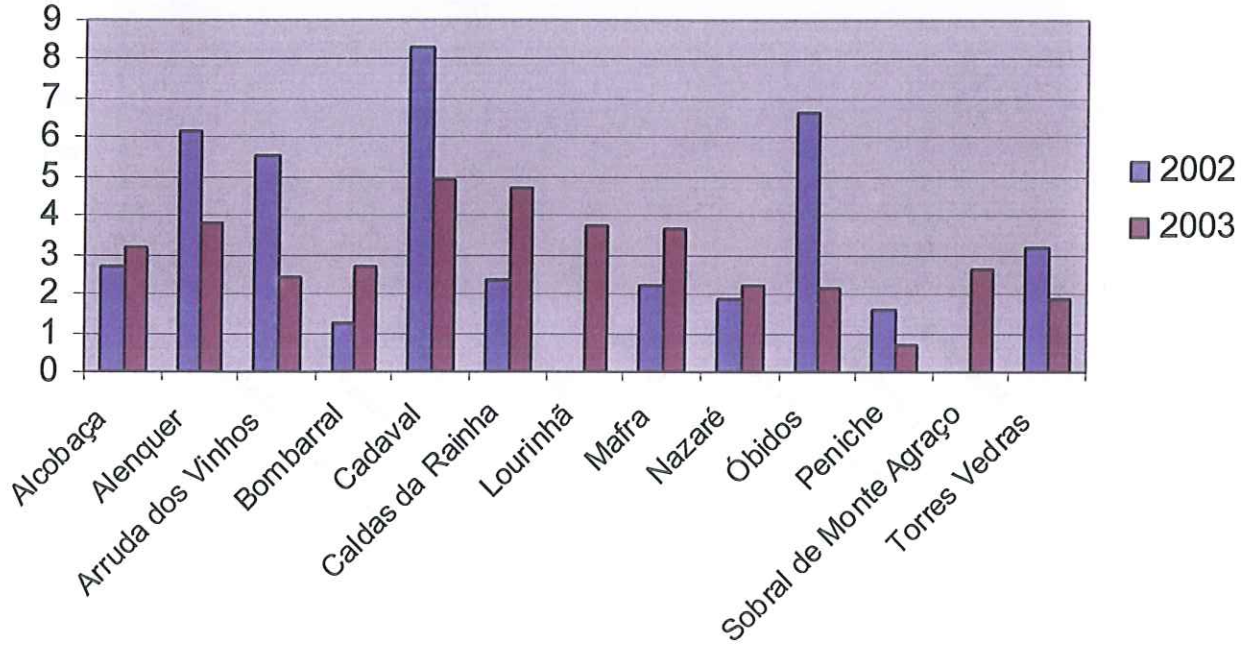
Acidentes com vitimas por 1000 habitantes, por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 106

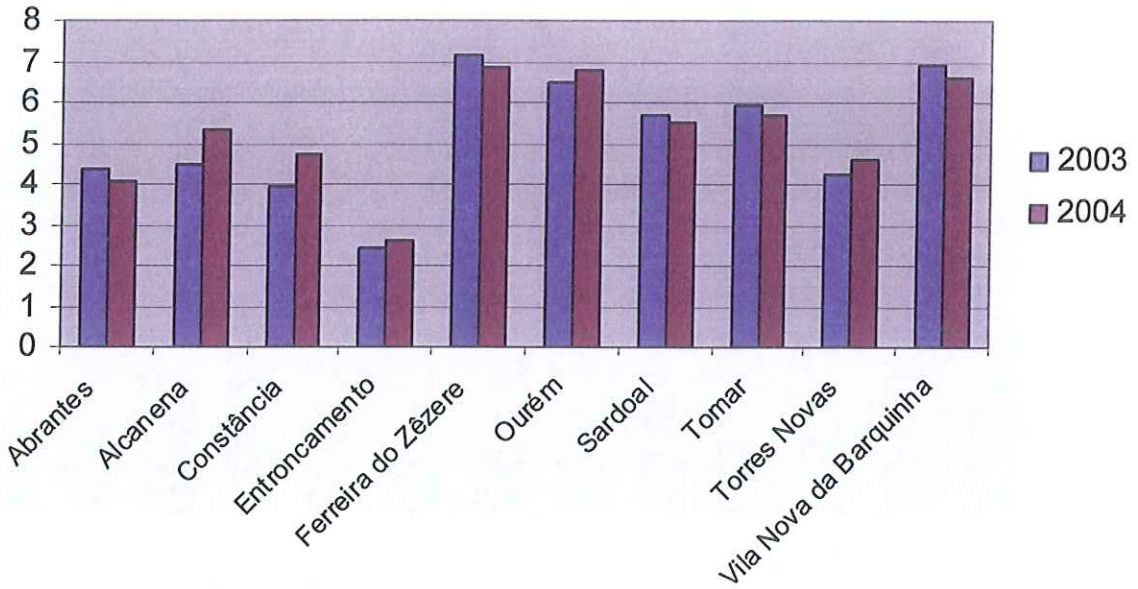
Mortos por 100 acidentes de viação com vitimas, por concelhos na sub-região do Oeste



Fonte: INE

Gráfico 107

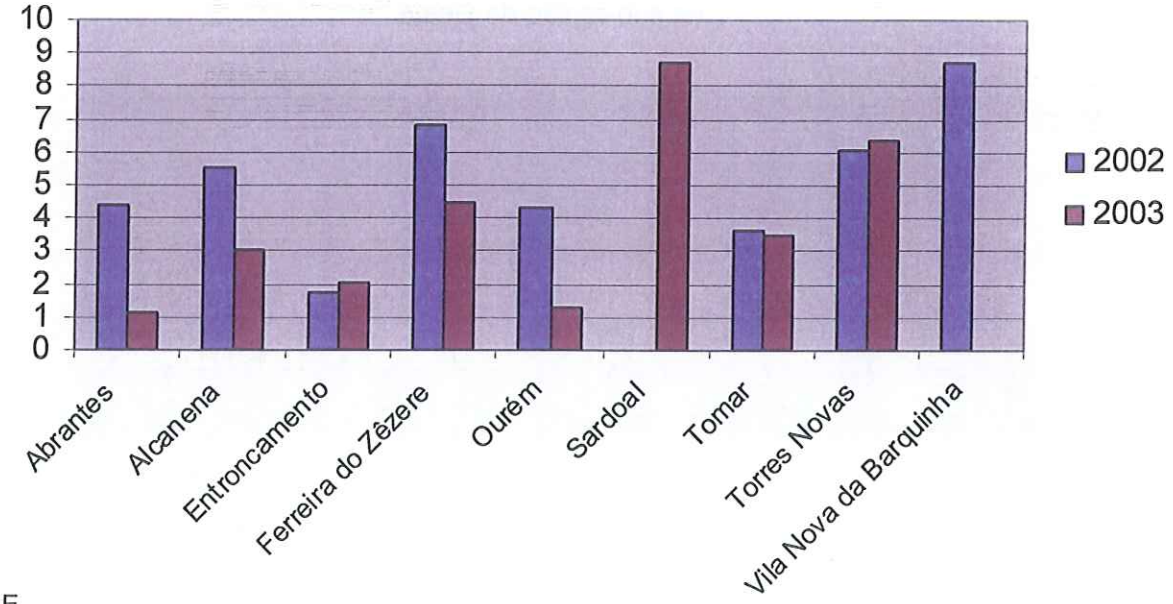
Acidentes com vitimas por 1000 habitantes, por concelhos na sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 108

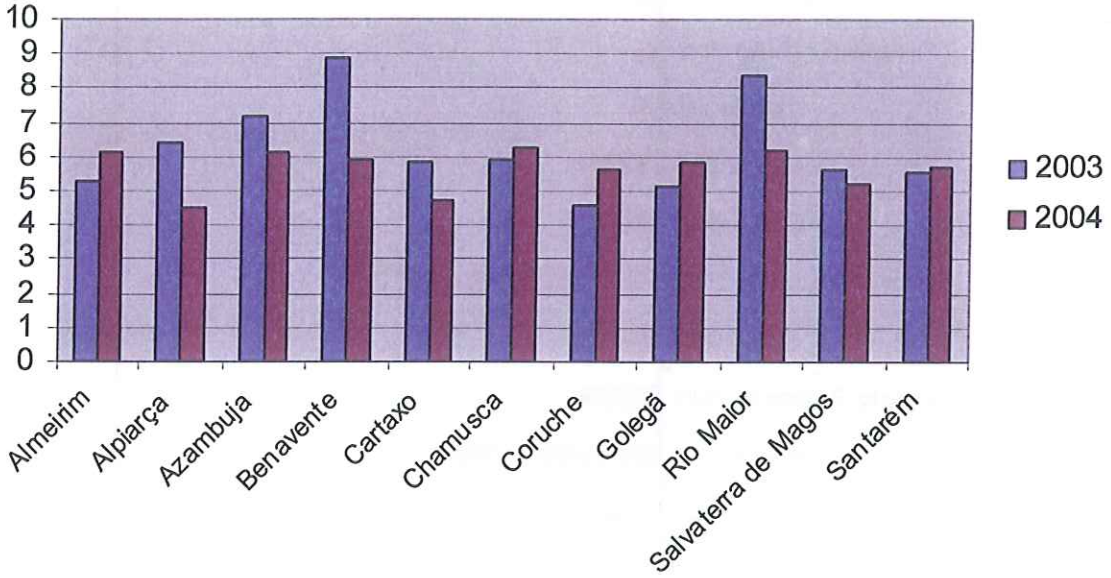
Mortos por 100 acidentes de viação com vitimas, por concelhos da sub-região do Médio Tejo



Fonte: INE

Gráfico 109

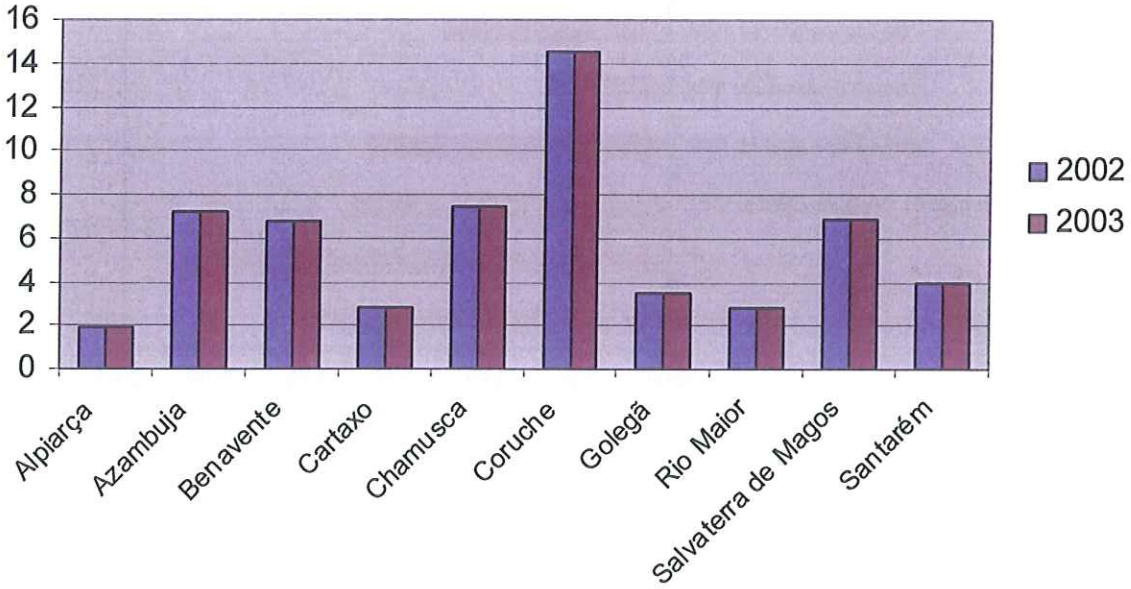
Acidentes com vitimas por 1000 habitantes, por concelhos na sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 110

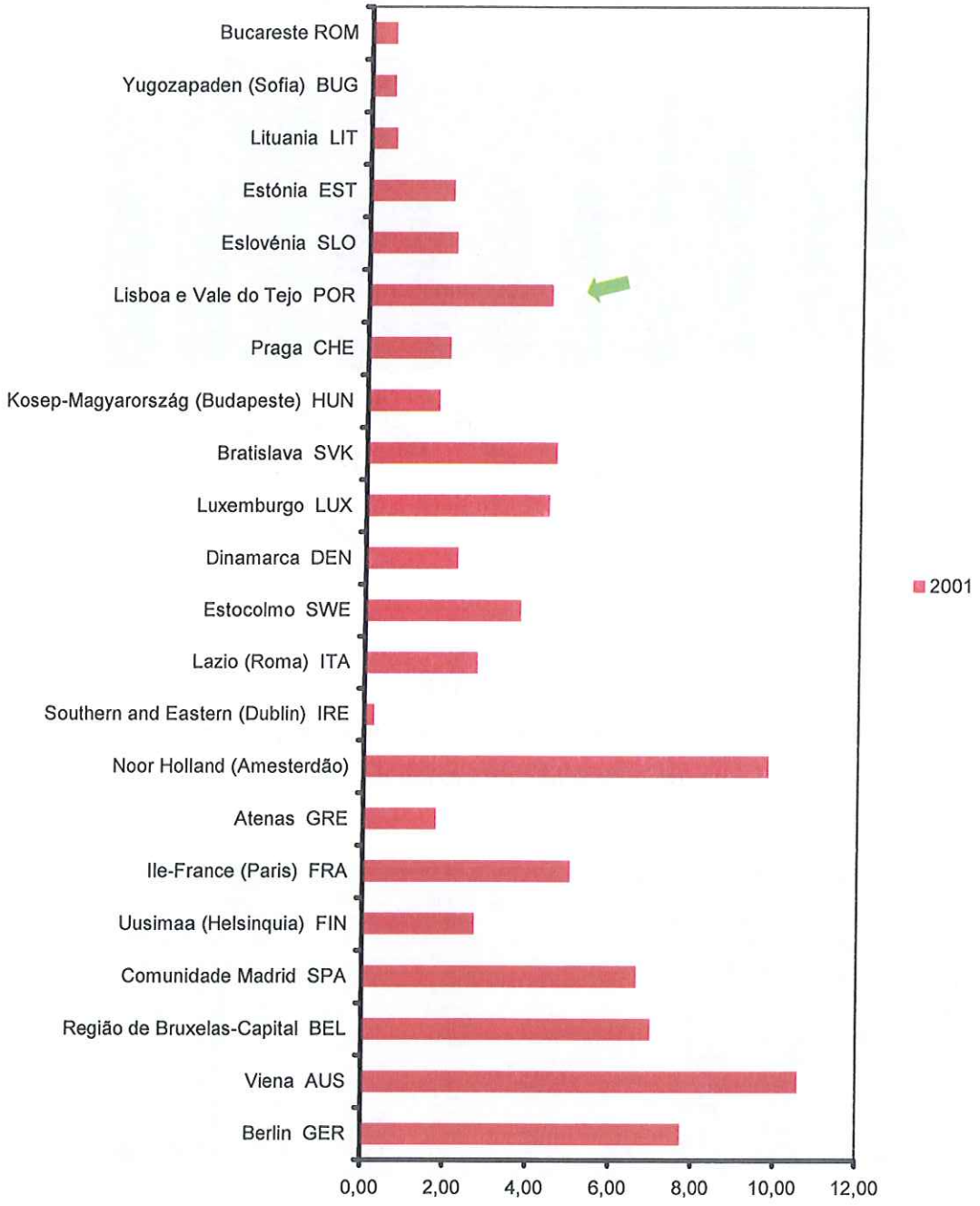
Mortos por 100 acidentes de viação com vitimas, por concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo



Fonte: INE

Gráfico 111

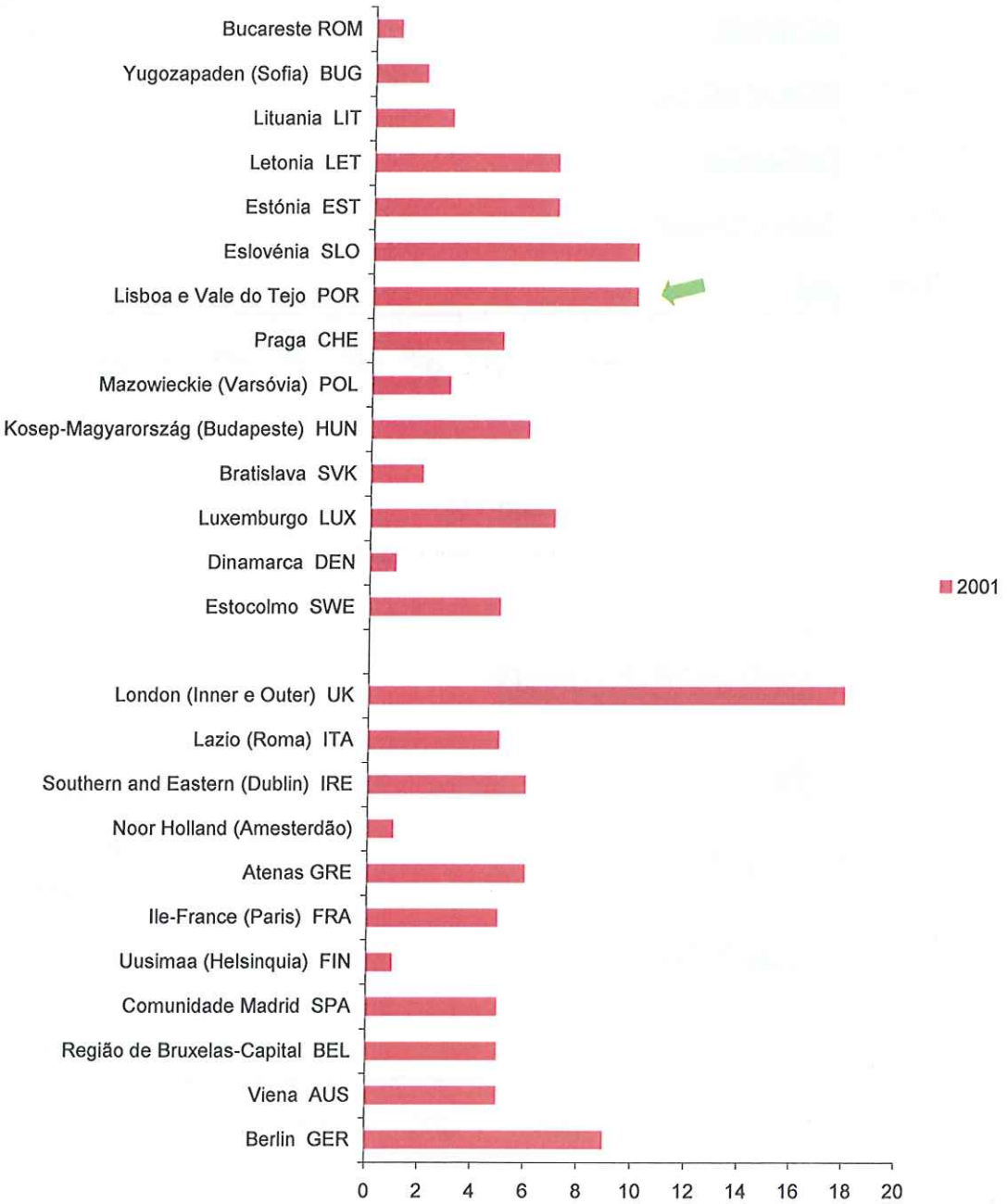
Densidade das auto-estradas, nas regiões capitais europeias, 2001



Fonte: EUROSTAT - 2001

Gráfico 112

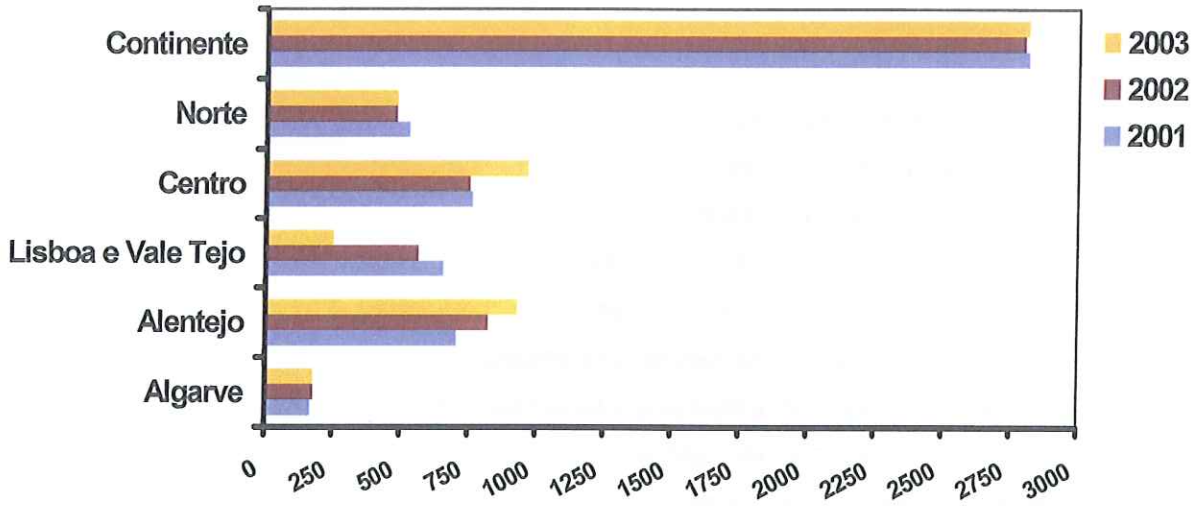
Mortes ou pessoas feridas em acidentes rodoviários, nas regiões capitais europeias, 2001



Fonte: EUROSTAT - 2001

Gráfico 113

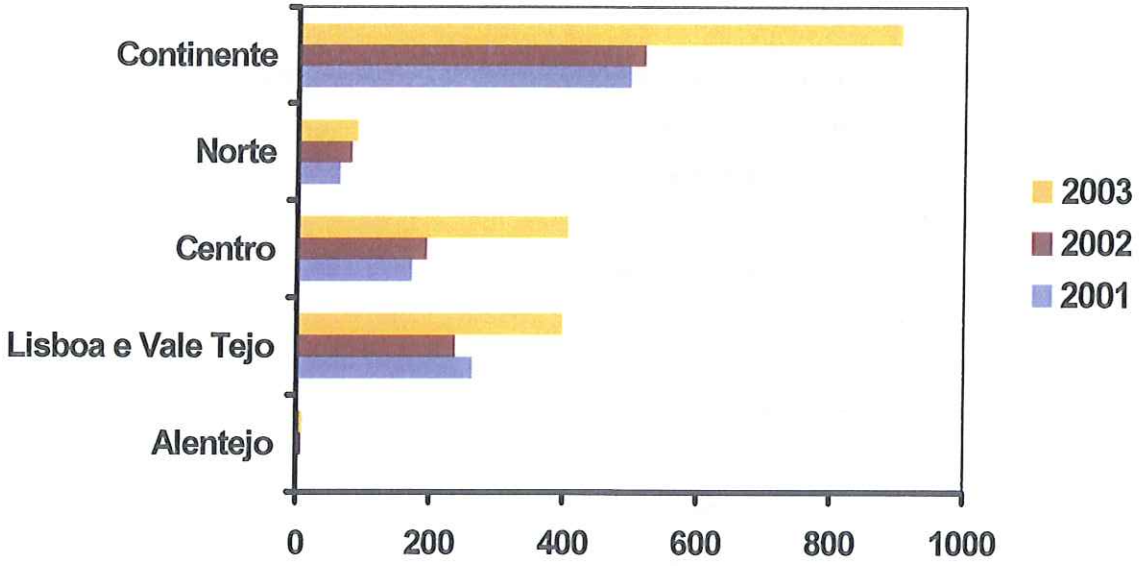
Extensão das linhas ferroviárias em utilização (em Km)



Fonte: INE

Gráfico 114

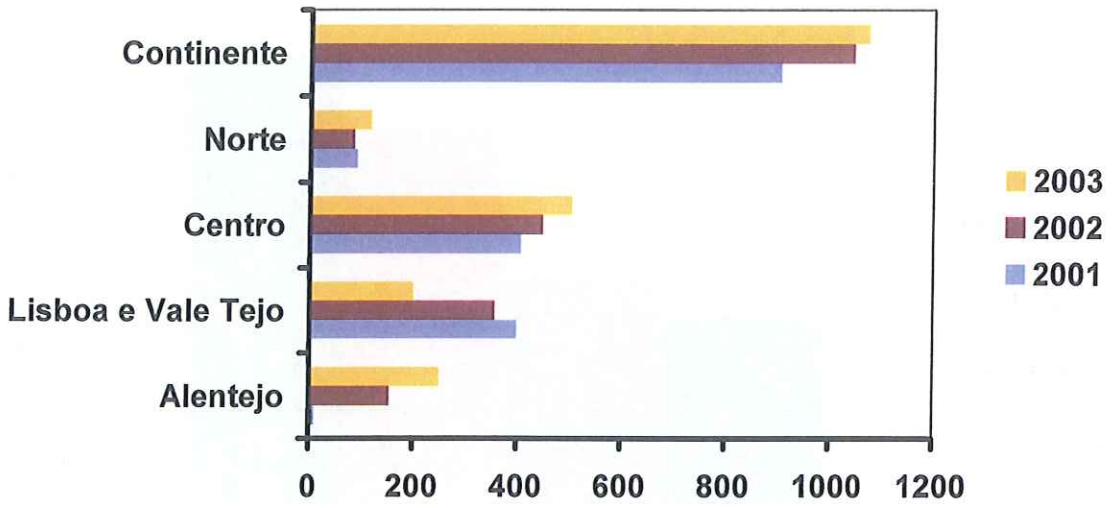
Km de Via Dupla ou Superior construídas



Fonte: INE

Gráfico 115

Km de linhas electrificadas

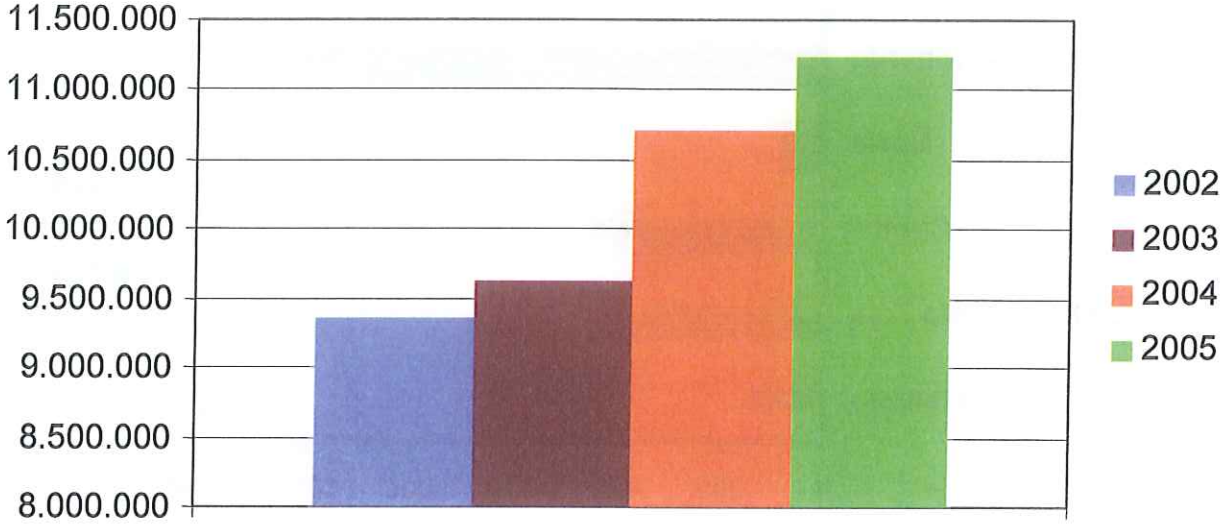


Fonte: INE

A análise destes indicadores, sobre os km construídos de linhas ferroviárias nos últimos três anos, permite-nos referir o seguinte: na RLVT tem diminuído a construção e ampliação das linhas existentes, dada a grande cobertura a este nível do território regional. A electrificação das linhas, provavelmente pela mesma razão, diminuiu também neste período, ao contrário das restantes regiões de Portugal em que tem aumentado. Onde se regista um aumento do n.º de Km é nas linhas duplas ou superiores, que acompanha o esforço que tem sido feito a nível nacional na construção das vias duplas, tendo em 2003 a RLVT atingido os 400 Km de novas linhas duplas.

Gráfico 116

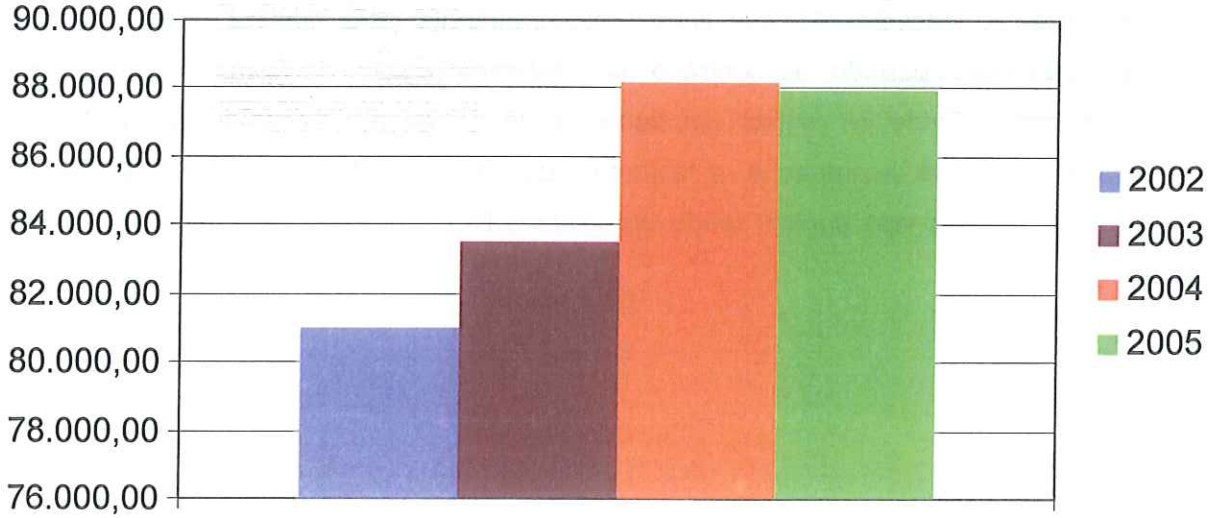
N.º de passageiros comerciais no Aeroporto da Portela (Lisboa)



Fonte: ANA - 2005

Gráfico 117

Carga comercial registada no Aeroporto da Portela (Lisboa) (em toneladas)



Fonte: ANA - 2005

Verifica-se que nos últimos 4 anos o tráfego de passageiros aumentou significativamente. Em relação à carga comercial em tráfego, parece ter estabilizado nos últimos 2 anos, provavelmente devido ao facto de o aeroporto estar a atingir uma situação limite neste domínio.

DOMÍNIO PESSOAS

Nota Metodológica

O Relatório 3 permite fazer uma leitura de indicadores já com alguma evolução no tempo: a maioria dos indicadores tem elementos desde o final dos anos 90 do século XX até aos últimos indicadores disponíveis, a maioria de 2003, alguns de 2004 e também de 2005. Assim, é possível nalgumas situações percorrer 4 ou 5 anos verificando já algumas tendências da evolução deste período.

Mas este período continua a corresponder ao aprofundamento da crise que o país atravessa e assim, os indicadores conjunturais manifestam o agravamento da situação enquanto que outros indicadores de maior fôlego traduzem, apesar de tudo, um forte investimento do país em políticas sociais. No essencial, o Relatório 3 não traz muito de novo em relação ao já observado no Relatório 2 mas vai clarificando o cenário e enfatizando alguns elementos que aqui se destacam.

- **Apreciação geral**

1. O mercado de trabalho penaliza sobretudo os mais novos mas é relativamente inclusivo para as mulheres

Uma primeira conclusão salienta o aumento do desemprego que mantém na região taxas mais elevadas do que as registadas para o país (em 2004, a taxa de desemprego total era de 6,7% no país e de 7,6% em Lisboa). Embora o perfil de desemprego seja conhecido e semelhante para todo o país – jovens, mulheres, não qualificados, aumento do desemprego de longa duração, etc. – há dois traços (de sinal contrário) que vale a pena destacar pois poderão ter impacte no desenho das políticas regionais de emprego. Em primeiro lugar, é de destacar a forte penalização do desemprego jovem: em 2004, cerca de 19% dos jovens com menos de 25 anos estavam desempregados o que indica uma percentagem muito superior às médias do país (15%) e da união europeia. Em segundo lugar, deve salientar-se uma posição comparativamente mais inclusiva no que se refere à inserção no trabalho das mulheres que apresentam uma taxa de desemprego inferior às médias do país e, na Grande Lisboa, a percentagem de desemprego feminino está muito próxima da do desemprego dos homens.

2. A polarização dos níveis de escolaridade não sendo um factor positivo manifesta, no entanto, as potencialidades de uma percentagem significativa de população bem preparada

Uma segunda conclusão que já estava presente no relatório anterior remete para a frágil situação da educação na região com os indicadores de resultado (sucesso, abandono, etc.) a mostrarem cada vez mais dificuldades e a apresentarem uma evolução negativa. Se se podem apontar alguns elementos positivos, sobretudo relacionados com o aumento da oferta de ensino pré-escolar e de ensino superior, a informação mais importante continua a mostrar os frágeis níveis de investimento das famílias na frequência do ensino para além da escolaridade obrigatória, o que se torna muito evidente na perda de alunos dos 9º para os 12º anos de escolaridade.

As taxas de retenção vão aumentando à medida que se sucedem os níveis de ensino passando de 7% no 1º ciclo para 20% no 3º ciclo). O decréscimo de alunos no ensino

secundário parece não se dever já a causas de quebra demográfica mas ao desinteresse pelo ensino. O ensino profissional também não emerge como alternativa pois não abrange mais do que 1% dos alunos no 3º ciclo e cerca de 27% no ensino secundário. Assim, sem alunos no último ciclo do ensino secundário, e com uma taxa de retenção da ordem dos 20%, o decréscimo de alunos no ensino superior começa também a verificar-se.

Estas percentagens são sintoma de um desenvolvimento desequilibrado da estrutura de qualificações traduzido, apesar de tudo, pelo crescimento de habilitações de nível superior. O hiato entre a escolaridade obrigatória de 9 anos e o ensino superior não permitirá alimentar o tipo de crescimento das habilitações superiores a médio prazo, por falta de público formado ao nível do ensino secundário. Em 2004, metade dos activos detinham apenas a escolaridade obrigatória.

No entanto, na região de Lisboa, 19% da população activa detinha, em 2003, o ensino superior (no país 11%) tendo crescido de 2002 para 2003, 3 pontos percentuais. De facto, os estudantes dos níveis 4, 5 ou 6 (o que inclui níveis superiores e de investigação) atingiam 22,1% do total, superando algumas capitais europeias de relevo, como Londres, Paris, Estocolmo e Amesterdão só se vendo em dificuldades em superar algumas das capitais de leste que ultrapassam em muito os valores da "velha" Europa, caso de Praga com 39% ou Bratislava com 32,5% no indicador.

3. Uma forte polarização de rendimentos e condições de vida

A Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo apresenta uma grande diversidade interna quer ao nível das actividades quer das condições de vida sem que esta afirmação apele a uma hierarquia uniforme dos factores que contribuem para a qualidade de vida.

Na região, a crise começa a manifestar-se mais precocemente que no resto do país. Desde 1998 que começa a ser visível nos indicadores de declínio antes ainda do país que acusa o decréscimo apenas depois de 2002. No entanto, como é de esperar, a região mantém índices de poder de compra superiores aos registados no país, que de 2002 para 2004 também registou um ligeiro decréscimo no indicador.

A polarização regional é no entanto evidente e com tendências para aumentar: o poder de compra da Grande Lisboa é 46% superior ao da Lezíria do Tejo (2004) aumentando ainda a polarização existente em 1998 onde esta sub-região representava 43% do poder de compra da Grande Lisboa.

Em larga medida esta capacidade de poder compra advém das remunerações do trabalho e também a este nível há uma grande disparidade interna. Só a Grande Lisboa e a Península de Setúbal ultrapassam os valores médios nacionais do indicador. No entanto, é grande a diferença registada entre estas sub-regiões – em 2002, os trabalhadores da Grande Lisboa ganhavam em média 1062 euros, quando os trabalhadores da Península de Setúbal ganhavam, em média, 818 euros. É no Oeste que se regista um valor mais baixo no indicador.

Como é evidente, as pensões acompanham esta diferenciação pois estão intimamente articuladas ao salário. Deve salientar-se o grande esforço das políticas públicas em aumentar os níveis de pensão que se consideram pesar fortemente nas percentagens de pobreza: entre 1999 e 2003 – cerca de 4 anos – o nível médio das pensões subiu um pouco mais de 1/3 (35%). Apesar deste aumento contínuo das remunerações médias mensais dos pensionistas existe uma forte diferenciação regional. Em média, um pensionista da Grande Lisboa ganha mais 100 euros mensais do que um pensionista da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e Oeste. No entanto, a realidade nacional aproxima-se bem mais destas três sub-regiões, que mantêm os valores mais baixos no indicador. De destacar, no entanto, que apenas na Grande Lisboa, um pensionista aufere em média um valor superior ao Salário Mínimo Nacional (o valor médio para a sub-região foi, em 2003, de 383,1 euros, quando o valor do SMN nessa data era de 365,6 euros). Sublinha-se ainda o facto de serem nas sub-regiões da Península de Setúbal e Médio Tejo onde se regista uma maior disparidade interna no indicador, ou seja, com uma amplitude de variação, entre o valor mais elevado e o valor mais baixo concelhios, maior.

Na análise dos fenómenos de coesão, um dos analisadores é a percentagem de população a receber o rendimento social de inserção. De alguma forma este indicador poderia acompanhar os níveis de pobreza. Isso não poderá acontecer, pelo menos através de uma leitura directa dada a constante alteração da legislação que aplica o

RSI. Este indicador tem alguma instabilidade a meio do período observado pois após um período [marcado pela diminuição dos beneficiários do RSI (1999 e 2001)] há um ligeiro aumento em 2001 a 2002. Mas a Região de Lisboa apresenta, para este indicador, uma menor percentagem – mais ou menos estável nos 3% – do que outras regiões portuguesas sendo esta percentagem bastante inferior à região Norte e ao Algarve.

4. Uma contínua degradação das condições de suporte aos grupos mais vulneráveis

Alguns dos indicadores mais importantes na análise da coesão referenciam quer o acesso aos serviços, quer sintomas de mal-estar social que, não sendo causa dos fenómenos de exclusão, apontam algumas das suas manifestações mais graves.

Mais uma vez, já no relatório anterior destacámos a gravidade da situação de saúde medida pelo acesso ao médico de família e a manifestação de doenças infecto-contagiosas, parte delas resultado do consumo de drogas. Ao contrário do que seria de esperar face à evolução da situação, e sobretudo, face ao aumento dos investimentos nesta área algumas das questões básicas continuam a mostrar sinais de agravamento.

A situação de crise económico-social não deixa de se reflectir nestes indicadores sendo o indicador mais grave a evolução negativa dos médicos por 1.000 habitantes. É conhecida a proximidade entre a doença e a pobreza, e também as dificuldades de acesso à medicina privada que têm as populações mais vulneráveis. Ora um indicador básico de acesso é com certeza a capacidade de dispor de um médico de família. A contínua evolução negativa deste indicador não pode deixar de ser preocupante.

A evolução dos casos de Sida é outro indicador que emerge com gravidade, nomeadamente através das comparações internacionais. Tem, no entanto, uma característica, concentra-se nas zonas urbanas da região e muito concretamente num número muito reduzido de concelhos

Para precisar a importância do fenómeno quanto aos casos registados importa ter em consideração que o somatório dos casos de SIDA até 2001 para a região é de 4073, sendo de destacar as sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, que

contribuem significativamente para este valor. A Grande Lisboa regista mais de metade dos casos – 2838 casos até 2001 – apesar da diversidade entre os vários concelhos. No entanto, é de destacar a capital que contribui significativamente, com 1633 casos de SIDA. Também na Península de Setúbal, se revelam grandes assimetrias entre os vários concelhos, apresentando 955 casos até 2001 e só o concelho de Almada apresenta cerca de 480 casos.

Manifestando o desconforto social das regiões mais urbanas, o indicador de criminalidade está também concentrado na Grande Lisboa e na Península de Setúbal. Em 2004, a Grande Lisboa apresentava uma taxa de criminalidade de 52%, quando na Península de Setúbal era de 45,2‰ – no entanto, face ao ano anterior em análise, a primeira sub-região denota uma diminuição ligeira quando a segunda aumenta o valor do indicador em cerca de 2 pontos.

A RLVT, e em particular a AML, continua a concentrar uma parte significativa da população portuguesa aumentando mesmo a sua representatividade na população portuguesa e perfazia, em 2004, cerca de 34% da população total. No ano passado, a região estaria a ultrapassar os 3,5 milhões de habitantes, concentrando a AML 75% dessa mesma população. Para o crescimento da AML, em muito contribui o aumento da população na Península de Setúbal.

No conjunto dos 10 concelhos mais populosos do Continente, podemos encontrar 5 da RLVT, sendo que todos são da sub-região da Grande Lisboa. Lisboa, Sintra, Loures, Amadora, Cascais, são os concelhos da RLVT que se destacam por concentrarem uma população significativa (12,6% do total da população nacional). Sintra, Sesimbra, Seixal e Alcochete foram os concelhos da RLVT que mais se destacaram ao nível nacional em termos de crescimento da sua população, no último período inter-censitário. De 2001 a 2004, dos 5 concelhos com maior crescimento populacional no Continente, 4 são da RLVT, a saber: Sesimbra, Alcochete, Mafra e Sintra (com crescimentos superiores a 10%, nesse período de 3 anos).

a) Variação da População

Após um período de crescimento acentuado da sua população, a RLVT regista uma tendência de atenuação. Apesar disso, em 2004, a região estaria a ultrapassar os 3,5 milhões de habitantes, concentrando a AML 75% dessa mesma população. As informações mais recentes apenas vêm sublinhar a tendência de envelhecimento da população registado no último período inter-censitário, em muito marcada pelo não crescimento da população juvenil. Refira-se que a situação relativa ao crescimento da população na região começa a revelar-se, nalguns casos, preocupante. Não que nalguns casos o travão ao aumento da população não fosse almejado ou necessário, mas a reposição da população poderá vir a ser ameaçada.

No entanto, este decréscimo também poderá traduzir uma menor atractividade residencial dos territórios em perda demográfica. Resta aprofundar as diferentes tendências registadas ao nível das várias dimensões de análise de modo a que

possamos lançar hipóteses mais consolidadas sobre o que se vai passando um pouco por toda a região.

Gráfico 1

População e Variação de 2001 a 2004

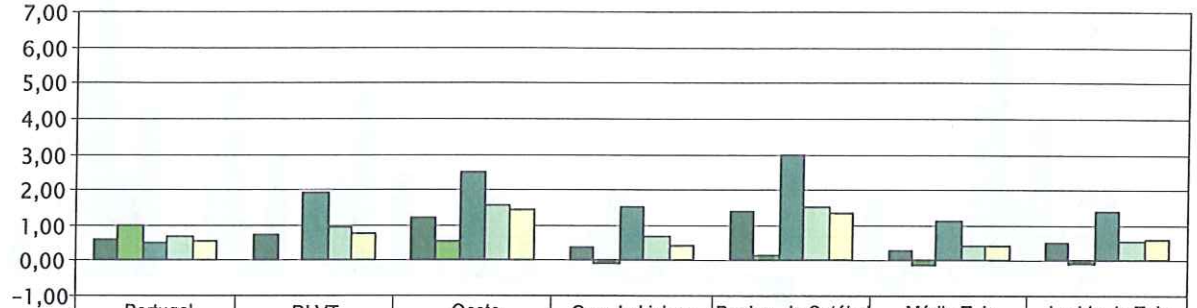
REGIÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE		Taxa de Variação
	2001	2004	
Portugal	10.356.117	10.529.255	1,7%
Lisboa e Vale do Tejo	**3.468.901**	**3.592.755**	**3,5%**
Oeste	394.487	416.646	5,6%
Grande Lisboa	1.892.903	1.941.575	2,6%
Península de Setúbal	714.589	757.113	6%
Médio Tejo	226.090	230.572	2%
Lezíria do Tejo	240.832	246.849	2,5%

Fonte: INE

Não deixa de ser importante o facto de que em todas as sub-regiões a tendência seja a de diminuição da taxa de variação da sua população, pese embora continue – em termos globais – a manifestar valores positivos. Ao nível sub-regional, as situações com menor taxa é a Grande Lisboa e ao Médio Tejo que, no último período de análise, ou seja, de 2003 para 2004 foram as sub-regiões com taxas de crescimento mais baixas e com valores inferiores à média regional e nacional. Inversamente, a Península de Setúbal e o Oeste apresentam taxas de variação superiores às médias da Região.

Gráfico 2

Taxa de Variação da População Residente, por **regiões** (1999 a 2004)

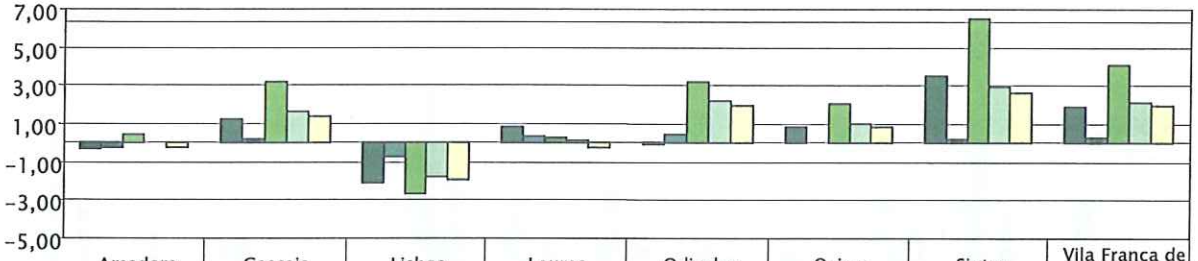


	Portugal	RLVT	Oeste	Grande Lisboa	Penins. de Setúbal	Médio Tejo	Leziria do Tejo
99/00	0,60	0,68	1,19	0,37	1,40	0,27	0,49
00/01	0,97	0,02	0,51	-0,08	0,13	-0,15	-0,11
01/02	0,50	1,88	2,48	1,49	2,99	1,1	1,38
02/03	0,65	0,91	1,58	0,64	1,52	0,43	0,52
03/04	0,52	0,75	1,46	0,43	1,33	0,43	0,58

Fonte: INE

Gráfico 3

Taxa Variação da População Residente nos concelhos da sub-região de **Grande Lisboa** (1999 a 2004)

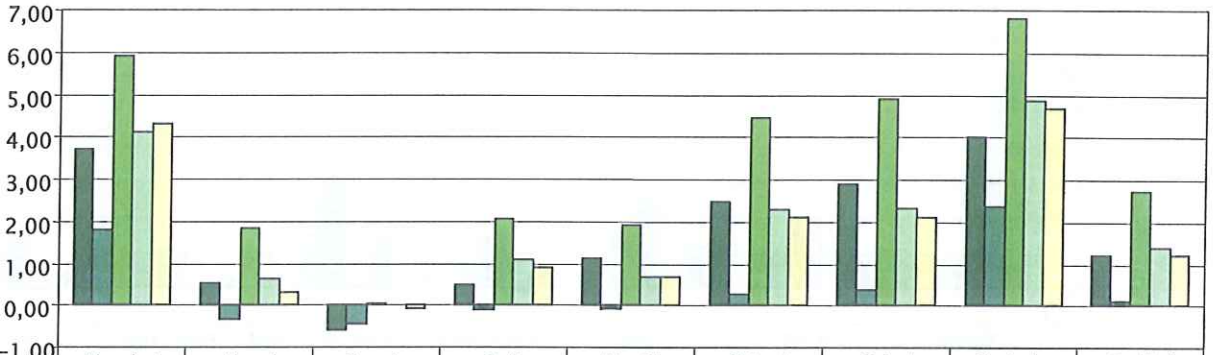


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
99/00	-0,28	1,21	-2,07	0,86	-0,06	0,83	3,48	1,93
00/01	-0,24	0,18	-0,67	0,36	0,43	-0,01	0,21	0,25
01/02	0,44	3,17	-2,64	0,25	3,21	2,05	6,52	4,10
02/03	0,02	1,64	-1,77	0,08	2,20	0,99	2,97	2,10
03/04	-0,24	1,37	-1,95	-0,24	1,99	0,83	2,63	1,99

Fonte: INE

Gráfico 4

Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região da **Península de Setúbal** (1999 a 2004)

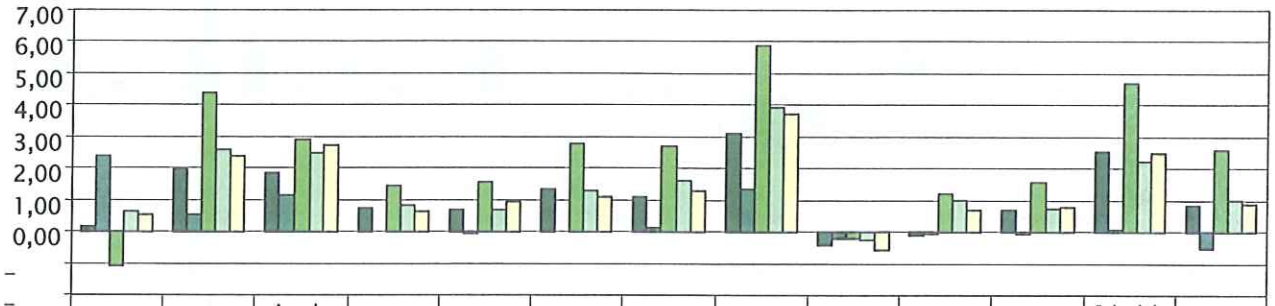


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
99/00	3,73	0,52	-0,61	0,51	1,14	2,46	2,88	4,02	1,22
00/01	1,82	-0,34	-0,43	-0,09	-0,05	0,26	0,37	2,37	0,11
01/02	5,90	1,86	0,05	2,07	1,93	4,48	4,91	6,80	2,75
02/03	4,13	0,63	-0,01	1,10	0,69	2,28	2,33	4,88	1,39
03/04	4,31	0,31	-0,07	0,90	0,66	2,12	2,10	4,68	1,20

Fonte: INE

Gráfico 5

Taxa Variação da População Residente nos concelhos do **Oeste** (1999 a 2004)

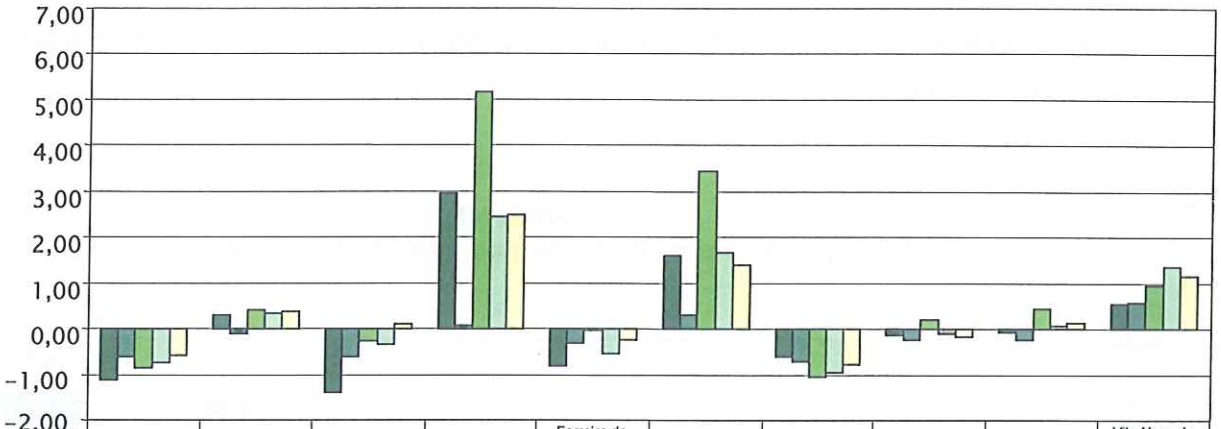


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
99/00	0,14	1,94	1,87	0,72	0,69	1,36	1,09	3,10	-0,42	-0,08	0,66	2,52	0,81
00/01	2,39	0,54	1,15	0,01	-0,04	0,01	0,11	1,36	-0,21	-0,03	-0,03	0,07	-0,50
01/02	-1,05	4,38	2,89	1,46	1,53	2,76	2,70	5,87	-0,21	1,18	1,55	4,69	2,57
02/03	0,64	2,56	2,46	0,83	0,69	1,30	1,62	3,91	-0,26	0,99	0,75	2,24	0,99
03/04	0,53	2,37	2,74	0,60	0,92	1,09	1,31	3,70	-0,57	0,67	0,78	2,45	0,88

Fonte: INE

Gráfico 6

Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região do **Médio Tejo** (1999 a 2004)

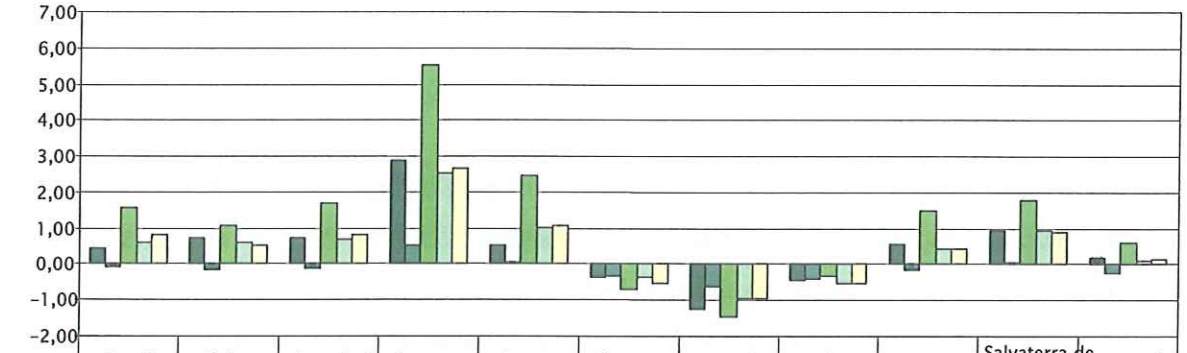


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
99/00	-	0,32	-1,39	2,95	-0,80	1,59	-0,60	-0,13	-0,07	0,56
00/01	-0,59	-0,10	-0,60	0,08	-0,31	0,30	-0,70	-0,23	-0,22	0,59
01/02	-0,85	0,40	-0,26	5,17	-0,04	3,44	-1,05	0,22	0,45	0,96
02/03	-0,75	0,34	-0,34	2,45	-0,53	1,66	-0,94	-0,10	0,08	1,35
03/04	-0,56	0,37	0,1	2,47	-0,25	1,38	-0,77	-0,16	0,13	1,1

Fonte: INE

Gráfico 7

Taxa de Variação da População Residente, nos concelhos da sub-região da **Lezíria do Tejo** (1999 a 2004)



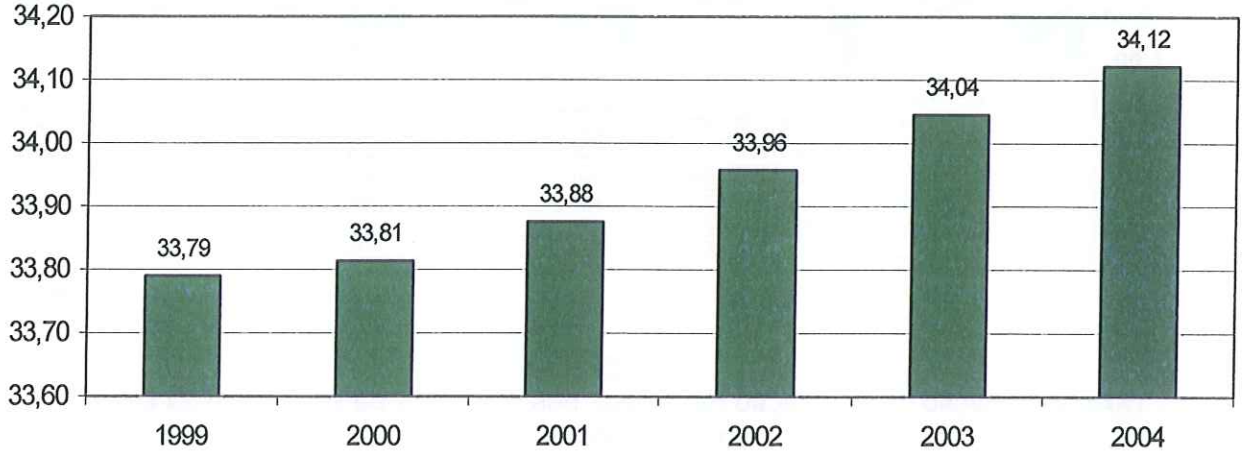
	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
99/00	0,42	0,74	0,74	2,88	0,53	-0,38	-1,24	-0,45	0,55	0,94	0,21
00/01	-0,06	-0,14	-0,11	0,53	0,06	-0,33	-0,59	-0,38	-0,14	0,08	-0,24
01/02	1,58	1,06	1,68	5,54	2,46	-0,68	-1,45	-0,33	1,51	1,80	0,62
02/03	0,59	0,59	0,68	2,53	1,02	-0,36	-0,93	-0,54	0,45	0,96	0,10
03/04	0,82	0,50	0,83	2,67	1,06	-0,53	-0,95	-0,55	0,45	0,90	0,16

Fonte: INE

b) Distribuição da população no território

Apesar do decréscimo populacional registado na RLVT, a importância da região em termos de concentração da população continua a aumentar. Em 1999, a população da RLVT representava 33,79% da população nacional e, em 2004, esse indicador aumenta para 34,12%.

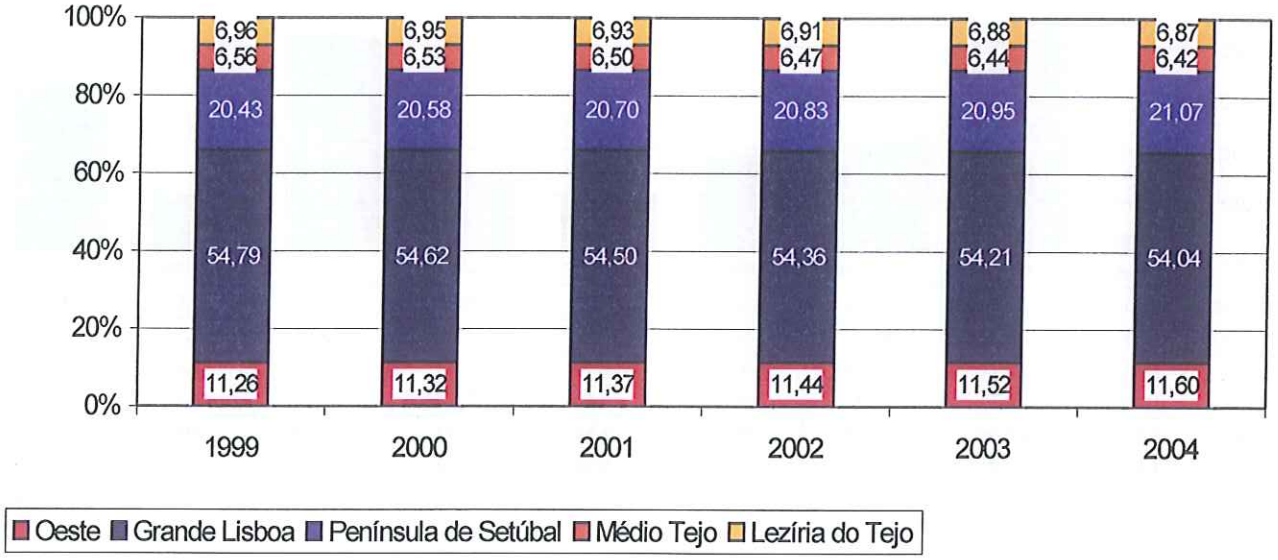
Gráfico 8
% de população na RLVT fase ao País (1999 – 2004)



Fonte: INE

Na Região, a sub-região Oeste e a Península de Setúbal vêem aumentar o seu peso relativo em termos populacionais como resultado da manutenção de um significativo crescimento populacional. A Grande Lisboa continua a concentrar mais de metade da população regional, mas o Oeste já representava, em 2004, 11,6% da população regional e a Península de Setúbal 21,07%.

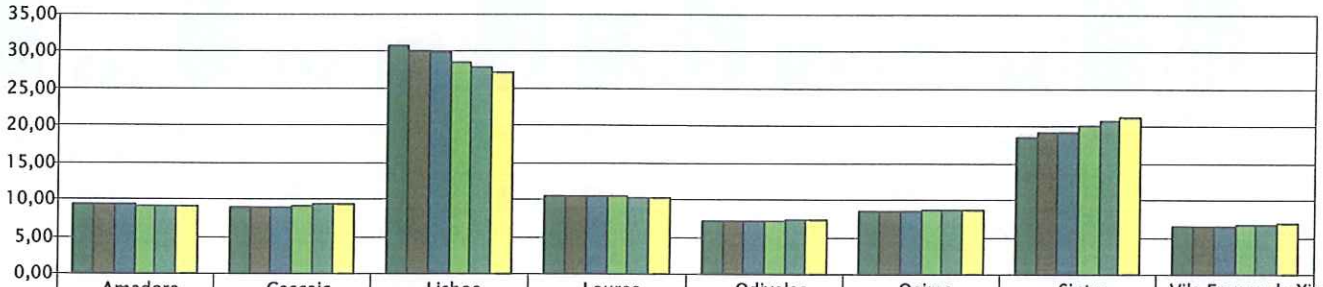
Gráfico 9
Distribuição da população por **sub-região** (1999 – 2004)



Fonte: INE

Estas alterações demográficas não significaram, como é óbvio, uma mudança muito significativa no padrão de distribuição da população pelo território nos últimos 5 anos.

Gráfico 10
Distribuição da População por concelhos da sub-região da **Grande Lisboa**, em %
(1999 a 2004)

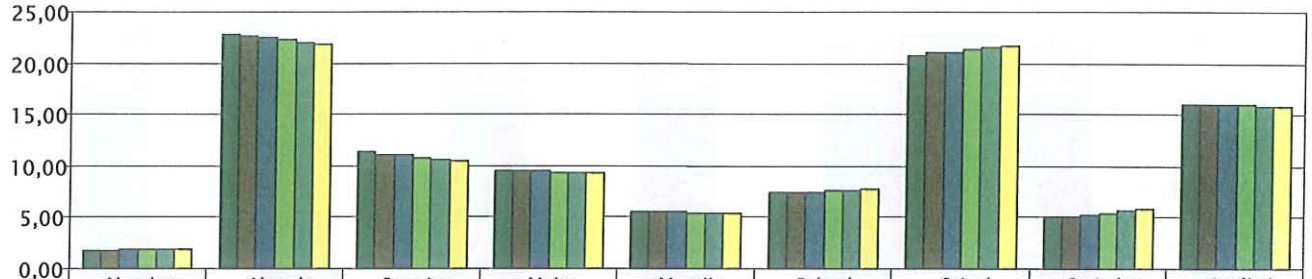


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
1999	9,37	8,92	30,75	10,42	7,07	8,52	18,58	6,37
2000	9,31	8,99	30,01	10,47	7,03	8,56	19,16	6,47
2001	9,29	9,02	29,83	10,52	7,07	8,57	19,22	6,49
2002	9,19	9,17	28,62	10,39	7,19	8,61	20,17	6,66
2003	9,14	9,26	27,93	10,33	7,30	8,64	20,64	6,76
2004	9,08	9,35	27,27	10,26	7,42	8,68	21,09	6,86

Fonte: INE

Gráfico 11

Distribuição da População por concelhos da sub-região da **Península de Setúbal**, em % (1999 a 2004)

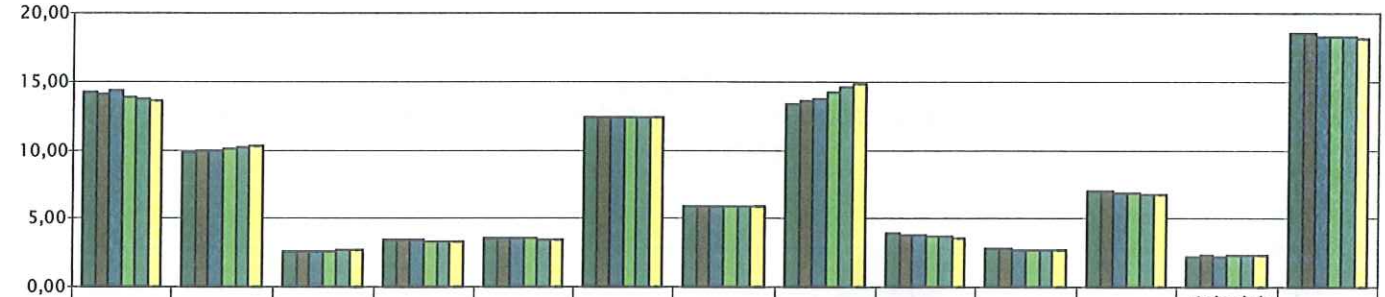


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
1999	1,75	22,81	11,34	9,54	5,51	7,38	20,68	5,01	15,98
2000	1,79	22,61	11,12	9,46	5,49	7,46	20,98	5,14	15,95
2001	1,82	22,51	11,06	9,44	5,48	7,47	21,03	5,26	15,94
2002	1,87	22,26	10,74	9,35	5,42	7,57	21,42	5,45	15,91
2003	1,92	22,06	10,58	9,32	5,38	7,63	21,59	5,63	15,89
2004	1,98	21,84	10,43	9,28	5,34	7,69	21,76	5,82	15,87

Fonte: INE

Gráfico 12

Distribuição da População por concelhos da sub-região **Oeste**, em % (1999 a 2004)

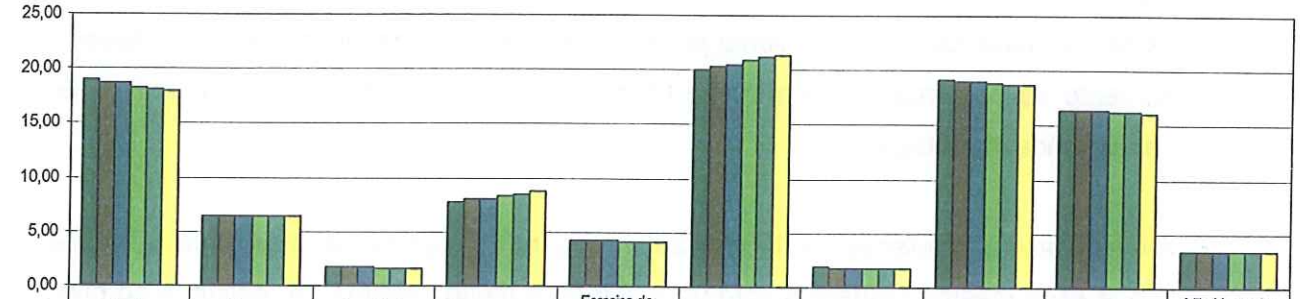


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
1999	14,28	9,86	2,59	3,41	3,57	12,42	5,93	13,41	3,91	2,81	7,00	2,24	18,57
2000	14,13	9,93	2,61	3,39	3,55	12,44	5,92	13,66	3,85	2,77	6,96	2,27	18,50
2001	14,40	9,93	2,62	3,38	3,53	12,38	5,90	13,78	3,82	2,76	6,92	2,26	18,31
2002	13,90	10,12	2,63	3,34	3,50	12,42	5,91	14,23	3,72	2,72	6,86	2,31	18,33
2003	13,77	10,21	2,66	3,32	3,47	12,38	5,91	14,56	3,65	2,71	6,81	2,33	18,22
2004	13,65	10,30	2,69	3,29	3,45	12,34	5,90	14,88	3,58	2,69	6,76	2,35	18,12

Fonte: INE

Gráfico 13

Distribuição da População por concelhos da sub-região do **Médio Tejo**, em % (1999 a 2004)

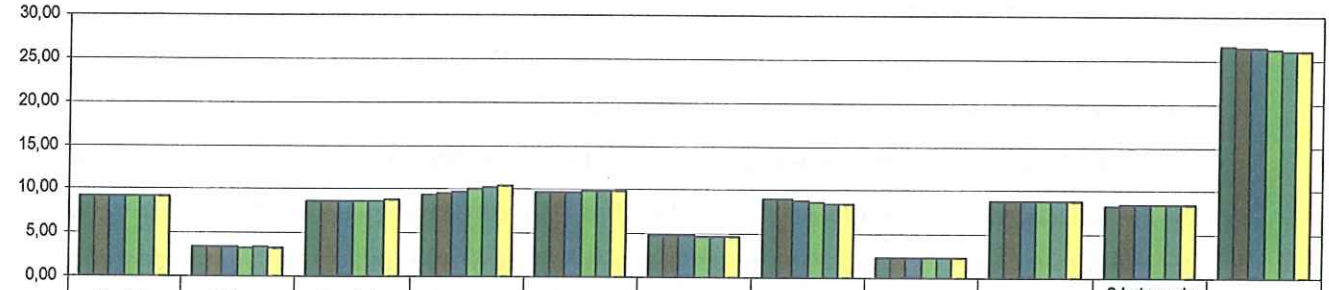


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
1999	19,03	6,45	1,72	7,81	4,22	20,09	1,84	19,11	16,39	3,33
2000	18,76	6,45	1,70	8,02	4,17	20,35	1,83	19,04	16,34	3,34
2001	18,68	6,46	1,69	8,04	4,17	20,44	1,82	19,02	16,32	3,37
2002	18,32	6,41	1,66	8,36	4,12	20,91	1,78	18,85	16,22	3,36
2003	18,10	6,41	1,65	8,53	4,08	21,17	1,75	18,75	16,16	3,39
2004	17,92	6,40	1,65	8,70	4,05	21,37	1,73	18,64	16,11	3,42

Fonte: INE

Gráfico 14

Distribuição da População por concelhos da sub-região da **Lezíria do Tejo**, em % (1999 a 2004)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
1999	9,12	3,32	8,63	9,37	9,69	4,82	9,06	2,40	8,76	8,32	26,50
2000	9,11	3,33	8,65	9,60	9,70	4,78	8,90	2,38	8,77	8,36	26,43
2001	9,12	3,33	8,65	9,66	9,71	4,77	8,86	2,37	8,77	8,37	26,39
2002	9,14	3,32	8,68	10,05	9,82	4,68	8,61	2,33	8,78	8,41	26,20
2003	9,14	3,32	8,69	10,25	9,86	4,63	8,49	2,31	8,77	8,44	26,09
2004	9,16	3,32	8,71	10,47	9,91	4,58	8,36	2,28	8,76	8,47	25,98

Fonte: INE

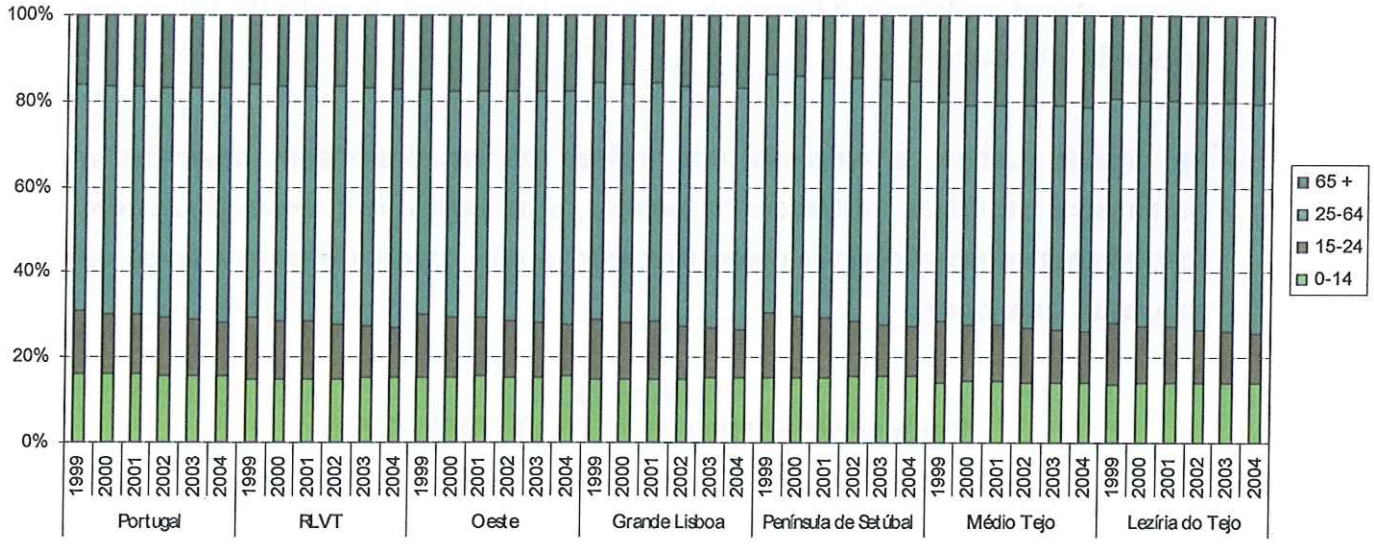
c) Estrutura Etária

Falar sobre as tendências de envelhecimento que caracterizam a evolução da estrutura etária nacional e regional já não apresenta informação adicional. É visível o aumento da população com mais de 65 anos sem que se denote uma revitalização demográfica significativa.

A evolução da população de 1999 a 2004, segundo os grupos etários, para a Região segue essa mesma tendência com uma estrutura muito próxima da registada ao nível nacional. A RLVT apresenta uma estabilização na representação da população com menos de 15 anos e uma diminuição constante, mas ligeira, da população com menos de 25 anos. A população com mais de 65 anos vai mantendo a sua representação na estrutura etária, engrossando a representação do grupo dos 25 aos 64 anos. É expectável, portanto, que um maior envelhecimento da população regional seja visível nos próximos anos, se não houver acréscimos na representação da população mais jovem.

No entanto, entre as várias sub-regiões existem algumas diferenças. A Península de Setúbal, pese embora registe diminuição da população com menos de 25 anos, mantém uma maior representação desta população na sua estrutura, face ao registado nas restantes sub-regiões. Em contrapartida, o Médio Tejo apresenta uma estrutura juvenil com menor representação e uma maior percentagem de população idosa. Como é óbvio, tal terá repercussões quer nas taxas de dependência, quer nos índices de envelhecimento (como teremos oportunidade de ver de seguida). A Grande Lisboa e o Oeste, se bem que acompanhem a tendência regional, situam-se numa posição média face ao indicador em análise.

Gráfico 15
População segundo os grupos etários (1999 – 2004)



Fonte: INE

d) Índice de Envelhecimento

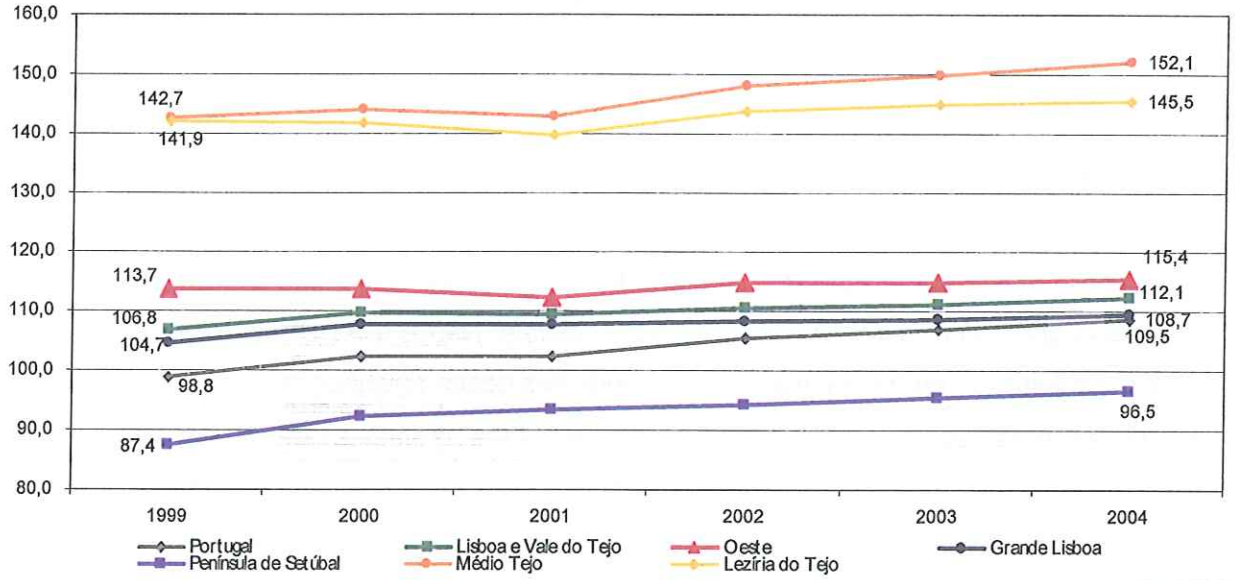
É sabido que o envelhecimento é dos problemas que mais tem vindo a preocupar os que se ocupam com o estudo das dinâmicas sociais. Não é o envelhecimento *per se* que constituirá um problema, mas sim as condições desse envelhecimento e, no que à economia respeita, as condições de sustentabilidade de um qualquer território. A RLVT não é das regiões mais problemáticas neste indicador, no entanto, a sua evolução não deve deixar de preocupar. Em todas as sub-regiões regista-se um aumento do indicador. Como foi possível registar na análise da estrutura etária da população regional, à medida que diminui a percentagem de jovens aumenta a percentagem de idosos.

Fruto das debilidades demográficas que os últimos dados apontam, o Vale do Tejo apresenta os índices de envelhecimento mais elevados, com os idosos a representarem mais 50% da população jovem residente. O Oeste e a Grande Lisboa, também registam aumentos no indicador, mas bem mais ligeiros do que os registados para o Médio Tejo e Lezíria do Tejo. Apenas a Península de Setúbal apresenta um valor positivo no indicador, apesar de se notar uma tendência de crescimento mais

acentuado do que o registado para o Oeste e Grande Lisboa. Tal pode significar que, nos próximos anos, também esta sub-região pode enfrentar os dilemas do envelhecimento generalizados nas restantes sub-regiões. Em 2004, a Península de Setúbal apresentava, o entanto, uma média de 97 idosos para cada 100 jovens. Na posição oposta destaca-se a Lezíria do Tejo com uma média de cerca de 152 idosos para cada 100 jovens.

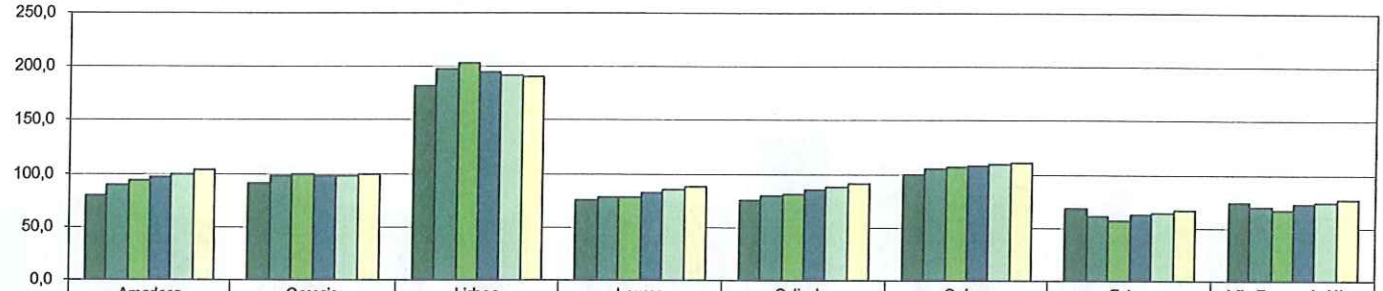
Na Grande Lisboa, a elevação dos índices de envelhecimento devem-se à performance da cidade de Lisboa. No entanto, é de realçar que, desde 2002, este concelho tem vindo a diminuir nesse indicador, o que pode dever-se à entrada de população mais jovem.

Gráfico 16
Índice de envelhecimento na **RLVT** (1999 – 2004)



Fonte: INE

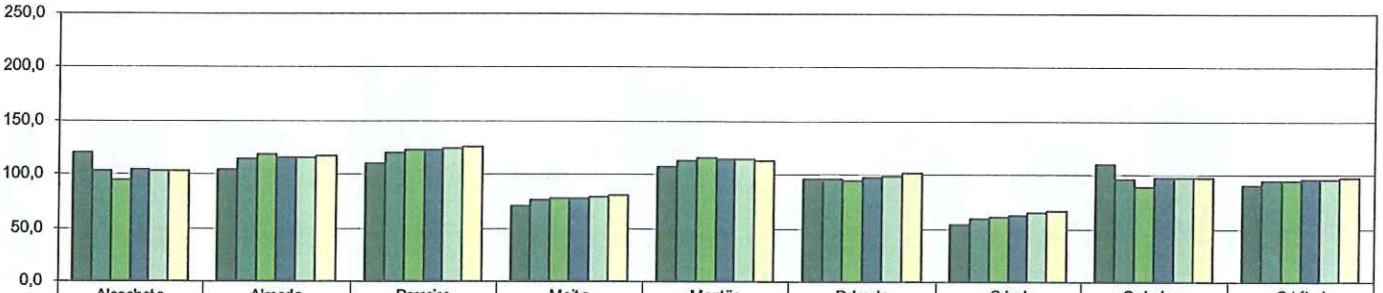
Gráfico 17
Índice de envelhecimento na **Grande Lisboa** (1999 – 2004)



	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
1999	80,0	90,3	181,9	75,4	74,7	99,9	68,7	73,4
2000	90,1	97,6	197,6	77,8	80,0	105,5	61,4	70,0
2001	93,8	99,8	203,4	77,4	81,1	106,5	56,5	66,9
2002	96,6	98,1	195,0	82,8	85,6	108,2	62,8	73,0
2003	100,0	98,2	192,2	85,5	88,2	108,8	64,1	74,5
2004	103,9	99,3	190,2	88,3	91,0	110,3	66,5	76,2

Fonte: INE

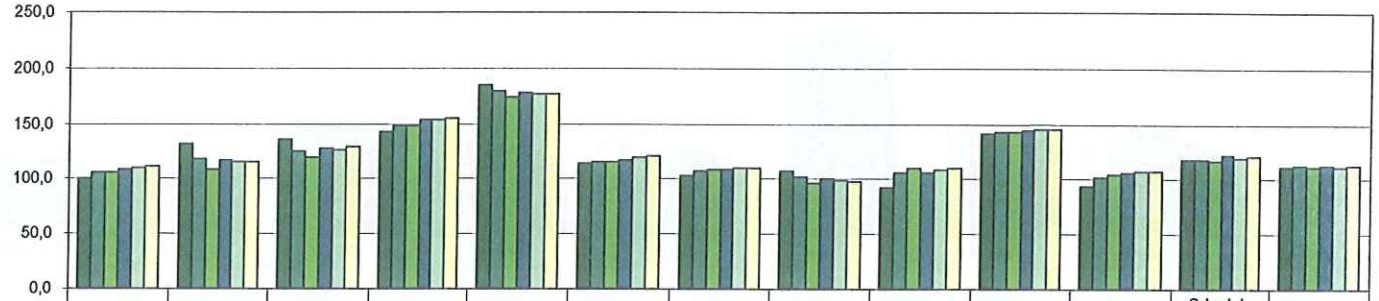
Gráfico 18
Índice de envelhecimento na **Península de Setúbal** (1999 – 2004)



	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
1999	119,9	103,9	110,4	71,0	106,8	96,6	53,1	110,7	90,1
2000	102,9	114,8	119,8	76,1	113,5	95,8	58,7	96,3	94,4
2001	94,6	118,9	122,6	77,4	115,5	94,0	60,3	88,5	95,1
2002	104,0	115,4	123,2	78,3	113,9	98,2	62,3	97,5	95,8
2003	103,6	116,1	124,3	79,6	113,7	99,2	64,5	97,6	96,7
2004	102,8	116,7	125,9	80,9	112,6	101,2	66,6	97,7	97,7

Fonte: INE

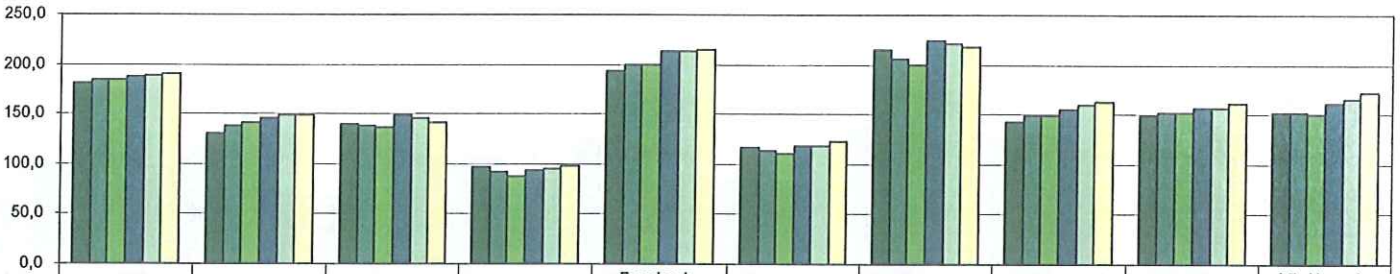
Gráfico 19
Índice de envelhecimento no **Oeste** (1999 – 2004)



	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
1999	100,9	132,4	135,4	143,1	184,4	114,3	102,9	107,8	92,4	141,5	94,0	117,7	111,2
2000	105,5	117,6	125,3	148,2	178,9	115,6	108,0	101,3	105,3	143,0	102,4	118,0	112,1
2001	106,3	109,3	119,9	148,7	174,5	114,8	109,1	96,8	110,4	142,5	105,2	116,5	111,1
2002	108,8	116,2	127,2	153,2	177,4	117,5	109,3	100,2	106,3	144,1	106,1	122,0	113,1
2003	110,1	115,9	126,6	153,6	177,1	119,0	110,3	98,5	108,6	145,3	107,6	120,0	111,8
2004	111,6	115,4	129,7	154,8	176,4	120,9	110,5	97,2	109,8	145,1	107,9	120,3	113,1

Fonte: INE

Gráfico 20
Índice de envelhecimento no **Médio Tejo** (1999 – 2004)

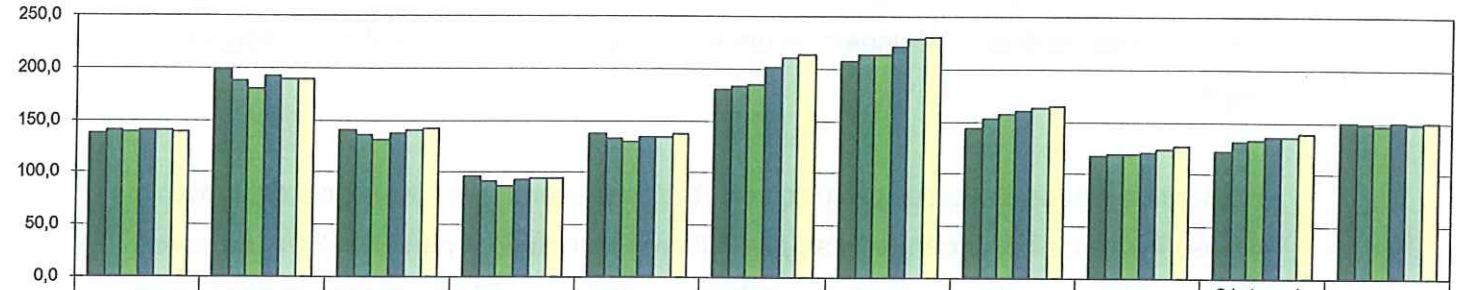


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
1999	181,1	129,7	140,2	96,1	193,6	117,2	214,4	142,4	149,0	151,6
2000	184,4	138,6	138,4	91,5	199,2	113,4	206,0	148,3	151,9	151,7
2001	183,9	141,5	137,0	87,9	200,1	110,0	200,0	149,4	151,5	150,4
2002	187,6	145,8	148,9	92,9	213,2	117,4	224,1	154,4	156,7	160,9
2003	189,3	149,3	146,4	95,8	213,7	118,6	220,6	158,8	157,0	165,2
2004	190,6	148,5	141,5	97,5	214,5	122,6	217,8	162,4	160,4	171,1

Fonte: INE

Gráfico 21

Índice de envelhecimento na **Lezíria do Tejo** (1999 – 2004)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
1999	137,3	197,9	139,8	96,6	136,6	180,4	207,9	142,6	116,7	121,4	150,1
2000	139,7	187,2	135,5	91,3	132,8	183,5	213,1	152,8	119,0	130,5	148,6
2001	139,2	180,2	131,6	87,2	129,2	183,7	213,0	156,9	118,6	132,8	146,0
2002	140,2	191,7	137,5	93,2	134,0	201,0	221,1	160,4	120,9	135,6	149,1
2003	140,4	189,2	139,9	94,9	134,9	210,0	228,5	163,6	122,9	136,2	147,8
2004	138,6	188,9	141,6	94,1	137,1	213,9	230,4	164,4	126,2	138,5	148,6

Fonte: INE

e) Índices de Dependência

A situação preocupante que se começa a registar ao nível das tendências de evolução do envelhecimento, tem reflexos nos índices de dependência identificados para cada uma das sub-regiões, e, em particular, em cada um dos seus concelhos. É preciso notar que este indicador é importante, na medida em que nos dá conta da capacidade de cada um dos territórios assegurar o "sustento" daqueles que são dependentes – ou seja, os jovens e os idosos. Infelizmente, a situação que se regista nos índices de envelhecimento repercute-se nos índices de dependência total, ou seja, a situação é bem similar e a maior parte dos concelhos que mantém índices de envelhecimento elevados também revela índices de dependência totais mais elevados.

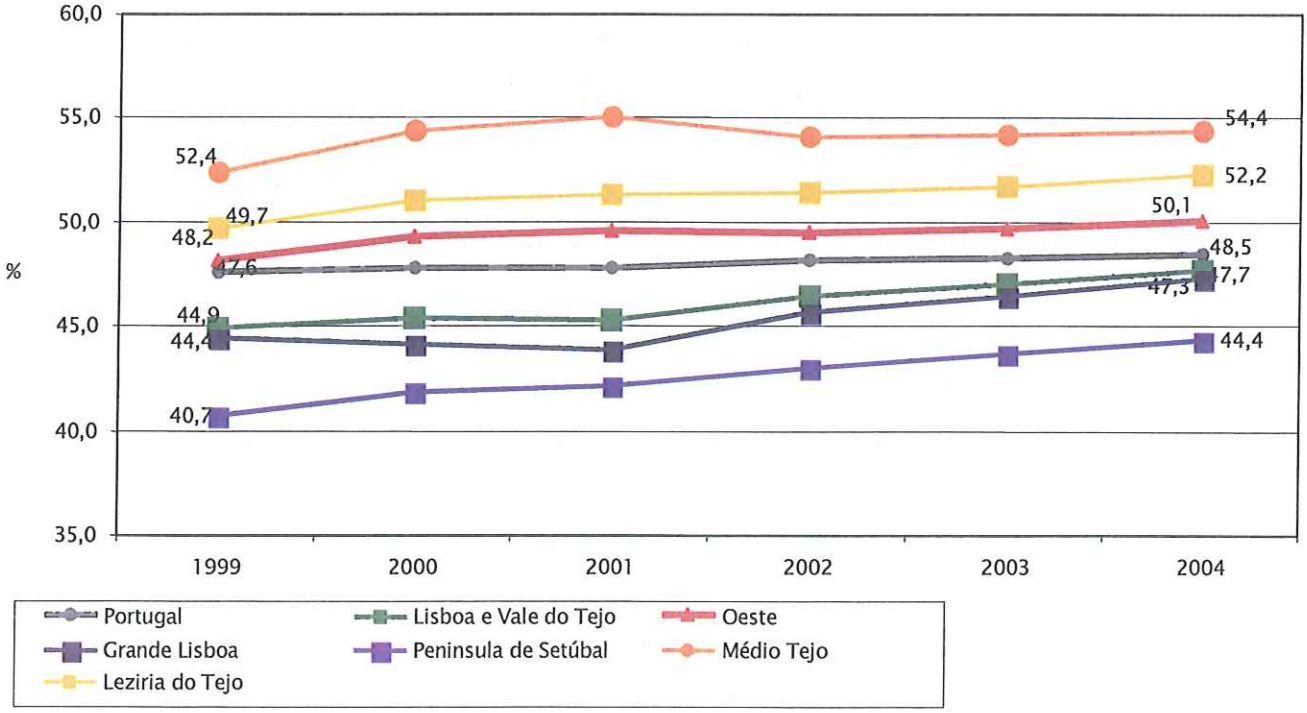
As únicas excepções a esta afirmação podem ser encontradas na sub-região da Península de Setúbal. Podemos encontrar o concelho do Barreiro que apesar de manifestar um dos índices de envelhecimento mais elevados na sub-região da Península de Setúbal, revela dos valores mais baixos nos índices de dependência. Tal fica a dever-se ao facto do seu índice de dependência de jovens ser o mais baixo da sub-região. Situação inversa se regista em Sesimbra, com um índice de envelhecimento relativamente baixo, mas com o índice de dependência total mais elevado na sub-região. Neste caso, tal justifica-se por ser o concelho com maior índice de dependência de jovens em toda a Península de Setúbal.

Também neste indicador são os concelhos de Ferreira do Zêzere e de Sardoal que apresentam um valor mais elevado no indicador – valor próximo dos 67% (o que denota uma situação demográfica bem problemática). Odivelas e Seixal são, em contrapartida, os dois concelhos com um índice de dependência total mais reduzido na região.

Em termos globais podemos referir que a RLVT apresenta uma tendência de aumento do seu índice de dependência total, particularmente notado a partir de 2001. Ao passo que no país este indicador tende a estabilizar, o índice na RLVT, apesar de ser inferior ao registado no país, está a aproximar-se do valor do índice de dependência nacional. Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Oeste apresentavam, em 2004, mais de metade da sua população dependente da população em idade activa. O valor no índice de dependência para a Grande Lisboa aproxima-se do valor registado para a região. Por seu lado, é na Península Setúbal que se regista um valor mais baixo no índice de dependência total. Tal situação verifica-se por ser a sub-região com um índice de dependência de idosos mais baixo.

Gráfico 22

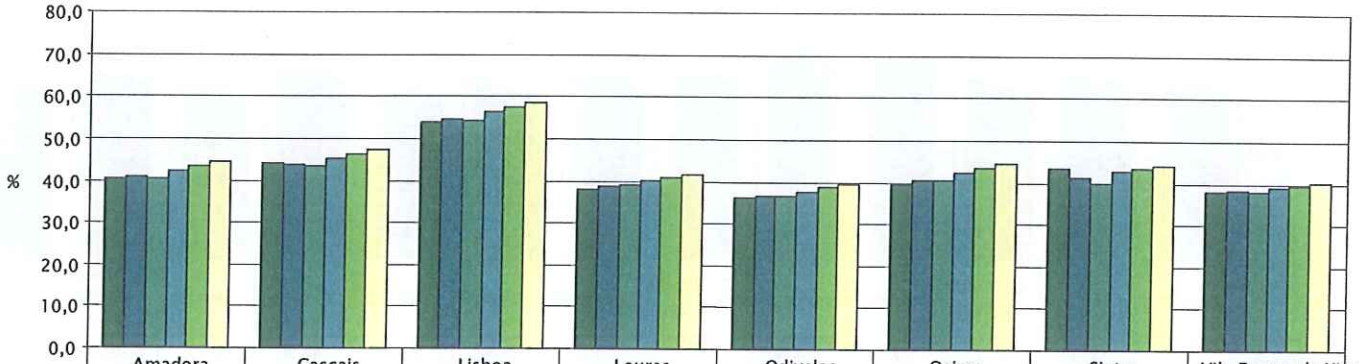
Índice de dependência total na **RLVT** (1999 – 2004)



Fonte: INE

Gráfico 23

Índice de dependência total na sub-região da **Grande Lisboa** (1999 – 2004)

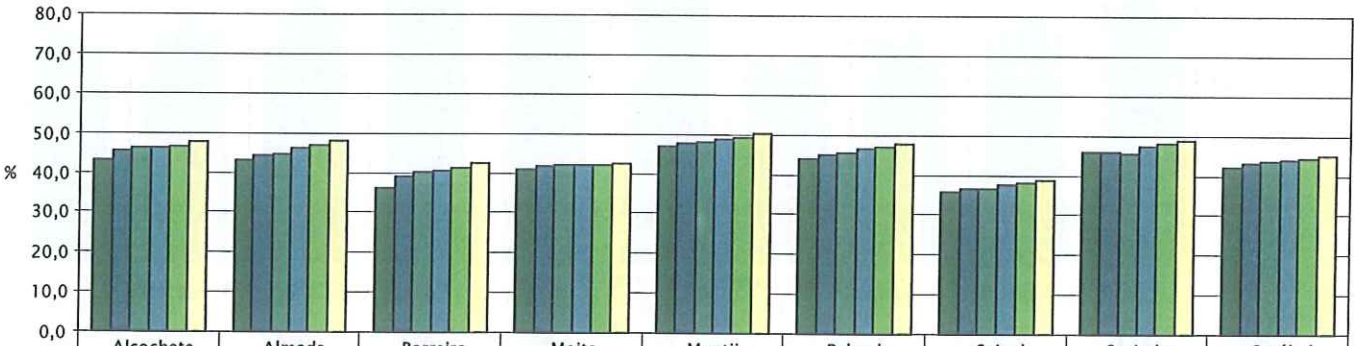


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
199	40,6	44,0	54,0	37,9	36,3	39,6	43,4	38,0
200	40,8	43,7	54,5	38,9	36,7	40,5	41,1	38,2
200	40,7	43,3	54,4	39,1	36,5	40,6	39,7	38,1
200	42,5	45,4	56,5	40,2	37,8	42,4	42,8	39,1
200	43,4	46,4	57,5	41,0	38,6	43,4	43,6	39,6
200	44,4	47,4	58,6	41,8	39,5	44,6	44,1	40,3

Fonte:

Gráfico 24

Índice de dependência total na sub-região da **Península de Setúbal** (1999 – 2004)

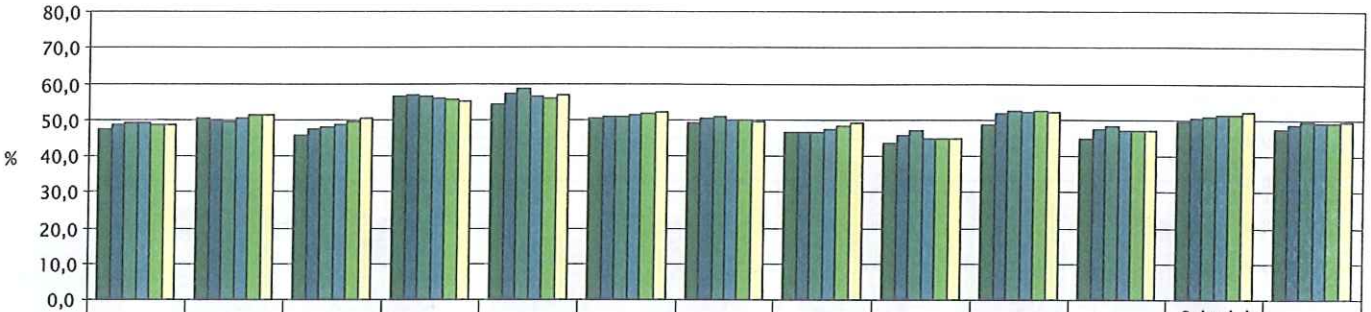


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
1999	43,3	43,3	36,1	40,8	46,7	44,0	35,6	45,8	41,9
2000	45,5	44,4	39,0	41,7	47,6	45,0	36,4	45,8	43,1
2001	46,3	44,6	40,2	41,9	47,8	45,2	36,5	45,5	43,5
2002	46,3	46,1	40,5	41,9	48,8	46,4	37,4	47,1	43,8
2003	46,7	47,0	41,5	42,1	49,2	47,0	38,0	47,9	44,3
2004	47,8	48,0	42,5	42,3	50,1	47,7	38,5	48,7	44,9

Fonte:

Gráfico 25

Índice de dependência total na sub-região do **Oeste** (1999 – 2004)

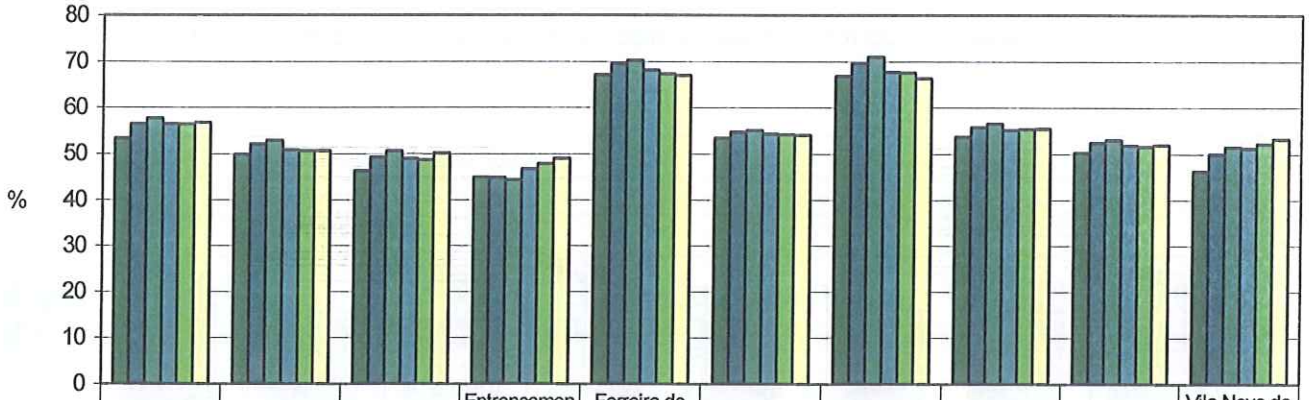


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
199	47,2	50,2	45,6	56,5	54,3	50,4	49,0	46,6	43,3	48,8	44,7	49,3	47,3
200	48,8	49,9	47,3	56,8	57,2	50,9	50,5	46,6	45,7	51,5	47,2	50,3	48,8
200	49,2	49,4	47,8	56,4	58,5	50,9	50,9	46,3	46,7	52,7	48,2	50,5	49,4
200	48,9	50,5	48,7	55,9	56,4	51,2	49,9	47,5	44,7	52,0	47,0	51,0	49,0
200	48,7	51,0	49,5	55,6	56,0	51,7	49,9	48,2	44,7	52,4	46,8	51,2	49,1
200	48,7	51,3	50,5	55,1	56,6	52,1	49,7	49,1	44,6	52,1	46,7	52,1	49,6

Fonte: INE

Gráfico 26

Índice de dependência total na sub-região do **Médio Tejo** (1999 – 2004)

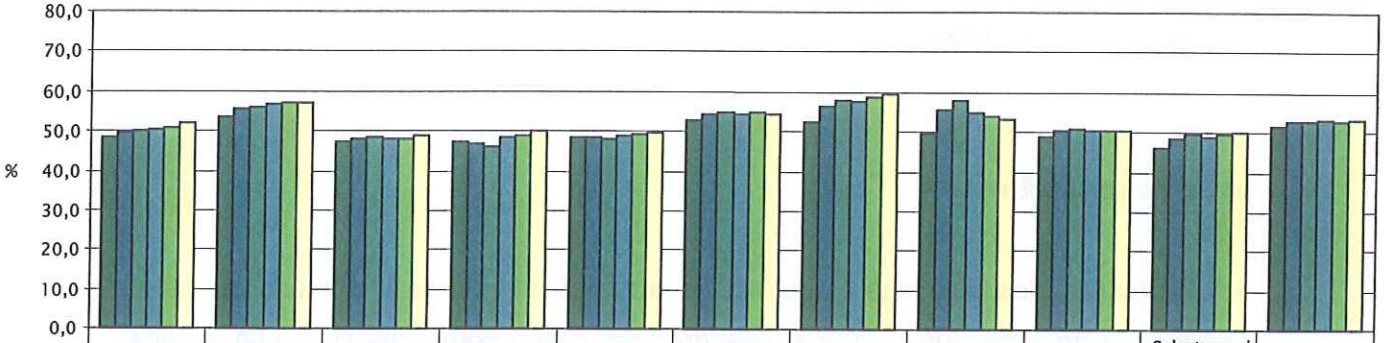


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
1999	53,4	49,8	46,3	44,9	67,1	53,5	66,8	53,7	50,3	46,3
2000	56,5	52,1	49,2	44,8	69,5	54,8	69,7	55,8	52,4	50
2001	57,68742533	52,92762124	50,61192262	44,37559581	70,19508671	55,08204423	71	56,51635914	53,03727661	51,56343358
2002	56,43257378	50,81731263	49,0211433	46,69275629	68,12266001	54,29253808	67,71263419	55,1751449	51,8350127	51,19937082
2003	56,39935273	50,59895567	48,70588235	47,86679755	67,37537967	54,24019297	67,55518534	55,41838134	51,62226218	52,20875684
2004	56,79921081	50,61211998	50,15822785	49,00490123	66,99428163	54,06673129	66,33333333	55,43140233	51,89485303	53,26848249

Fonte: INE

Gráfico 27

Índice de dependência total na sub-região da **Lezíria do Tejo** (1999 – 2004)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
1999	48,4	53,5	47,1	47,1	48,5	52,9	52,5	49,6	49,0	46,2	51,7
2000	49,7	55,5	48,1	46,8	48,3	54,5	56,3	55,4	50,5	48,6	52,7
2001	50,0	56,1	48,3	46,3	47,9	54,9	57,9	57,9	50,9	49,5	52,9
2002	50,3	56,6	48,0	48,5	48,7	54,4	57,6	54,9	50,3	48,9	53,0
2003	51,0	57,0	48,2	49,0	49,3	54,6	58,6	53,9	50,4	49,7	52,9
2004	52,0	57,1	48,9	50,0	49,8	54,3	59,5	53,4	50,5	49,9	53,3

Fonte: INE

À semelhança do que foi referido no Relatório 0, não é possível recolher informações acerca da participação associativa pela inexistência de dados oficiais referentes a esta dimensão. Deste modo, nesta dimensão de análise referente à participação democrática apenas será aprofundada a evolução da percentagem de participantes nas eleições autárquicas.

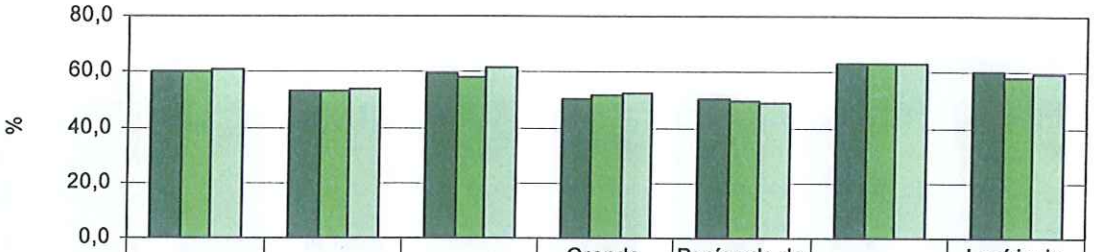
a) Participação Eleitoral

A participação dos cidadãos nas eleições autárquicas não tem evoluído de forma significativa na região de Lisboa e Vale do Tejo, assim como nas suas sub-regiões. Destaca-se o facto da região manter taxas de participação mais reduzidas do que as registadas no restante país, com excepção da sub-região do Médio Tejo que manifesta valores mais elevados.

No entanto, a participação eleitoral nas autárquicas tem vindo a aumentar muito ligeiramente desde 1997, quer na Grande Lisboa quer nas outras sub-regiões, com excepção para a Península de Setúbal. Cascais, Moita e Montijo são os três concelhos da sub-região com valores mais baixos neste indicador. Em contrapartida, os concelhos com o valor mais elevado do indicador são: Sardoal, Constância, Alcanena e Ferreira do Zêzere (todos estes concelhos pertencem à sub-região do Médio Tejo).

Gráfico 28

Participação nas eleições Autárquicas (1997, 2001 e 2005)

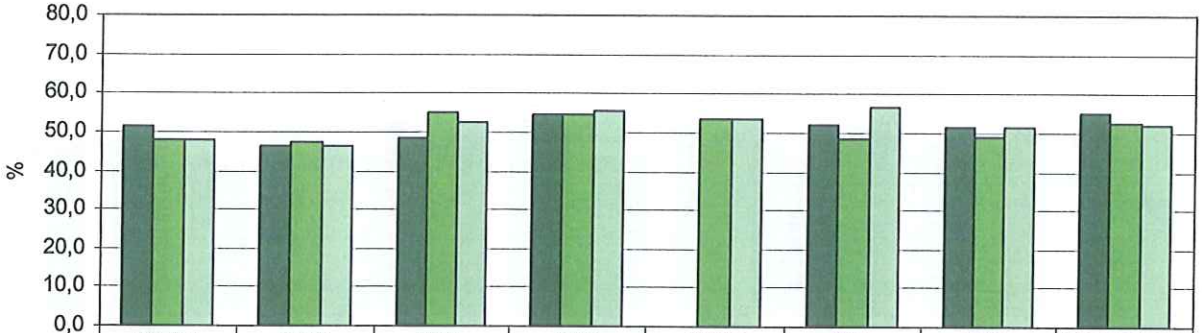


	Portugal	RLVT	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
1997	60,1	52,9	59,2	50,6	50,4	62,7	60,0
2001	60,1	53,2	58,1	51,8	49,3	63,0	58,2
2005	61,0	53,7	61,4	52,0	49,1	62,9	59,8

Fonte: STAPE

Gráfico 29

Participação nas eleições Autárquicas, nos concelhos da sub-região da **Grande Lisboa** (1997, 2001 e 2005)

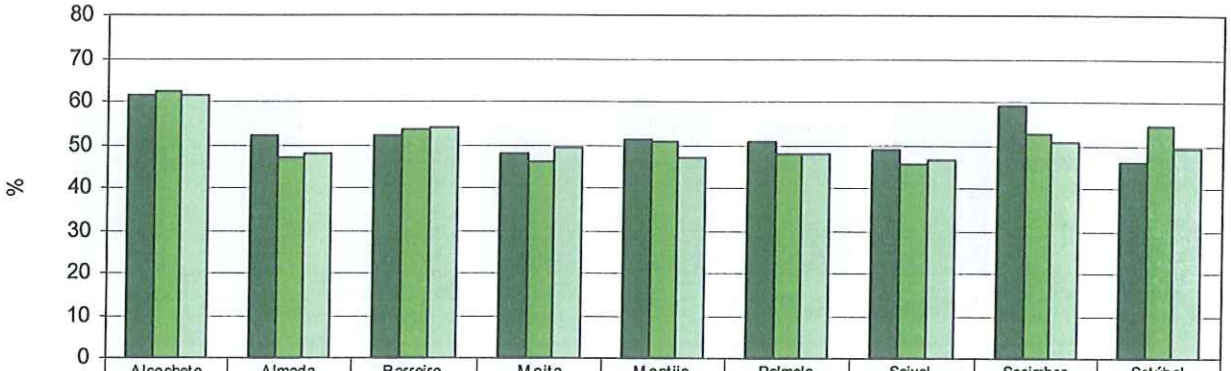


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
1997	51,4	46,3	48,3	54,7	0,0	51,8	51,7	55,2
2001	47,7	47,4	55,0	54,5	53,4	48,4	48,8	52,4
2005	48,2	46,3	52,7	55,6	53,5	56,3	51,3	51,8

Fonte: STAPE

Gráfico 30

Participação nas eleições Autárquicas, nos concelhos da sub-região da **Península de Setúbal** (1997, 2001 e 2005)

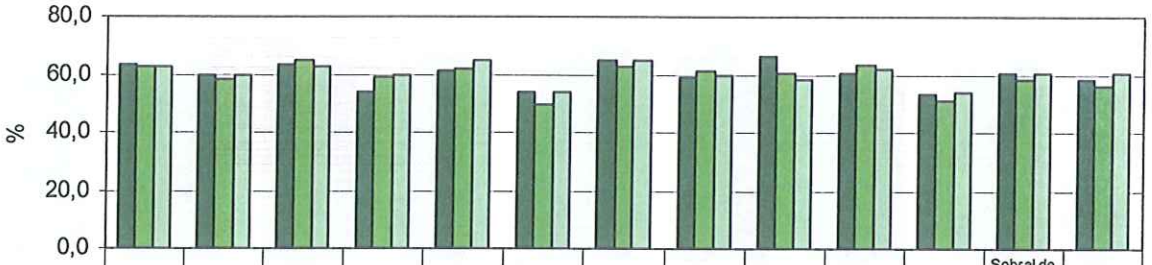


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
1997	61,36062736	51,93892012	52,17572949	47,90619765	51,08523028	50,49762789	48,7438085	59,15750233	46,03573991
2001	62,22831408	46,81044252	53,48692403	45,94235975	50,63511397	47,99421576	45,39638189	52,67087311	54,21920884
2005	61,26875113	48,13455008	53,80509955	49,4415185	47,06968552	47,83532913	46,61910404	50,9257584	49,08389483

Fonte: STAPE

Gráfico 31

Participação nas eleições Autárquicas, nos concelhos da sub-região do **Oeste** (1997, 2001 e 2005)

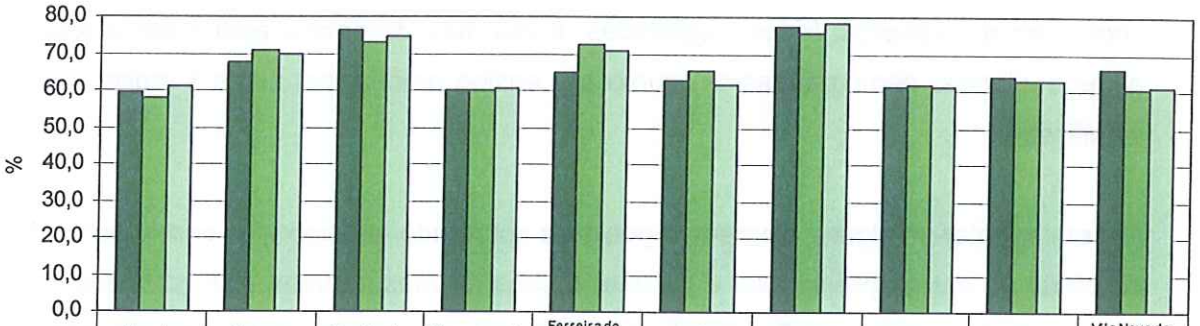


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
1997	63,2	59,3	63,1	54,1	61,1	54,1	64,7	58,7	66,0	60,4	53,1	60,4	58,4
2001	62,9	58,0	64,6	59,1	61,6	49,6	62,6	61,1	60,4	63,2	50,8	57,9	56,2
2005	62,3	59,5	62,5	59,9	64,8	53,8	65,0	59,4	58,1	61,5	54,2	60,0	60,4

Fonte: STAPE

Gráfico 32

Participação nas eleições Autárquicas, nos concelhos da sub-região do **Médio Tejo** (1997, 2001 e 2005)

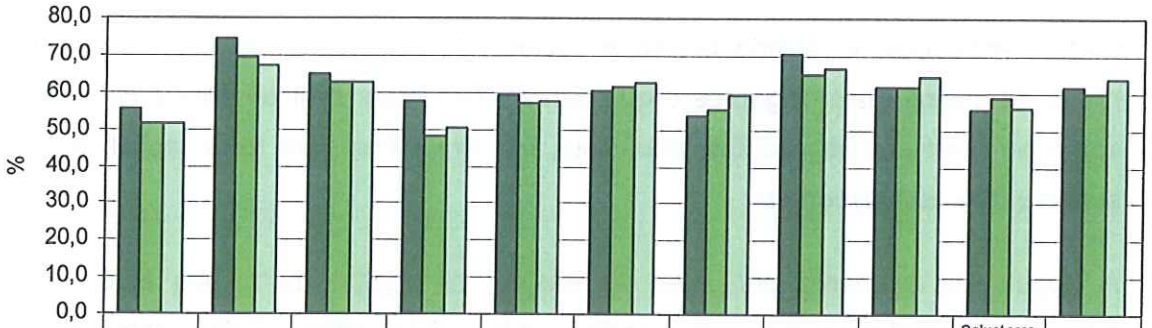


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
1997	59,4	67,5	76,4	60,1	65,0	62,5	77,1	61,2	63,8	66,1
2001	57,9	71,0	72,8	59,8	72,4	65,3	75,5	61,4	62,5	60,3
2005	60,9	69,6	74,4	60,5	70,6	61,7	78,5	61,0	62,9	61,2

Fonte: STAPE

Gráfico 33

Participação nas eleições Autárquicas, nos concelhos da sub-região da **Lezíria do Tejo** (1997, 2001 e 2005)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
1997	55,3	74,3	65,1	57,4	59,4	60,5	53,4	70,7	61,4	55,4	61,7
2001	51,5	69,6	62,6	48,4	56,8	61,3	55,6	65,1	61,7	58,7	59,9
2005	51,5	66,9	62,7	50,2	57,9	62,6	59,3	66,7	64,5	55,8	63,7

Fonte: STAPE

Apesar do forte investimento discursivo, e mesmo nos financiamentos dedicados à educação e à formação, as fragilidades que se identificam nesta área problemática devem conduzir a um repensar de estratégias de modo a tornar mais eficazes os programas, e as políticas, de educação e de formação. Os resultados escolares continuam a apresentar fortes fragilidades, a estrutura de ensino está a ser afectada pelas mudanças demográficas em curso e o ensino profissional ainda é muito pouco significativo.

Podem apontar-se alguns elementos positivos sobretudo relacionados com o aumento da oferta de ensino pré-escolar e de ensino superior mas a informação mais saliente, comprova uma preocupação de há algum tempo, que se relaciona com os frágeis níveis de investimento na frequência de ensino para além da escolaridade obrigatória que se torna muito evidente na perda de alunos dos 9º para os 12º anos de escolaridade. O ensino profissional também não emerge como alternativa pois não abrange mais do que 1% dos alunos no 3º ciclo e cerca de 27% no ensino secundário.

Assim, sem alunos no último ciclo do ensino secundário, e com uma taxa de retenção da ordem dos 20%, o decréscimo de alunos no ensino superior começa também a verificar-se.

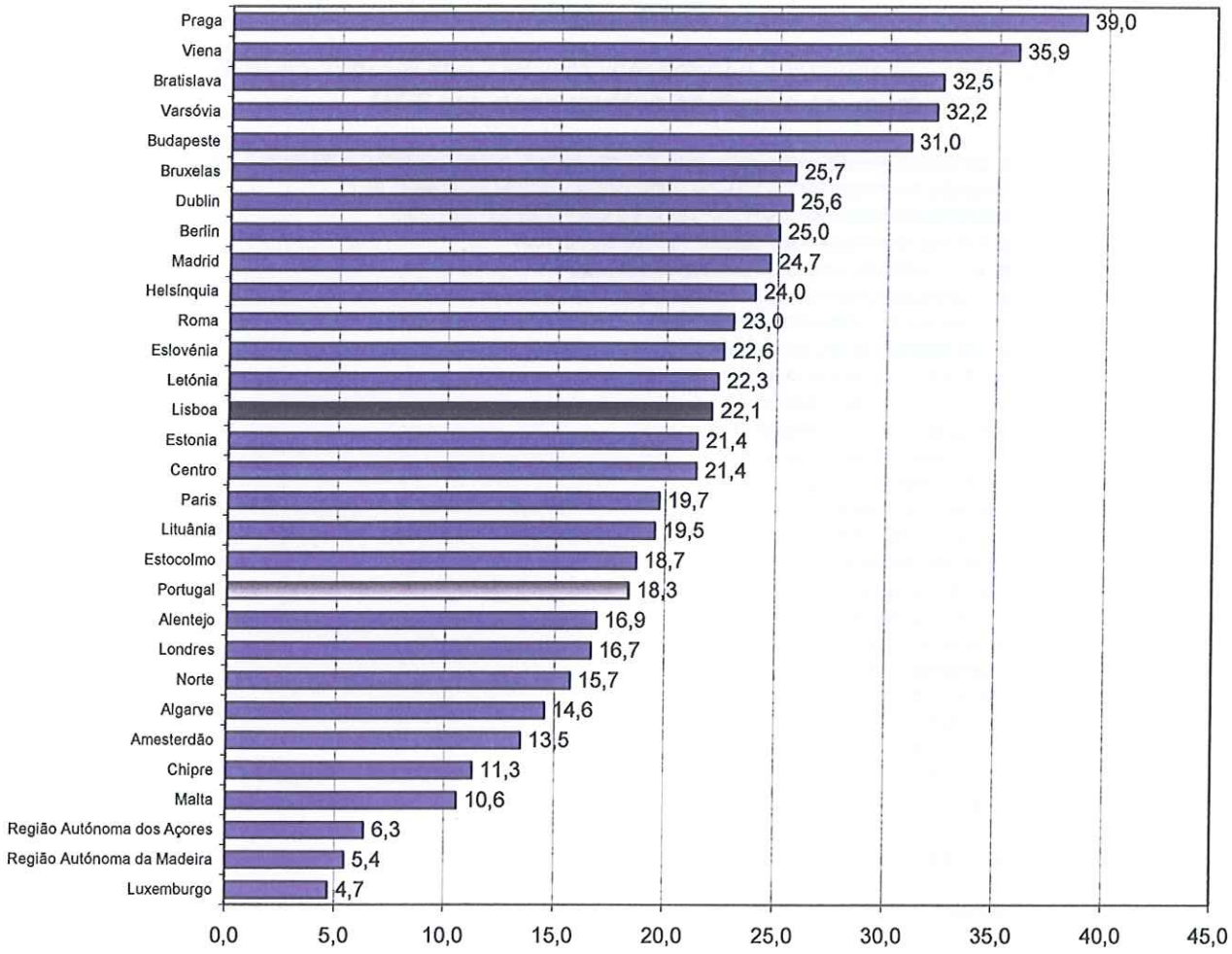
Estas fragilidades no ensino básico e secundário são, no entanto, superadas nos níveis de ensino mais exigentes o que, apesar de demonstrar uma forte polarização social ao nível das habilitações manifesta, em simultâneo, um forte capital de nível superior que está disponível.

A população estudante por nível de ensino, na região de Lisboa está melhor posicionada ao nível europeu, ocupando uma posição mediana. É de destacar que os estudantes dos níveis 4, 5 ou 6, na região de Lisboa, atingiam 22,1% do total de estudantes, superando algumas capitais europeias de relevo, como Londres, Paris, Estocolmo e Amesterdão. Neste indicador, as regiões das capitais de Leste ultrapassam bastante os valores da "velha" Europa, caso de Praga com 39% ou Bratislava com 32,5% no indicador.

Refira-se ainda que no conjunto das capitais, a Região de Lisboa detém uma boa performance no rácio dos estudantes com nível 6[1], ou seja com capacidade de investigação superior, sendo a oitava região com o indicador mais elevado dado que este indicador é sempre muito reduzido em todas as regiões.

Gráfico 34

% de estudantes – níveis 4, 5 ou 6 nas **regiões capitais e regiões portuguesas** (2003)



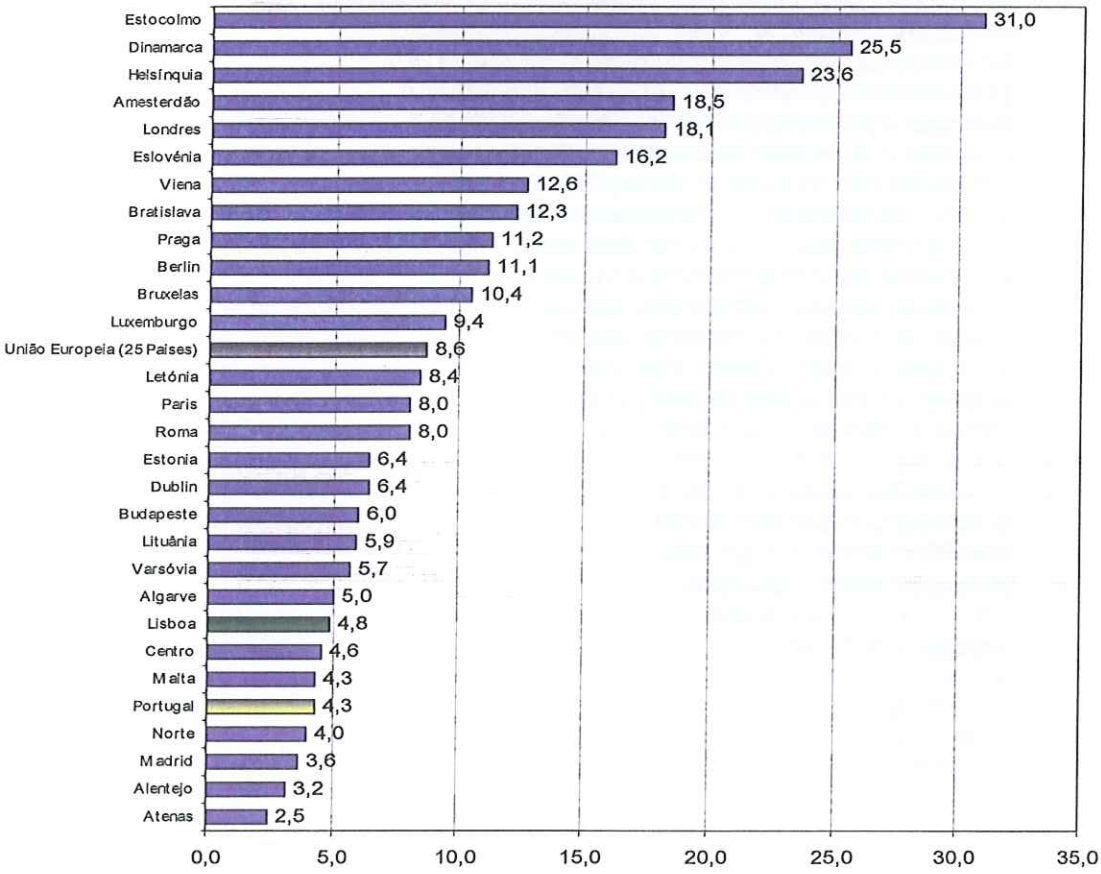
Fonte: Eurostat

[1] Nível 6 – ensino superior associado a uma qualificação avançada de pesquisa.

Mas as fragilidades tornam a aparecer quando analisamos a "formação ao longo da vida", variável que poderia indicar dinâmicas de ultrapassagem os níveis mais frágeis de habilitações. Malta, Madrid e Atenas são as únicas regiões ultrapassadas por Lisboa, estando Estocolmo na "frente" do pelotão europeu, no que concerne ao indicador relativo à formação ao longo da vida. De facto, nessa região, 31% da população adulta encontrava-se, em 2004, em processos educativos e formativos, e em Lisboa, o mesmo indicador situava-se em 4,8%. No país, Lisboa detém valores ligeiramente inferiores ao Algarve (5% no indicador).

Gráfico 35[2]

% de adultos em educação e formação (25 – 64), nas **regiões capitais europeias e regiões portuguesas**, em 2004



Fonte: Eurostat

[2] Para mais fácil leitura, optou-se por colocar o nome da capital ao invés do nome da região, excepção feita aos países onde apenas existe uma região, onde se colocou o nome do país (que também coincide com o nome da região).

a) Alunos por ciclo de ensino: aumento da oferta e frequência do ensino pré-escolar e superior

No período em análise – entre 1999/00 e 2002/03 – assiste-se a uma mudança na estrutura de alunos por ciclos de ensino que se traduz por:

- Aumento do número de alunos no ensino pré-escolar;
- Diminuição absoluta, e relativa, de alunos a frequentar o ensino secundário;
- Expressão significativa e aumento da percentagem de estudantes a frequentar o ensino superior.

Estas tendências aliás não são características da Região de Lisboa, Oeste e Vale do Tejo mas do país no seu conjunto e relacionam-se quer com as dinâmicas demográficas quer ainda com a relação de oferta do ensino superior e com as próprias dinâmicas do mercado de trabalho.

Ao nível do ensino pré-escolar há um aumento significativo de frequência, o que não significará um aumento significativo de população em idade de pré-escolar mas sim um aumento de cobertura neste nível de ensino[3]. Em termos absolutos regista-se, no entanto, um aumento dos alunos inscritos neste ciclo de ensino para todas as sub-regiões (ver taxas de variação por ciclo de ensino e região, ainda neste capítulo).

Nos outros níveis de ensino – do 1º ao 3º ciclo[4] – é visível que em todas as sub-regiões, excepção feita à Península de Setúbal, os inscritos estão a decrescer em termos de importância relativa, mas igualmente na importância absoluta. O quadro de transição é claramente o reflexo do processo de mudança demográfica em curso na região mas é também o reflexo de elementos ligados às dinâmicas de retenção e de abandono. Nos ciclos mais avançados, e como alguns estudos têm vindo a demonstrar, a dinâmica do mercado de trabalho mantendo níveis salariais muito próximos para os trabalhadores com a escolaridade obrigatória e para os que

[3] Infelizmente não dispomos do indicador de oferta neste nível de ensino – ao contrário do que sucede nos outros relatórios produzidos, onde, por vezes, foi possível ir trabalhando este dado. Daí que apenas podemos avançar com esta afirmação a título de hipótese.

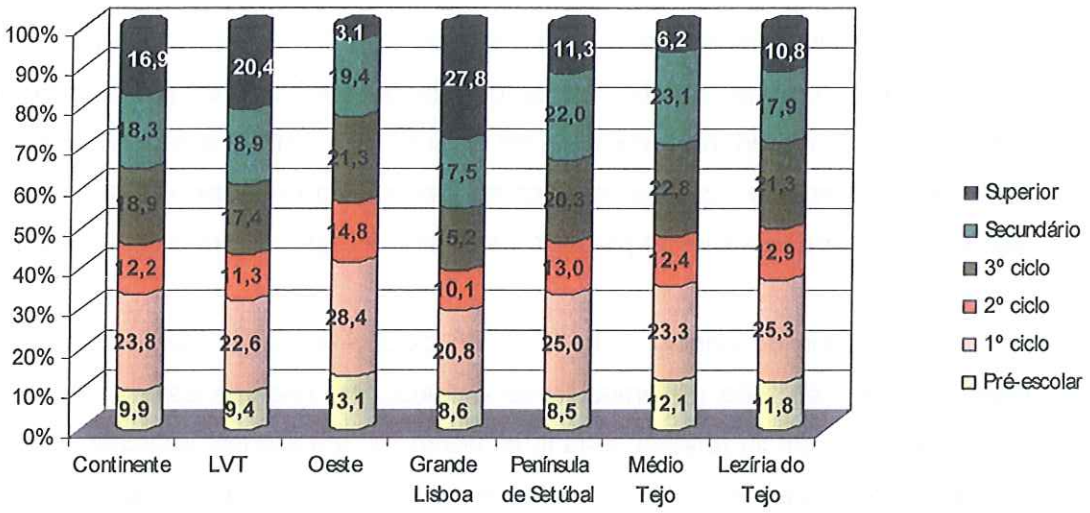
[4] Ainda se mantém uma ligeira tendência recente de crescimento dos alunos do 2º ciclo para as várias sub-regiões, se bem que no último par de anos lectivos em análise se registe um crescimento muito ligeiro, nalguns casos denotando uma tendência de manutenção – ou quiçá, no futuro, de diminuição (caso da Península de Setúbal e Médio Tejo).

finalizaram o ensino secundário estará na origem da perda de interesse na frequência do ensino secundário[5].

Inversamente, a região mantém uma maior percentagem de alunos a frequentarem o ensino superior por comparação com o Continente, ou seja 21,8%, quando no país é de 18,8%. Para tal detém grande influência a Grande Lisboa, com mais de 29% dos alunos da região a frequentarem esse nível de ensino (justificado pela presença importante do ensino universitário na região[6]). De qualquer modo, a frequência deste nível de ensino eleva-se em todas as sub-regiões para o período em análise, se bem que em termos absolutos diminua para a Grande Lisboa e Península de Setúbal.

Gráfico 36

% de alunos por ciclo de ensino, por **sub-regiões** (ano lectivo 99/00)



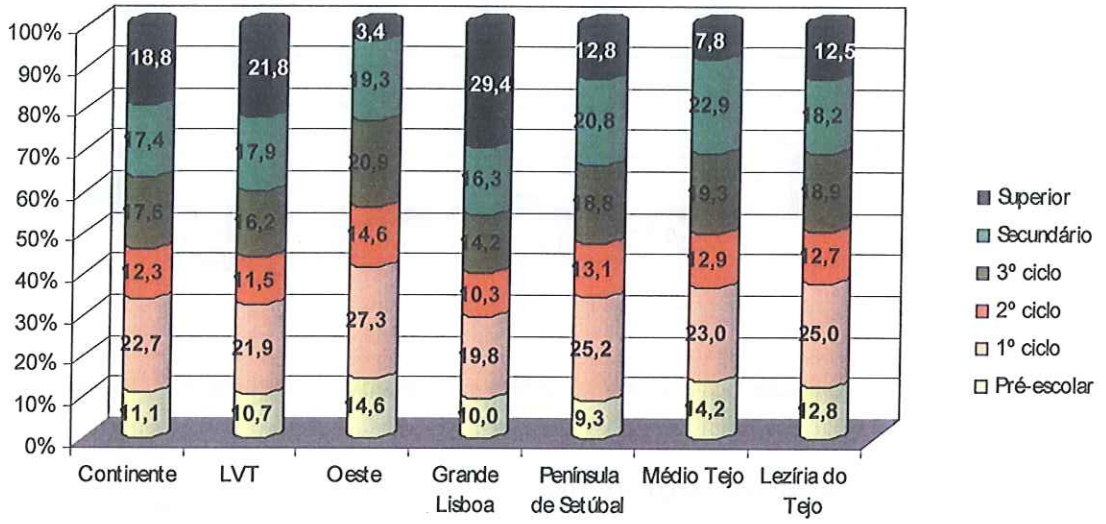
Fonte: DAPP-ME

[5] Esta situação é de tal forma gravosa nas comparações europeias que o Governo estará a preparar medidas de incentivo ao emprego de trabalhadores com o ensino secundário penalizando as empresas que não lhe derem preferência.

[6] Refira-se que este é sempre um indicador limitado porque se refere aos alunos a frequentarem os vários ciclos de ensino independentemente da região de origem. Ou seja, não nos dá conta da capacidade efectiva de qualificação dos recursos humanos regionais. Tal é particularmente válido para o ensino superior em que há uma percentagem significativa de alunos que provém de outras sub-regiões e regiões do país. Também não será menos verdade para o ensino pré-escolar e 1º ciclo – onde poderá ser importante a quantidade de alunos provenientes de outras sub-regiões (acompanhando os movimentos pendulares casa-trabalho seguidos pelos pais).

Gráfico 37

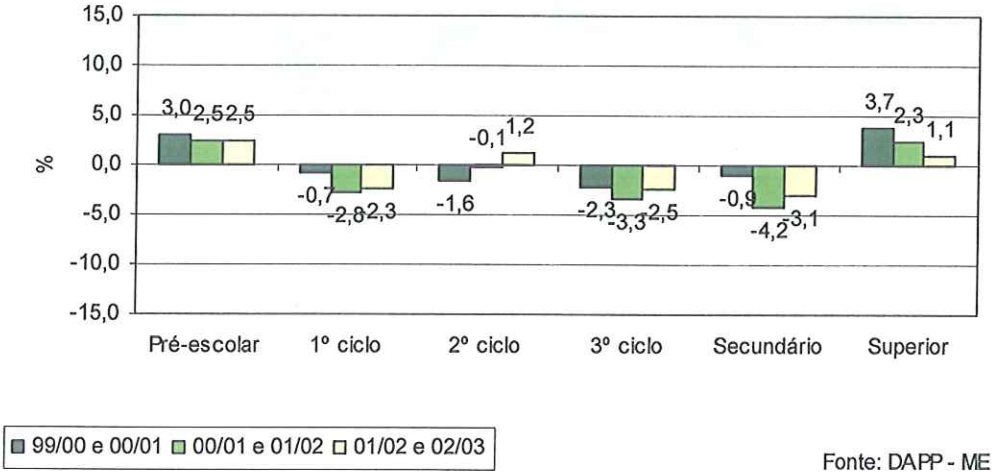
% de alunos por ciclo de ensino, por **sub-regiões** (ano lectivo 02/03)



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 38

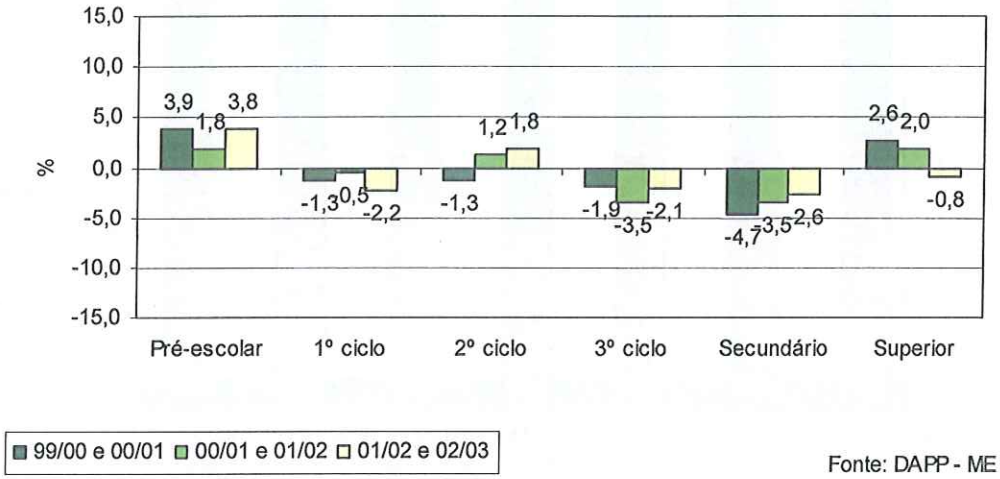
Variação de alunos por ciclo de ensino (**Continente**)



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 39

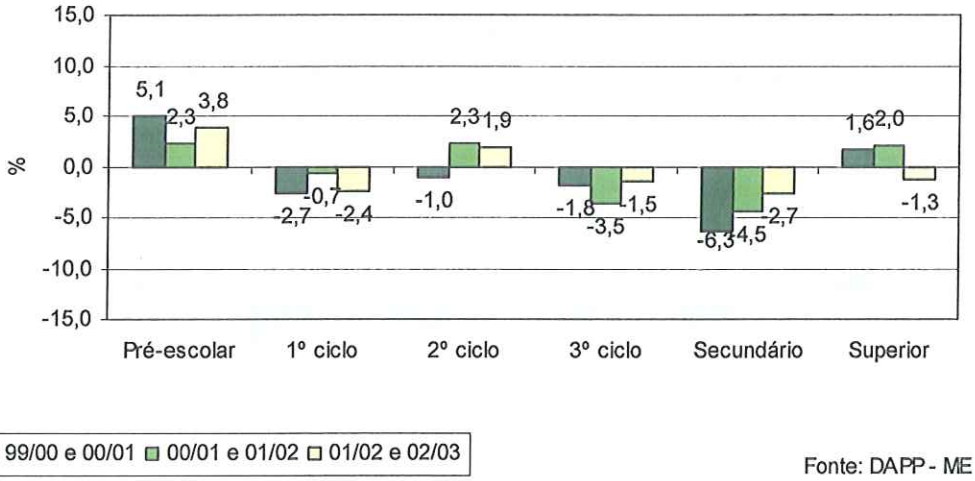
Variação de alunos por ciclo de ensino (**RLVT**)



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 40

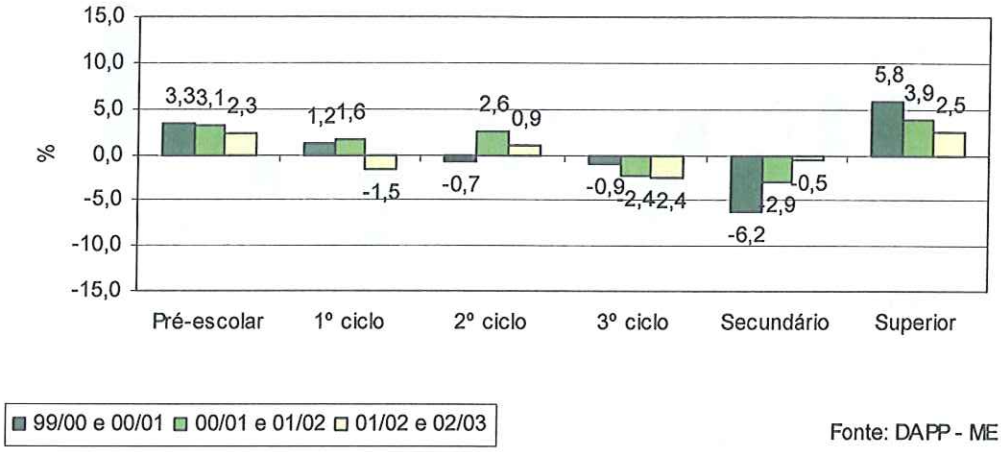
Variação de alunos por ciclo de ensino (**Grande Lisboa**)



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 41

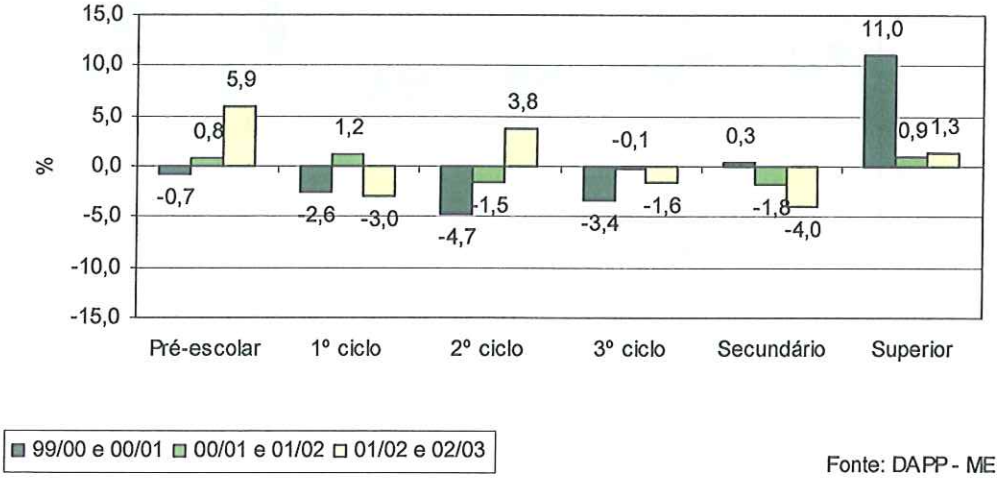
Variação de alunos por ciclo de ensino (**Península de Setúbal**)



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 42

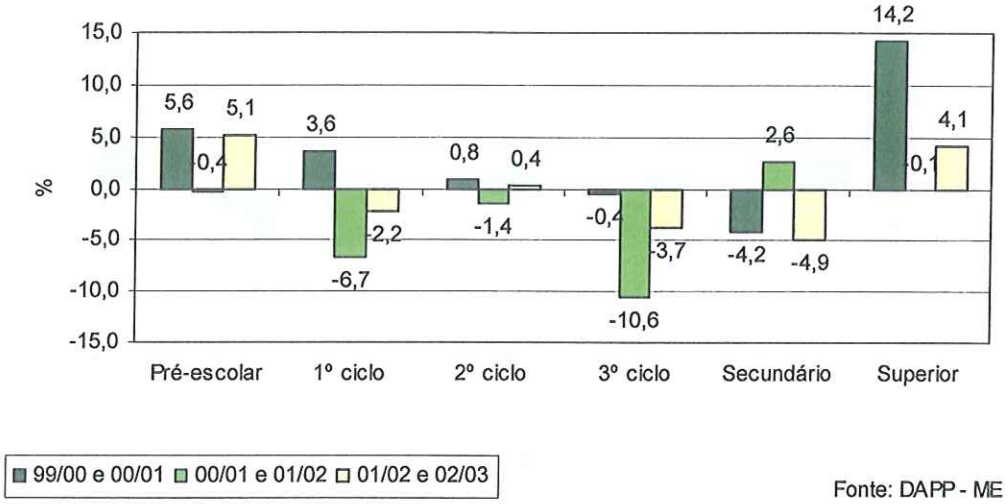
Variação de alunos por ciclo de ensino (**Oeste**)



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 43

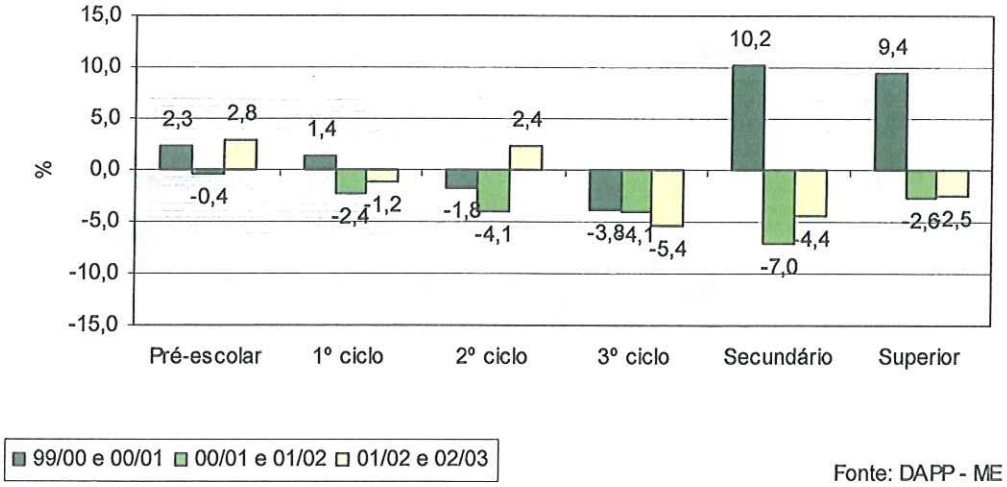
Variação de alunos por ciclo de ensino (**Médio Tejo**)



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 44

Variação de alunos por ciclo de ensino (**Lezíria do Tejo**)



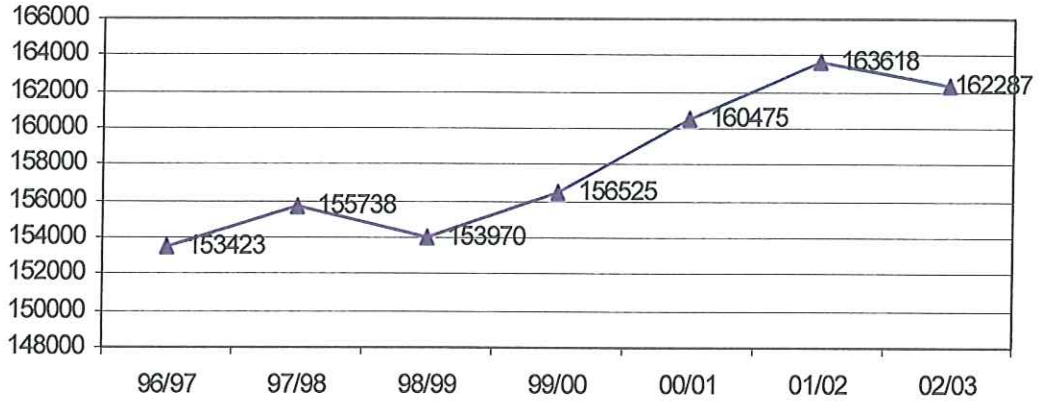
Fonte: DAPP - ME

b) Ensino Universitário: quebra na procura no ensino superior e quebra na oferta privada

As tendências de evolução da frequência do ensino universitário na região são claras. Após um período de claro crescimento da população universitária, que se vinha registando desde o ano lectivo de 98/99, o último ano em análise (2002/2003) revela uma diminuição desta população – que poderá vir a manter-se nos próximos anos. O ensino universitário público tem vindo a afirmar-se no conjunto da oferta de ensino superior registado na região: no ano lectivo de 96/97, a percentagem de alunos inscritos em ensino superior público era de 54,6%, em 02/03, esse indicador eleva-se para 65,4%.

Gráfico 45

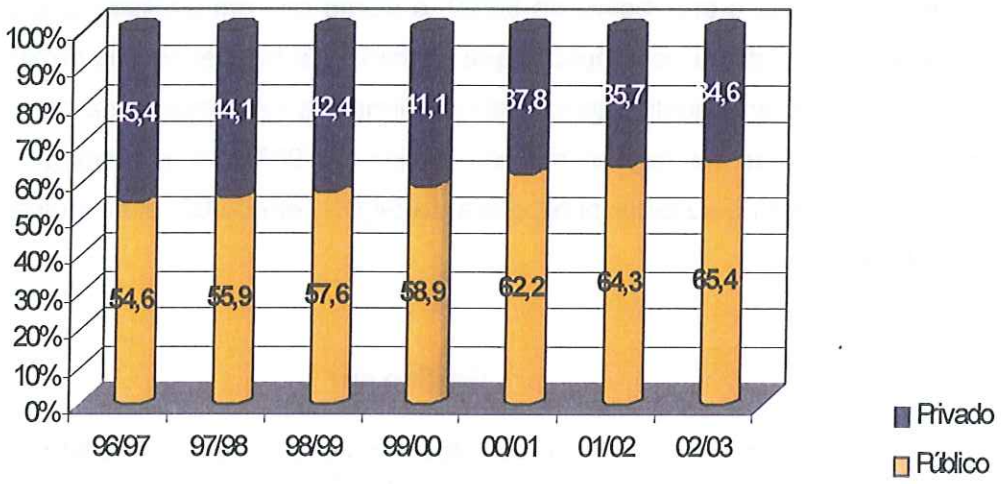
Evolução dos alunos matriculados no ensino superior na **RLVT**, 96/97 a 02/03



Fonte: DAPP-ME

Gráfico 46

Evolução da estrutura de ensino superior por tipo de ensino na **RLVT**



Fonte: DAPP-ME

c) Retenção e Abandono Escolar por Ciclos de Ensino[7]: forte retenção e abandono que aumenta com os ciclos de ensino

Considerando a evolução desde 1990/2000 e até 2002/2003, e independentemente da especificidade que advém da leitura do abandono e insucesso por sub-região, denota-se um aumento deste indicador à medida que se eleva o nível de ensino.

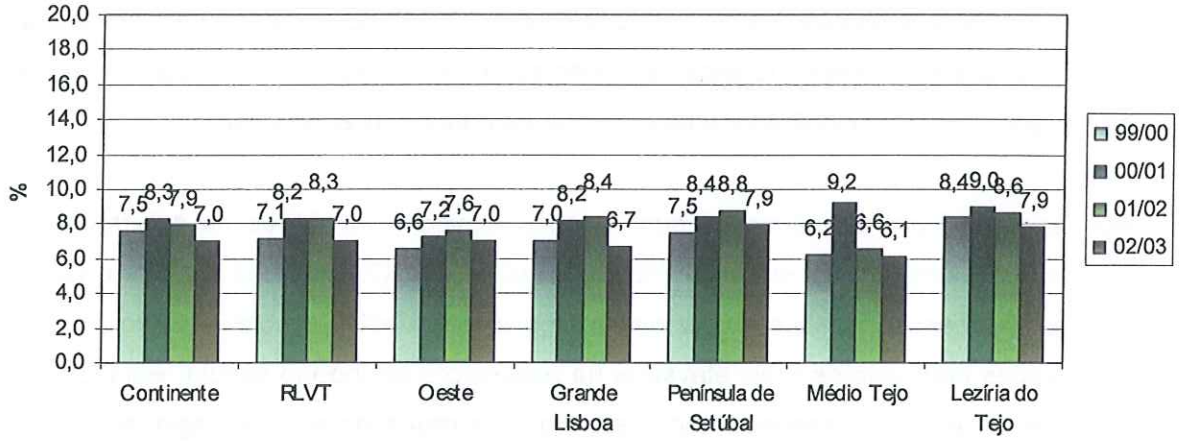
Apesar dos níveis de insucesso serem muito elevados em todas as sub-regiões – situando-se numa média entre os 7% (1º ciclo) e 20% (3º ciclo) há regiões onde as médias são bem mais altas. A Lezíria do Tejo e a Península de Setúbal são as duas sub-regiões com valores mais elevados na retenção e abandono escolar em todos os ciclos de ensino, ultrapassando não apenas o valor registado ao nível regional, como o valor nacional. Em situação inversa, destaca-se a sub-região Oeste com prestações positivas neste indicador – valor mais baixo do que o identificado para a região e para o país.

Infelizmente, em 4 anos os indicadores de retenção não manifestam melhorias substanciais tendendo mesmo a agravar-se nos 2ºs e 3ºs ciclos. No 1º ciclo, a taxa de retenção varia na região entre 7 % e 8% tendo registado um aumento a meio do período e tendendo agora (2002/03) a uma ligeira melhoria aproximando-se do inicio do período (1999/00). No 2º ciclo, este indicador é quase o dobro do primeiro ciclo registando-se a retenção entre 11% e 17% muito próximo das médias nacionais. No entanto, a situação agravou-se no último ano disponível (2002/03) onde se regista uma ligeira melhoria. Há uma relativa diversidade regional, onde se destacam pela positiva as sub-regiões do Médio Tejo e do Oeste. Por fim, o 3º ciclo de ensino apresenta taxas de retenção entre 13% e 19% e um aumento da retenção e abandono a partir do ano lectivo de 00/01, mantendo valores elevados ao longo do período em análise para as várias sub-regiões. As situações mais gravosas situam-se na Península de Setúbal e no Médio Tejo havendo uma ligeira melhoria na prestação da Grande Lisboa comparativamente ao 1º e 2º ciclo.

[7] Actualmente, apenas estão acessíveis dados que conjugam o insucesso com o abandono, razão pela qual este indicador é apresentado desta forma.

Gráfico 47

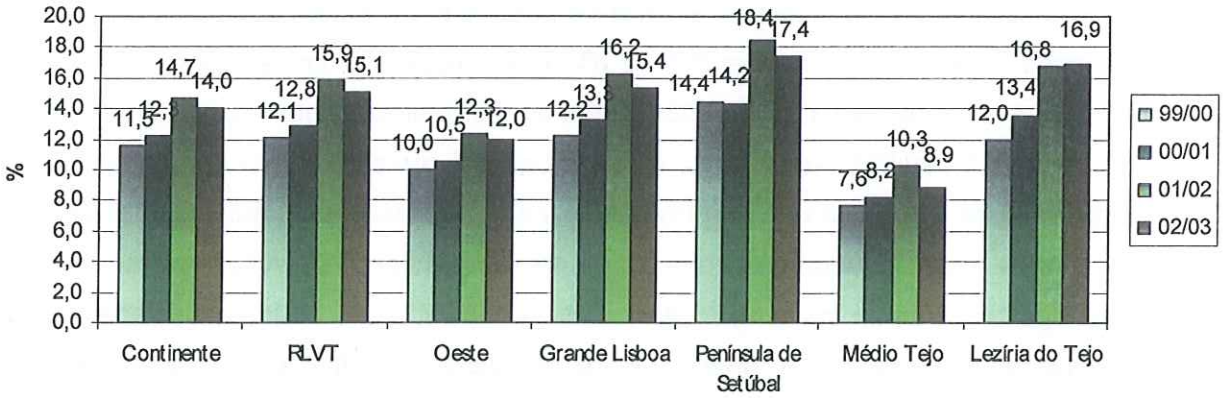
Taxa de retenção/desistências no 1º ciclo



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 48

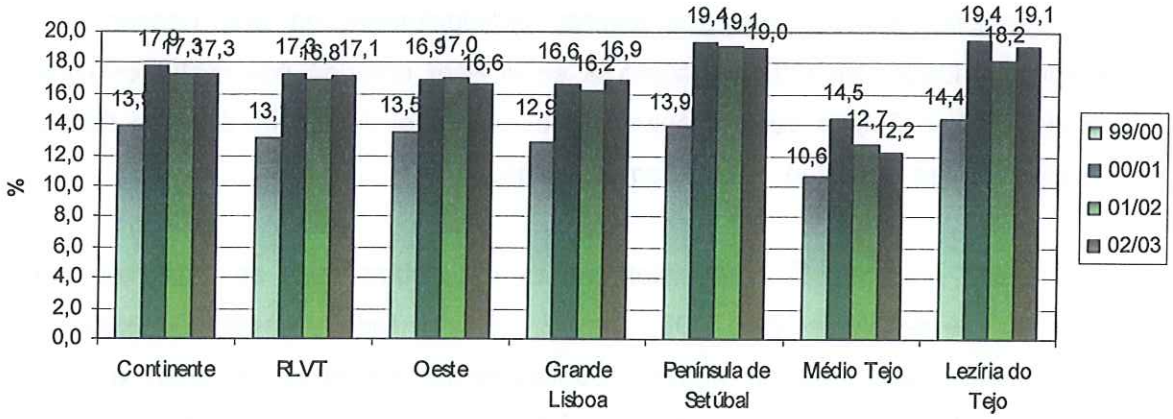
Taxa de retenção/desistências no 2º ciclo



Fonte: DAPP - ME

Gráfico 49

Taxa de retenção/desistências no 3º ciclo



Fonte: DAPP - ME

a) Alunos em Ensino Profissional: pouca representatividade no 3º ciclo e aumento da oferta no ensino secundário

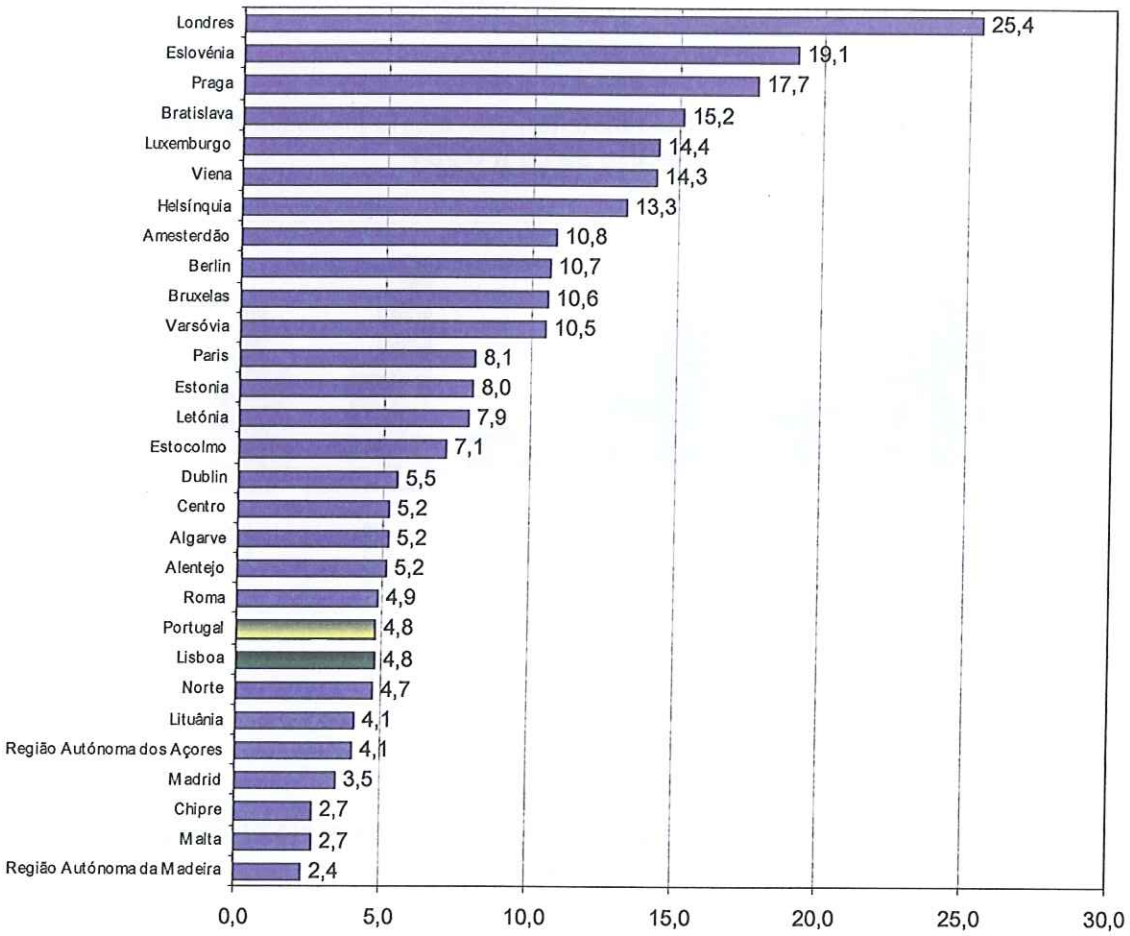
Reconhece-se cada vez mais a importância do ensino profissional na promoção de competências para a vida dos jovens, principalmente no que concerne à sua empregabilidade. No entanto, como já se vinham notando nos restantes relatórios produzidos no âmbito desta monitorização este nível de ensino é ainda claramente incipiente quer na região, quer mesmo no país.

No ensino vocacional[8], o posicionamento de Lisboa face às restantes capitais europeias é deficiente. Em 2003, apenas 4,8% de toda a população estudantil se encontrava neste tipo de ensino. Curiosamente, ao nível nacional, a região é ultrapassada pela região do Algarve e Alentejo. Londres era a região que tinha um indicador mais elevado, com cerca de ¼ dos seus estudantes neste tipo de ensino. Novamente são as regiões de Leste que lideram o posicionamento no indicador – Eslovénia (19,a%); Praga (17,7%) e Bratislava (15,2%).

[8] Englobando o ensino técnico e profissional.

GRÁFICO 50

% de estudantes em ensino vocacional, nas **regiões capitais** europeias e nas **regiões portuguesas** (2003)



Fonte: Eurostat

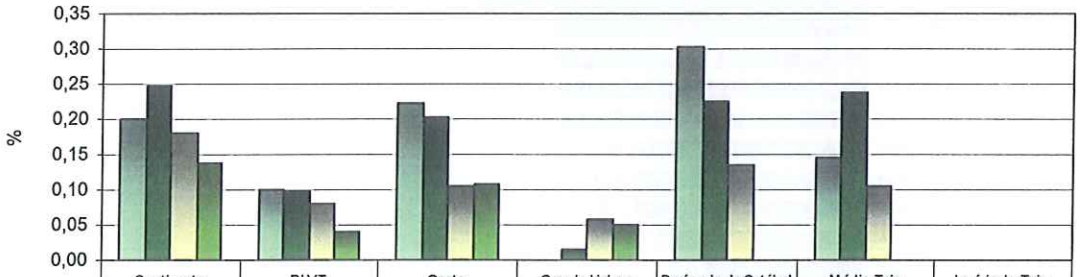
De facto, ao nível do 3º ciclo, os alunos inscritos em ensino profissional não chegam a representar 1% do total da população escolar desse nível de ensino e tem vindo a decrescer. Dramaticamente, a Península de Setúbal, para além de deter valores baixíssimos no indicador tem vindo a registar-se a sua diminuição, e a Grande Lisboa apresenta-se como a sub-região com valores mais baixos no indicador. Refira-se que, até ao ano 02/03 a Lezíria do Tejo não detinha ensino profissional ao nível deste ciclo de ensino.

No ensino secundário, eleva-se substancialmente a percentagem de alunos inscritos em ensino profissional[9], face ao registado no 3º ciclo. A Lezíria do Tejo manifesta-se

como a sub-região em que o indicador é mais reduzido face às restantes sub-regiões, destacando-se o Oeste com os valores mais elevados (superiores a 35%), sendo em simultâneo a sub-região que mantém um crescimento do indicador ao longo do período em análise.

GRÁFICO 51

% de alunos do 3º ciclo inscritos em ensino profissional (ano lectivo 99/00 a 03/04

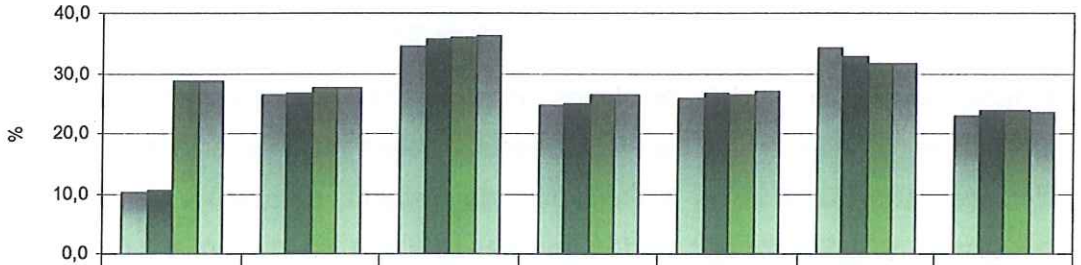


	Continente	RLVT	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
99/00	0,20	0,10	0,22		0,30	0,14	
00/01	0,25	0,10	0,20	0,02	0,22	0,24	
01/02	0,18	0,08	0,10	0,06	0,14	0,10	
02/03	0,14	0,04	0,11	0,05			

Fonte: DAPP - ME

Gráfico 52

% de alunos do ensino secundário inscritos em ensino profissional (ano lectivo 99/00 a 03/04



	Continente	RLVT	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
99/00	10,2	26,3	34,6	24,5	25,7	34,2	22,8
00/01	10,5	26,8	35,8	24,8	26,8	32,8	23,7
01/02	28,6	27,5	35,9	26,3	26,3	31,6	23,8
02/03	28,8	27,6	36,4	26,3	26,8	31,5	23,5

Fonte: DAPP - ME

[9] Por lapso, no relatório 2 foram apresentados dados que subestimavam a realidade da formação profissional na região (tal deve-se ao facto de não se terem considerado as escolas profissionais).

Este período está fortemente marcado pela crise de emprego que o país atravessa e a região vê decrescer a sua taxa de actividade e aumentar o desemprego (taxa global de desemprego de 8%) que atinge já cerca de 18% no escalão etário mais jovem (menos de 25 anos; 14% no país para o mesmo grupo etário). No entanto, mantém uma alta taxa de actividade feminina e, consequentemente, um desemprego feminino comparativo relativamente baixo, bem como um significativo peso na capacidade empregadora nacional. A qualificação da mão-de-obra é superior ao resto do país.

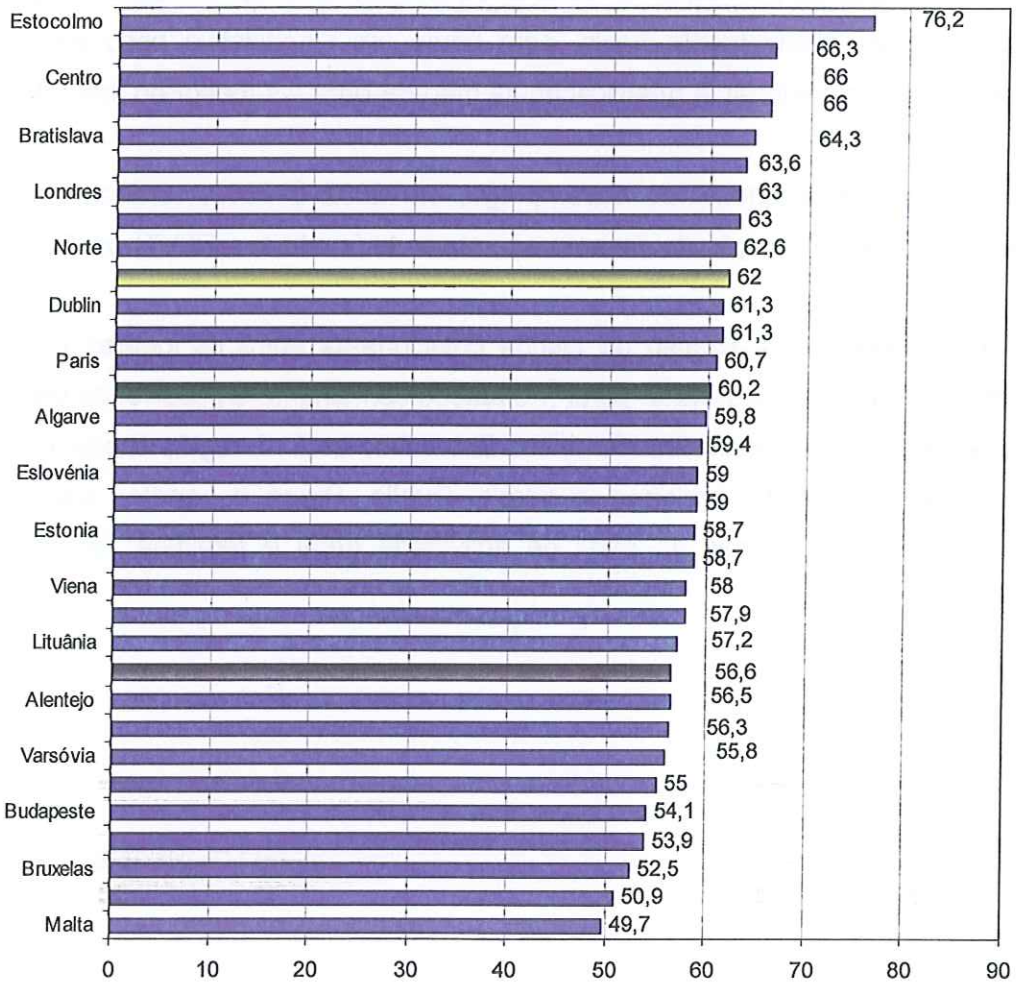
Apesar do agravamento do desemprego, em 2002 e 2003, verifica-se uma ligeira tendência de diminuição do desemprego absoluto (em toda a RLVT) em 2005.

Ao nível europeu a Região de Lisboa posiciona-se entre os lugares medianos em termos da taxa de actividade geral[10]. Situação semelhante é passível de verificação na análise da taxa de actividade feminina. Estocolmo está na região capital com maiores taxas de actividade femininas e gerais. Dublin, Praga e Londres são as regiões capitais mais próximas do perfil de actividade geral e feminina verificada para a Região.

[10] Refira-se que o indicador apresentado ao nível europeu é calculado de forma diferenciada daquele que é apresentado a nível nacional – o primeiro tem por relação a população em idade activa ao passo que o segundo relaciona a população activa com a população total. Tal justifica a diferença passível de identificação.

Gráfico 53

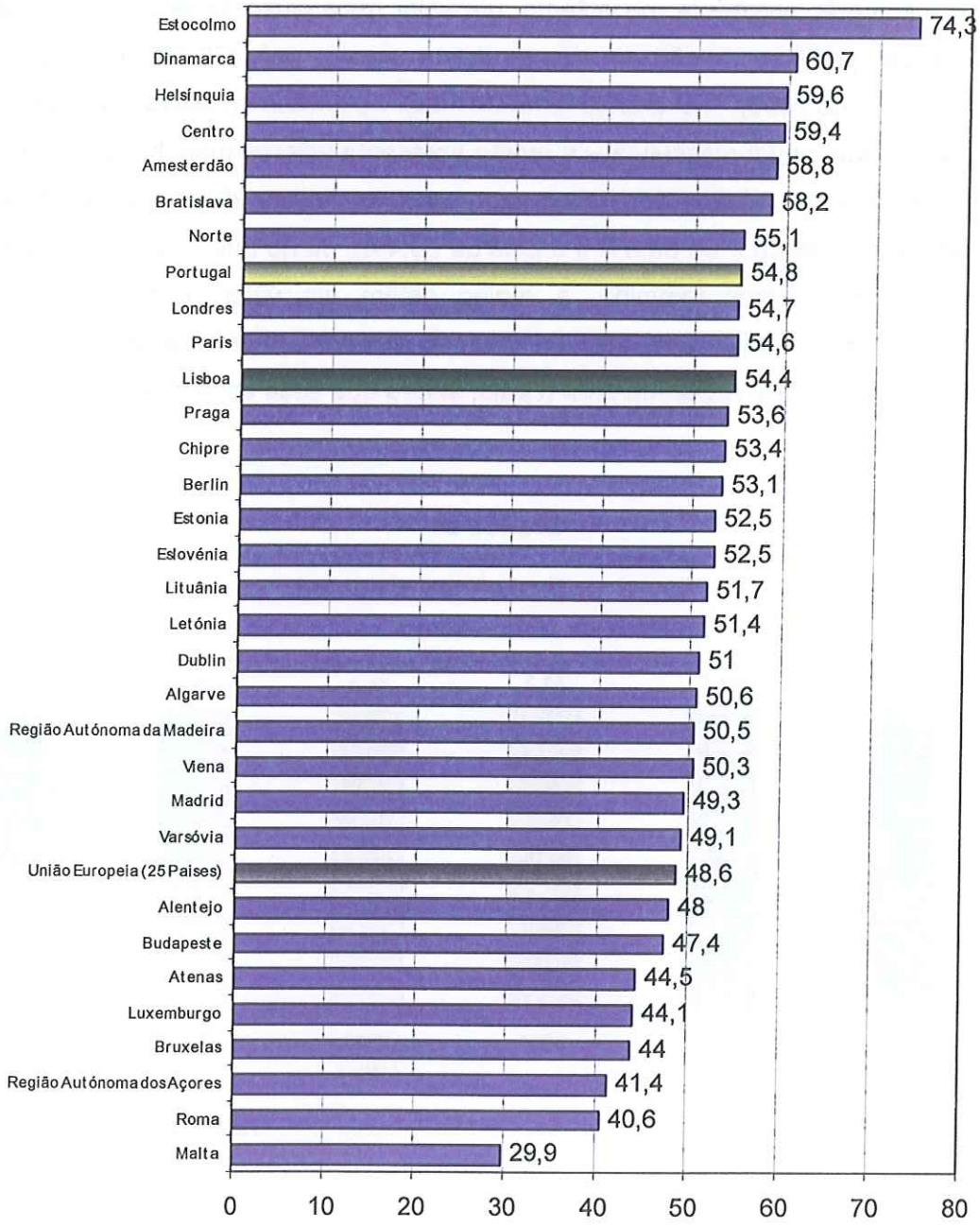
% de população activa total, nas **regiões europeias capitais** e **nas regiões portuguesas** (2004)



Fonte: Eurostat

Gráfico 54

% de população activa feminina, nas **regiões europeias capitais** e **nas regiões portuguesas** (2004)



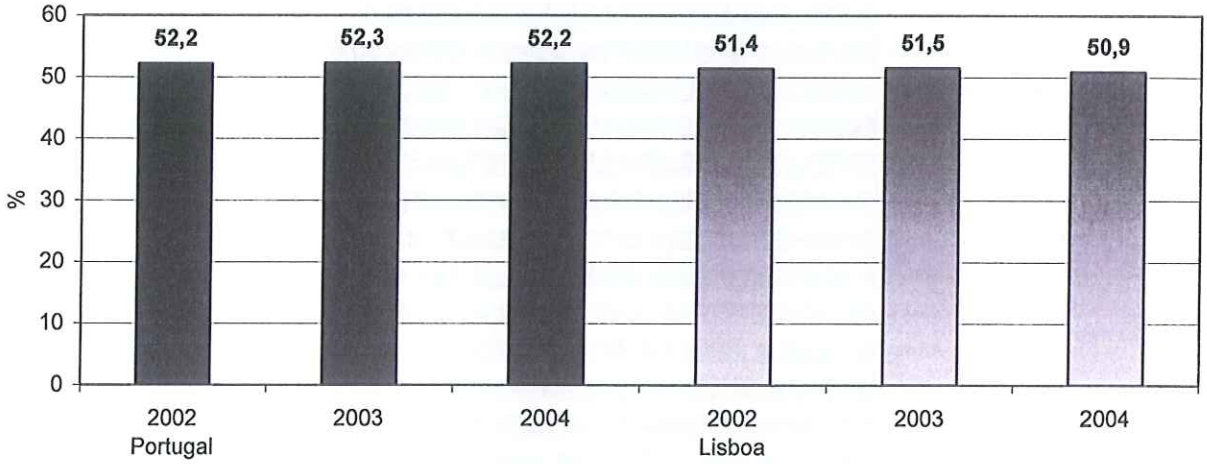
Fonte: Eurostat

a) Estabilidade na Taxa de Actividade Média Anual

De 2002 para 2004, não se registam variações significativas na taxa de actividade média anual já que a região de Lisboa, desce ligeiramente o indicador quando o país o mantém. A região apresenta, no entanto, um valor mais baixo na taxa de actividade média anual, por comparação ao valor registado para o país (50,9% por relação a 52,2%, no ano de 2003). A diferença torna-se maior na análise comparativa da taxa de actividade média anual masculina – a região apresenta valores mais baixos do que o país, uma distância próxima dos dois pontos percentuais (em 2003, a região detinha um valor neste indicador de 56,6% e o país de 58,4%). Já no que concerne à taxa de actividade média anual feminina, a região detém um valor muito próximo do identificado para o país. Em 2002, a taxa de actividade feminina na região era ligeiramente superior à registada para o país, sendo que essa conclusão se inverte no ano de 2004.

Gráfico 55

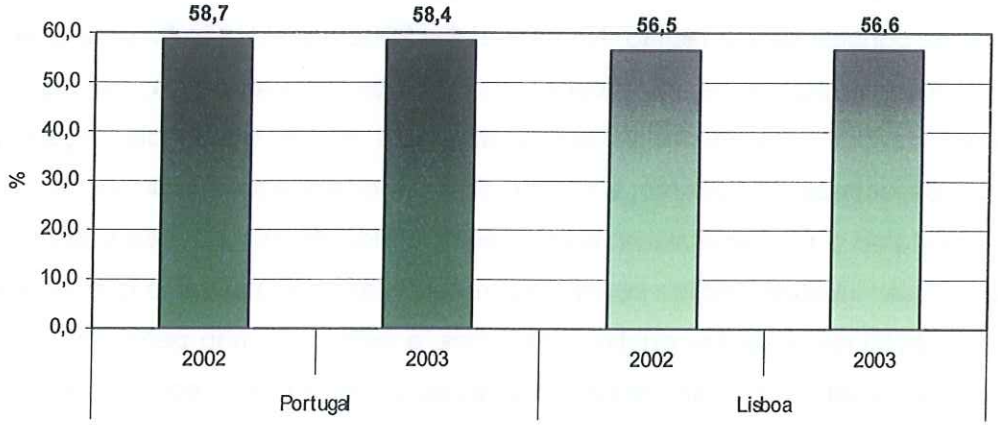
Taxa de actividade média anual



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 56[11].

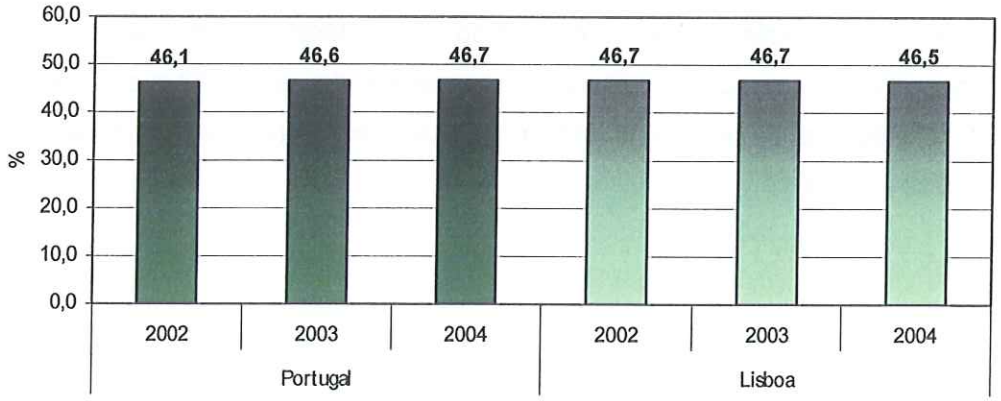
Taxa de actividade média anual (**Homens**)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 57

Taxa de actividade média anual (**Mulheres**)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

[11] Não se apresenta o dado da taxa de actividade masculina para 2004, pois este não é disponibilizado nos dados dos Anuários disponibilizados.

b) Escolarização da Mão-de-obra: manutenção de baixas escolarizações intermédias e aumento da escolarização superior

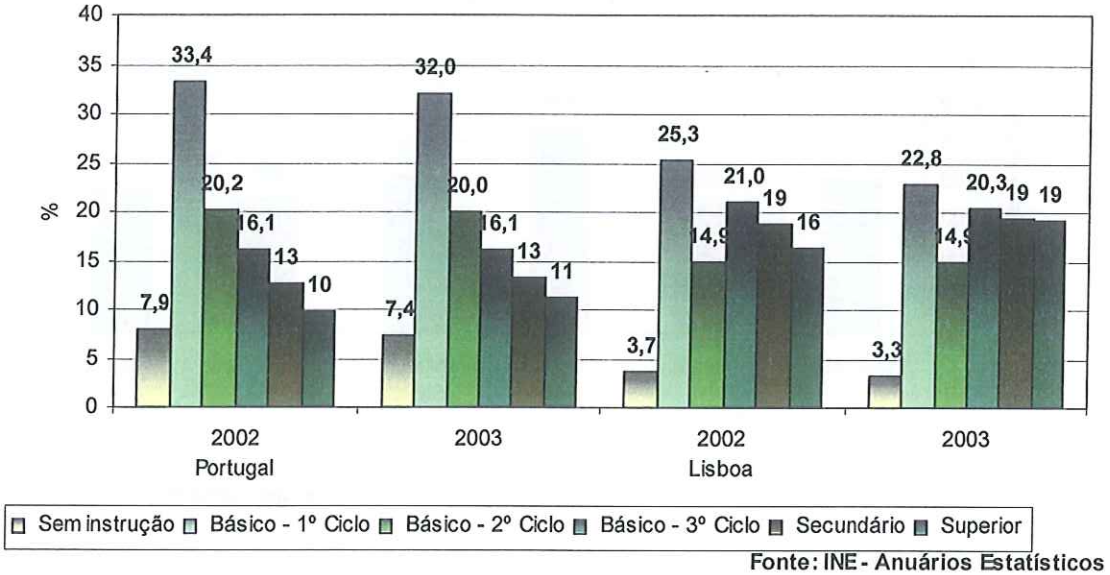
Se no país ainda não é visível um esforço de qualificação da mão-de-obra, o mesmo não se pode concluir para a região. No país, entre 2002 e 2003, não há uma alteração significativa da estrutura de qualificação dos activos enquanto que, na região de Lisboa se denota uma mudança significativa nos níveis de escolarização mais elevados. Salienta-se, no entanto, a manutenção de qualificações intermédias baixas. Isto é, assiste-se a um desenvolvimento desequilibrado da estrutura de qualificações que faz crescer as qualificações superiores mas não as mais baixas, o que apresenta uma polarização razoável das qualificações mas, e sobretudo, não permitirá alimentar o tipo de crescimento das habilitações superiores a médio prazo, por falta de público formado ao nível do ensino secundário. Em 2004, 49,4% dos activos da região detinham pelo menos a escolaridade obrigatória, quando no país 34,6% dos activos face ao total da população detinham a EMO ou nível de escolaridade superior[12].

Em Lisboa, 19% da população activa detinha, em 2003, o ensino superior, quando no país esse indicador se cifrava em 11%. De 2002 para 2003, a população activa com ensino superior eleva-se em 3 pontos percentuais na região. Em percentagem similar, identifica-se a população activa com ensino secundário – que mantém a sua importância relativa face ao ano anterior – representando, em 2002 e sem alteração em 2003, 19% do total da população activa regional. Esse indicador para o país era de 13% em 2002 e 2003.

[12] Apresentamos apenas o dado e não a distribuição da população activa por nível de habilitações, por ser esta a única informação disponibilizada nos Anuários de 2004.

Gráfico 58

População activa segundo o nível de instrução



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

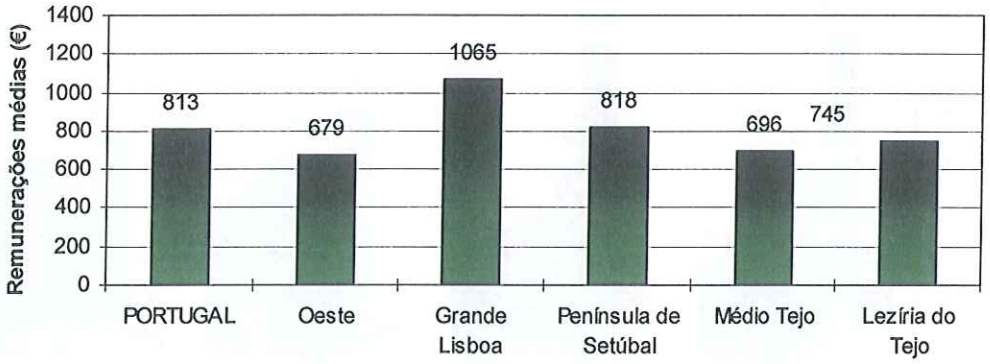
c) As disparidades regionais na remuneração dos trabalhadores

A remuneração dos trabalhadores na região continua a ser bastante diferenciada a nível interno, quer entre sub-regiões, quer nos seus vários concelhos. Só a Grande Lisboa e a Península de Setúbal ultrapassam os valores médios nacionais do indicador. No entanto, é grande a diferença registada entre estas sub-regiões – em 2002, os trabalhadores da Grande Lisboa ganhavam em média 1062 euros, quando os trabalhadores da Península de Setúbal ganhavam, em média, 818 euros. É no Oeste que se regista um valor mais baixo no indicador.

Ao nível concelhio, são igualmente elevadas as disparidades. A amplitude de variação do rendimento médio dos trabalhadores é de 796 euros – diferença entre o rendimento mais baixo, de Sardoal (552 euros), e o rendimento mais elevado, de Oeiras (1348 euros).

Gráfico 59

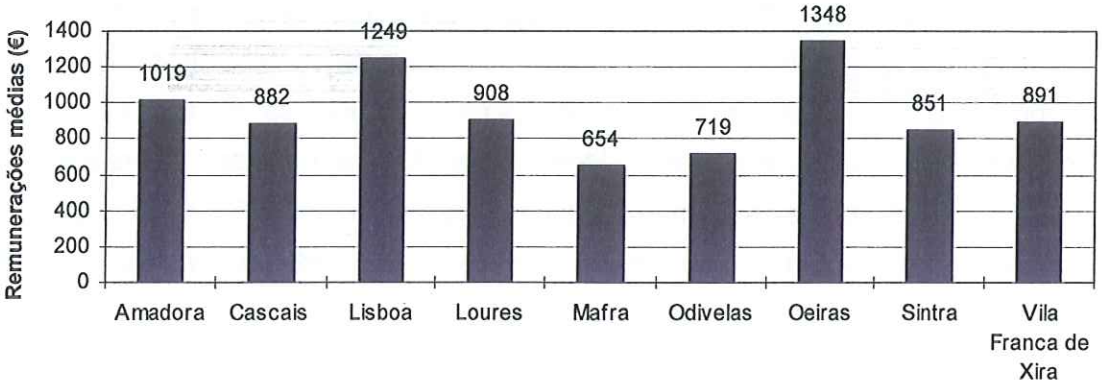
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2002



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 60[13].

Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2002 (**Grande Lisboa**)

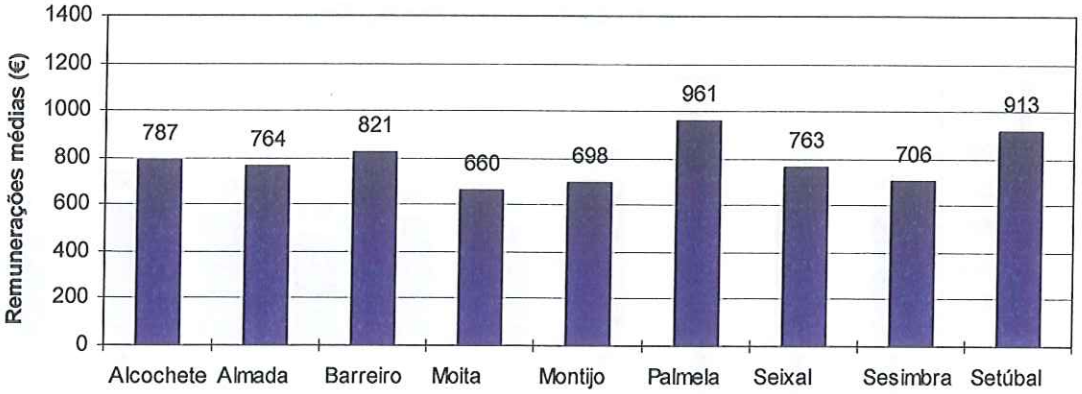


Fonte: INE - Anuário Estatístico

[13] Dado nos últimos anuários ter sido calculada a média dos rendimentos com base na nova NUT da Grande Lisboa, optou-se por incluir neste gráfico o concelho de Mafra que foi levado em consideração no cálculo dessa média.

Gráfico 61

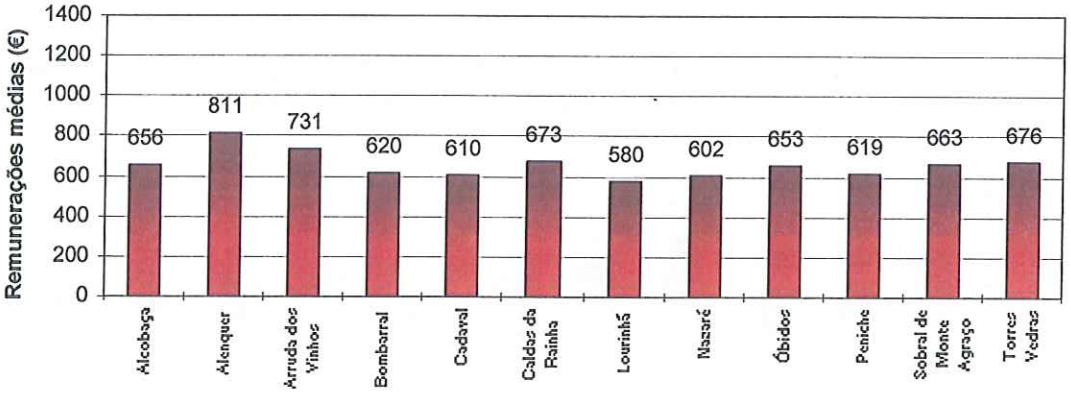
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2002 (**Península de Setúbal**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 62

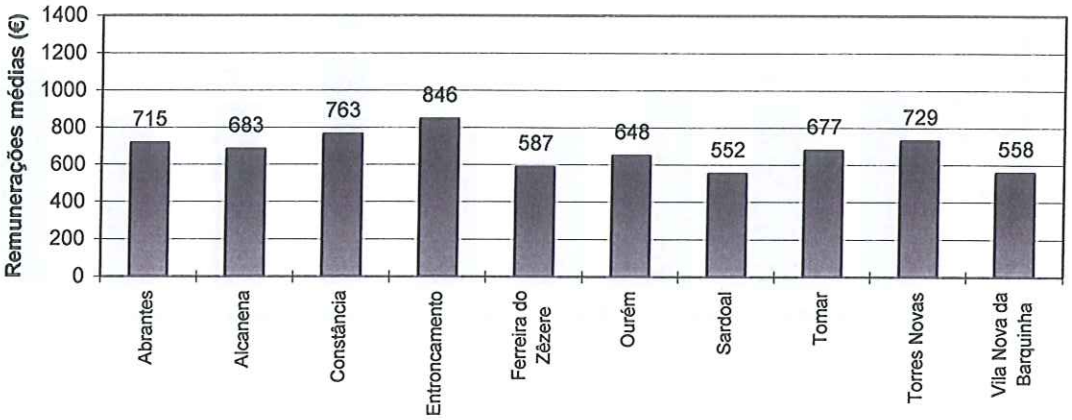
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2002 (**Oeste**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 63

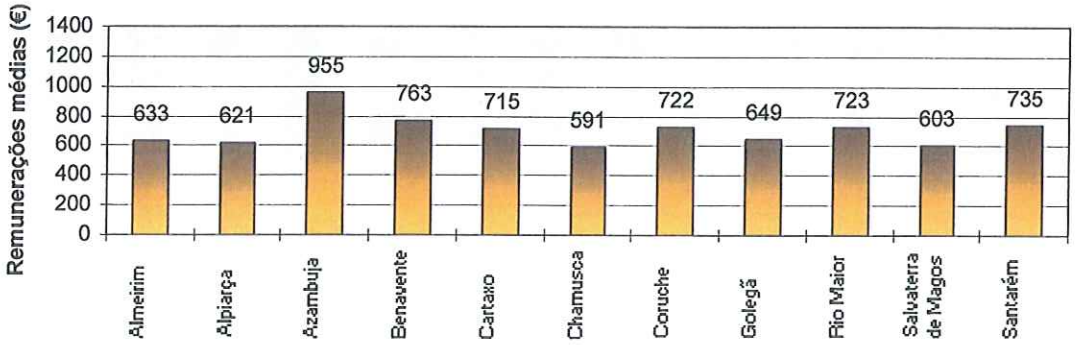
Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2002 (**Médio Tejo**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 64

Remunerações médias mensais dos trabalhadores ao serviço das empresas, 2002 (**Lezíria do Tejo**)



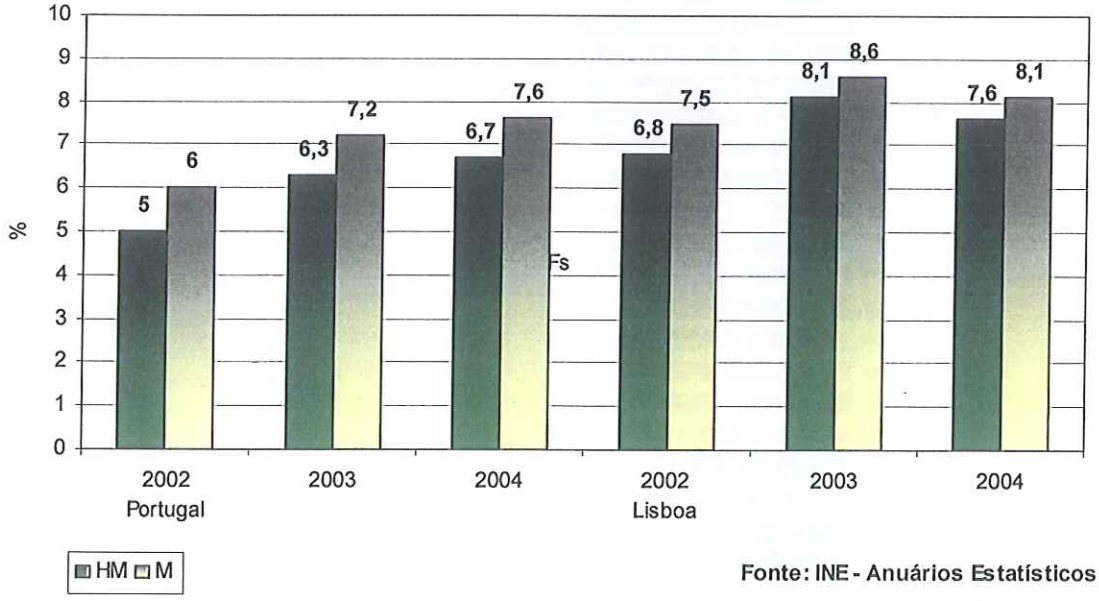
Fonte: INE - Anuário Estatístico

d) Desemprego: aumento para os mais novos e desempregados de longa duração

A fragilidade da situação económica por que passa o país tem claros reflexos na capacidade empregadora regional. A taxa de desemprego tem-se elevado de forma acentuada, tendo ultrapassado, em 2003, os 8%. No entanto, em 2004, denota-se uma diminuição do desemprego na região, contrariando a tendência registada no país, que manifesta um contínuo aumento do indicador. Apesar disso, a região de Lisboa mantém taxas de desemprego mais elevadas do que as registadas para o país. Em 2004, a taxa de desemprego total era de 6,7% no país e de 7,6% em Lisboa e a taxa de desemprego feminino era, em 2003, de 7,6% no país e de 8,1% na região. Não deixa de ser de relevo o facto de se registar uma tendência de atenuação do hiato entre o desemprego masculino e feminino, que se registava há uns anos de modo bem mais acentuado no país e mesmo na região.

Gráfico 65

Taxa de **desemprego total** e **feminino**

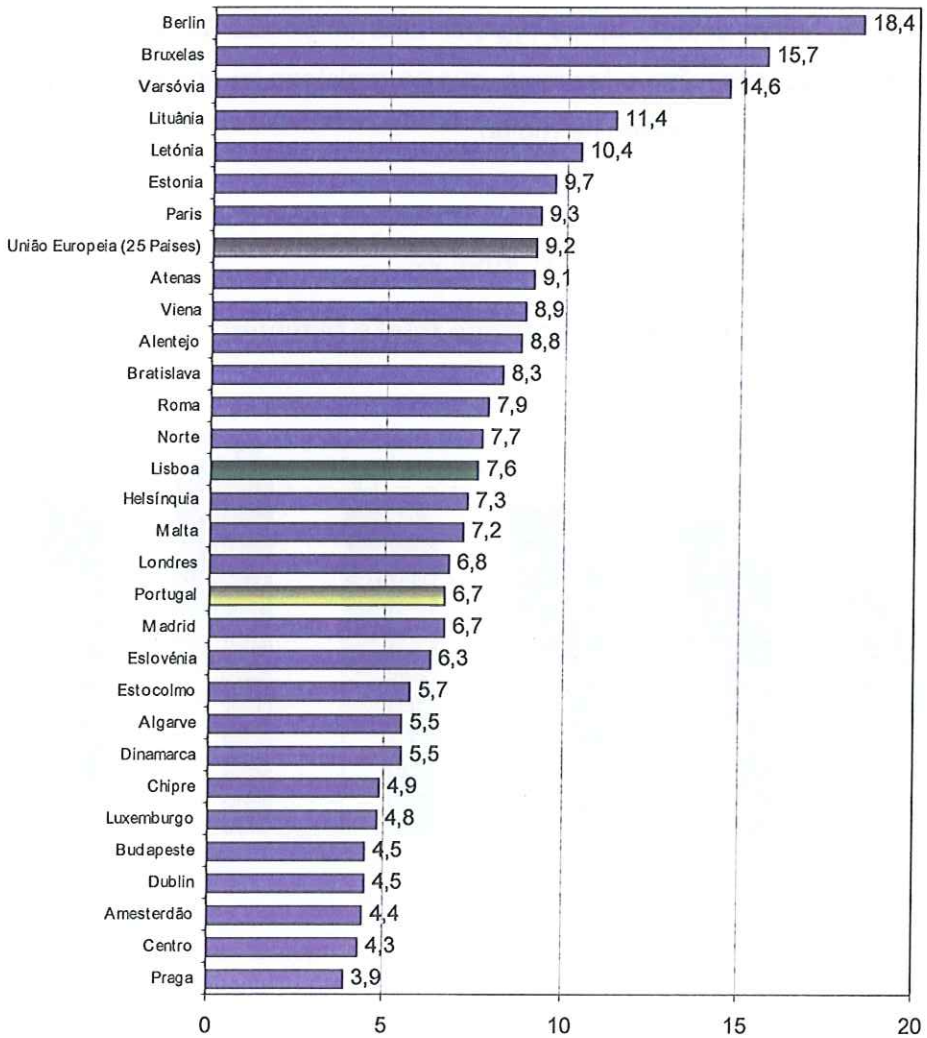


Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Se no desemprego total e feminino, a região ocupa uma posição mediana no contexto europeu, o mesmo não se pode dizer do desemprego jovem. Nos dois primeiros indicadores, apesar da região manter valores mais elevados do que o país, apresenta valores bem mais baixos do que a média europeia. No caso do desemprego jovem, a região situa-se a um nível superior da média europeia. A região com perfil mais próximo da região nos três indicadores é a da capital Helsínquia.

Gráfico 66

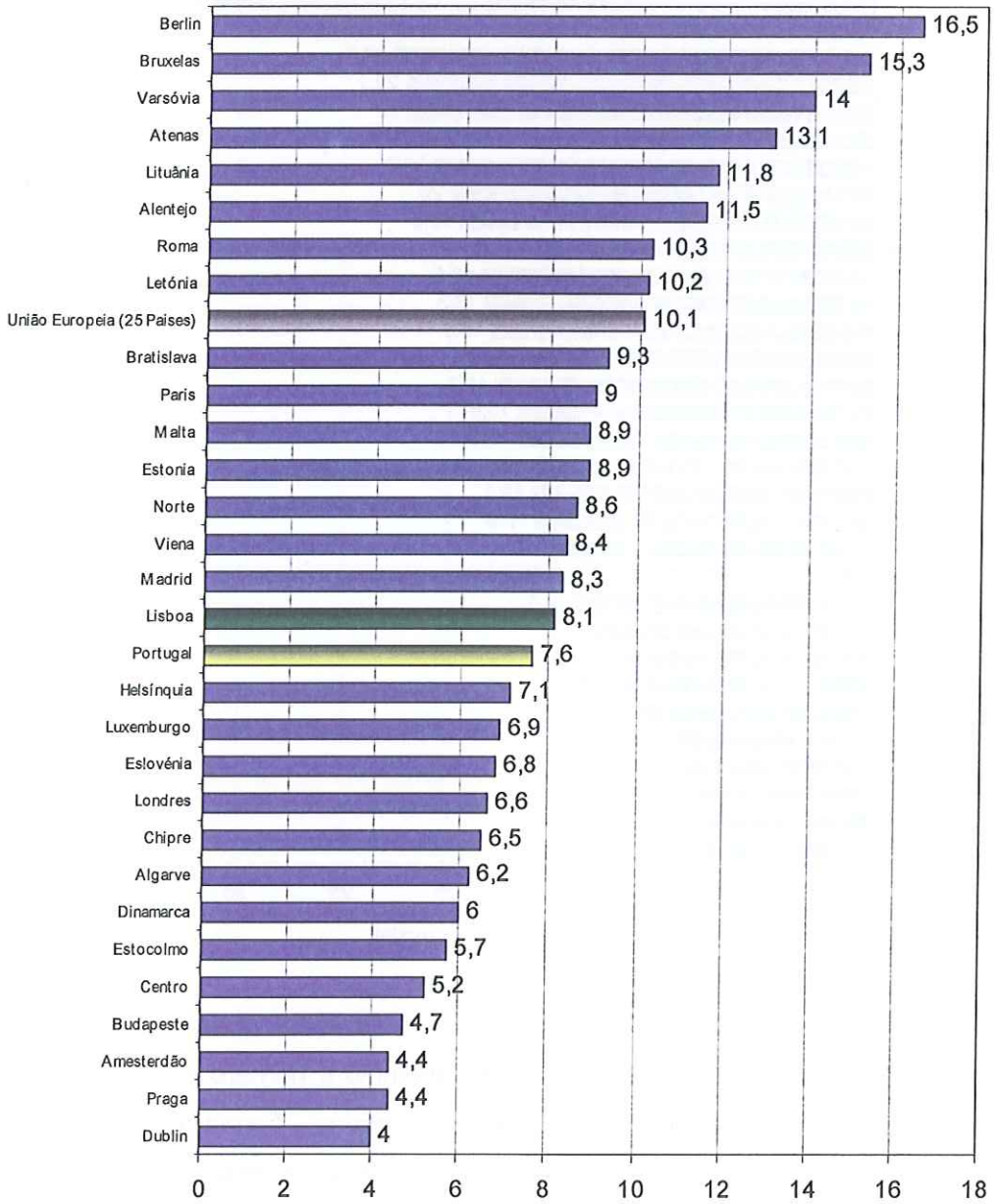
Taxa de desemprego, nas **regiões europeias capitais** e nas **regiões portuguesas** (2004)



Fonte: Eurostat

Gráfico 67

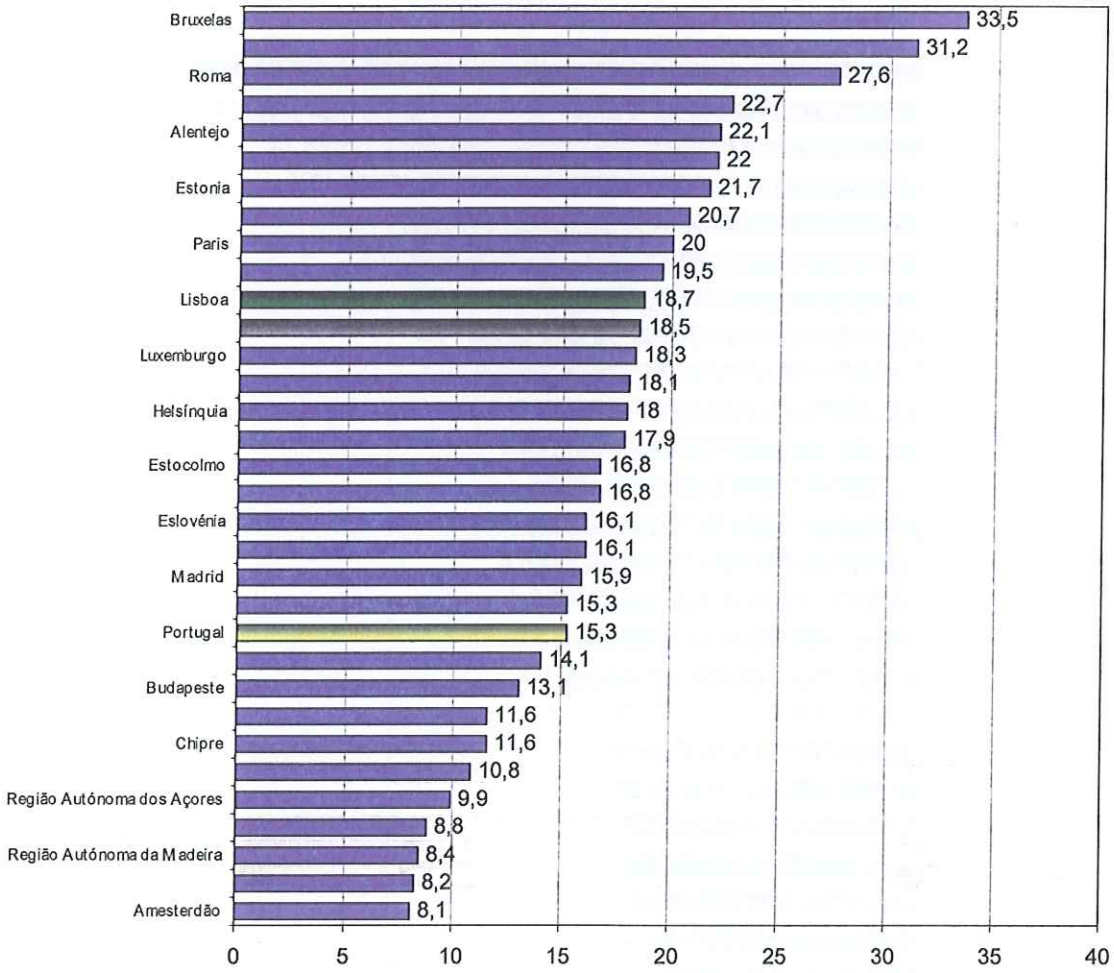
Taxa de desemprego feminino, nas **regiões europeias capitais** e nas **regiões portuguesas** (2004)



Fonte: Eurostat

Gráfico 68

Taxa de desemprego jovem (15 – 24 anos), nas **regiões europeias capitais** e nas **regiões portuguesas** (2004)



Fonte: Eurostat

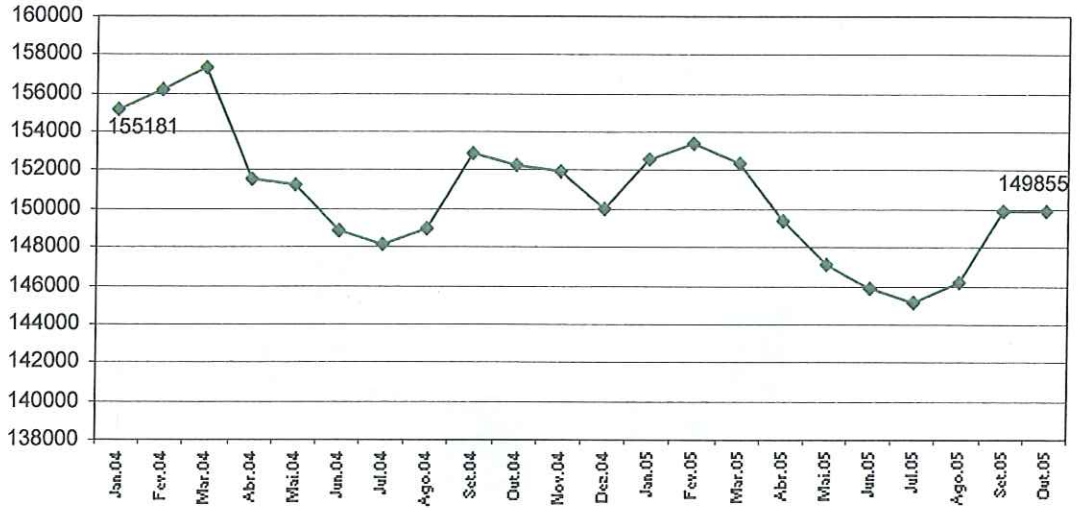
Se bem que fruto de fenómenos de sazonalidade e de flutuações bem constantes, de Janeiro de 2004 a Outubro de 2005, a região diminuiu o número de desempregados em 3,4% (o que equivale a menos 5326 desempregados). Tendo por base os dados mensais do desemprego registado pelo IEFP verifica-se que de Setembro para Outubro de 2005, apenas se regista uma diminuição de desemprego para a AML, quando o seu aumento é visível nas restantes sub-regiões, em particular na Lezíria do Tejo (4,2%). Na análise da variação homóloga, em Outubro de 2005, o Vale do Tejo

mantém-se como o território mais penalizado, sendo igualmente registado um aumento do desemprego para a Península de Setúbal.

No conjunto dos concelhos da RLVT, Chamusca é o concelho que deteve uma variação mensal do desemprego mais elevada (superior a 17% de Setembro para Outubro de 2005). Óbidos é, em contrapartida, o concelho com variação mensal mais baixa (perdeu 5% dos seus desempregados, nesse período em análise). Quanto à variação homóloga, destaca-se, com maior crescimento, o concelho de Ourém com um crescimento de desemprego superior a 33%, de Outubro de 2004 para o mesmo mês de 2005. Por seu lado, o concelho que mais perdeu desempregados no espaço de um ano foi Alpiarça – com uma perda superior a 15%. É seguido pelos concelhos de Amadora e Lisboa com perdas superiores a 10%.

Gráfico 69

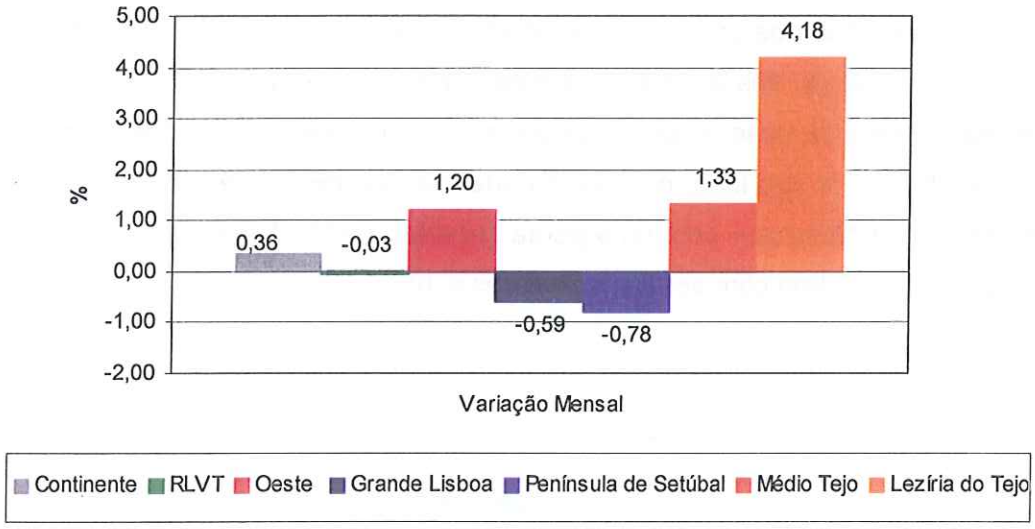
Evolução do número de desempregados, na **RLVT** (2004 a 2005)



Fonte: IEFP

Gráfico 70

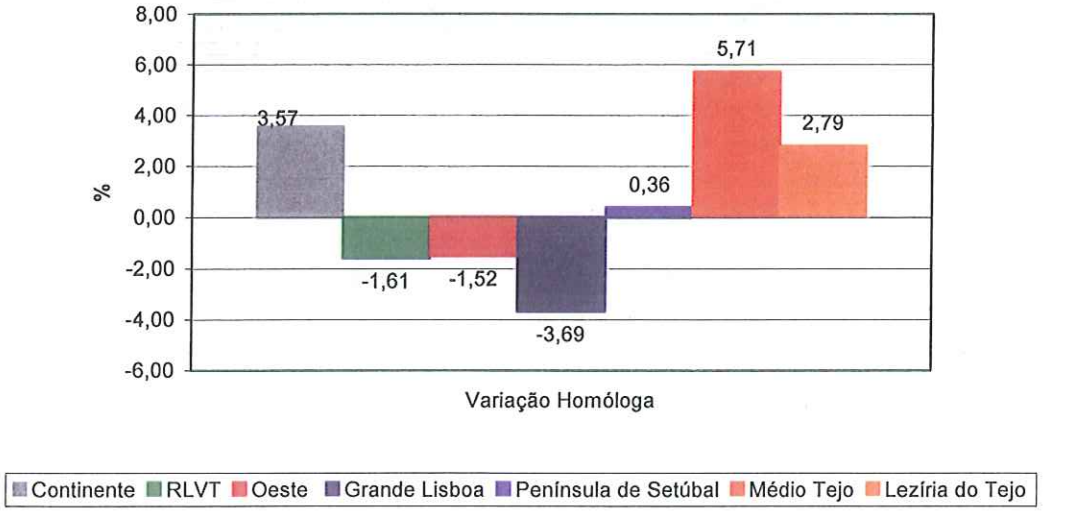
Variação mensal do número de desempregados (Setembro a Outubro de 2005)



Fonte: IEFP

Gráfico 71

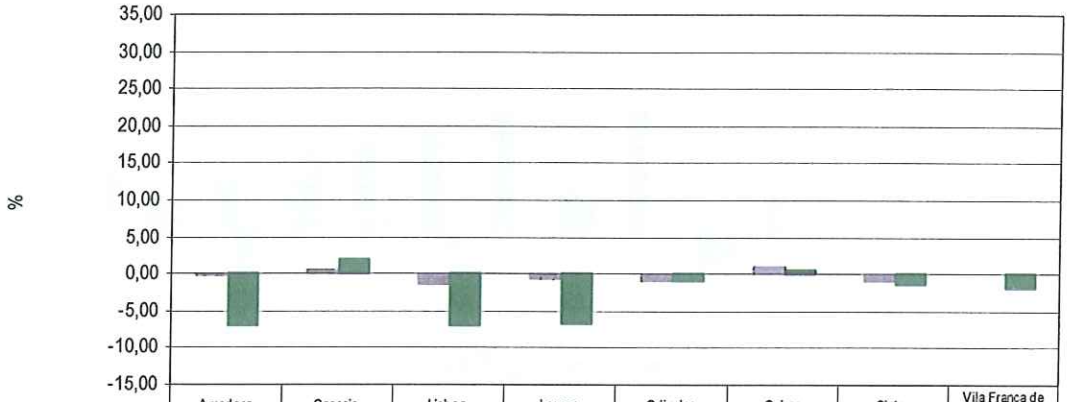
Variação homóloga do número de desempregados (Outubro de 2004 e 2005)



Fonte: IEFP

Gráfico 72

Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos **concelhos da sub-região da Grande Lisboa** (Outubro de 2005)



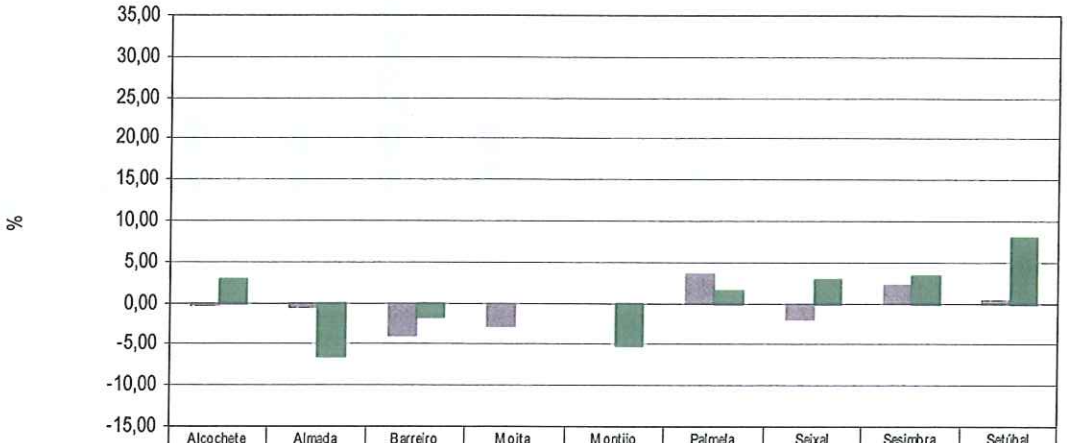
	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
Variação Mensal	-0,26	0,54	-1,44	-0,59	-1,01	1,10	-0,81	-0,07
Variação Homóloga	-6,89	1,95	-6,89	-6,72	-0,90	0,48	-1,31	-1,98

Variação Mensal Variação Homóloga

Fonte: IEFP

Gráfico 73

Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos **concelhos da sub-região da Península de Setúbal** (Outubro de 2005)



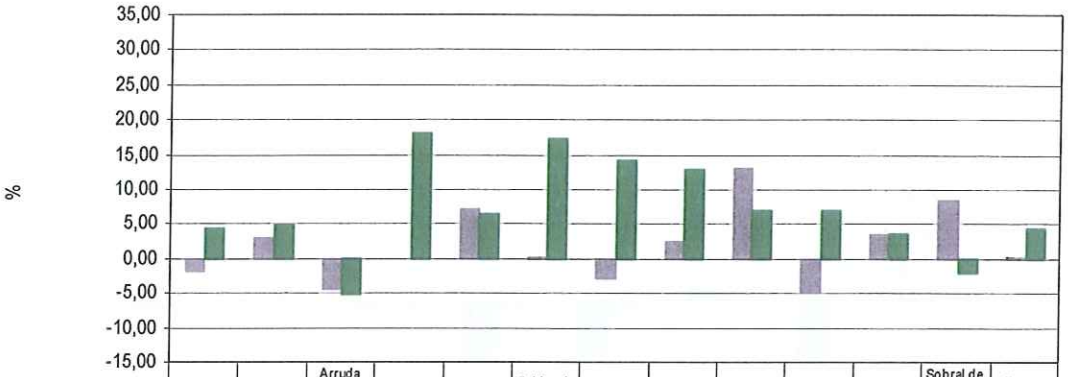
	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
Variação Mensal	-0,39	-0,45	-4,02	-2,83	-0,06	3,57	-1,91	2,23	0,39
Variação Homóloga	2,82	-6,46	-1,78	0,00	-5,14	1,56	2,91	3,31	7,89

Variação Mensal Variação Homóloga

Fonte: IEFP

Gráfico 74

Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos **concelhos da sub-região do Oeste** (Outubro de 2005)



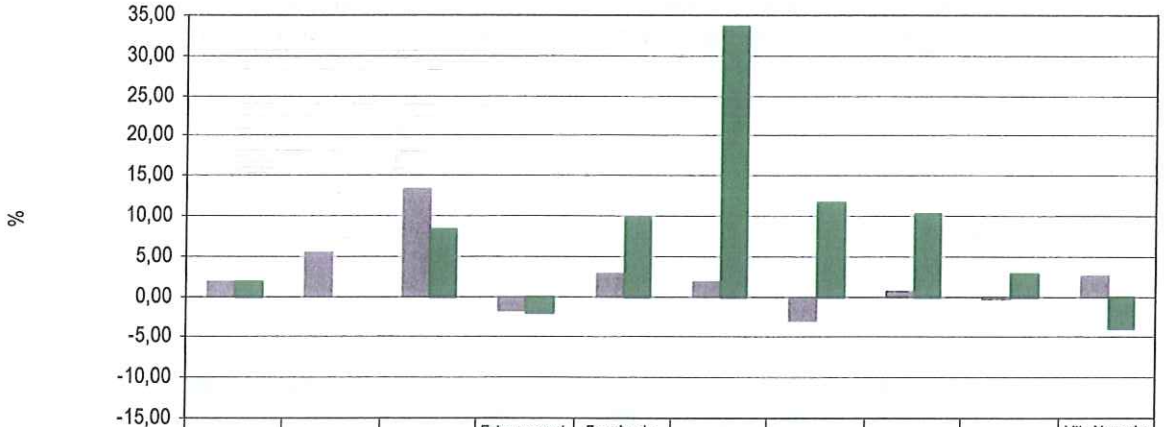
	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
Variação Mensal	-1,94	3,04	-4,49	0,00	7,18	0,13	-2,85	2,49	13,01	-5,07	3,51	8,58	0,22
Variação Homóloga	4,35	4,97	-5,29	18,02	6,39	17,31	14,19	12,81	6,99	7,01	3,67	-2,02	4,23

Variação Mensal ■ Variação Homóloga

Fonte: IEFP

Gráfico 75

Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos **concelhos da sub-região do Médio Tejo** (Outubro de 2005)



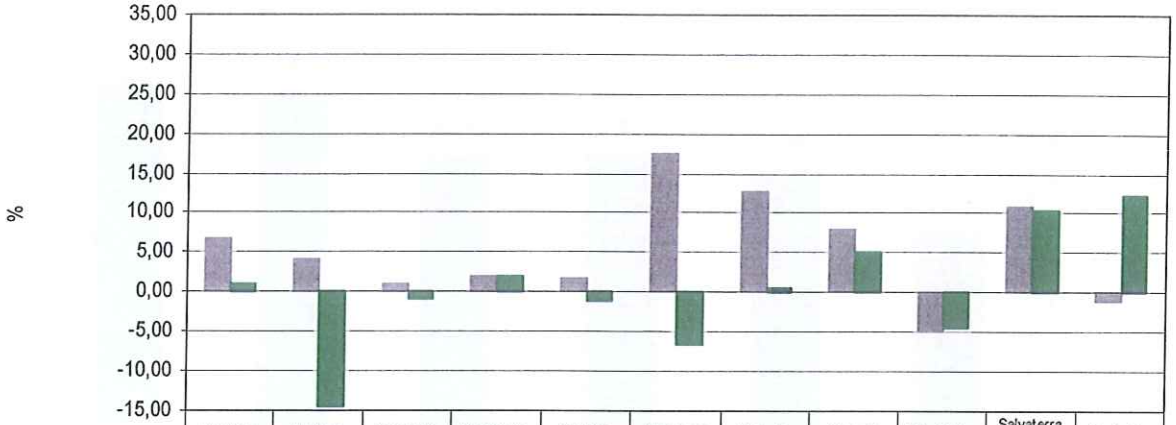
	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
Variação Mensal	1,79	5,31	13,47	-1,78	2,86	1,80	-2,98	0,60	-0,28	2,61
Variação Homóloga	1,79	0,00	8,42	-1,91	9,64	33,56	11,64	10,25	2,68	-3,85

Variação Mensal ■ Variação Homóloga

Fonte: IEFP

Gráfico 76

Variação mensal e homóloga do número de desempregados, nos **concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo** (Outubro de 2005)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
Variação Mensal	6,75	4,03	1,01	2,07	1,79	17,43	12,73	7,98	-4,90	10,95	-1,06
Variação Homóloga	1,11	-14,57	-0,80	1,89	-1,12	-6,59	0,57	5,02	-4,40	10,45	12,17

Variação Mensal Variação Homóloga

Fonte: IEFP

Perfil do desemprego

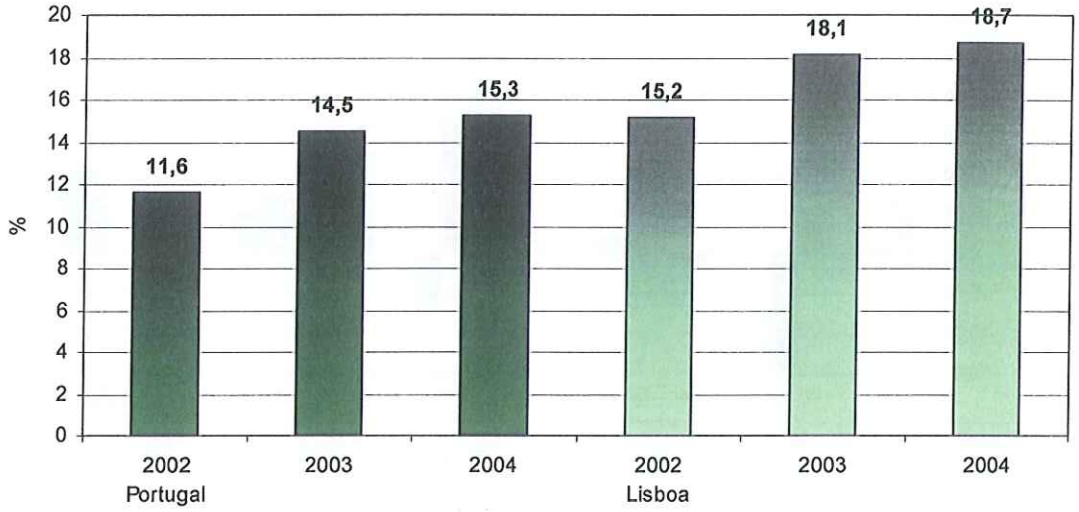
O perfil da população desempregada, embora quantitativamente mais grave, não difere do da restante população sem emprego no país: jovens, mulheres, não qualificados, aumento do desemprego de longa duração, etc.

. Desemprego jovem

No que se reporta à distribuição do desemprego por grupos etários, conclui-se que esse diminui à medida que aumenta a idade – situação visível quer para a região, quer para o país. O desemprego juvenil torna-se realmente um problema preocupante na região: em 2004, 18,7% dos jovens com menos de 25 anos estavam desempregados (15,3% no país).

Gráfico 77

Taxa de desemprego Jovem (15 – 24 anos)



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Se considerarmos a percentagem de desempregados com menos de 25 anos no conjunto dos desempregados, denota-se uma evolução positiva do indicador. À semelhança do registado para o país, todas as sub-regiões diminuem o valor do indicador, de Janeiro de 2004 a Outubro de 2005. A Grande Lisboa é a sub-região que revela uma melhor performance no indicador, ou seja, com menor percentagem de desempregados jovens. Em contrapartida, o Oeste e Médio Tejo mantêm valores mais elevados no indicador.

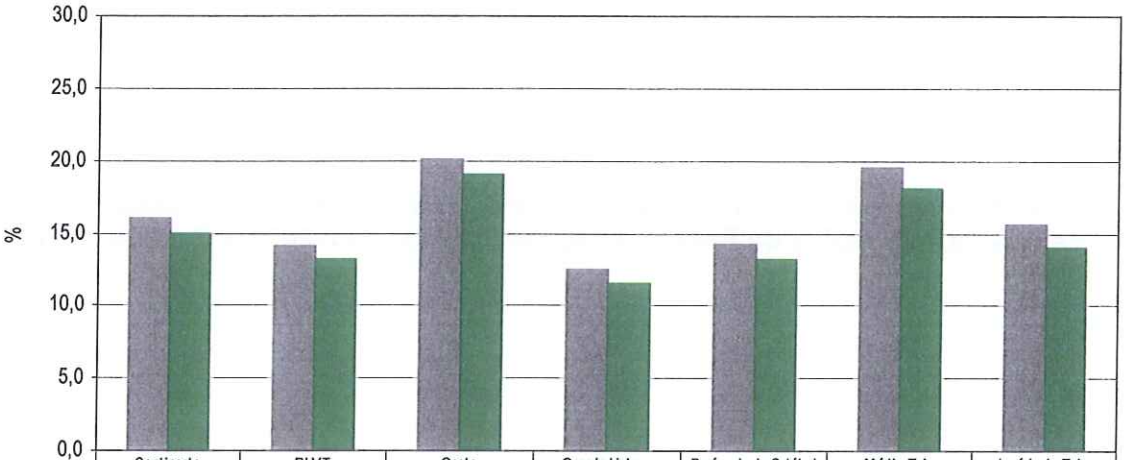
No entanto, analisando a evolução do indicador para os vários concelhos da RLVT, emergem realidades distintas. Sublinha-se a existência de um conjunto de concelhos – que apesar deste quadro regional favorável – denotam uma dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho com valores no indicador superiores a 20%, nomeadamente: Cadaval, Constância, Ferreira do Zêzere e Ourém. Também se destacam alguns concelhos com aumento do indicador no período considerado, alguns dos quais com uma performance negativa no indicador – contrariando, igualmente, a tendência regional – a saber: Cadaval, Oeiras, Sobral de Monte Agraço, Ferreira do Zêzere e Ourém. Refira-se que Oeiras apesar de aumentar ligeiramente o

valor do indicador de Janeiro de 2004 a Outubro de 2005, é o concelho com valor mais baixo – em Outubro de 2005, os jovens desempregados representavam apenas 10,2% do total do desemprego registado.

Na Grande Lisboa, todos os concelhos apresentam uma percentagem de jovens desempregados inferior a 15%. No Oeste, apenas Arruda dos Vinhos apresenta esta performance positiva. Na Península de Setúbal, apenas Moita apresenta um valor ligeiramente superior a 15%, quando todos os restantes concelhos detinham em Outubro de 2005 menos de 15% de jovens desempregados no conjunto do desemprego registado. No Médio Tejo, apenas o Entroncamento detinha menos de 15% de jovens desempregados na estrutura de desemprego. Por fim, na Lezíria do Tejo, Benavente, Cartaxo, Golegã e Santarém são os únicos concelhos que superavam esse valor em Outubro de 2005.

Gráfico 78

% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego
(Janeiro 2004 a Outubro de 2005)

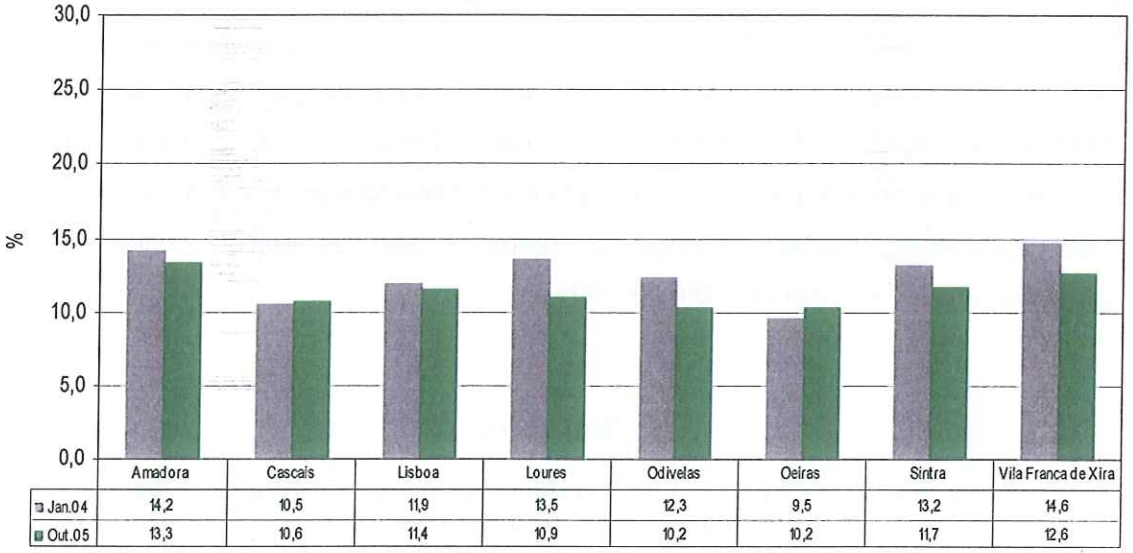


	Continente	RLVT	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Jan.04	16,0	14,1	20,0	12,5	14,3	19,5	15,5
Out.05	14,9	13,2	19,0	11,5	13,2	18,0	14,0

Fonte: IEFP

Gráfico 79

% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Grande Lisboa** (Janeiro 2004 a Outubro de 2005)

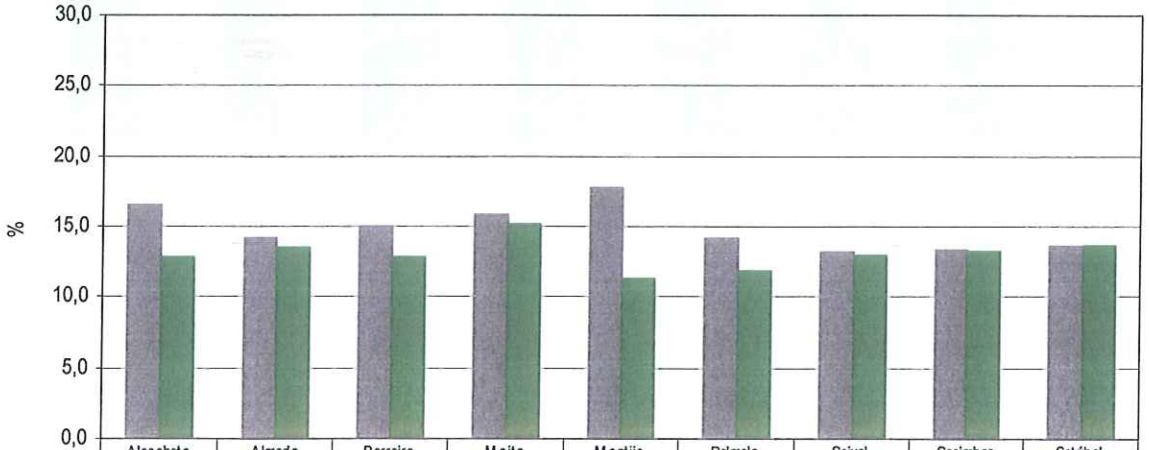


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
Jan.04	14,2	10,5	11,9	13,5	12,3	9,5	13,2	14,6
Out.05	13,3	10,6	11,4	10,9	10,2	10,2	11,7	12,6

Fonte: IEFP

Gráfico 80

% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Península de Setúbal** (Janeiro 2004 a Outubro de 2005)

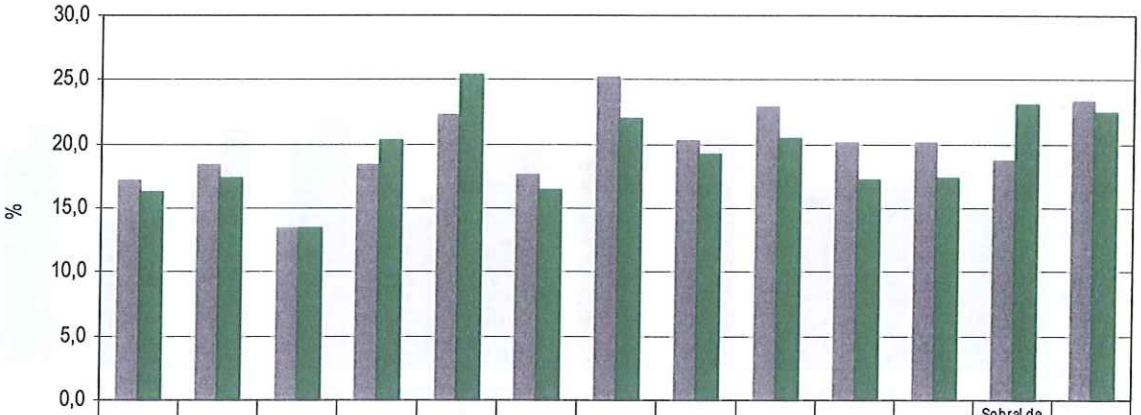


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
Jan.04	16,5	14,1	15,0	15,8	17,8	14,1	13,2	13,3	13,7
Out.05	12,7	13,5	12,8	15,1	11,3	11,8	12,9	13,2	13,6

Fonte: IEFP

Gráfico 81

% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região do Oeste** (Janeiro 2004 a Outubro de 2005)

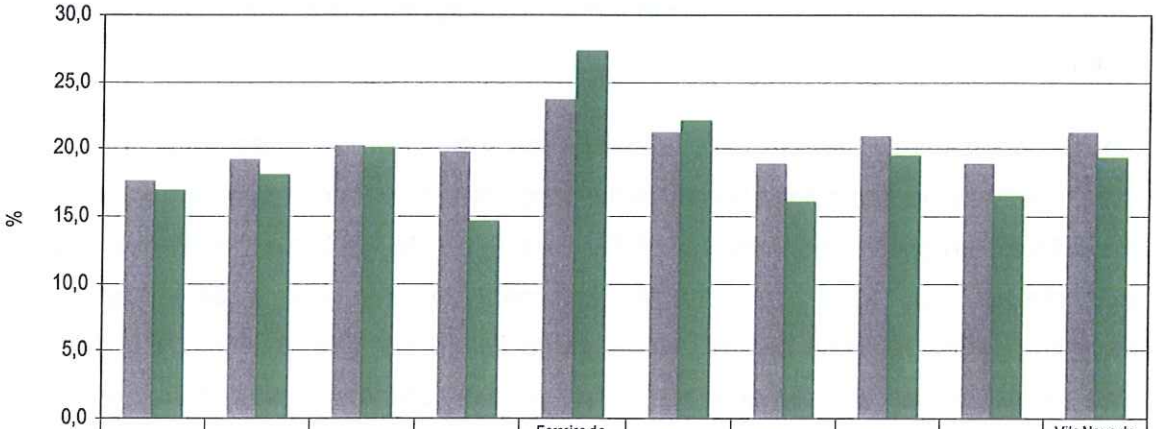


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
Jan.04	17,2	18,4	13,5	18,5	22,3	17,6	25,2	20,2	22,9	20,2	20,0	18,7	23,4
Out.05	16,2	17,4	13,5	20,2	25,4	16,4	21,9	19,2	20,4	17,2	17,3	23,0	22,5

Fonte: IEFP

Gráfico 82

% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região do Médio Tejo** (Janeiro 2004 a Outubro de 2005)

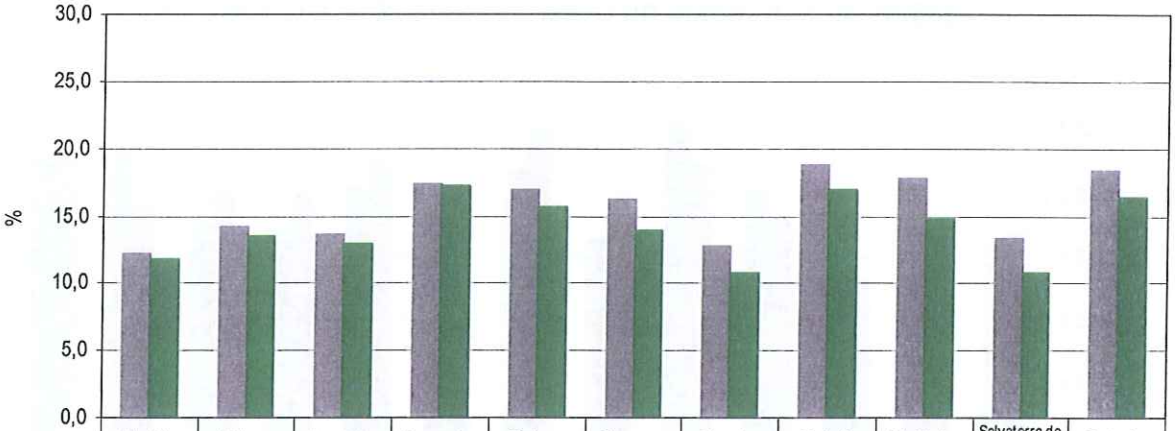


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
Jan.04	17,6	19,2	20,2	19,8	23,6	21,3	18,9	20,9	18,9	21,2
Out.05	16,8	18,0	20,1	14,5	27,3	22,1	16,0	19,4	16,5	19,3

Fonte: IEFP

Gráfico 83

% de desempregados com menos de 25 anos, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo** (Janeiro 2004 a Outubro de 2005)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
Jan.04	12,2	14,2	13,7	17,4	16,9	16,3	12,8	18,9	17,8	13,4	18,4
Out.05	11,8	13,4	12,9	17,2	15,6	13,9	10,8	17,0	14,8	10,7	16,4

Fonte: IEFP

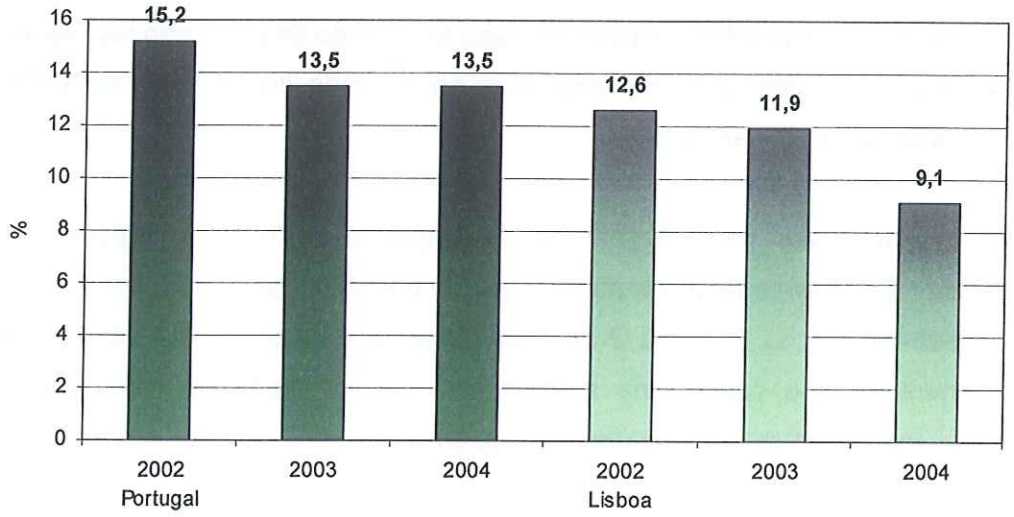
. Aumento do desemprego de longa duração

Relativamente ao tipo de desemprego, a situação na região de Lisboa é igualmente preocupante. É na procura de novo emprego que se revelam maiores dificuldades para a região mas o aumento do desemprego de longa duração reforça a gravidade do sintoma.

Analisando a percentagem de desempregados à procura de 1º emprego, repara-se uma tendência de diminuição no indicador e registam-se valores mais baixos na região por relação ao país – diminuiu de 12,6% para 9,1% de 2002 para 2004, quando no país diminui de 15,2% para 13,5%. Em paralelo, aumenta a percentagem de desempregados há mais de um ano – passa de 40,2% para 46,1%, de 2002 para 2004, quando no país aumenta de 37,6% para 46,3%. Estes são indicadores que revelam as dificuldades estruturais por que a região atravessa na fase actual.

Gráfico 84

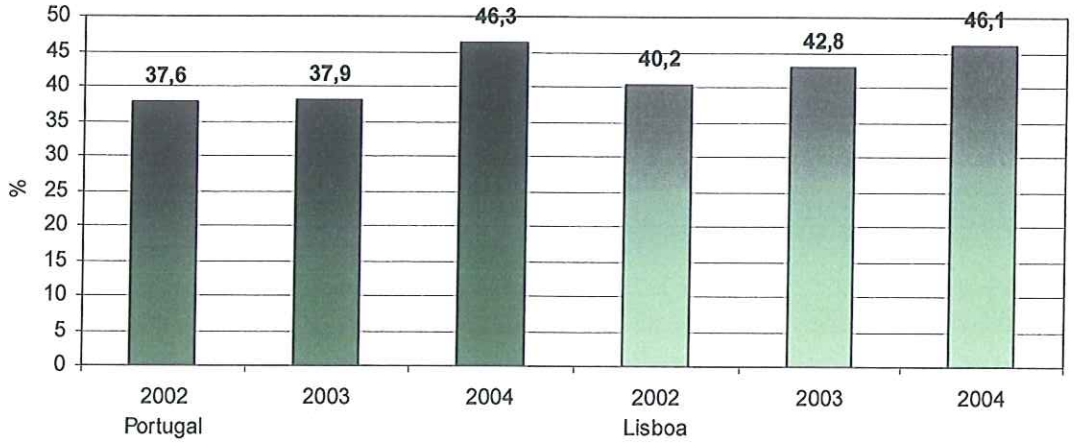
% de desempregados à procura do 1º emprego na estrutura de desemprego



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 85

% de desempregados há mais de um ano, na estrutura de desemprego



Fonte: INE - Anuários Estatísticos

. Maior representação do desemprego feminino, com excepção da Grande Lisboa

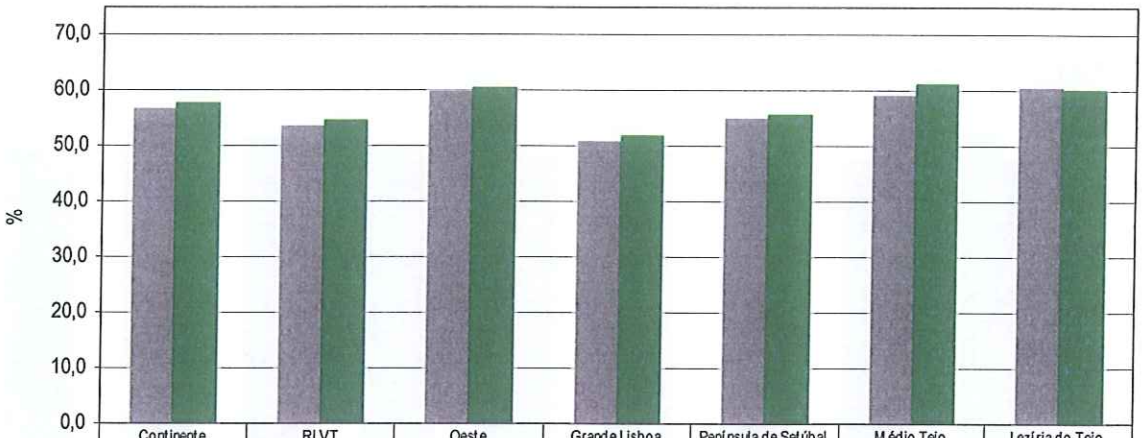
A RLVT apresenta uma percentagem de mulheres desempregadas, na estrutura de desemprego, inferior à registada no Continente. É, no entanto, de sublinhar que, de Janeiro de 2004 a Outubro de 2005 aumentou, para todas as sub-regiões, a percentagem de mulheres desempregadas, face ao total do desemprego registado. Tal é revelador que, em condições de fragilidade no mercado de trabalho, as mulheres continuam a ser as mais penalizadas.

Apesar de uma maior percentagem de desemprego feminino, a capacidade de absorção de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, é superior na AML face às restantes sub-regiões da RLVT: a Grande Lisboa apresenta-se, a este nível, com um posicionamento quase óptimo, na medida em que as mulheres desempregadas ultrapassam em pouco os homens desempregados.

Barreiro, Moita e Santarém foram os únicos concelhos da RLVT que no período considerado diminuíram o valor do indicador (Ourém diminui ligeiramente, mas mantém um dos valores mais elevados do indicador na região). Lisboa revela-se como o único concelho em que o desemprego masculino é superior ao feminino – ou seja, mantém no período em análise, uma percentagem de mulheres desempregadas inferior a 50%.

Gráfico 86

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego (Janeiro de 2004 e Outubro de 2005)

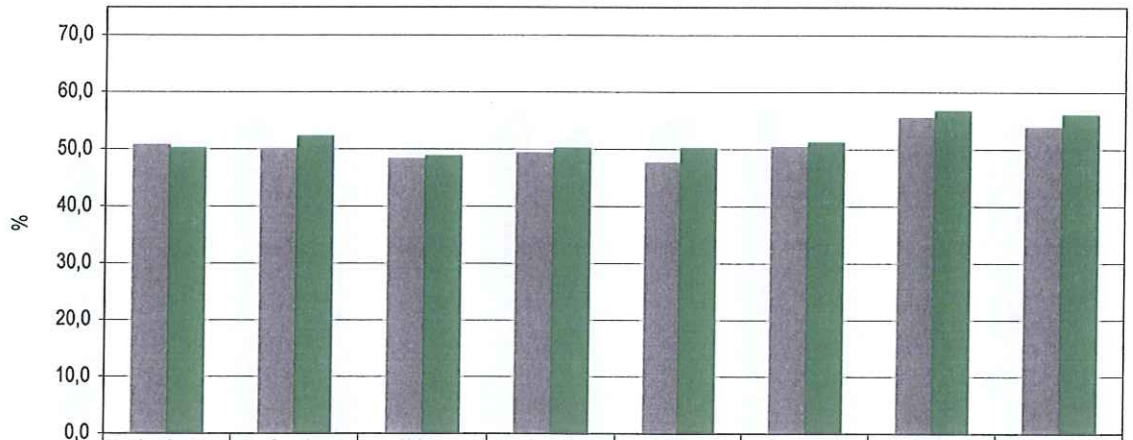


	Continente	RLVT	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
Jan.04	56,7	53,7	59,9	50,9	54,9	59,2	60,4
Out.05	57,7	54,7	60,3	51,8	55,5	61,2	60,0

Fonte: IEFP

Gráfico 87

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Grande Lisboa** (Janeiro de 2004 e Outubro de 2005)

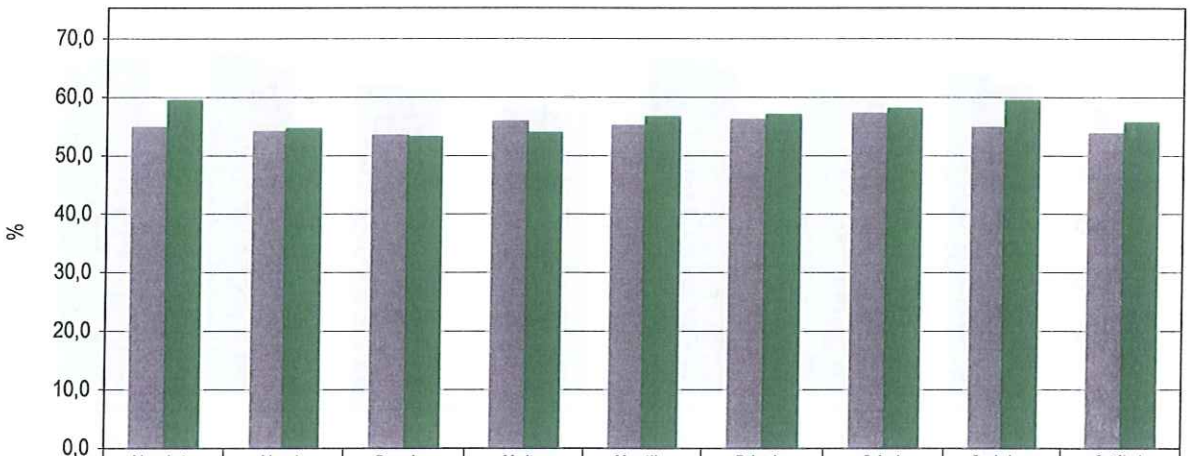


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
Jan.04	50,8	50,1	48,4	49,5	47,8	50,5	55,6	54,1
Out.05	50,2	52,2	48,6	50,3	50,3	51,0	56,6	55,9

Fonte: IEFP

Gráfico 88

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Península de Setúbal** (Janeiro de 2004 e Outubro de 2005)

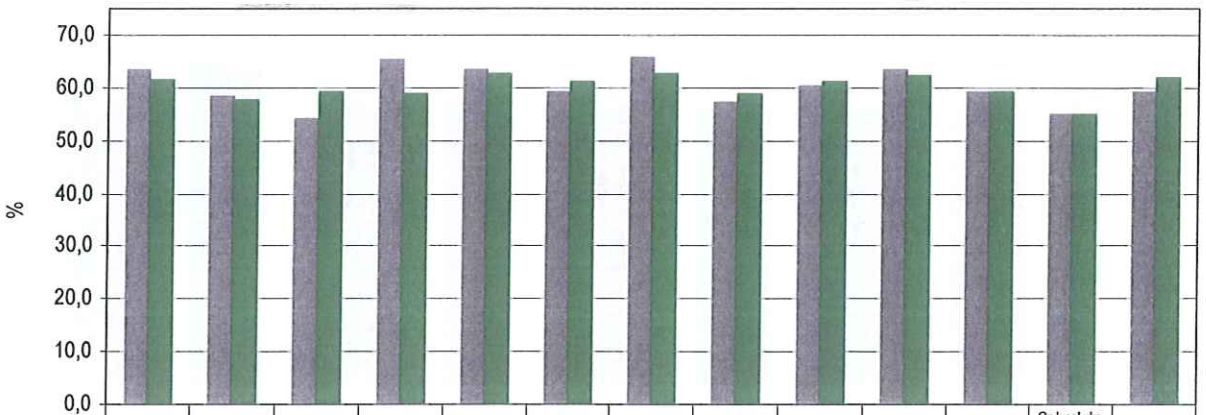


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
Jan.04	54,6	54,1	53,5	55,6	55,1	56,1	57,0	54,7	53,5
Out.05	59,0	54,3	52,9	53,5	56,4	56,9	57,8	59,3	55,3

Fonte: IEFP

Gráfico 89

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região do Oeste** (Janeiro de 2004 e Outubro de 2005)

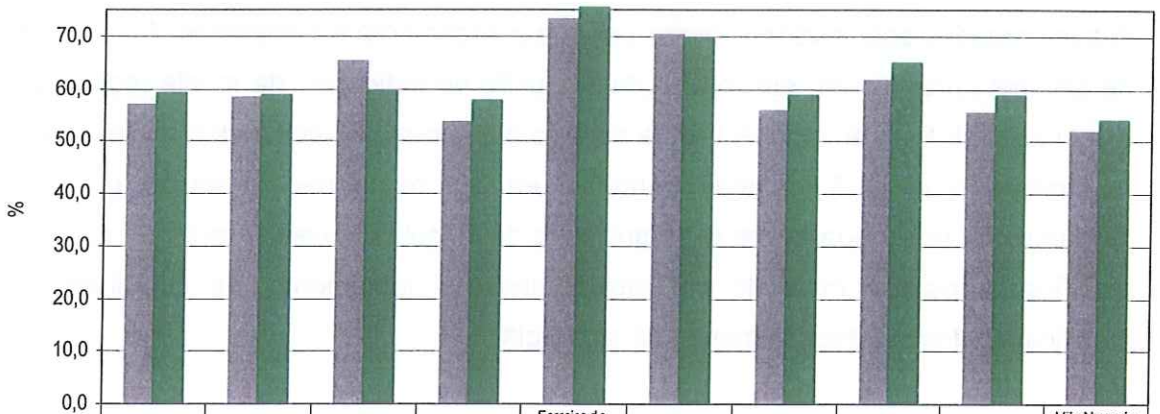


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
Jan.04	63,2	58,5	54,0	65,4	63,4	59,1	65,9	57,2	60,2	63,4	59,1	54,8	59,0
Out.05	61,7	57,5	59,1	58,8	62,6	61,0	62,6	58,7	61,0	62,4	59,0	55,0	61,9

Fonte: IEFP

Gráfico 90

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região do Médio Tejo** (Janeiro de 2004 e Outubro de 2005)

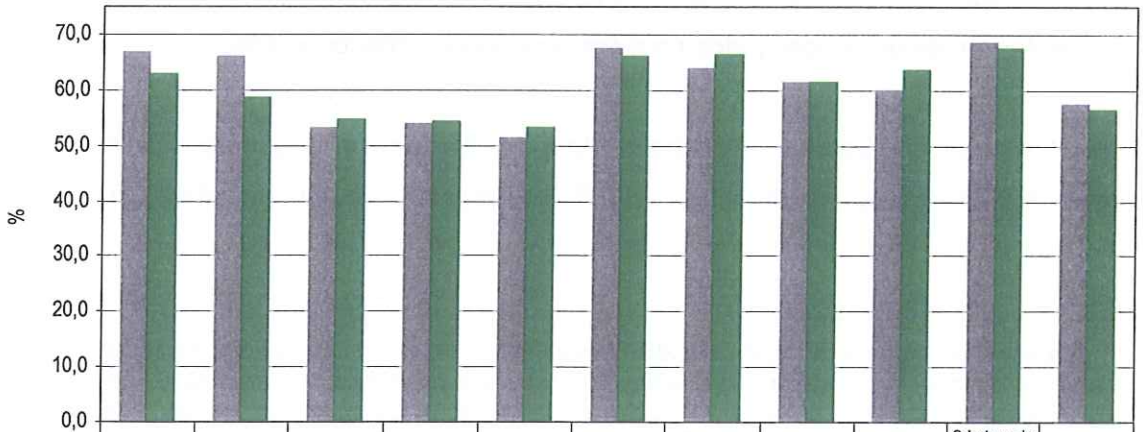


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
Jan.04	57,1	58,5	65,3	53,6	73,2	70,3	55,9	61,7	55,7	51,8
Out.05	59,1	58,7	59,4	57,8	75,5	69,7	58,9	64,8	58,7	54,2

Fonte: IEFP

Gráfico 91

% de mulheres desempregadas na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo** (Janeiro de 2004 e Outubro de 2005)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
Jan.04	66,6	66,2	53,0	53,8	51,3	67,5	63,9	61,5	59,7	68,6	57,5
Out.05	62,9	58,7	54,7	54,2	53,3	66,0	66,5	61,3	63,4	67,6	56,2

Fonte: IEFP

. Um desemprego que atinge também as habilitações superiores

O desemprego dos que dispõem de habilitações superiores mantém-se como um problema de relevo na região, tal é, reflexo do facto da RLVT ser igualmente a região com níveis elevados de qualificação dos recursos humanos[14]. Verifica-se que de Janeiro de 2004 a Outubro de 2005, a RLVT mantém uma maior percentagem de desempregados com ensino superior por comparação com o Continente. A Península de Setúbal aproxima-se, em termos de evolução do indicador, da média registada a nível nacional. Por seu lado, A Lezíria do Tejo é a sub-região com valores mais baixos no indicador – se tal é favorável na medida em que revela não ser esse o problema fundamental, pode igualmente ser significado da dificuldade de captação de recursos qualificados para o mercado de trabalho local e, igualmente, da dificuldade de qualificação dos recursos humanos da sub-região.

Nos concelhos onde o valor do indicador se foi mantendo mais elevado, são igualmente aqueles que revelam uma diminuição dos desempregados jovens na estrutura de desemprego, nomeadamente os concelhos de Cascais, Lisboa e Oeiras. Na sub-região Oeste o indicador aumenta para todos os concelhos. Arruda dos Vinhos é o concelho desta sub-região com valor mais elevado do indicador.

Amadora, Loures, Sintra e Vila Franca de Xira são os concelhos da Grande Lisboa que mantêm valores mais baixos no indicador, para o período em análise – com uma percentagem de desempregados com ensino superior inferior a 10%.

Na Península de Setúbal, Alcochete, Almada, Barreiro e Sesimbra são os únicos concelhos que ultrapassam o valor de 10% no indicador, em Outubro de 2005.

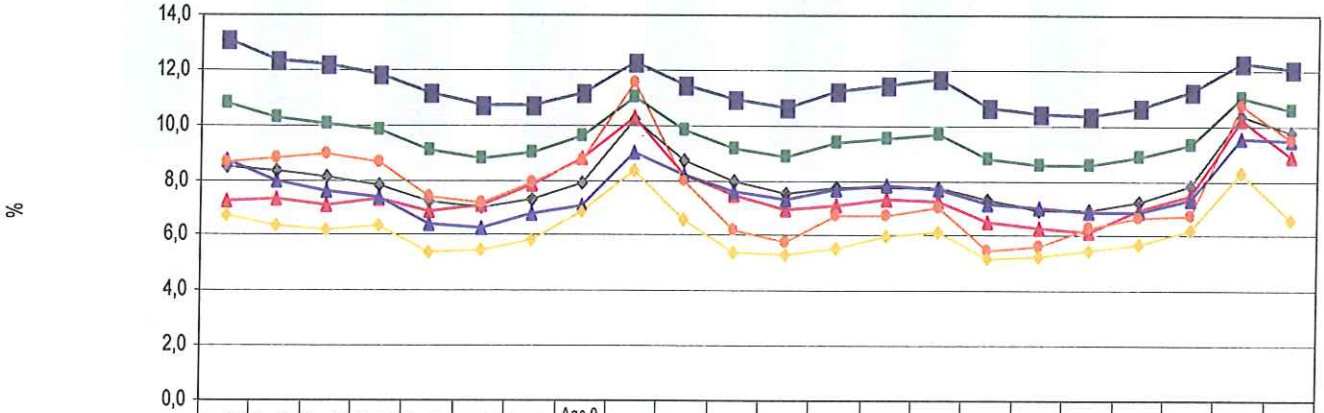
---

[14] É preciso ter alguma atenção à análise deste indicador. Se todas as regiões estivessem em par de igualdade ao nível da qualificação dos recursos humanos, a comparação do indicador teria bastante validade, no entanto, dada a diferenciação de qualificações tal reflecte-se na própria estrutura do desemprego. Ou seja, regiões mais qualificadas tenderão a revelar um desemprego mais qualificado. As regiões menos qualificadas não só tendem a ter um desemprego menos qualificado, como o desemprego qualificado pode facilmente ser transferível para regiões onde a estrutura do mercado de trabalho apela a maiores qualificações dos recursos humanos. Feita esta ressalva não deixa de ser de relevo a análise da importância do desemprego qualificado em cada uma das sub-regiões, na medida em que nos dá conta dos desafios que se colocam aos mercados de trabalhos em cada um desses territórios.

Constância, Entroncamento, Ourém e Tomar são os concelhos do Médio Tejo que nesse mês também ultrapassavam os 10% de desempregados com ensino superior na estrutura de desemprego registado. Por fim, na Lezíria do Tejo apenas Santarém detém um valor superior a 10% no indicador, em Outubro de 2005. Nessa mesma data, todos os restantes concelhos apresentavam um valor inferior a 8%.

Gráfico 92

% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego
(Janeiro de 2004 a Outubro de 2005)

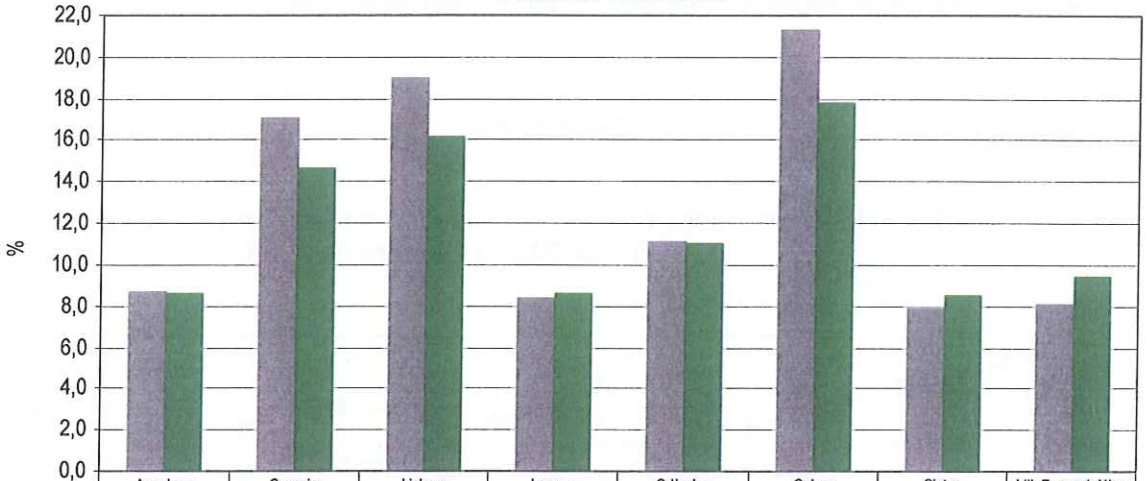


	Jan.04	Fev.04	Mar.04	Abr.04	Mai.04	Jun.04	Jul.04	Ago.04	Set.04	Out.04	Nov.04	Dez.04	Jan.05	Fev.05	Mar.05	Abr.05	Mai.05	Jun.05	Jul.05	Ago.05	Set.05	Out.05
Continente	8,5	8,3	8,1	7,8	7,2	7,0	7,3	7,9	10,2	8,7	8,0	7,5	7,7	7,8	7,7	7,3	7,0	6,9	7,2	7,8	10,4	9,8
RLVT	10,8	10,2	10,0	9,8	9,1	8,8	9,0	9,6	11,0	9,9	9,2	8,9	9,4	9,6	9,6	8,8	8,6	8,6	8,8	9,3	11,0	10,6
Oeste	7,2	7,3	7,1	7,3	6,8	7,1	7,9	8,8	10,3	8,2	7,5	6,9	7,1	7,3	7,2	6,5	6,3	6,1	6,9	7,4	10,2	8,9
GrandeLisboa	13,1	12,4	12,2	11,8	11,1	10,7	10,7	11,2	12,3	11,5	10,9	10,7	11,3	11,5	11,7	10,6	10,4	10,3	10,6	11,2	12,3	12,0
PeninsuladeSetúbal	8,7	7,9	7,6	7,4	6,4	6,2	6,8	7,0	9,0	8,2	7,6	7,3	7,7	7,8	7,6	7,1	7,0	6,8	6,9	7,3	9,5	9,4
MédioTejo	8,6	8,8	8,9	8,6	7,3	7,2	7,9	8,7	11,5	8,0	6,2	5,8	6,7	6,7	7,0	5,4	5,6	6,2	6,6	6,7	10,7	9,4
LezíriadoTejo	6,7	6,3	6,2	6,3	5,4	5,4	5,8	6,8	8,3	6,5	5,4	5,3	5,5	6,0	6,1	5,2	5,2	5,4	5,7	6,2	8,3	6,5

Fonte: IEFP

Gráfico 93

% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Grande Lisboa** (Janeiro de 2004 a Outubro de 2005)

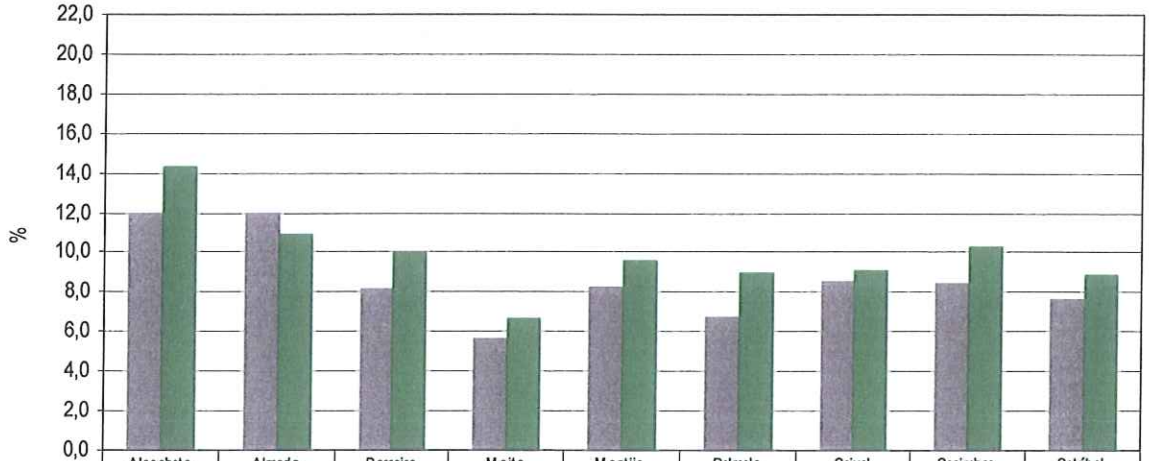


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	VilaFrancadeXira
Jan.04	8,7	17,0	19,0	8,4	11,1	21,3	7,9	8,0
Out.05	8,6	14,6	16,1	8,6	11,0	17,8	8,5	9,4

Fonte: IEFP

Gráfico 94

% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Península de Setúbal** (Janeiro de 2004 a Outubro de 2005)

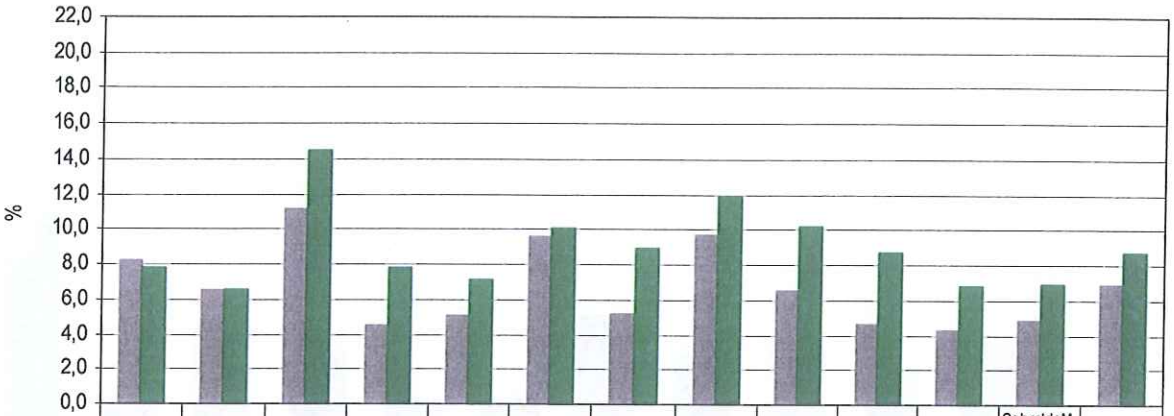


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
Jan.04	11,9	12,0	8,1	5,6	8,3	6,7	8,5	8,4	7,6
Out.05	14,3	10,9	10,0	6,7	9,5	8,9	9,0	10,2	8,9

Fonte: IEFP

Gráfico 95

% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região do Oeste**(Janeiro de 2004 a Outubro de 2005)

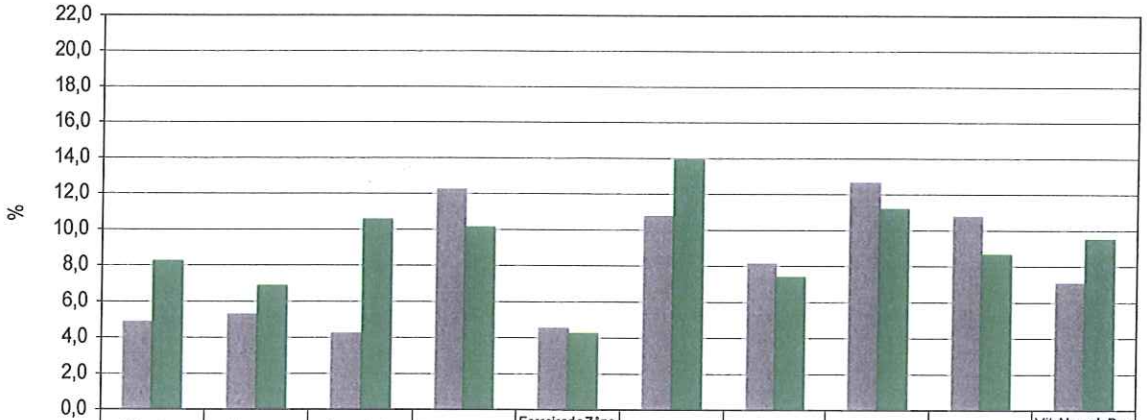


	Alcobaça	Alenquer	Arrudados Vinhos	Bombarral	Cadaval	CaldasdaRainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	SobraldeMonteAgraço	TorresVedras
Jan.04	8,2	6,5	11,2	4,5	5,1	9,6	5,2	9,7	6,5	4,6	4,3	4,8	6,9
Out.05	7,8	6,5	14,4	7,8	7,2	10,0	8,9	11,8	10,1	8,7	6,8	6,9	8,7

Fonte: IEFP

Gráfico 96

% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região do Médio Tejo**(Janeiro de 2004 a Outubro de 2005)

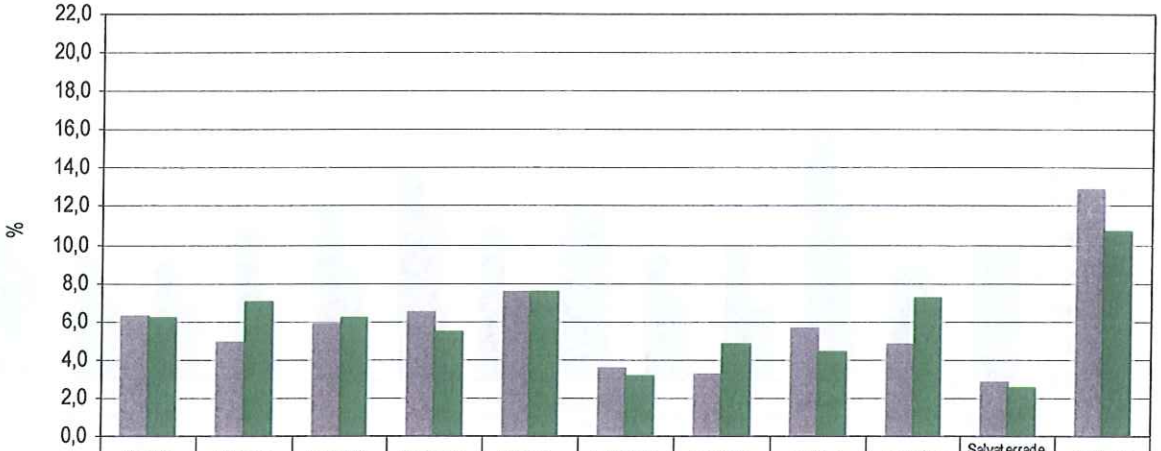


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	FerreiradoZêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	TorresNovas	VilaNovadaBarquinha
Jan.04	4,9	5,3	4,2	12,2	4,5	10,7	8,1	12,7	10,7	7,0
Out.05	8,3	6,8	10,5	10,1	4,2	13,9	7,4	11,2	8,7	9,5

Fonte: IEFP

Gráfico 97

% de desempregados com ensino superior, na estrutura de desemprego, nos **concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo** (Janeiro de 2004 a Outubro de 2005)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	RioMaior	Salvaterrade Magos	Santarém
Jan.04	6,3	4,9	5,9	6,5	7,5	3,6	3,2	5,6	4,9	2,8	12,9
Out.05	6,2	7,0	6,2	5,5	7,5	3,2	4,8	4,3	7,2	2,6	10,7

Fonte: IEFP

Os dois indicadores possíveis – despesas autárquicas em actividades culturais e evolução dos espectadores de cinema – são relativamente pouco interessantes face a uma análise da oferta e produção cultural na cidade.

Numa análise comparativa entre a RLVT e Portugal, constata-se que em termos médios existe um menor investimento das autarquias da região em actividades culturais face à média nacional, sendo de salientar que no período de análise (1999 a 2003), o investimento ao nível nacional tem aumentado gradualmente. Na RLVT após um período de crescendo ligeiro no indicador, manifesta uma diminuição entre 2001 e 2002, assim como valores bem mais baixos do que os registados a nível nacional.

Analisando o indicador referente aos espectadores de cinema na RLVT para o período em análise (1999 a 2002), constata-se que comparativamente com a média nacional, a região regista valores mais elevados, o que poderá estar relacionado com a elevada capacidade de polarização, atractividade e diversidade na fixação de equipamentos nesta região.

a) Despesas autárquicas em Actividades Culturais com evolução inconstante

Numa análise comparativa entre a RLVT e Portugal, constata-se que em termos médios existe um menor investimento das autarquias da região em actividades culturais face à média nacional, sendo de salientar que no período de análise (1999 a 2003), o investimento ao nível nacional tem aumentado gradualmente. Na RLVT após um período de crescendo ligeiro no indicador, manifesta uma diminuição entre 2001 e 2002[15], assim como valores bem mais baixos do que os registados a nível nacional.

Em termos médios verifica-se que a sub-regiões do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, são as que mais investem em actividades culturais (por relação ao total das suas despesas

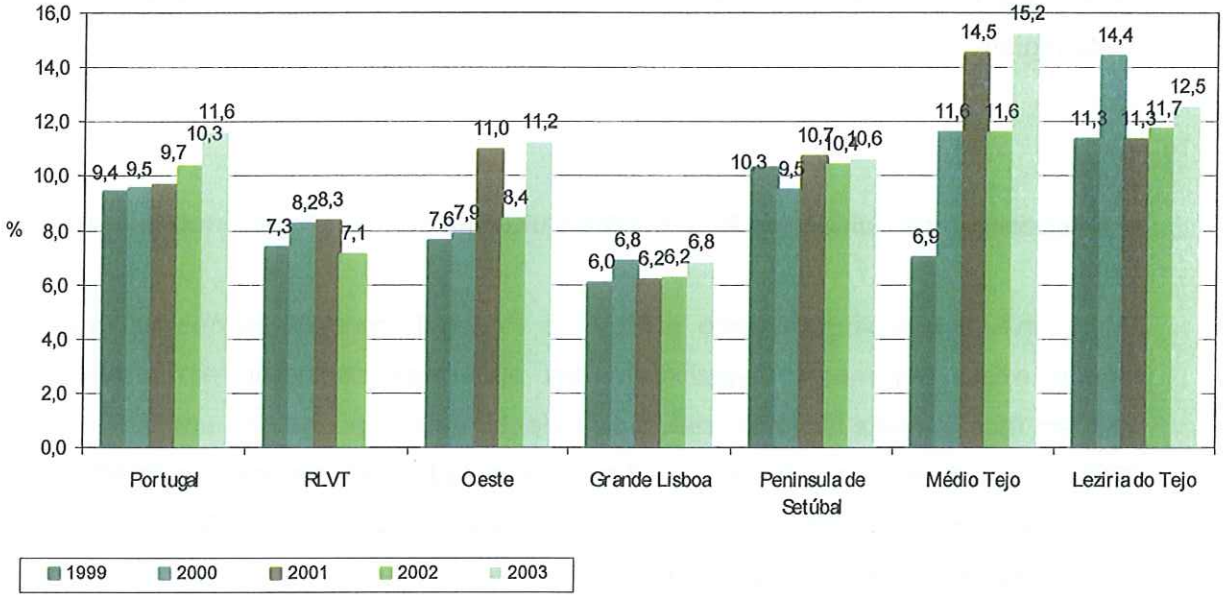
[15] Dado que o indicador é apresentado já calculado e já estão a ser produzidos dados em função das novas NUT's, não é possível deduzir o valor para toda a região para o ano de 2003.

totais), ao contrário da Grande Lisboa[16] que é a sub-região onde é menor a percentagem de investimento autárquico nessas actividades. Após uma diminuição acentuada do indicador nas sub-regiões do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, de 2001 para 2002, o ano de 2003 volta a revelar a boa capacidade de investimento destas sub-regiões na dimensão cultural.

De 2001 e 2002, constatou-se que, de um modo geral, apesar de se verificam disparidades entre as autarquias de cada sub-região, a tendência foi de redução da despesa autárquica em actividades culturais. No entanto, de 2002 para 2003, esse investimento volta a ser retomado, razão pela qual evolui positivamente o indicador em todas as sub-regiões.

Gráfico 98

% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas

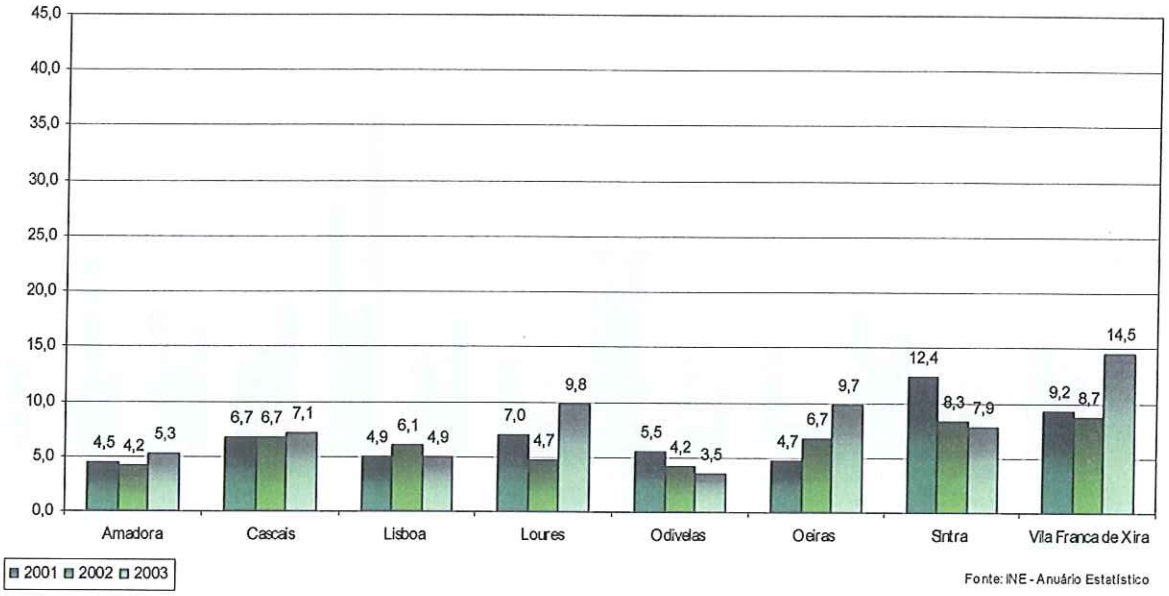


Fonte: INE - Anuários Estatísticos 1998-2002

[16] Para o último ano em análise – 2003 – o indicador é apresentado já calculado. Daí que inclua o concelho de Mafra que ainda tem vindo a ser tratado como incluído na sub-região do Oeste.

Gráfico 99

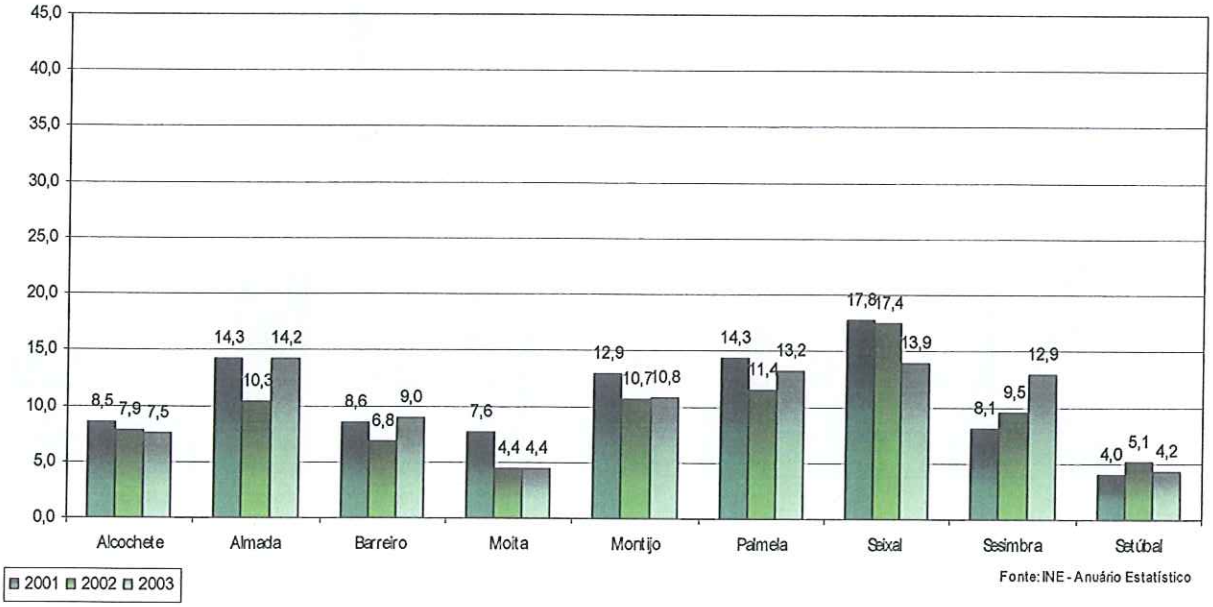
% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2003 (**concelhos da Grande Lisboa**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 100

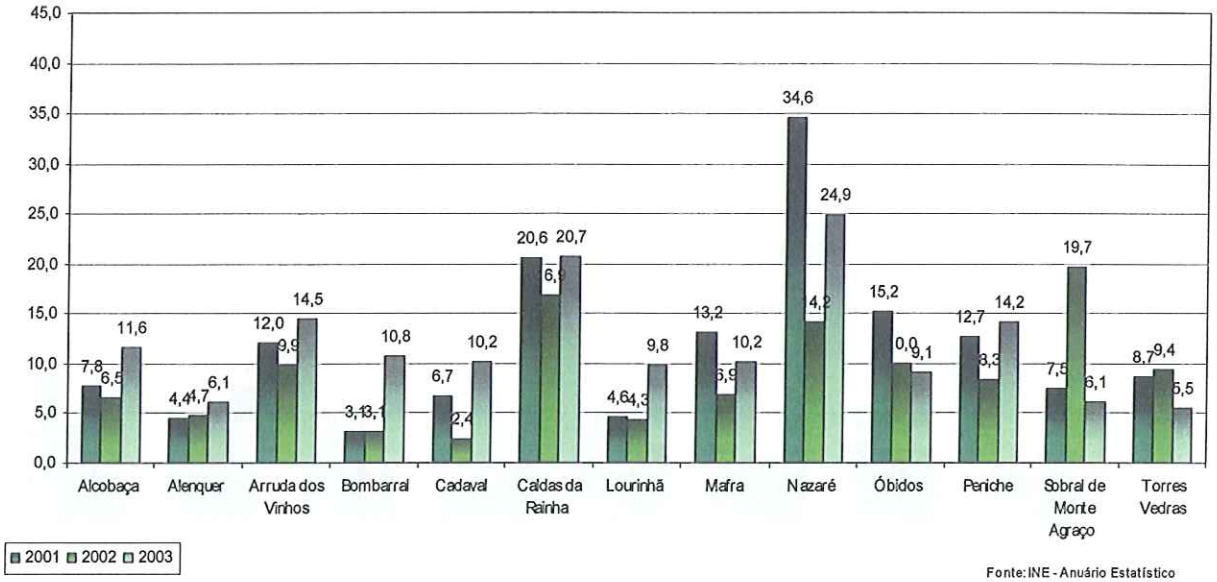
% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2003 (**concelhos da Península de Setúbal**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 101

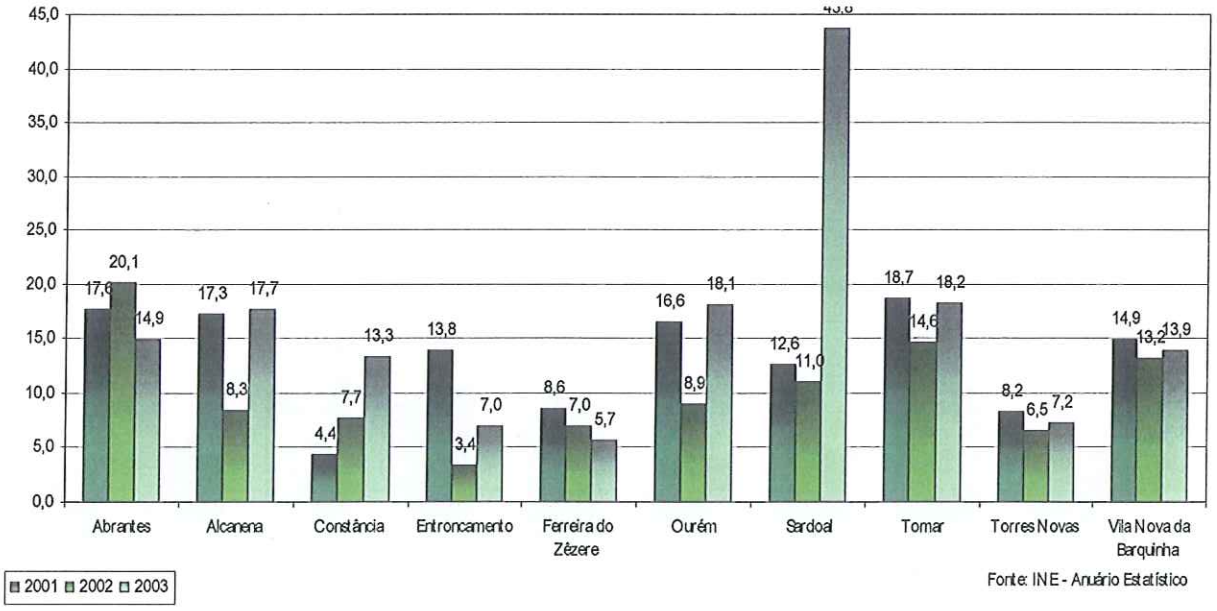
% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2003 (**concelhos do Oeste**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 102

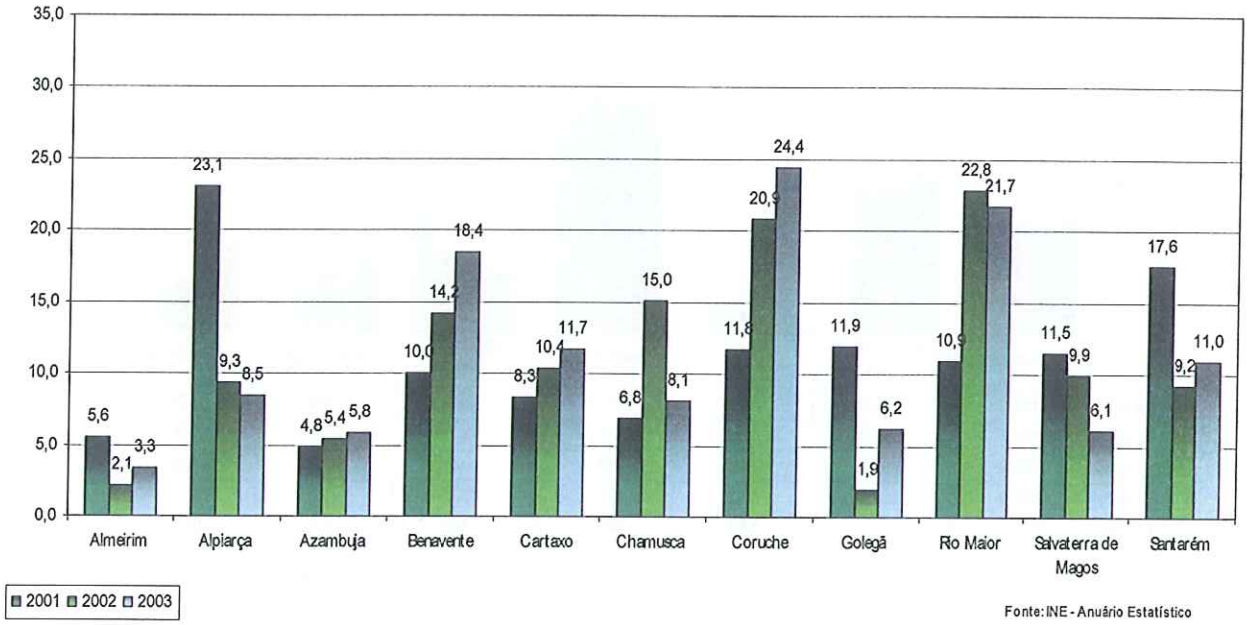
% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2003 (**concelhos do Médio Tejo**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 103

% de despesas em actividades culturais face ao total das despesas autárquicas, 2001 a 2003 (**concelhos da Lezíria do Tejo**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

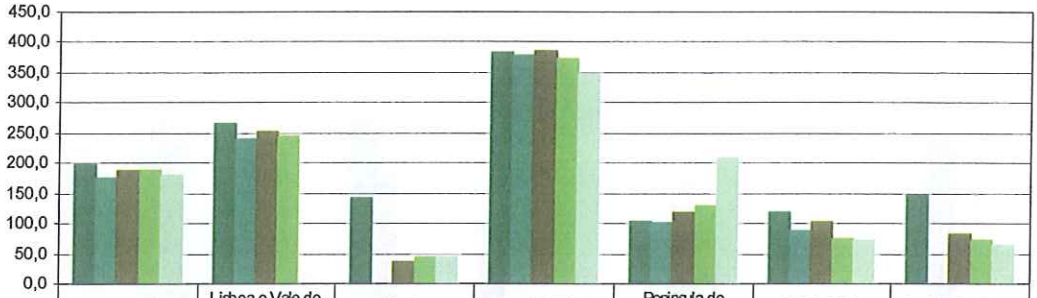
Analisando o indicador referente aos espectadores de cinema na RLVT[17] para o período em análise (1999 a 2002), constata-se que comparativamente com a média nacional, a região regista valores mais elevados, o que poderá estar relacionado com a elevada capacidade de polarização, atractividade e diversidade na fixação de equipamentos nesta região.

Ao nível das sub-regiões, em termos médios, é a Grande Lisboa que assinala uma maior percentagem de espectadores de cinema por relação à população total (aproximadamente 350) sendo a que mais contribui para o elevado número de espectadores de cinema na RLVT. No entanto, o Oeste e a Lezíria do Tejo surgem como as sub-regiões onde o número de espectadores de cinema é residual, assumindo valores inferiores a 75%. De 2002 para 2003, o indicador aumentou apenas para a sub-região da Península de Setúbal.

[17] Dado que o indicador é apresentado já calculado e já estão a ser produzidos dados em função das novas NUT's, não é possível deduzir o valor para toda a região para o ano de 2003.

Gráfico 104

Espectadores de cinema face à população total %)



	Portugal	Lisboa e Vale do Tejo	Oeste	Grande Lisboa	Peninsula de Setúbal	Médio Tejo	Leziria do Tejo
1999	197,3	264,5	142,5	382,3	102,3	119,4	146,8
2000	174,7	238,0	0,0	379,2	99,7	87,1	0,0
2001	188,5	251,6	35,8	386,2	118,8	102,5	82,9
2002	187,2	243,8	44,7	371,6	128,7	75,5	73,1
2003	179,3		43,8	347,2	209,0	72,3	64,5

Fonte: INE- Anuário Estatístico (1995 a 2002)

A evolução da qualidade de vida é medida neste relatório pela análise de alguns indicadores de saúde e pelas taxas de criminalidade. A situação de crise económico-social não deixa de se reflectir nestes indicadores sendo o indicador mais grave a evolução dos casos de Sida e a evolução negativa dos médicos por 1.000 habitantes. A instabilidade manifestada pelas tendências da taxa de mortalidade infantil é também preocupante embora se note alguma melhoria.

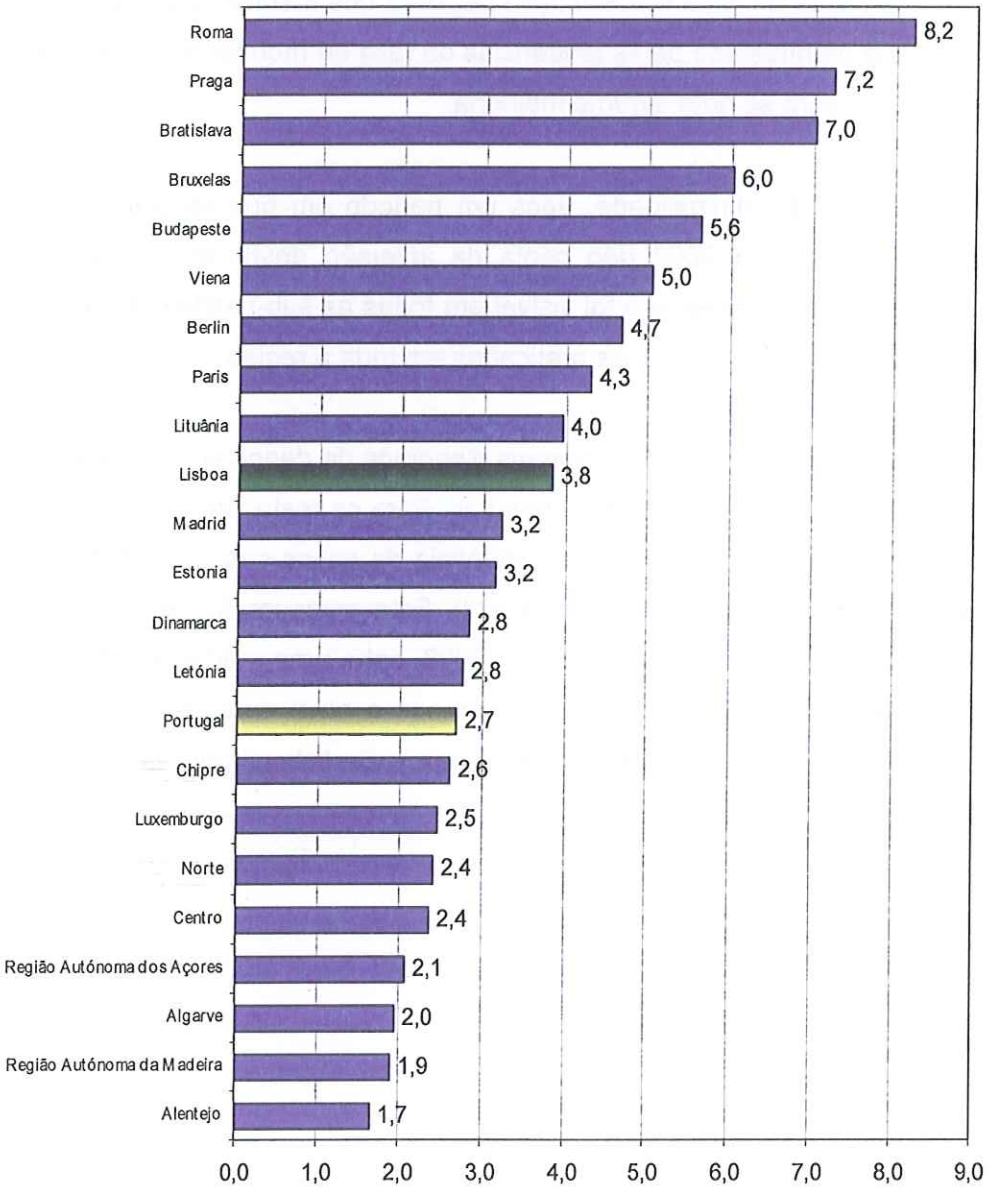
No que se refere à Criminalidade, após um período em que parecia estabilizar, as informações relativas a 2002 dão conta da inversão desta tendência. A variação positiva do fenómeno nesse ano foi visível em todas as sub-regiões. A Grande Lisboa concentra mais de 60% dos crimes praticados em toda a região.

Ao nível da comparação europeia, apenas dispomos de dados actualizados referentes ao indicador de médicos por 1.000 habitantes. Para os restantes casos, ou não existe informação (caso da criminalidade ou incidência de novos casos de SIDA) ou essa é desactualizada (caso da mortalidade infantil). Esta comparação permite-nos situar a região de Lisboa a um nível mediano. Em 2003, tinha uma média de 3,8 médicos por 1.000 habitantes, quando a melhor performance a nível europeu se registava para Roma com um valor de 8,2, seguido de Praga e Bratislava com valores de 7,2 e 7 respectivamente[18].

[18] De referir que o valor do indicador para Bruxelas se reporta a 2004, pois era o ano em que havia informação. Optou-se pela análise do indicador segundo o ano de 2003, pelo facto de, em 2004, a informação escassear na grande parte das regiões europeias capitais. Salienta-se ainda o facto de haver um ligeiro desfasamento entre o indicador calculado a nível europeu e a nível nacional para a nova NUT Lisboa (a nível europeu é apresentado um valor de 3,8 quando ao nível nacional se apresenta o valor de 4,9). Tal diferença poderá dever-se a procedimentos de cálculo diferenciados.

Gráfico 105

Médico por 1000 habitantes nas **regiões capitais europeias** e **regiões portuguesas** (2003)



Fonte: Eurostat

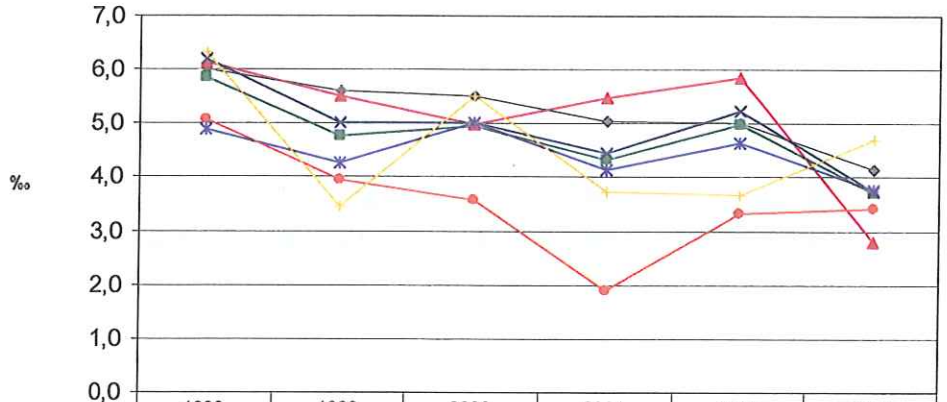
a) Taxas de Mortalidade Infantil com sinais de instabilidade mas acompanhando o movimento nacional de redução

A taxa de mortalidade infantil, em Portugal e na Região de LVT, tem um decréscimo no período em análise (1998 a 2003). No entanto, são de realçar as oscilações ocorridas ao nível da RLVT que derivam das diferenças registadas ao nível intra-regional, enquanto que ao nível nacional tem vindo a existir uma diminuição significativa deste indicador.

Ao nível sub-regional, a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, apesar das flutuações neste período, revelam uma diminuição no último ano em análise, assumindo o valor de aproximadamente 3,7‰, assim como a sub-região do Oeste que, ao assumir o valor de 2,8‰ no último ano em análise, apresenta uma diminuição ainda mais significativa. O Médio Tejo, apesar de se verificar uma diminuição deste indicador até ao ano de 2001, nos anos posteriores regista um aumento gradual.

Gráfico 106

Taxa de mortalidade infantil (%)

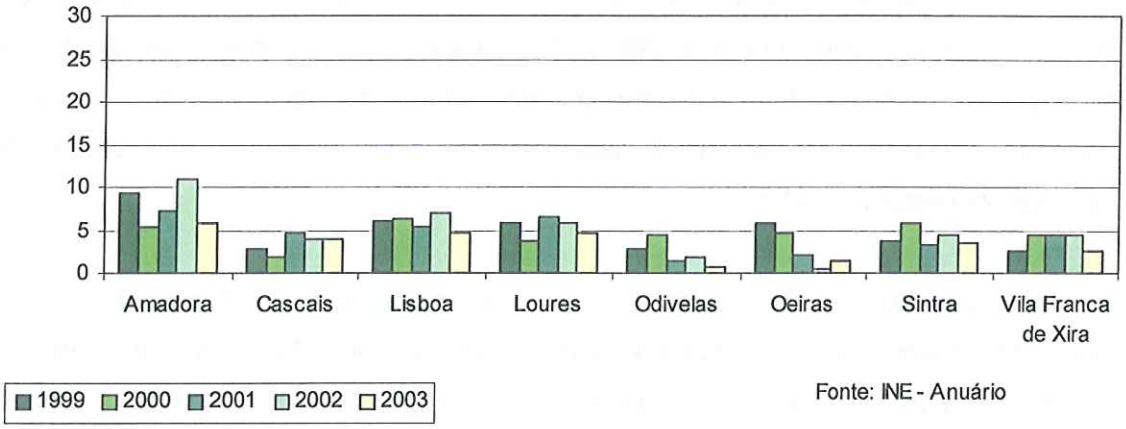


	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Portugal	6,0	5,6	5,5	5,0	5,0	4,1
Lisboa e Vale do Tejo	5,9	4,7	5,0	4,3	5,0	3,7
Oeste	6,1	5,5	5,0	5,5	5,8	2,8
Grande Lisboa	6,2	5,0	5,0	4,4	5,2	3,7
Península de Setúbal	4,9	4,3	5,0	4,1	4,6	3,8
Médio Tejo	5,1	4,0	3,6	1,9	3,3	3,4
Lezíria do Tejo	6,3	3,5	5,5	3,7	3,7	4,7

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 107

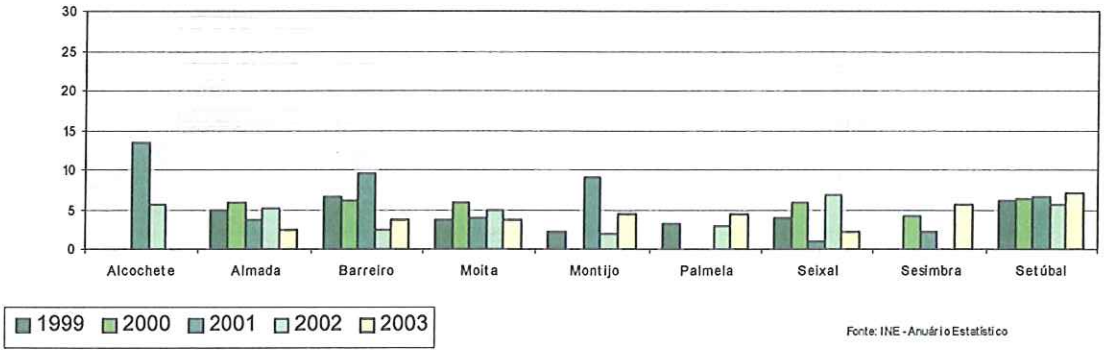
Taxa de mortalidade infantil por 1000 Nados Vivos (**Grande Lisboa**)



Fonte: INE - Anuário

Gráfico 108

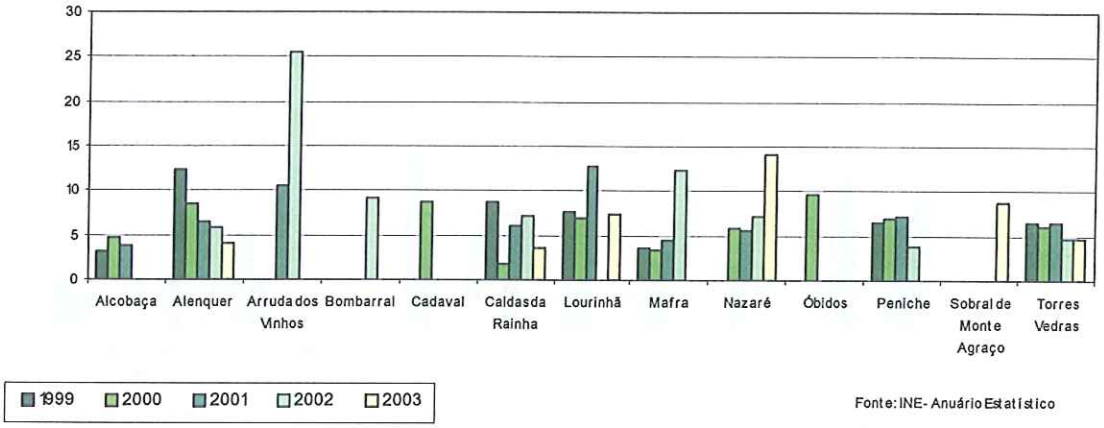
Taxa de mortalidade infantil por 1000 Nados Vivos (**Península de Setúbal**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 109

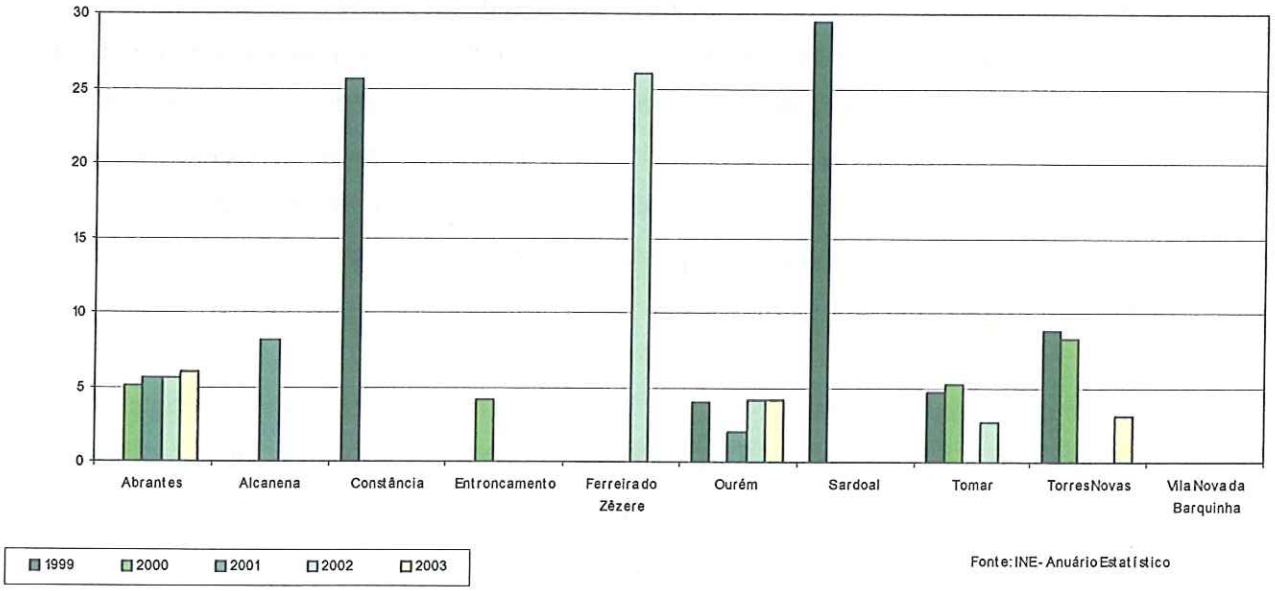
Taxa de mortalidade infantil por 1000 Nados Vivos (**Oeste**)



Fonte: INE- Anuário Estatístico

Gráfico 110

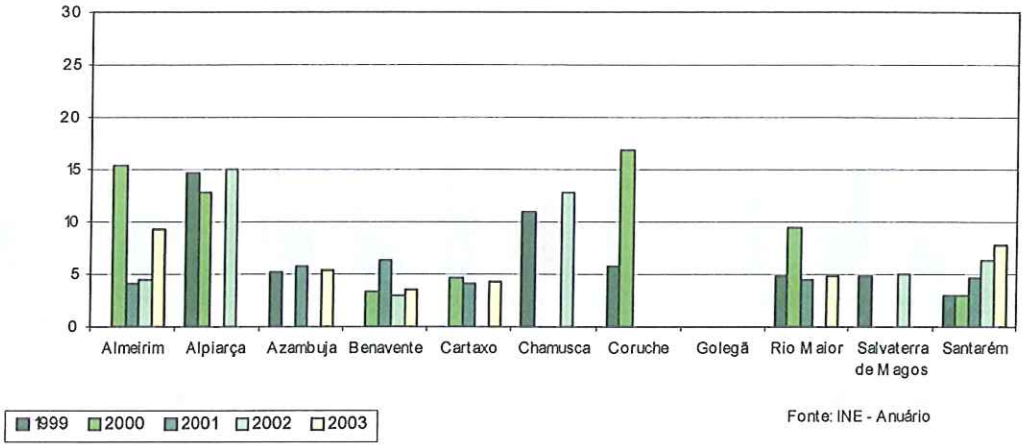
Taxa de mortalidade infantil por 1000 Nados Vivos (**Médio Tejo**)



Fonte: INE- Anuário Estatístico

Gráfico 111

Taxa de mortalidade infantil por 1000 Nados Vivos (**Lezíria do Tejo**)



Fonte: INE - Anuário

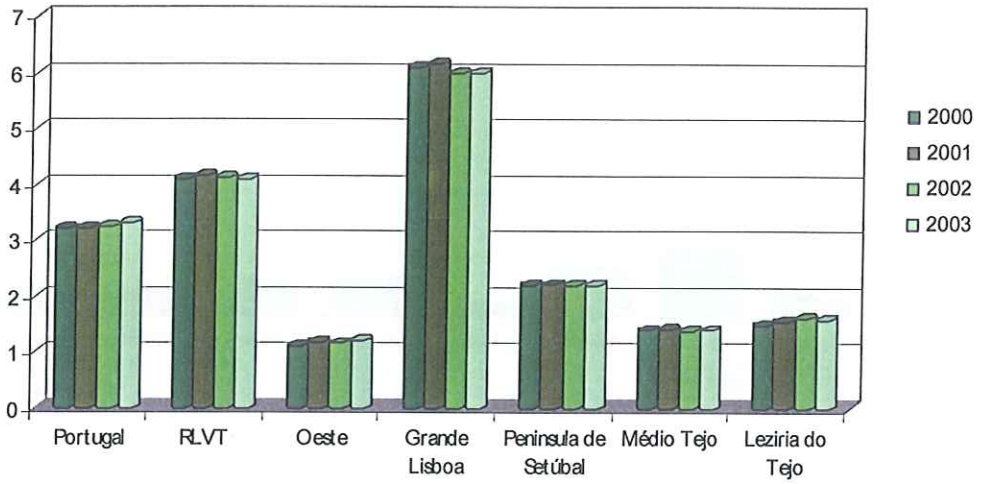
b) Médicos por 1000 habitantes

Tanto a RLVT como Portugal, têm revelado uma estabilização no período de 2000 a 2003 relativamente ao rácio de médicos por 1000 habitantes. No entanto, quando comparamos estes dois níveis, constata-se que o indicador é mais elevado na RLVT, devido à influência que a Grande Lisboa têm no cálculo deste indicador. Em média, a região mantém uma média de 4,1 médicos por 1.000 habitantes. O factor explicativo desta análise refere-se à concentração de um maior número de unidades hospitalares na Grande Lisboa, o que faz com que o número de médicos seja mais significativo nesta sub-região.

Analisando o indicador nas sub-regiões, o Oeste é a que assinala valores mais baixos com cerca de 1 médico por 1000 habitantes, enquanto que a Grande Lisboa apresenta cerca de 6 médicos por 1000 habitantes. Relativamente à Península de Setúbal, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, verifica-se que estas apresentam valores mais baixos comparativamente com a Grande Lisboa e com Portugal.

Gráfico 112

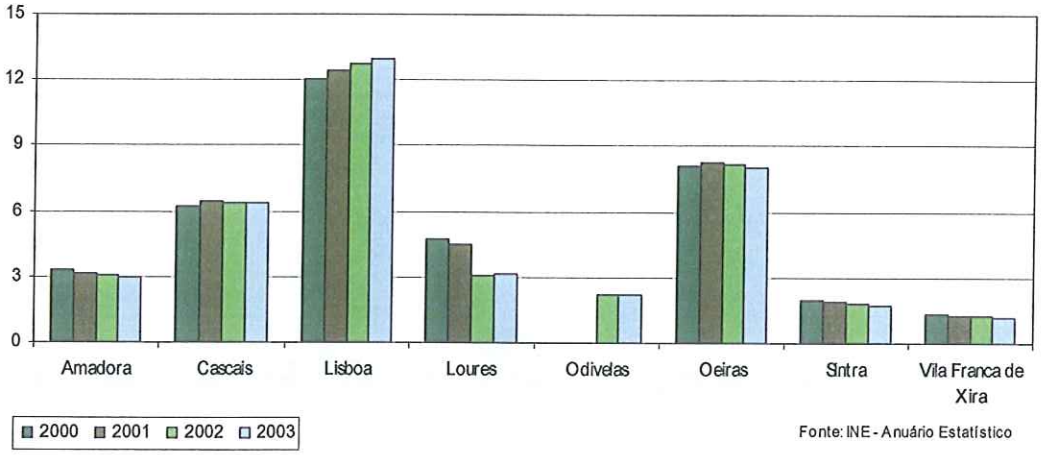
Número de médicos por 1000 habitantes, 2000 a 2003



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 113

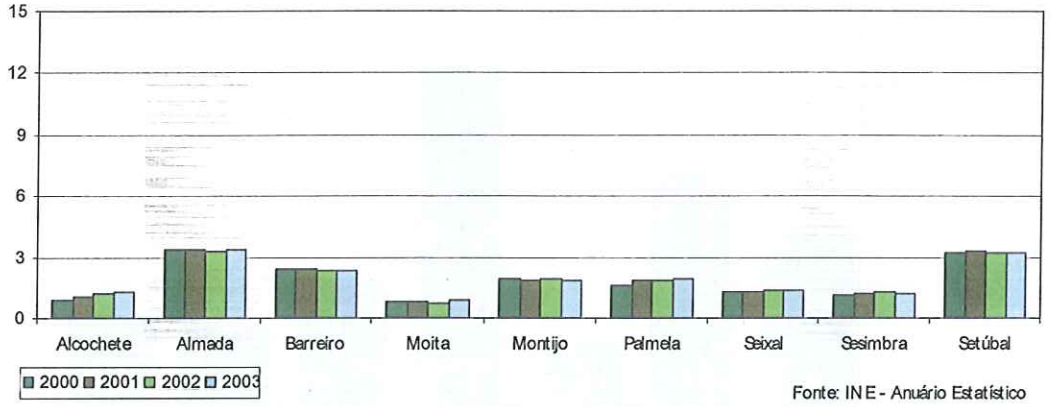
Número de médicos por 1000 habitantes (**Grande Lisboa**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 114

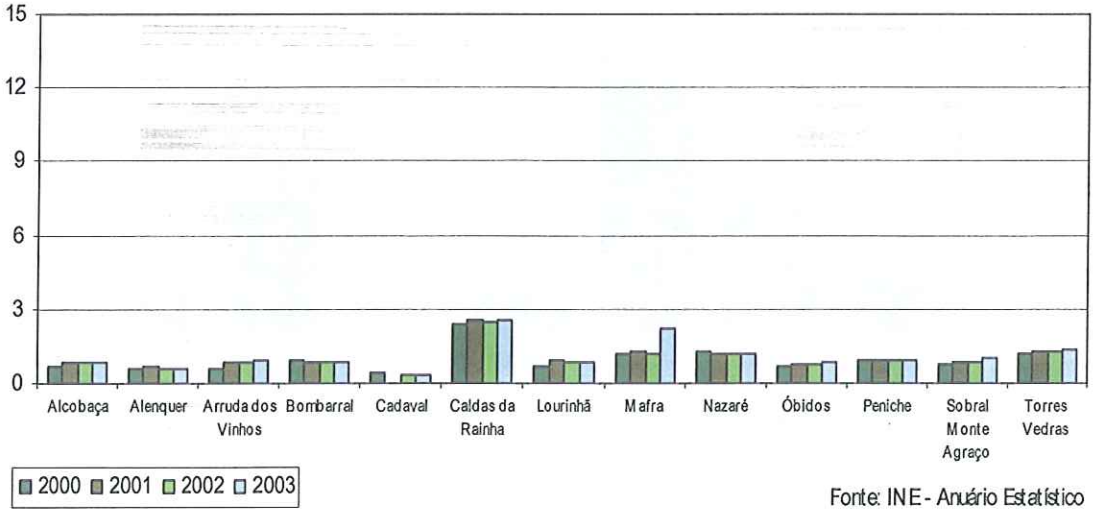
Número de médicos por 1000 habitantes (**Península de Setúbal**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 115

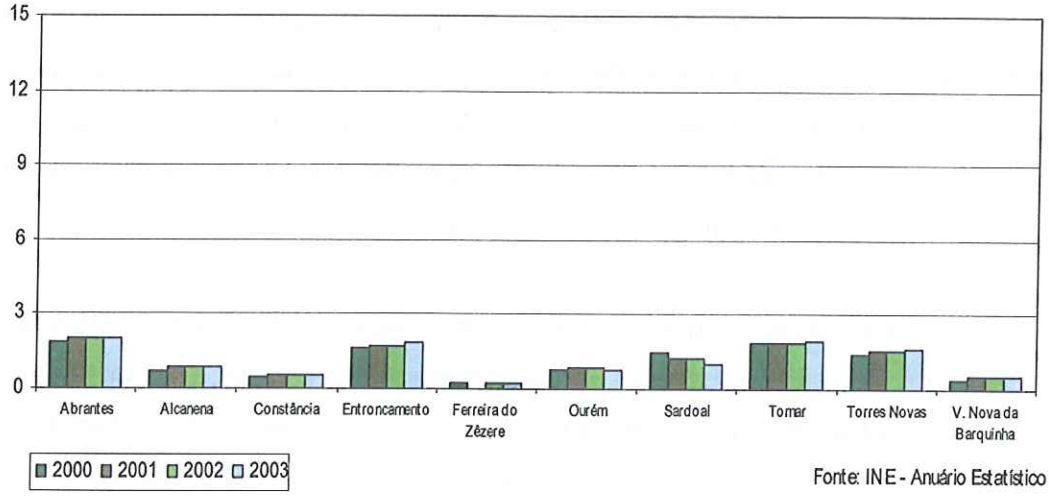
Número de médicos por 1000 habitantes (**Oeste**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 116

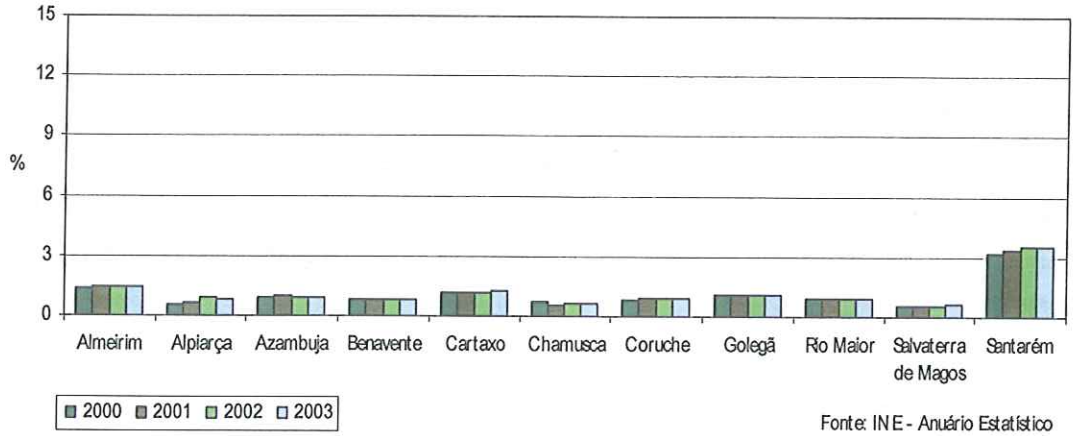
Número de médicos por 1000 habitantes (**Médio Tejo**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

Gráfico 117

Número de médicos por 1000 habitantes (**Lezíria do Tejo**)



Fonte: INE - Anuário Estatístico

c) Casos de SIDA uma forte concentração territorial, na área metropolitana de Lisboa e mais particularmente nalguns concelhos

A análise da incidência do SIDA mostra a sua forte incidência territorial com uma clara marcação de alguns territórios urbanos (embora não só) o que permitiria aproximar as políticas de combate aos fenómenos nalgumas manchas localizadas na região. Para precisar a importância do fenómeno quanto aos casos registados importa ter em consideração que o somatório dos casos de SIDA até 2001 para a região é de 4073, sendo de destacar as sub-regiões da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, que contribuem significativamente para este valor.

A Grande Lisboa regista mais de metade dos casos - 2838 casos de SIDA até 2001 – apesar da diversidade entre os vários concelhos. No entanto, é de destacar a capital que contribui significativamente, com 1633 casos de SIDA, contrariamente a Odivelas e Vila Franca de Xira, que apenas revelam 68 e 79 casos respectivamente.

Também na Península de Setúbal, se revelam grandes assimetrias entre os vários concelhos, apresentando 955 casos de SIDA até 2001. Neste sentido, os concelhos de Alcochete e Moita são os que apresentam menos casos de SIDA acumulados até 2001, sendo que opostamente se encontra o concelho de Almada apresentando cerca de 480 casos.

Dos 130 casos de SIDA verificados até 2001 no Oeste, os concelhos de Torres Vedras e Peniche, são os que mais contribuem para o número de casos de SIDA no Oeste, seguidos das Caldas da Rainha e de Mafra. Opostamente encontram-se Arruda dos Vinhos, Cadaval, Alenquer e Bombarral, onde apenas se registaram 3 ou menos casos de SIDA até ao ano de 2001.

No Médio Tejo, até 2001, registavam-se 29 casos de SIDA, que se distribuem uniformemente pelos vários concelhos, sendo de destacar Tomar com 9 casos de SIDA, bem como Constância, Ferreira do Zêzere e Sardoal com apenas um caso de SIDA. Na Lezíria do Tejo, registam-se 121 casos de SIDA, sendo de salientar a pouca dispersão e significância destes valores, sendo que o concelho que revela mais casos

de SIDA é a Azambuja com 13, enquanto que a Golegã e a Chamusca apenas apresentam 1 e 2 casos de SIDA.

Gráfico 118
Distribuição dos Casos de SIDA, em 2001

	2001	2001
RLVT	4073	

Oeste	130
Alcobaça	12
Alenquer	2
Arruda dos Vinhos	1
Bombarral	3
Cadaval	2
Caldas da Rainha	19
Lourinhã	7
Mafra	19
Nazaré	6
Óbidos	4
Peniche	27
Sobral Monte Agraço	0
Torres Vedras	28

Grande Lisboa	2838
Amadora	182
Cascais	242
Lisboa	1633
Loures	234
Odivelas	68
Oeiras	201
Sintra	199
Vila Franca de Xira	79

Península de Setúbal	955
Alcochete	7
Almada	460
Barreiro	87
Moita	7
Montijo	31
Palmela	27
Seixal	136
Sesimbra	24
Setúbal	176

Médio Tejo	29
Abrantes	4
Alcanena	3
Constância	1
Entroncamento	4
Ferreira do Zêzere	1
Ourém	2
Sardoal	1
Tomar	9
Torres Novas	2
V. Nova da Barquinha	2

Lezíria do Tejo	121
Almeirim	8
Alpiarça	8
Azambuja	13
Benavente	7
Cartaxo	11
Chamusca	2
Coruche	6
Golegã	1
Rio Maior	7
Salvaterra de Magos	6

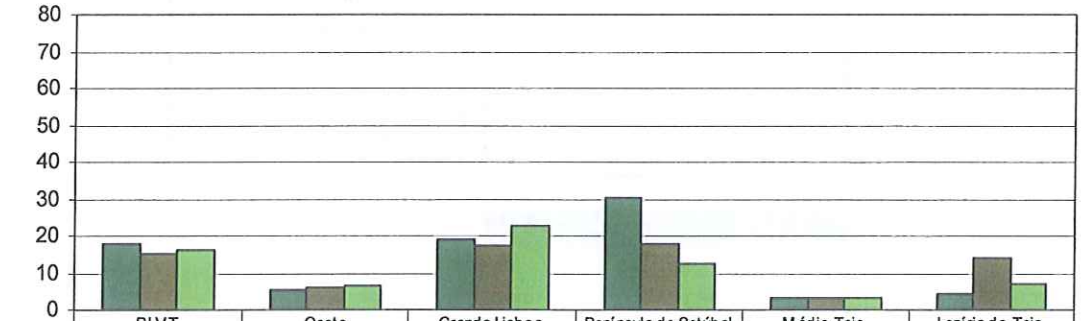
Fonte: Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis (CVEDT)

Se considerarmos como fonte o EUROSTAT, o indicador sobre a incidência da SIDA é calculado a partir do número de novos casos de SIDA no total da população. Assim, optou-se pela utilização desse indicador, tendo como referência o ano de 2001, a partir do qual procedemos ao cálculo do indicador. Pese embora não existirem dados actualizados, serve-nos de referência a informação sobre a evolução do indicador na Europa a 25: o indicador tem vindo a diminuir acentuadamente, sendo que, em 2000 o valor no indicador era de 21,4 pessoas com SIDA por cada 100.000 habitantes.

A percentagem de novos casos de SIDA no período compreendido entre 2002 a 2004, ao nível da RLVT reflecte algumas flutuações. Por um lado, encontra-se a Grande Lisboa que apresenta valores de aproximadamente 22 casos por 100.000 habitantes, contrastando com a região do Oeste e do Médio Tejo que apresentam valores entre 3 e 5. Interessa ainda realçar que a Península de Setúbal tem demonstrado melhorias significativas, na medida em que passou de 30,4 novos casos de SIDA em 2002 para 12,4 casos por 100.000 habitantes em 2003. Na Lezíria do Tejo verifica-se um aumento significativo em 2003, apesar de em 2004 se registar um decréscimo para o valor de 6,9.

Gráfico 119

% de novos casos de SIDA na população (2002 a 2004)

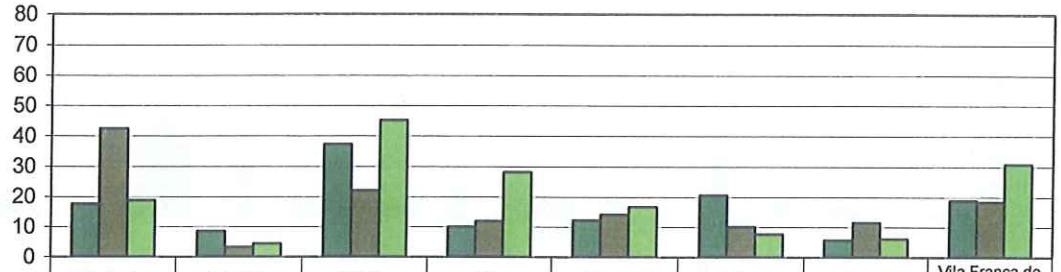


	RLVT	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
2002	17,88303364	5,441894175	19,15587153	30,4354029	3,062251192	4,505463899
2003	14,89020785	5,844222256	17,12110883	18,06858836	3,049072646	13,8536323
2004	16,22710149	6,240309519	22,61050951	12,41558394	3,03592804	6,886801243

Fonte: CVEDT

Gráfico 120

% de novos casos de SIDA na população, nos **concelhos da sub-região da Grande Lisboa** (2002 a 2004)

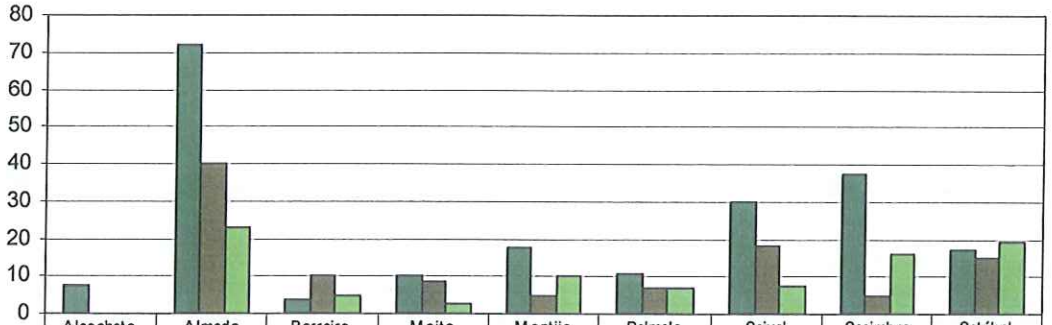


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
2002	17,54952078	8,517790826	37,28859187	10,02214895	12,30662314	20,5497667	5,677727051	18,7580601
2003	42,45202921	3,352236221	22,03613927	12,01724475	14,16611183	10,17379231	11,52905321	18,37306509
2004	18,72457288	4,409073874	45,13820033	28,10807555	16,66724539	7,71627838	6,105274469	30,77523569

Fonte: CVEDT

Gráfico 121

% de novos casos de SIDA na população, nos **concelhos da sub-região da Península de Setúbal** (2002 a 2004)

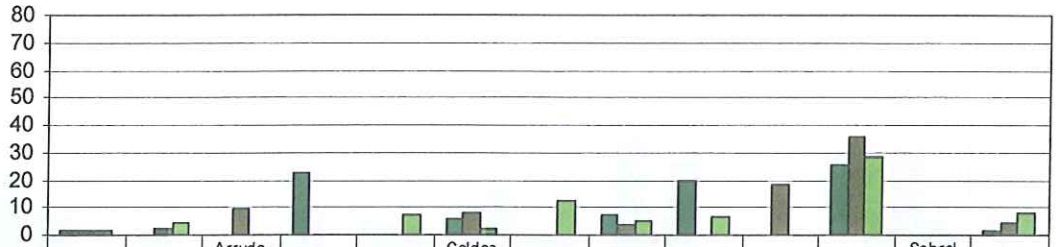


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
2002	7,257947452	72,03379484	3,794970399	10,16806356	17,53287414	10,76406954	29,81287663	37,38783649	17,08467163
2003	0	40,03785397	10,12056119	8,620318 09	4,975248141	7,015820676	17,97591228	4,753303546	15,16479073
2004	0	22,97974759	5,06380393	2,847948053	9,884841595	6,87025523	7,285310992	15,89247605	19,14799737

Fonte: CVEDT

Gráfico 122

% de novos casos de SIDA na população, nos **concelhos da sub-região do Oeste** (2002 a 2004)



	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral Monte Agraço	Torres Vedras
2002	1,77945	0	0	22,1926	0	5,97693	0	6,95084	19,9627	0	25,2361	0	1,34942
2003	1,76807	2,38436	9,16506	0	0	7,86674	0	3,34459	0	17,9986	35,7833	0	4,00861
2004	1,75883	4,65853	0	0	6,95169	1,94541	12,1946	4,83801	6,70961	0	28,4051	0	7,94765

Fonte: CVEDT

Gráfico 123

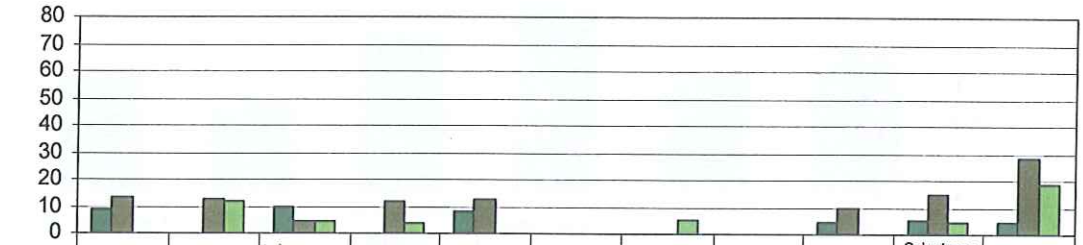
% de novos casos de SIDA na população, nos **concelhos da sub-região do Médio Tejo** (2002 a 2004)

	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	V. Nova da Barquinha
2002	2,38811673	6,82174773	0	15,69612 31	0	0	0	2,32023945	2,69730809	0
2003	2,40615977	0	0	0	0	2,05769785	0	9,29065824	0	12,841916
2004	2,41978416	6,77369098	0	0	10,7009096	0	0	4,65300235	5,3828556	0

Fonte: CVEDT

Gráfico 124

% de novos casos de SIDA na população, nos **concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo** (2002 a 2004)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
2002	8,9674035	0	9,4393053	0	8,3455039	0	0	0	4,6667911	4,872582	4,6905049
2003	13,37256	12,259409	4,687793	11,920846	12,392086	0	0	0	9,2919532	14,478066	28,116214
2004	0	12,198097	4,6494328	3,8704184	0	0	4,8475447	0	0	4,7828582	18,713742

Fonte: CVEDT

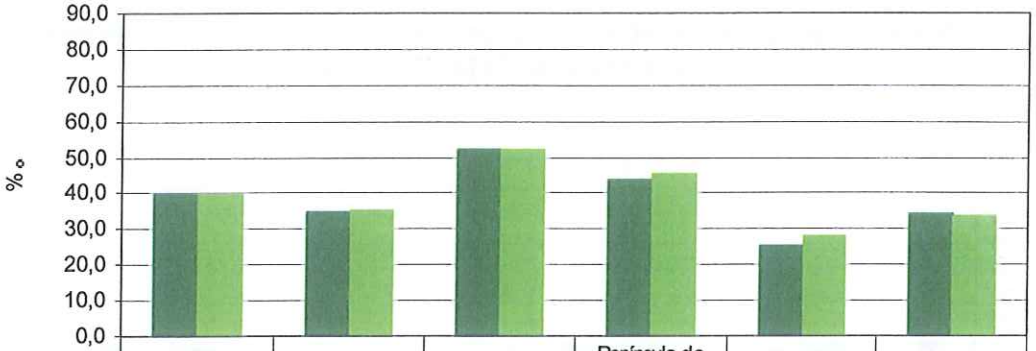
d) Criminalidade com forte concentração na Grande Lisboa

No que concerne a este indicador salienta-se a concentração da criminalidade em duas das sub-regiões: a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, que ultrapassam significativamente os valores médios nacionais. Em 2004, a Grande Lisboa apresentava uma taxa de criminalidade de 52‰, quando na Península de Setúbal era de 45,2‰ - no entanto, face ao ano anterior em análise, a primeira sub-região denota uma diminuição ligeira quando a segunda aumenta o valor do indicador em cerca de 2 pontos. O Médio Tejo apresenta-se como a sub-região em que o índice é mais baixo, se bem que no período em análise também tenha registado um aumento. A acompanhar a tendência de ligeiro decréscimo registado para a Grande Lisboa, encontra-se a sub-região da Lezíria do Tejo.

Ao nível concelhio, as realidades são igualmente distintas e, nalguns casos preocupantes. A taxa de criminalidade na região varia entre 89,4‰ - valor da taxa no concelho de Lisboa – e 19,2‰ - registado em Coruche.

Gráfico 125

Taxa de criminalidade (2003 e 2004)

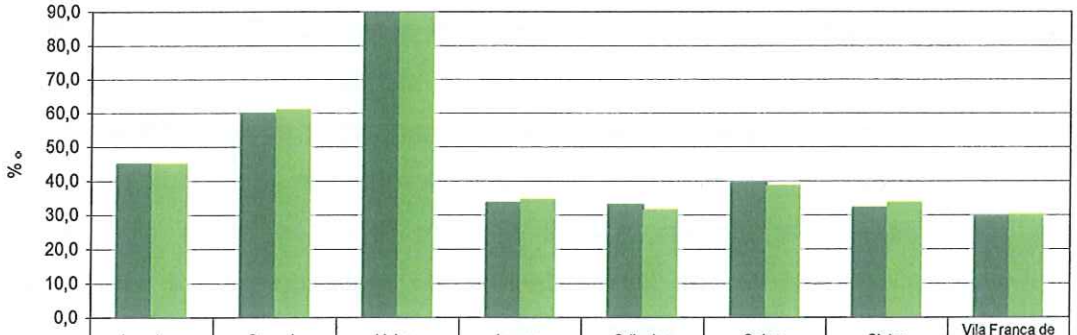


	Portugal	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
2003	39,8	34,4	52,1	43,4	25,0	33,9
2004	39,5	35,3	52,0	45,2	27,9	33,3

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 126

Taxa de criminalidade, nos **concelhos da sub-região da Grande Lisboa** (2003 e 2004)

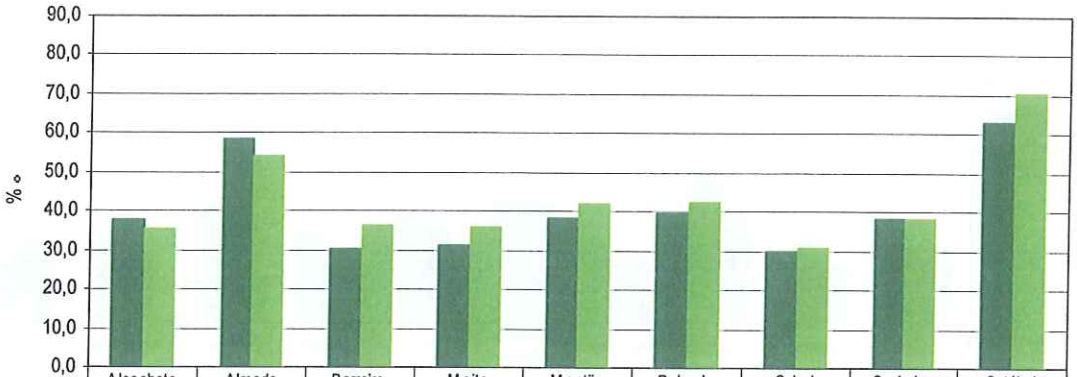


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
2003	45,1	60,1	89,3	33,7	32,9	39,3	32,2	29,7
2004	45,0	60,9	89,4	34,3	31,5	38,3	33,3	29,9

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 127

Taxa de criminalidade, nos **concelhos da sub-região da Península de Setúbal** (2003 e 2004)

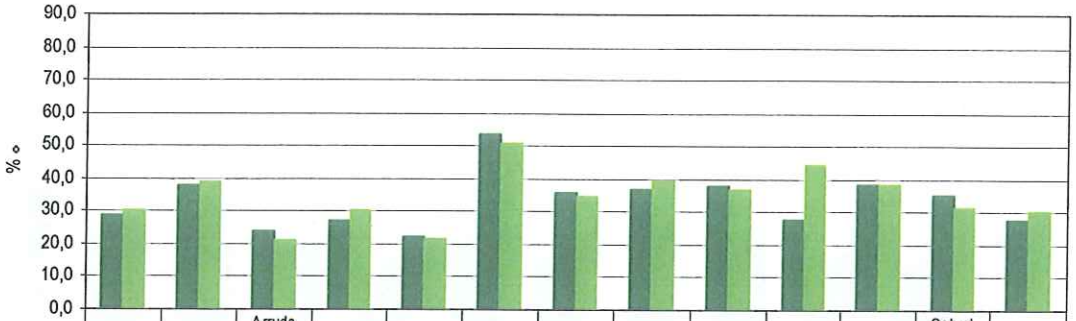


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
2003	37,7	58,2	30,3	31,4	38,4	39,5	30,0	38,0	63,0
2004	35,5	53,9	36,3	35,7	42,1	42,5	31,0	38,2	70,4

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 128

Taxa de criminalidade, nos **concelhos da sub-região do Oeste** (2003 e 2004)

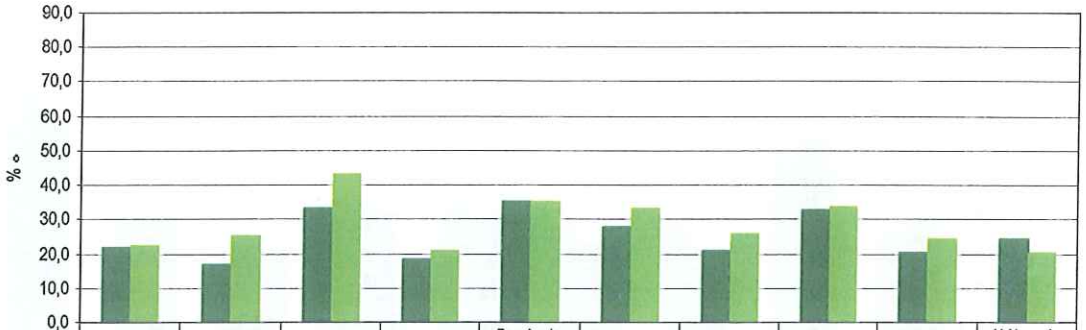


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral Monte Agraço	Torres Vedras
2003	28,8	38,0	23,6	26,9	22,2	53,1	35,5	36,6	37,7	27,4	38,4	35,2	27,7
2004	30,2	39,0	20,8	30,0	21,5	50,9	34,5	39,1	36,6	44,4	38,5	31,1	29,9

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 129

Taxa de criminalidade, nos **concelhos da sub-região do Médio Tejo** (2003 e 2004)

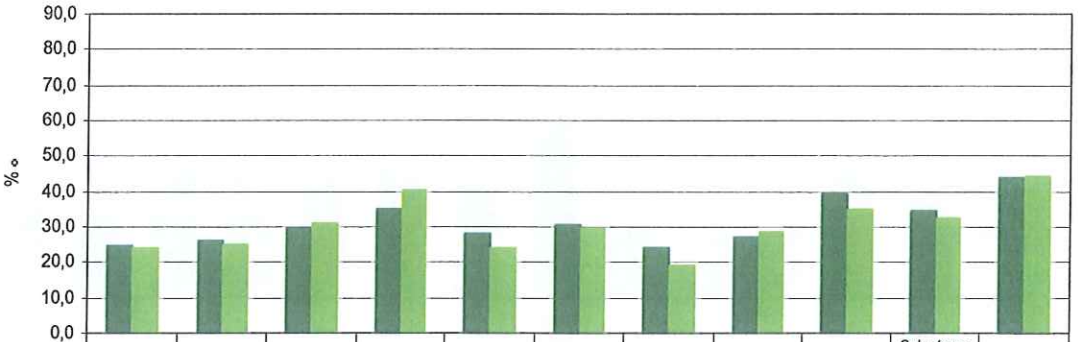


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	V. Nova da Barquinha
2003	21,6	16,6	33,2	18,5	35,2	27,6	20,6	32,8	20,1	24,0
2004	22,5	25,2	43,2	20,5	35,2	33,0	25,8	33,5	24,1	20,4

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 130

Taxa de criminalidade, nos **concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo** (2003 e 2004)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
2003	24,7	26,0	29,6	34,8	27,8	30,3	24,1	26,9	39,3	34,5	43,9
2004	24,3	25,1	30,8	40,2	24,2	29,7	19,2	28,4	34,9	32,5	44,4

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

a) Poder de compra em declínio e com forte polarização regional

Na análise das remunerações dos trabalhadores ao serviço das empresas já foi possível identificar o conjunto de disparidades existentes ao nível regional. A AML continua a distanciar-se das restantes sub-regiões a este nível, pese embora, também ao nível interno se tenha concluído pela existência de diferenças significativas na remuneração dos trabalhadores.

No que se refere ao poder de compra, a crise económica do país está assinalada nos indicadores na região de Lisboa, desde 1998, ano em que começa a declinar. Na região de Lisboa, a crise começa a ser visível nos indicadores antes ainda do país que acusa o decréscimo apenas depois de 2002. No entanto, como é de esperar, a região mantém índices de poder de compra superiores aos registados no país, que de 2002 para 2004 também registou um ligeiro decréscimo no indicador.

Da análise do poder de compra ao nível regional é visível a forte polarização social ao nível das várias sub-regiões. De facto, o poder de compra da Grande Lisboa é 46% superior ao da Lezíria do Tejo, em 2004, aumentando ainda a polarização existente em 1998 (43%) que nem os sinais da crise fazem diminuir.

No contexto da Região, é a sub-região da Grande Lisboa que mais influencia a evolução do indicador dado que em termos relativos é a única sub-região que mantém ao longo do período analisado uma evolução negativa: manifestando entre 2000 e 2002 um decréscimo do poder de compra e demonstrando uma ligeira recuperação entre 2002 e 2004. É esta também a sub-região com o índice de poder de compra *per capita* mais elevado, duplicando os valores das sub-regiões mais frágeis neste domínio, a saber: Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

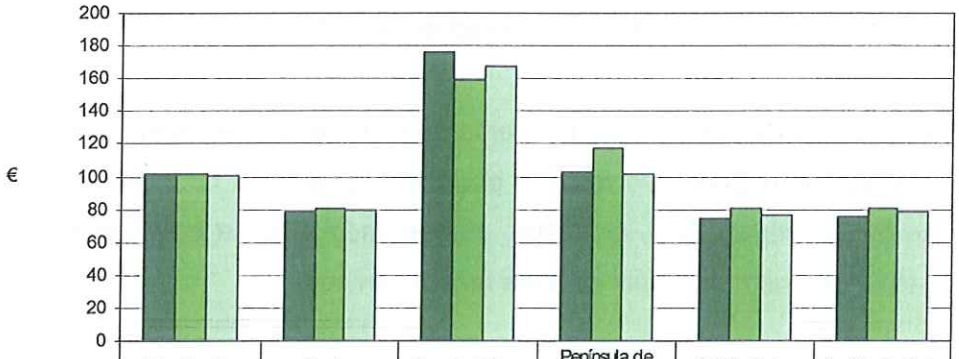
A sub-região da Península de Setúbal, se bem que seja a segunda sub-região com valores mais elevados no poder de compra, distancia-se bastante dos valores registados para a Grande Lisboa. É de sublinhar o facto da sub-região ter elevado os valores do indicador de 2000 para 2002, data a partir da qual sofre um decréscimo que

a coloca, em 2004, a níveis inferiores aos de 1998 (101,52 e 102,49, respectivamente).

De todas as restantes sub-regiões é o Médio Tejo que mantém valores neste indicador mais baixos (76,6 em 2004) o que significa ter níveis de poder de compra inferiores às médias nacionais (média =100). De ressalvar que, de 2000 para 2002, havia-se notado um crescendo no índice, sendo que nessa altura todas estas sub-regiões ultrapassavam a "barreira" dos 80 em termos de poder de compra. De 2002 para 2004, todas sofrem um ligeiro decréscimo voltando para valores próximos dos registados em 1998.

Gráfico 131[19]

Poder de Compra per capita



	Continente	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
2000	101,65	78,13	176,31	102,49	73,9	75,69
2002	101,32	80,61	158,99	117,35	81,07	81
2004	101,04	79,17	167,10	101,52	76,58	78,35

Fonte: INE- O Poder de Compra Concelhio 2000, 2002 e 2004

b) Rendimentos de Pensões em crescimento lento mas sem flutuações

É conhecida a fragilidade económica dos nossos pensionistas e essa realidade confirma-se no contexto regional havendo, no entanto, a registar um aumento

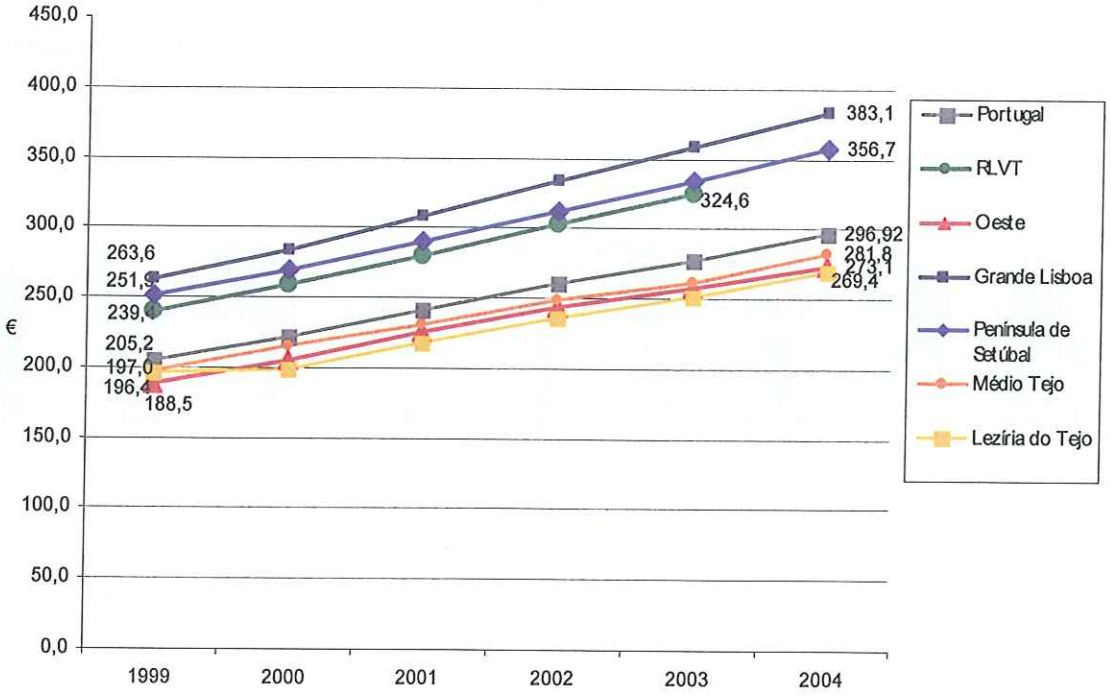
[19] Nota: Colocam-se as datas das publicações e não da origem dos dados que é muito variável.

progressivo do montante das pensões entre 1999 e 2003[20] tendo subido nesse período de 4 anos um pouco mais de 1/3 (35%).

Apesar do aumento contínuo das remunerações médias mensais dos pensionistas existe uma diferenciação regional na remuneração dos pensionistas. Em média, um pensionista da Grande Lisboa ganha mais 100 euros mensais do que um pensionista da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e Oeste. No entanto, a realidade nacional aproxima-se bem mais destas três sub-regiões, que mantêm os valores mais baixos no indicador. De destacar, no entanto, que apenas na Grande Lisboa, um pensionista aufere em média um valor superior ao Salário Mínimo Nacional (o valor médio para a sub-região foi, em 2003, de 383,1 euros, quando o valor do SMN nessa data era de 365,6 euros). Sublinha-se ainda o facto de serem nas sub-regiões da Península de Setúbal e Médio Tejo onde se regista uma maior disparidade interna no indicador, ou seja, com uma amplitude de variação, entre o valor mais elevado e o valor mais baixo concelhios, maior.

Gráfico 132

Valor médio das pensões (1999 a 2004)

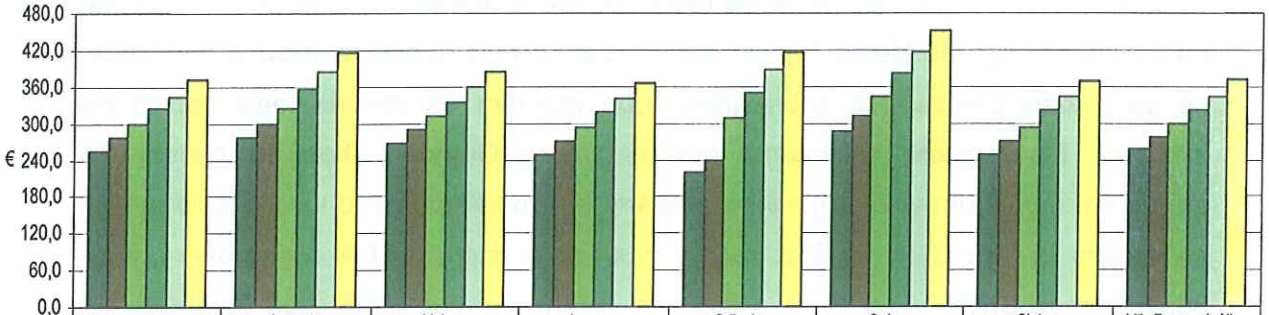


Fonte: Anuários INE 1999 a 2004

[20] Para o ano de 2004, não foi possível o cálculo para a região porque os dados já são apresentados em termos médios ao nível de cada sub-região e enquadrados os concelhos nas novas Nut's. O valor médio para esse ano para a Grande Lisboa, inclui o concelho de Mafra.

Gráfico 133

Valor médio das pensões, nos **concelhos da sub-região da Grande Lisboa** (1999 a 2004)

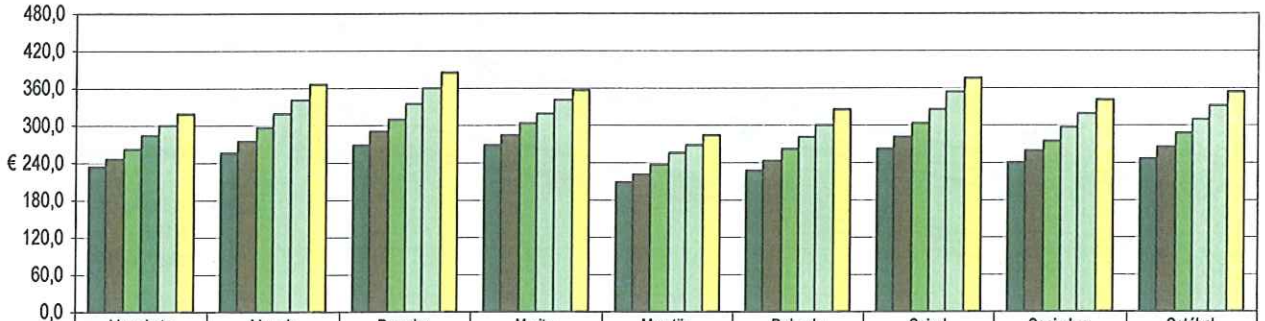


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
1999	255,2	277,5	268,6	248,2	218,2	285,8	248,1	257,0
2000	275,0	298,2	287,7	269,5	239,3	312,3	269,6	275,7
2001	298,3	324,4	310,5	292,9	309,9	343,2	293,3	298,3
2002	323,0	356,8	334,3	317,3	348,3	381,5	319,6	322,1
2003	344,9	385,9	357,9	338,7	387,1	415,2	341,9	344,7
2004	370,6	416,5	383,4	366,0	417,8	452,4	368,8	371,6

Fonte: INE - Anuários

Gráfico 134

Valor médio das pensões, nos **concelhos da sub-região da Península de Setúbal** (1999 a 2004)

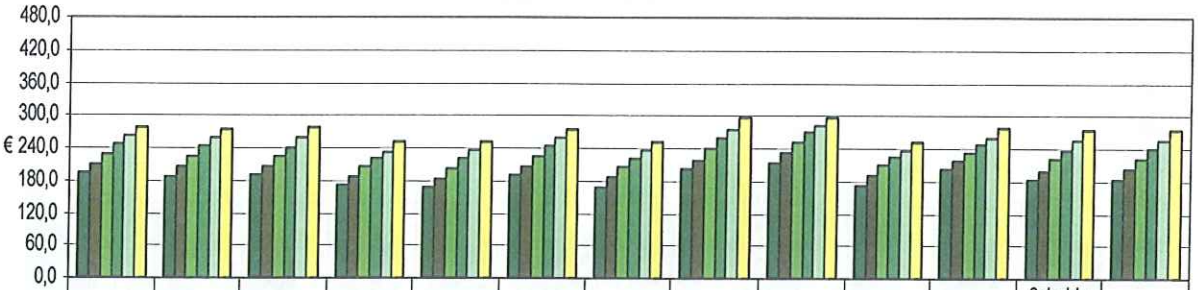


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
1999	233,0	256,4	270,0	267,2	207,6	226,0	262,4	241,1	245,6
2000	247,7	274,7	289,3	283,5	220,9	242,1	282,4	257,9	264,5
2001	263,6	296,9	310,7	301,9	238,0	260,7	303,3	274,9	287,2
2002	282,7	320,1	334,0	318,0	257,1	281,5	325,8	297,0	308,6
2003	298,6	341,5	360,0	339,6	267,6	301,6	352,9	318,4	330,9
2004	320,1	365,3	385,0	357,8	285,6	324,4	376,9	342,2	354,4

Fonte: INE - Anuários

Gráfico 135

Valor médio das pensões, nos **concelhos da sub-região do Oeste**(1999 a 2004)

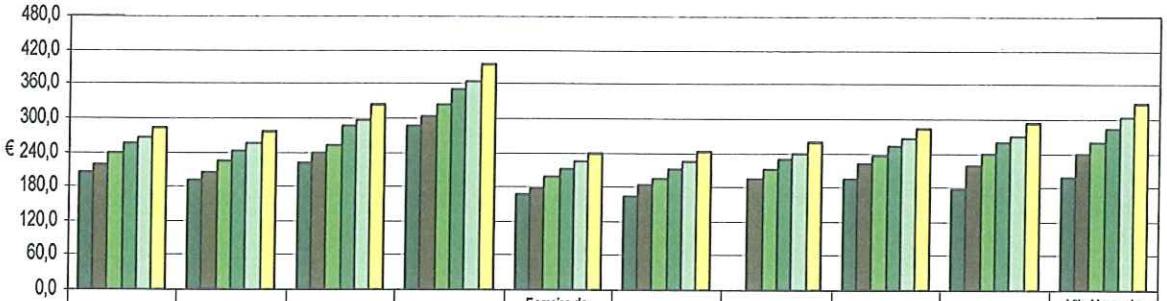


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
1999	193,0	188,1	189,8	170,6	166,6	190,0	169,0	200,0	213,6	171,7	200,3	182,5	181,7
2000	209,8	204,0	205,3	186,0	184,4	207,4	185,5	217,3	231,2	189,6	216,2	199,2	201,4
2001	230,2	224,8	225,3	204,8	203,7	226,4	204,3	238,1	250,4	207,6	232,6	220,7	222,3
2002	248,6	244,8	239,2	222,5	220,3	243,9	222,0	257,2	269,1	223,2	246,6	237,0	241,7
2003	263,4	257,8	258,2	232,9	235,4	258,1	235,2	274,6	280,3	237,0	259,5	254,5	256,2
2004	280,0	275,6	277,4	250,5	251,8	275,7	251,0	296,1	298,3	252,5	277,3	273,3	276,1

Fonte: INE - Anuários

Gráfico 136

Valor médio das pensões, nos **concelhos da sub-região do Médio Tejo**(1999 a 2004)

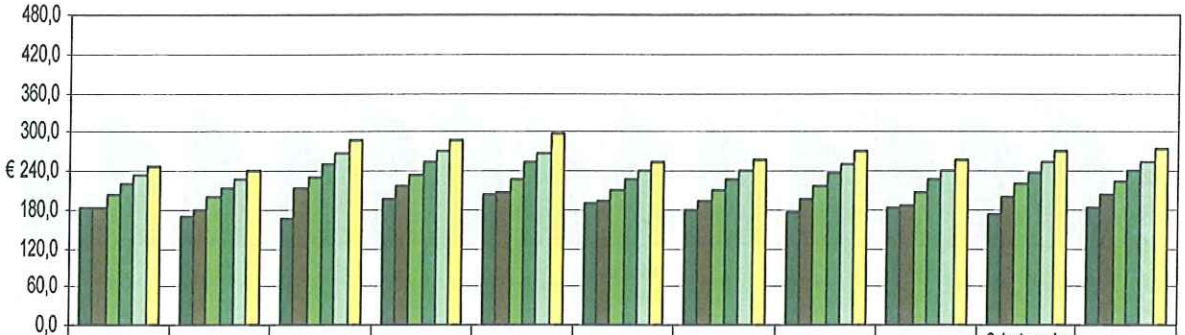


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
1999	204,4	189,5	220,6	287,0	165,5	162,9	0,0	194,9	178,1	196,4
2000	219,5	205,1	239,0	303,3	177,0	183,0	194,2	221,3	218,7	239,2
2001	236,6	224,8	253,5	323,0	197,1	194,6	211,1	234,2	239,4	257,2
2002	253,6	243,0	284,4	350,0	212,1	211,5	229,5	251,6	257,2	283,6
2003	265,8	256,5	296,6	365,8	224,5	223,1	239,6	264,4	270,0	302,7
2004	282,7	276,3	323,5	393,8	238,8	242,1	257,1	282,7	291,6	327,0

Fonte: INE - Anuários

Gráfico 137

Valor médio das pensões, nos **concelhos da sub-região da Lezíria do Tejo**(1999 a 2004)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
1999	183,0	170,2	164,8	196,4	201,8	187,8	178,5	175,4	183,2	172,1	182,9
2000	183,9	179,2	211,7	216,5	206,5	192,3	191,0	197,3	187,2	199,5	203,0
2001	202,6	198,3	230,6	233,1	226,7	208,9	210,1	217,5	207,2	218,6	221,8
2002	220,5	212,4	251,5	252,9	253,1	227,4	225,9	236,8	226,6	238,2	238,4
2003	231,9	227,0	268,3	269,2	268,5	238,6	239,8	250,4	240,7	252,1	254,9
2004	248,2	241,4	287,8	288,7	297,2	252,9	255,3	269,1	258,0	268,8	273,9

Fonte: INE - Anuários

a) Pensionistas: a sua relação directa com o envelhecimento

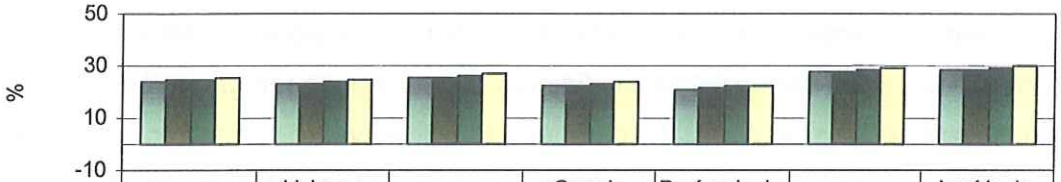
Em relatórios anteriores o indicador de números pensionistas estava incluído nas dimensões da coesão social na medida em que as baixas remunerações das pensões colocavam este grupo social como grupo vulnerável. O aumento sucessivo das pensões poderá vir a fazer rever a importância deste indicador. No entanto, mantemo-lo ainda neste relatório. Como é óbvio a representação dos pensionistas na população está directamente relacionada com o envelhecimento e assim, onde se registam valores de envelhecimento mais elevados tende a verificar-se uma maior representação de pensionistas no total da população.

Se bem que, em termos globais, a região apresente um valor nesse indicador ligeiramente inferior ao registado no país, o Vale do Tejo e Oeste superam os valores registados ao nível nacional. Assim, em 2003, os pensionistas da RLVT representavam 24,7% da população, sendo a Península de Setúbal a sub-região com menor valor no indicador (em muito justificado pela tendência de captação de população mais jovem e em idade activa para residência na sub-região). Em termos concelhios, Sardoal e Chamusca são os concelhos da região com valores mais elevados no indicador (47% no primeiro caso e 43,6% no segundo, em 2003). Odivelas é o concelho na região que mais se destaca com um valor muito baixo no indicador (5%, em 2003), ao que se segue o concelho de Sinta (14,5% no mesmo ano).

De referir que, em termos globais, se verifica uma tendência para aumento da percentagem de pensionistas na população, para todas as sub-regiões, pese embora existam concelhos que denotam tendência inversa ao longo do período em análise, a saber: Alenquer, Arruda dos Vinhos e Alcochete.

Gráfico 138

Pensionistas no conjunto da população (2000 a 2003)

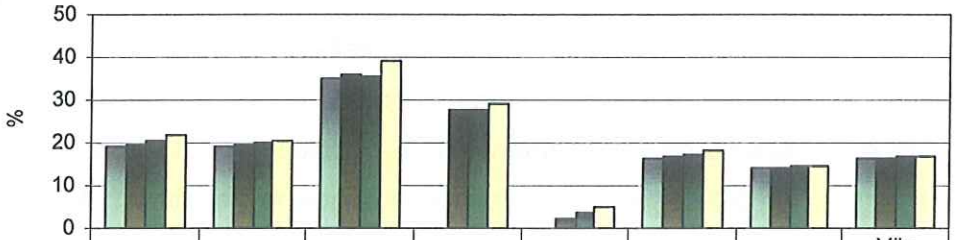


	Portugal	Lisboa e Vale do Tejo	Oeste	Grande Lisboa	Península de Setúbal	Médio Tejo	Lezíria do Tejo
2000	24,2	23,2	25,7	22,1	21,1	27,8	28,7
2001	24,46823631	23,39857094	25,70684674	22,48447971	21,29235092	27,97068961	28,80620322
2002	24,75815984	23,85529693	26,02291077	22,92646539	21,93036837	28,2248861	29,21497143
2003	25,43048311	24,66082013	26,73342067	23,81556583	22,38269806	29,47756318	30,28078053

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 139

Pensionistas no conjunto da população (**Grande Lisboa**)

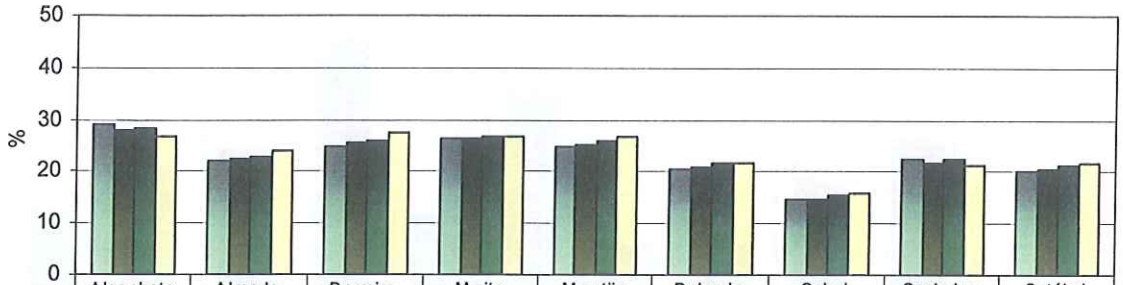


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Odivelas	Oeiras	Sintra	Vila Franca de
2000	19,1	19,2	34,8	0	0	16,5	14,1	16,4
2001	19,72438	19,43983	35,84546	27,79591	2,354101	16,88156	13,96591	16,41245
2002	20,29032	20,05706	35,64288	27,76486	3,857418	17,31638	14,7248	16,86465
2003	21,62054	20,50842	39,00286	28,919	5,038886	18,00223	14,46595	17,01575

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 140

Pensionistas no conjunto da população (**Península de Setúbal**)

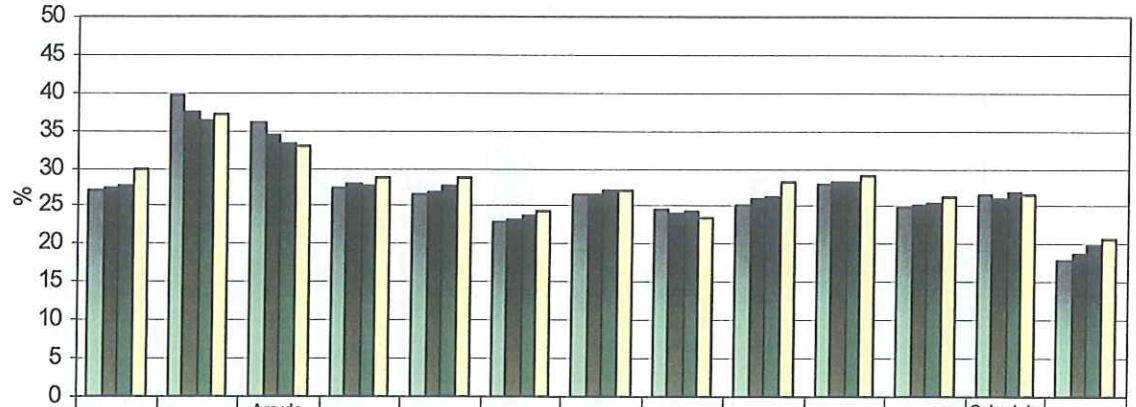


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
2000	29,1	22	24,7	26,2	24,8	20,6	14,6	22,4	20,2
2001	28,04360993	22,38938493	25,46750684	26,43402238	25,24921168	20,92204495	14,67646847	21,70200543	20,56487896
2002	28,26287471	22,96643578	25,85589348	26,567921	25,83231209	21,73864148	15,5850724	22,50113131	21,2064562
2003	26,84184847	23,96022907	27,46214278	26,92412683	26,78424836	21,70168873	15,71466648	21,29004658	21,89374537

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 141

Pensionistas no conjunto da população (**Oeste**)

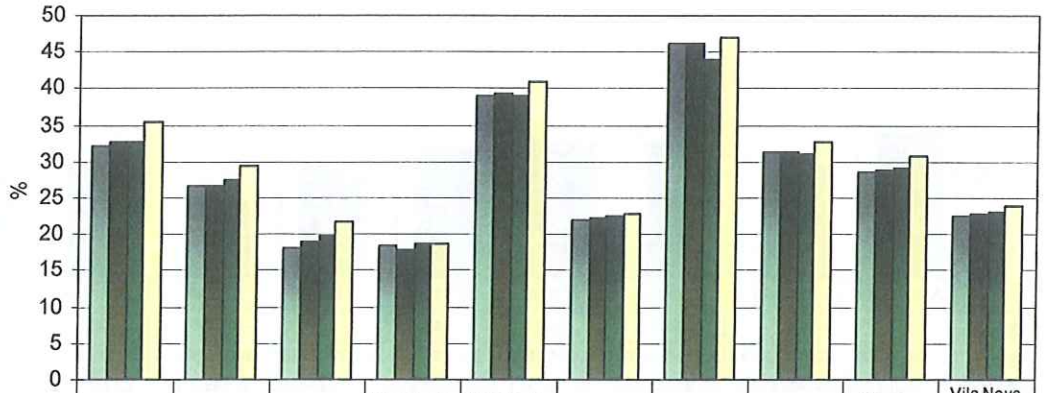


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
2000	27,2	39,7	36,1	27,3	26,4	22,8	26,5	24,5	25,2	27,8	24,8	26,6	17,8
2001	27,33122	37,52246	34,43096	27,827	26,83399	23,10778	26,62722	23,97335	25,92223	28,33149	25,08434	26,09656	18,66022
2002	27,68602	36,18683	33,25604	27,77486	27,59808	23,67742	26,97614	24,38831	26,28154	28,23908	25,36242	26,89593	19,80346
2003	29,86616	37,14592	32,90258	28,65004	28,66564	24,36329	27,02413	23,37369	28,15398	29,14867	26,26494	26,63527	20,65901

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 142

Pensionistas no conjunto da população (**Médio Tejo**)

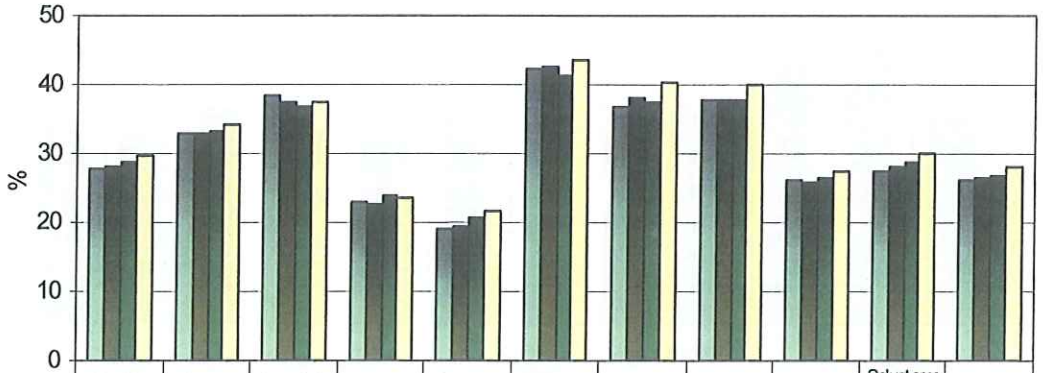


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
2000	32,2	26,6	18	18,3	39	22,1	46,2	31,2	28,5	22,4
2001	32,756646	26,771978	18,876878	17,872225	39,346545	22,124978	46,205027	31,273671	28,715674	22,813036
2002	32,657748	27,60274	19,711664	18,74209	38,908937	22,556065	44,054581	31,17632	29,15899	23,166886
2003	35,500481	29,274594	21,650844	18,61914	41,02263	22,865138	47,004723	32,663632	30,664331	23,885964

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 143

Pensionistas no conjunto da população (**Lezíria Tejo**)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
2000	27,7	32,9	38,5	23	19	42,3	36,7	37,9	26,1	27,5	26
2001	27,94406	32,85928	37,4928	22,57887	19,33322	42,51076	37,90822	37,78289	25,96431	28,09401	26,43187
2002	28,62413	33,07577	36,77416	23,86481	20,56095	41,3331	37,54453	37,79335	26,5135	28,8329	26,85682
2003	29,66925	34,11794	37,34765	23,5993	21,72333	43,61206	40,39468	40,053	27,56923	29,90203	28,02562

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

b) Beneficiários do RSI : consoante as flutuações das políticas sociais e com alguma diversidade regional

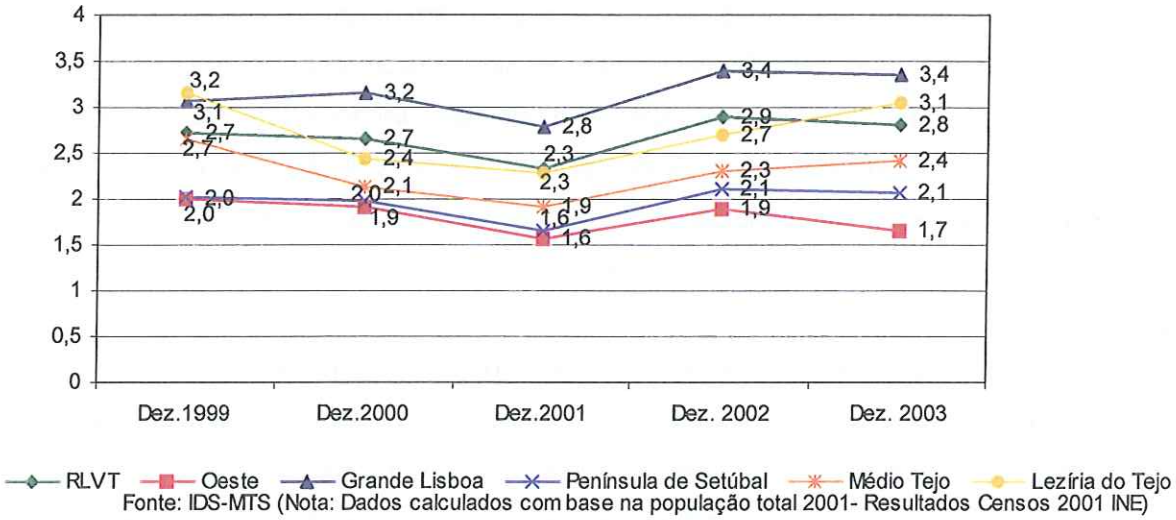
Após um período (1999 e 2001) marcado pela diminuição dos beneficiários do RSI face ao total da população verifica-se um ligeiro aumento de 2001 a 2002. Deve ressalvar-se, no entanto, que apesar deste ser um indicador de aproximação à problemática da pobreza no contexto nacional, a sua evolução pode depender mais do contexto político e das condições de operacionalização da medida do que de factores conjunturais ou estruturais de pobreza.

As regiões portuguesas vêem aumentar diferenciadamente a percentagem de população que recebe o rendimento mínimo: a região de Lisboa tem mantido estabilidade neste indicador que ronda cerca de 3% da população a receber este tipo de apoio, percentagem bastante inferior ao Norte e ao Algarve se apresentam com os valores mais elevados.

Apesar disso, para todas as regiões a diminuição percentual de população a receber o RSI entre 2000 e 2001, não se verifica no período subsequente 2002 a 2003. Curiosamente são as sub-regiões mais urbanas, mas também mais ruralizadas da região que manifestam maior valor: a Grande Lisboa e a Lezíria do Tejo ultrapassam o valor de 3% no indicador, por contraposição às sub-regiões Oeste e da Península de Setúbal com os valores mais baixos (1,7% e 2,1%, respectivamente, em 2003).

Gráfico 144

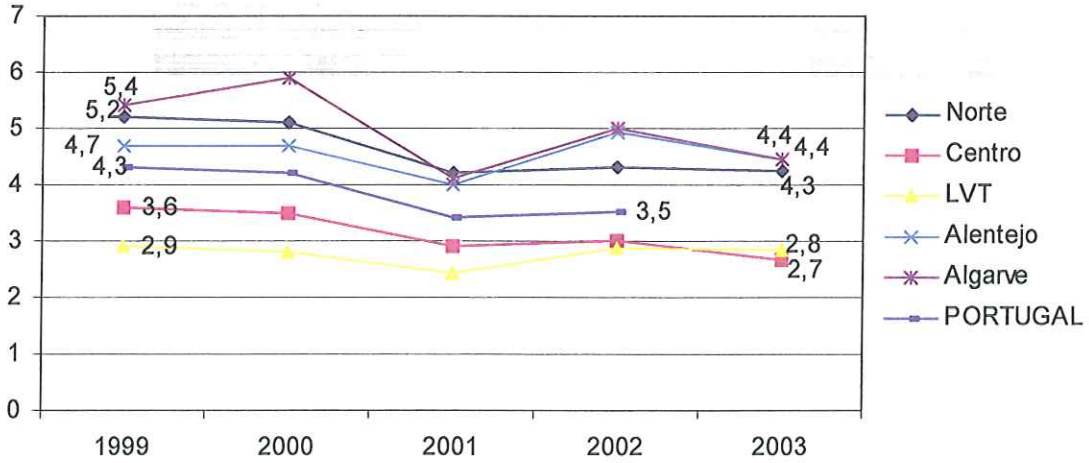
Beneficiários do RSI face à população total, por **sub-região**, 1999-2003 (%)



Fonte: IDS-MTS (Nota: Dados calculados com base na população total 2001- Resultados Censos 2001 INE)

Gráfico 145

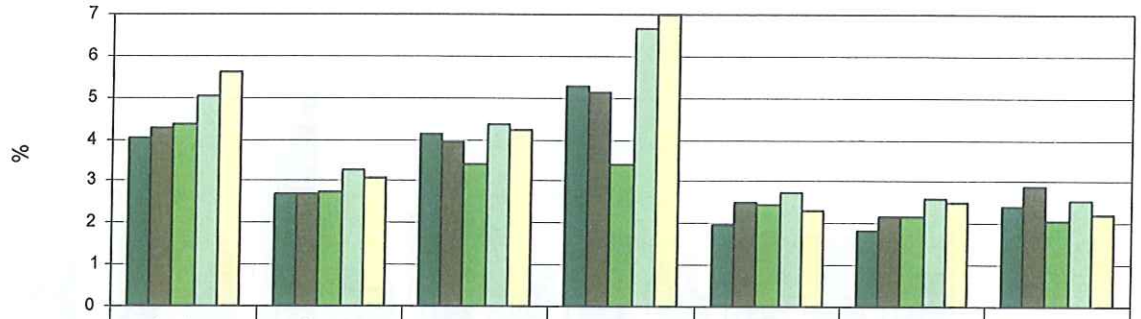
Beneficiários do RSI face à população total, por regiões 1999-2003 (%)



Fonte: IDS-MTS

Gráfico 146

Beneficiários do RSI no conjunto da população (**Grande Lisboa**)

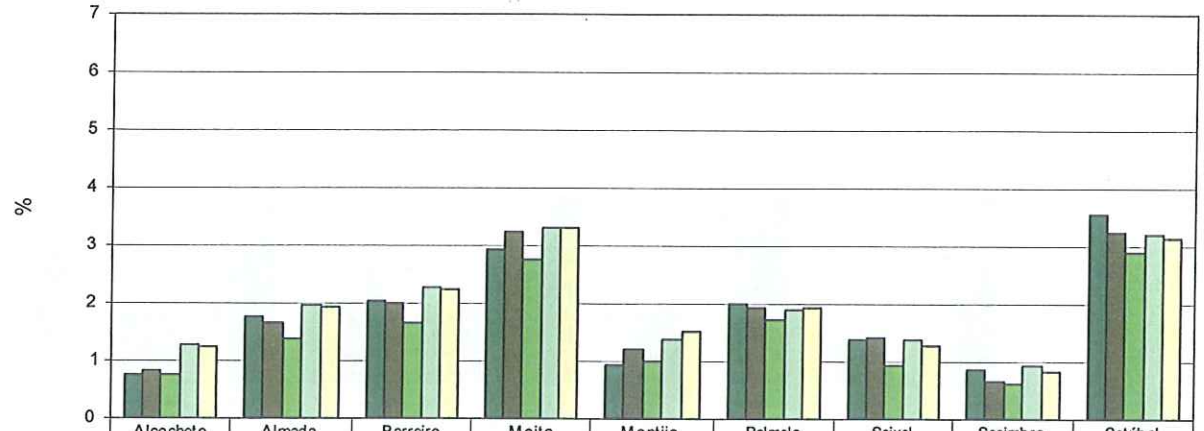


	Amadora	Cascais	Lisboa	Loures	Oeiras	Sintra	Vila Franca de Xira
Dez.1999	4,011440138	2,686852235	4,126575957	5,286319269	1,959611162	1,819706384	2,374947115
Dez.2000	4,271856805	2,661073452	3,907682009	5,129081035	2,499938319	2,167207346	2,866371595
Dez.2001	4,357146106	2,723762765	3,417118711	3,425583113	2,463546421	2,153736185	2,074722557
Dez. 2002	5,034070681	3,237397604	4,355728892	6,641918777	2,735768385	2,595455623	2,539368192
Dez. 2003	5,587364936	3,058890134	4,212249425	6,984239892	2,319814317	2,482818121	2,195195963

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 147

Beneficiários do RSI no conjunto da população (**Península de Setúbal**)

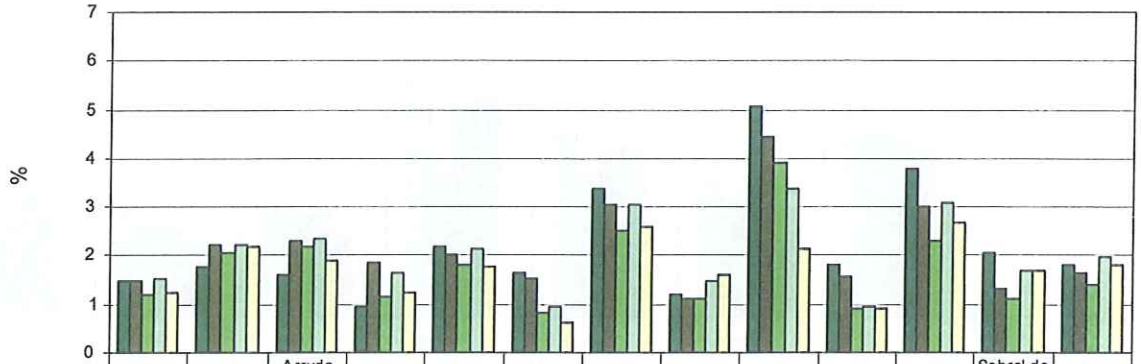


	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal
Dez.1999	0,753266718	1,745364555	2,045284834	2,914924532	0,919117647	2,003673714	1,391476789	0,854473341	3,559862029
Dez.2000	0,837817064	1,643390994	1,997190265	3,255938084	1,205065359	1,947443395	1,398131388	0,657491948	3,25443008
Dez.2001	0,753266718	1,39094425	1,644074876	2,750348427	1,011029412	1,731893837	0,947614991	0,606915644	2,910380298
Dez. 2002	1,271378841	1,973724675	2,267232103	3,325694812	1,367335591	1,905234342	1,363201997	0,936486345	3,211915366
Dez. 2003	1,241107916	1,927595242	2,245711754	3,318350079	1,511398676	1,919932389	1,289093734	0,83969865	3,139133901

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 148

Beneficiários do RSI no conjunto da população (**Oeste**)

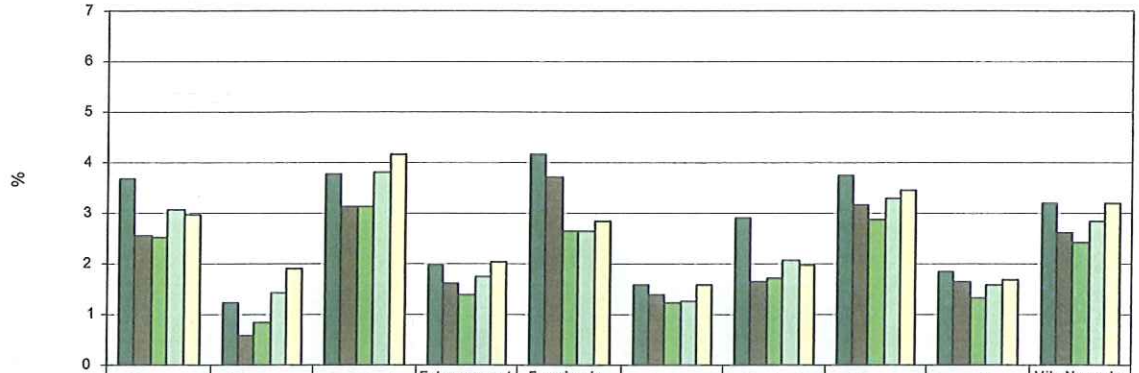


	Alcobaça	Alenquer	Arruda dos Vinhos	Bombarral	Cadaval	Caldas da Rainha	Lourinhã	Mafra	Nazaré	Óbidos	Peniche	Sobral de Monte Agraço	Torres Vedras
Dez.1999	1,4667	1,77897	1,5942	0,94559	2,18748	1,63787	3,36557	1,20865	5,05312	1,8023	3,77801	2,03876	1,81453
Dez.2000	1,48255	2,20521	2,30918	1,86116	2,03686	1,54369	3,0475	1,10011	4,44887	1,58161	3,02021	1,33303	1,66228
Dez.2001	1,20083	2,06228	2,19324	1,16323	1,80019	0,80665	2,50591	1,11483	3,93094	0,90115	2,31	1,09779	1,41176
Dez. 2002	1,53694	2,23255	2,35622	1,65326	2,1552	0,94772	3,05619	1,47128	3,385	0,93364	3,07681	1,6938	1,96309
Dez. 2003	1,22812	2,19739	1,87536	1,23622	1,75688	0,62441	2,58437	1,59765	2,13302	0,90618	2,66948	1,70473	1,81292

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 149

Beneficiários do RSI no conjunto da população (**Médio Tejo**)

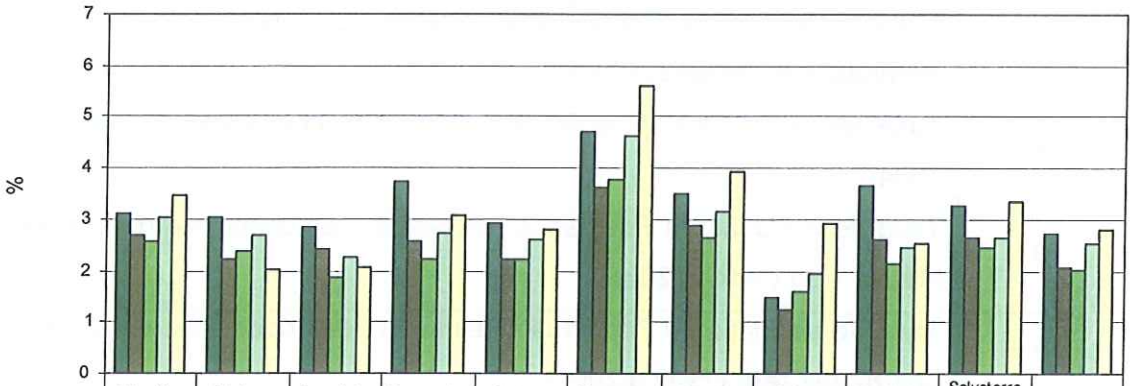


	Abrantes	Alcanena	Constância	Entroncamento	Ferreira do Zêzere	Ourém	Sardoal	Tomar	Torres Novas	Vila Nova da Barquinha
Dez.1999	3,68651592	1,23972603	3,77457405	1,95895009	4,16047548	1,56507057	2,89961014	3,72962541	1,84512843	3,20630749
Dez.2000	2,55948858	0,59589041	3,11926606	1,61778463	3,72532371	1,3918954	1,63255361	3,17157672	1,63108269	2,62812089
Dez.2001	2,50503137	0,84931507	3,11926606	1,38116987	2,63213755	1,23170837	1,70565302	2,85767433	1,31136881	2,40473062
Dez. 2002	3,06972769	1,42545355	3,79481811	1,73735857	2,65674814	1,27383108	2,054292	3,2996633	1,58005618	2,85151117
Dez. 2003	2,97238907	1,88923748	4,16121434	2,0483672	2,82678002	1,56992225	1,98092443	3,46220829	1,68269231	3,19316689

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

Gráfico 150

Beneficiários do RSI no conjunto da população (**Lezíria do Tejo**)



	Almeirim	Alpiarça	Azambuja	Benavente	Cartaxo	Chamusca	Coruche	Golegã	Rio Maior	Salvaterra de Magos	Santarém
Dez.1999	3,1106253	3,0408774	2,8313658	3,7323701	2,9159006	4,6902193	3,4924058	1,4886165	3,6380862	3,2835673	2,7232824
Dez.2000	2,6688528	2,2308076	2,3994625	2,5541796	2,2189918	3,6025061	2,8829927	1,2609457	2,6006632	2,6635584	2,0420685
Dez.2001	2,58232	2,3803589	1,8619829	2,2015824	2,2360939	3,7765402	2,6626664	1,6112084	2,1553766	2,4651555	2,0137501
Dez. 2002	3,0374254	2,6765799	2,2465493	2,7185769	2,6207714	4,6259928	3,1376423	1,948736	2,4339818	2,6586579	2,5390411
Dez. 2003	3,4758633	2,0074349	2,0514041	3,0667897	2,8070621	5,5861046	3,9420453	2,9143258	2,5373555	3,352863	2,7896559

Fonte: INE - Anuários Estatísticos

DOMÍNIO ORGANIZAÇÕES

SUB-DOMÍNIO

Competitividade e Internacionalização - D.1

. Apreciação Geral

A superioridade dos níveis de PIB per capita evidenciados por LVT, comparativamente com a média nacional, resulta de uma conjugação de níveis de valor acrescentado por trabalhador mais elevados (o nível de produtividade supera a média nacional em valores próximos dos 25%, embora numa tendência de convergência, ao longo da década de 90) com taxas de emprego/ população, também, mais elevadas (a taxa de utilização dos recursos humanos supera o nível médio nacional, ao longo da década de 90, em cerca de 5% a 8%). Apesar do posicionamento favorável da RLVT, face à média nacional, em ambas as componentes analisadas, o efeito de estímulo no nível de PIB per capita regional é, fundamentalmente, induzido pelos níveis de produtividade atingidos, uma vez que o distanciamento (positivo) do nível de utilização dos recursos humanos face à média nacional é consideravelmente mais baixo do que o registado em termos de produtividade.

Factores relacionados com o nível médio de escolaridade e com a estrutura de habilitações dos recursos humanos residentes na região contribuem para este elevado nível médio regional de produtividade, uma vez que LVT é a região portuguesa onde é mais significativo o peso de população detentora de níveis elevados de escolaridade e qualificação

A evolução do nível de vida e da produtividade no seio da região de Lisboa e Vale do Tejo revela diferenças apreciáveis que vão no sentido de uma clara afirmação do dinamismo da Grande Lisboa, de algumas dificuldades da Península de Setúbal e de desequilíbrios, embora com uma tendência positiva moderada, das outras sub-regiões. Estas tendências, que comportam desafios óbvios de coesão económica e social, permitem destacar os seguintes aspectos:

- A Grande Lisboa e a Lezíria do Tejo surgem como as sub-regiões com melhor desempenho em matéria de evolução do nível de vida. No plano oposto surge a Península de Setúbal, perdendo posições no contexto regional e nacional. O Oeste e o Médio Tejo registam uma tendência de ligeira melhoria;
- A Grande Lisboa surge como a sub-região com melhor desempenho em matéria de evolução da produtividade. No plano oposto surgem a Península de

Setúbal e o Médio Tejo, perdendo posições no contexto regional e nacional. O Oeste e a Lezíria do Médio Tejo registam uma tendência de estabilidade;

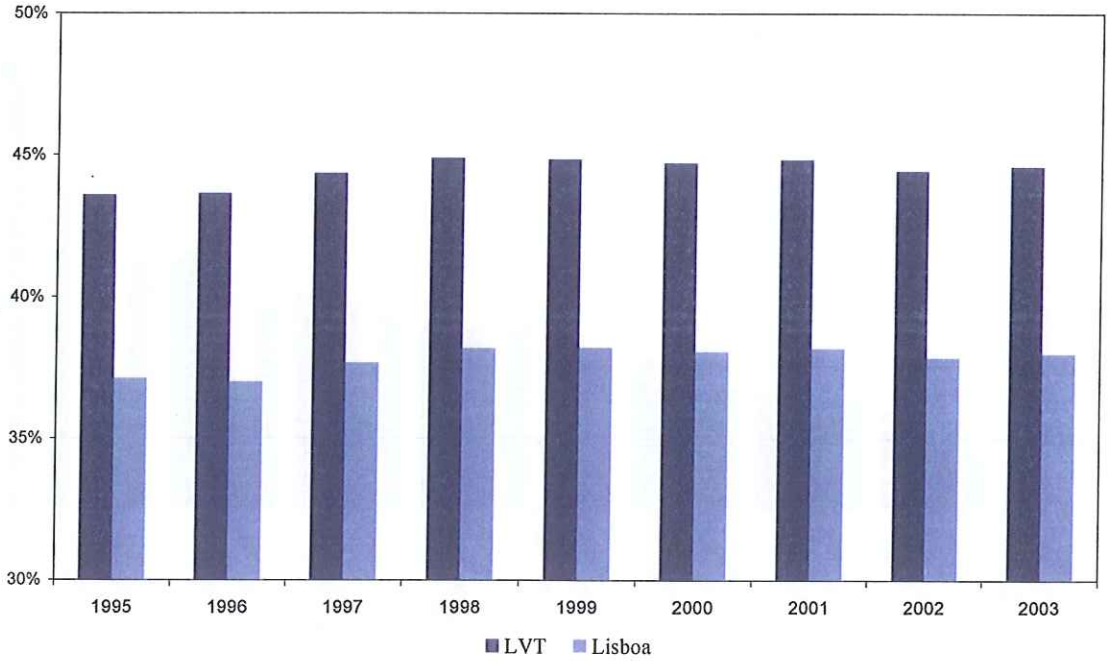
A valorização precisa e rigorosa na obtenção de patamares regionais de massa crítica ao nível da educação e qualificação dos recursos humanos, em estreita articulação com a aceleração da entrada na utilização intensiva e generalizada das tecnologias de informação e com a adopção de modelos de especialização suficientemente enraizados nos factores avançados de competitividade, parece surgir como a grande alavanca de obtenção de uma eficácia acrescida no desenvolvimento económico e social da Região de Lisboa.

Numa perspectiva de análise complementar do posicionamento competitivo regional alicerçado no nível médio de vida atingido no quadro interno é possível adoptar uma perspectiva de análise centrada na inserção da economia regional no contexto dos mercados externos e na sua capacidade de penetração e afirmação da região nesses mercados internacionais, a qual traduz a capacidade regional para criar valor internacional. A superioridade da dimensão da actividade exportadora atingida na região de LVT traduz a existência de um tecido empresarial com maior grau de abertura ao mercado externo, certamente em virtude da maior dimensão média das empresas e da sua maior capacidade de obtenção de capital e financiamento.

a) Dimensão Económica

A Região de Lisboa apresenta uma dimensão económica relativamente estável no contexto nacional, representando cerca de 45% do VAB nacional, tomando como referencial a delimitação de NUTSII correspondente à RLVT e de cerca 38% adoptando o referencial de NUTSII "Região de Lisboa".

Gráfico 1
Dimensão Económica da Região (% do VAB nacional)

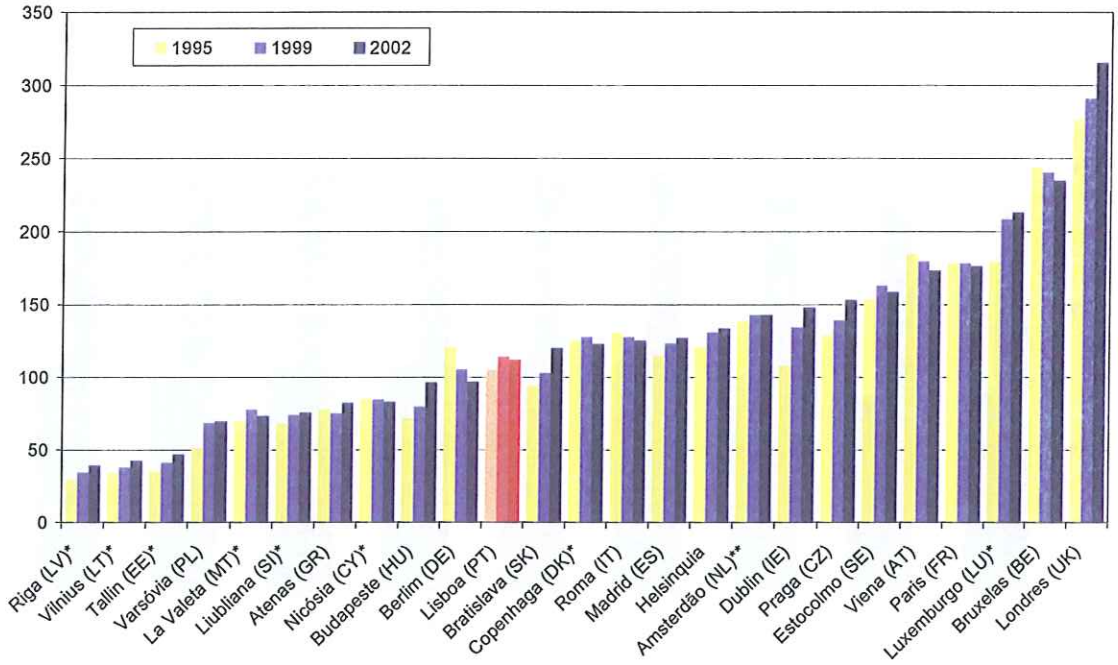


Fonte: INE, Contas Regionais

b) PIB *per capita* nas regiões capitais da União Europeia

A Região de Lisboa, no contexto das regiões capitais europeias, apresenta um PIB *per capita* inferior ao da generalidade das capitais da UE15 (com excepção de Berlim e Atenas) e regista um processo de divergência face à média da UE 25.

Gráfico 2
PIB per capita nas Regiões Capitais da União Europeia (UE15=100)



* Corresponde ao valor nacional uma vez que o país corresponde a uma NUTS"
Fonte: EUROSTAT (2006), General and Regional Statistics

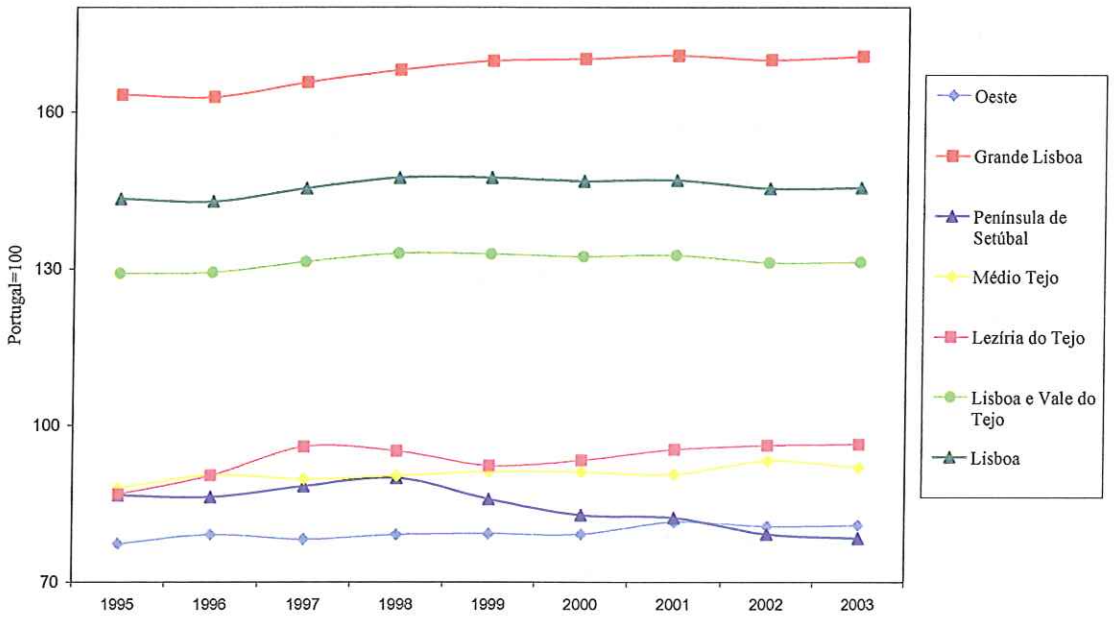
c) PIB per capita

O PIB per capita da região tem registado um valor relativamente estável face à média nacional, cerca de 30 pontos acima da média caso se utilize o referencial da Região de Lisboa e Vale do Tejo e 46 pontos acima caso se adopte o referencial de NUTSII Região de Lisboa.

Internamente, mantém-se uma certa estabilidade na dispersão deste indicador.

Gráfico 3

Evolução do PIB per capita na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Nota: O PIBpc, ao ser encarado como um indicador do nível de vida, pode decompor-se da seguinte forma:

Nível de vida	=	Utilização de recursos humanos	x	produtividade
PIB/ População	=	Emprego / População	x	PIB / Emprego

Fonte: INE, Contas Regionais

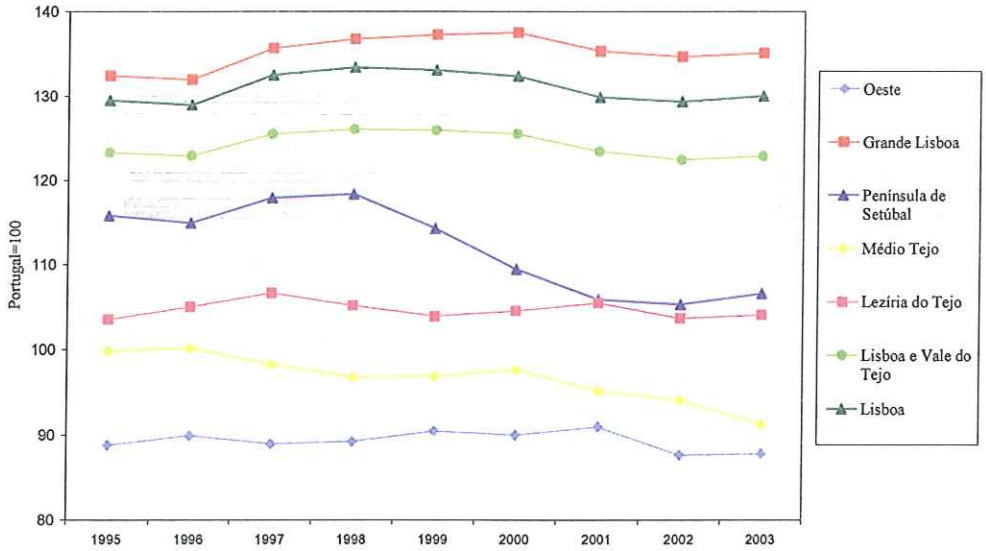
d) Produtividade

Em 2003, a produtividade da Região de Lisboa de era cerca de 30 pontos percentuais superior à média nacional, o que representa uma posição semelhante à registada nos ano de 1995 e 1996 e ligeiramente inferior aos valores observados nos anos intermédios.

A NUTS III Grande Lisboa destaca-se pelos seus elevados níveis de produtividade, os quais, em 2001, superavam em cerca de 36% a média nacional. A NUTS III Península de Setúbal apresentou, no período 1995-2003, um declinar dos seus níveis de produtividade, registando em 2002 e 2003 níveis de produtividade inferiores à média nacional. Igualmente num processo de divergência face à média nacional encontra-se a NUTSIII Médio Tejo.

A NUTSIII Oeste é ainda aquela que apresenta os níveis de produtividade menos favoráveis no contexto da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Gráfico 4
Evolução da Produtividade na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100)



Nota: o indicador produtividade obtém-se: Produtividade = PIB / Emprego
Fonte: INE, Contas Regionais

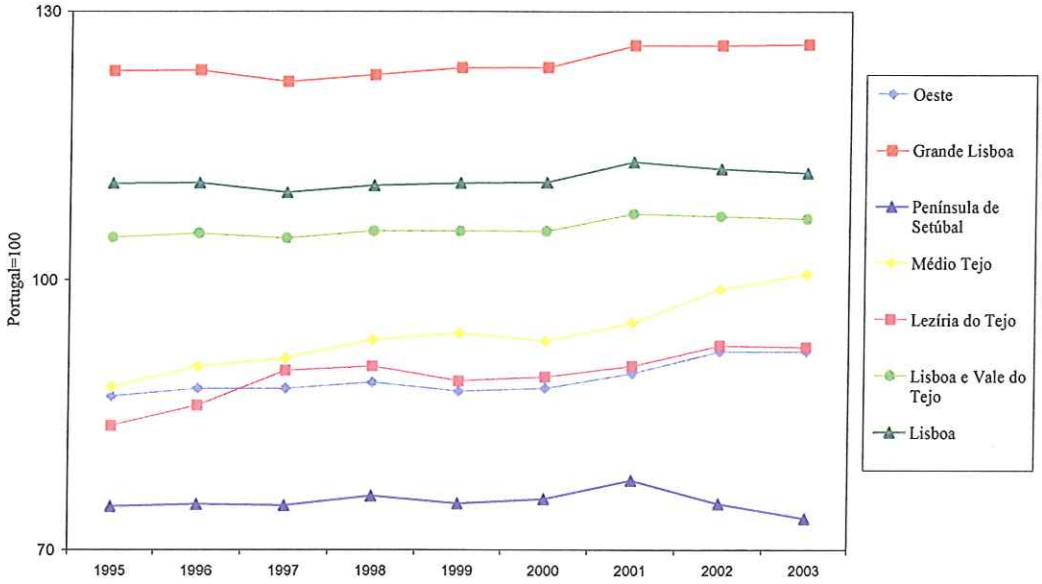
e) Taxa de Utilização de Recursos Humanos

A Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta uma taxa de utilização dos recursos humanos que supera a média nacional (em 2001 era superior em cerca de 7%).

A Península de Setúbal é a NUTSIII com a taxa de utilização de recursos humanos mais reduzida no seio da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Por oposição, a Grande Lisboa é a NUTSIII com o contributo mais expressivo para os níveis de maior intensidade de utilização de recursos humanos da Região de Lisboa e Vale do Tejo face à média nacional. Estes posicionamento é em grande parte explicado pelos movimentos pendulares registados no interior da área metropolitana de Lisboa.

Gráfico 5

Evolução da Taxa de Utilização de Recursos Humanos na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100) - I



Nota: o indicador taxa de utilização de recursos humanos obtém-se:
Taxa de Utilização de Recursos Humanos = Emprego / População
Fonte: INE, Contas Regionais

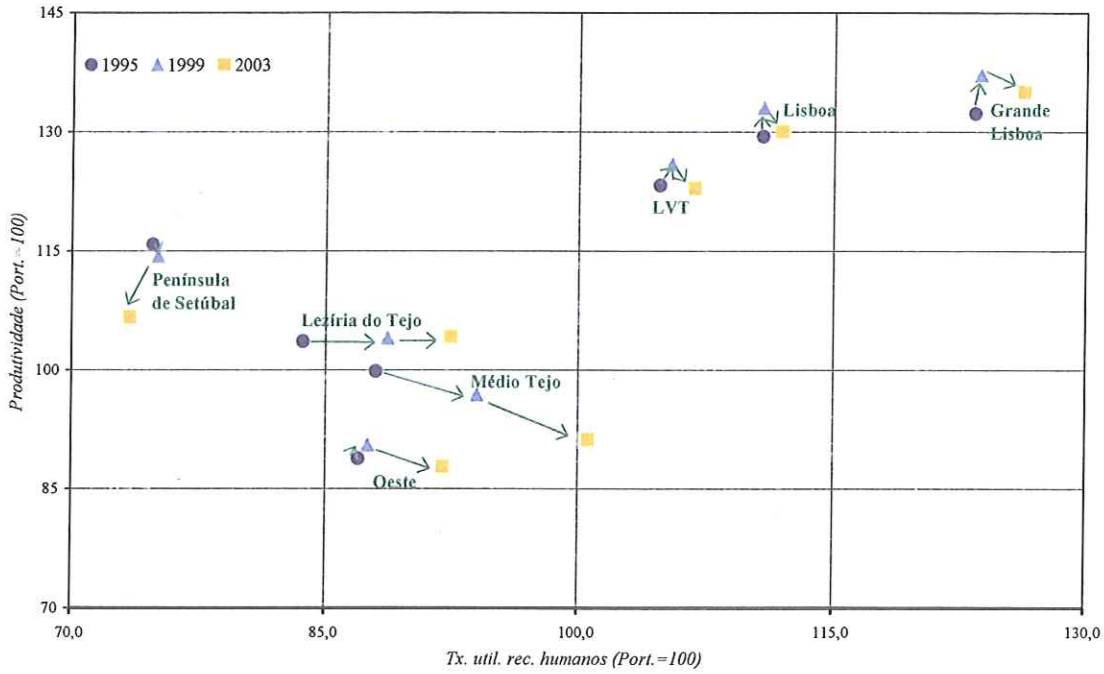
f) Trajectória de Desenvolvimento e Competitividade

Ao longo do período 1995-2003, a região considerada globalmente, (quer como NUTSII Lisboa e Vale do Tejo quer como NUTSII Lisboa) apresenta uma grande estabilidade na sua posição competitiva.

Considerando as trajectórias em termos de NUTSIII verifica-se que as trajectórias seguidas pela generalidade das regiões reforçou a intensidade na utilização dos recursos, não registando ganhos em termos de produtividade.

Gráfico 6

Evolução da Taxa de Utilização de Recursos Humanos na Região de Lisboa e Vale do Tejo (País=100) - II



Fonte: INE, Contas Regionais

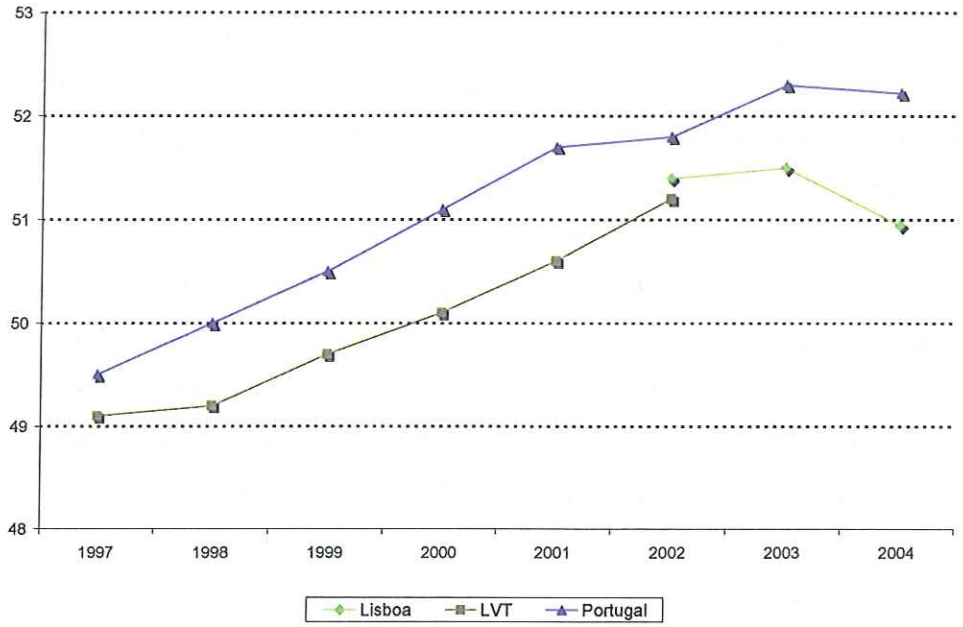
a) Taxa de Actividade

A taxa de actividade na Região de Lisboa e Vale do Tejo tem registado uma tendência de evolução crescente no período considerado (passando de 49,1% em 1997 para 51,2% em 2002), acompanhando, desta forma o padrão comportamental exibido pela taxa de actividade média portuguesa.

Ao adoptar como referencial analítico a nova agregação de NUTS II, verifica-se que a taxa de actividade Região de Lisboa, embora fosse mais alta que a da RLVT em 2002 (51,4% contra 51,2%), registou no período 2002-2004 uma evolução de "sinal idêntico mas de intensidade diferente" face à média nacional. Com efeito, por um lado, a taxa de actividade aumentou em 2003, quer em Portugal quer na Região de Lisboa, embora esta variação regional (0,2%) tenha sido substancialmente inferior à variação nacional (1%); por outro lado, em 2004, a taxa de actividade diminuiu quer em Portugal como na Região de Lisboa, embora desta feita a variação regional (-1,1%) tenha sido substancialmente superior à variação nacional (-0,1%), contribuindo para um maior desfasamento, em termos absolutos, entre as duas séries.

Gráfico 7

Evolução da Taxa de Actividade em Lisboa e Vale do Tejo – em %

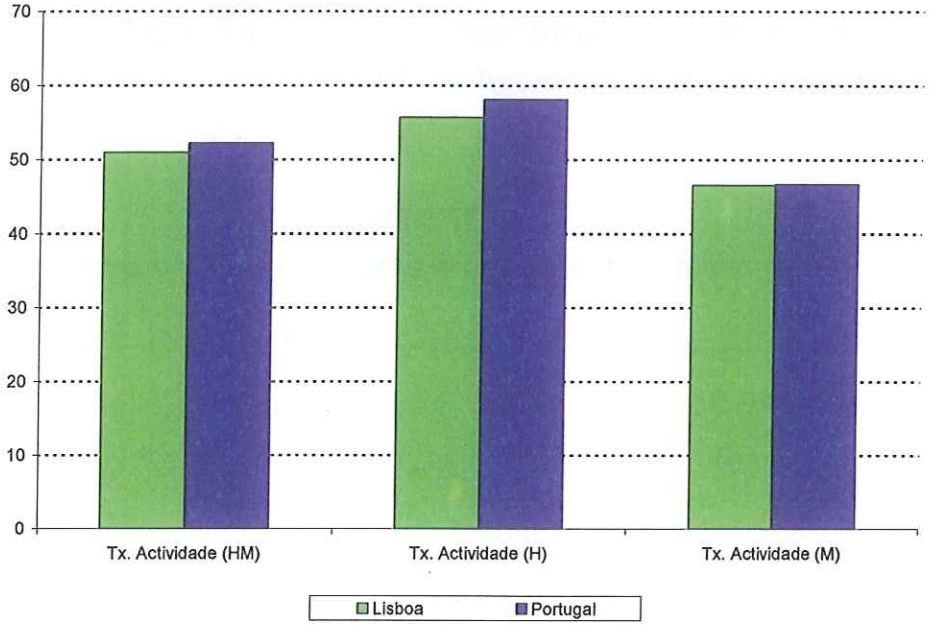


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A decomposição da taxa de actividade por géneros evidencia que a Região de Lisboa regista, em 2004, uma taxa de actividade feminina inferior à masculina (46,5% nas mulheres e 55,7% nos homens), à semelhança do que ocorre no espaço nacional (46,7% nas mulheres e 58,1% nos homens).

Gráfico 8

Taxa de Actividade em Lisboa e Vale do Tejo (2004) – em %



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

b) Taxa de Variação do Emprego

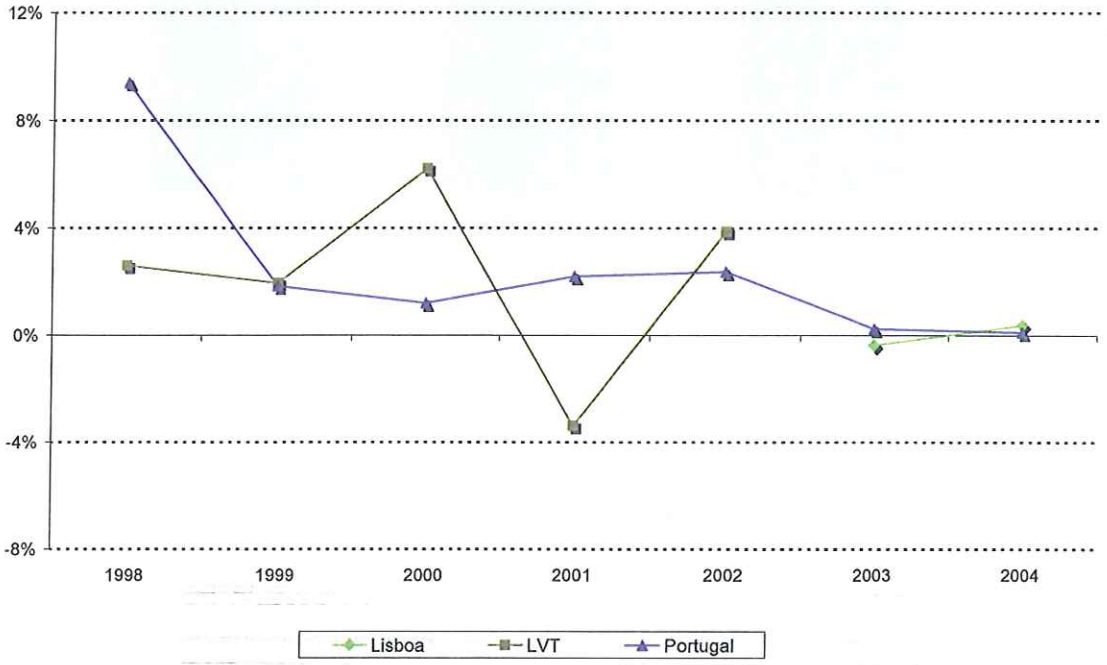
Enquanto a taxa de crescimento do emprego em termos nacionais tem registado, de modo sistémico, acréscimos cada vez menores no período 1998-2004, evidenciando em 2004 um crescimento de apenas 0,09% face a 2003, a taxa de crescimento do emprego na RLVT evidencia, no mesmo período, variações anuais oscilantes quer em termos de sinal quer em termos da dimensão do intervalo de variação.

Assim sendo, verifica-se que entre 1998 e 2001 as variações positivas da população empregada em termos nacionais superaram as variações positivas, mas menores (no primeiro caso), e as variações negativas (no segundo caso) registadas na RLVT. De modo inverso, as variações positivas da população empregada na RLVT ultrapassaram, quer em 2000, quer em 2002, as variações positivas ocorridas no país, revelando uma maior capacidade de criação de emprego regional nestes anos.

Desde 2003, ou seja, tomando como designação-alvo a NUTS II de Lisboa, verifica-se uma significativa proximidade na reduzida capacidade de criação de emprego, quer em termos particulares da Região de Lisboa, quer em termos nacionais, embora de características inversas (-0,39% para Lisboa e 0,23% para Portugal, em 2003, versus 0,36% para Lisboa e 0,09% para Portugal, em 2004).

Gráfico 9

Taxa de Variação do Emprego (Variações face ao ano anterior em %)

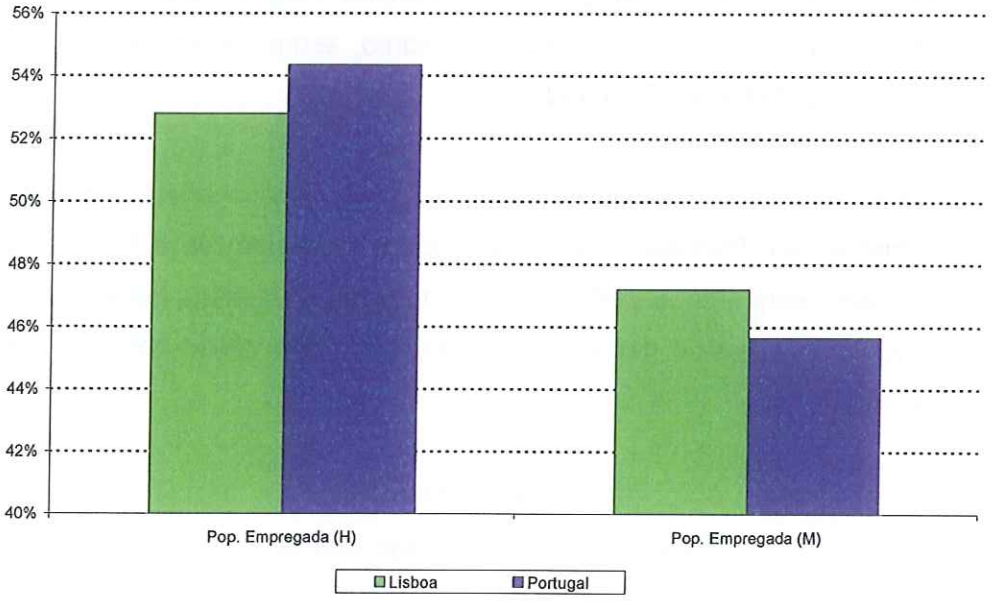


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A decomposição da população empregado por género permite aferir que, em termos percentuais, no ano de 2004, a Região de Lisboa emprega proporcionalmente menos homens que o espaço nacional (52,8% contra 54,3%) e, em concomitância, emprega proporcionalmente mais mulheres que o país considerado de forma global (47,2% contra 45,7%).

Gráfico 10

Decomposição do Emprego por Género (2004)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

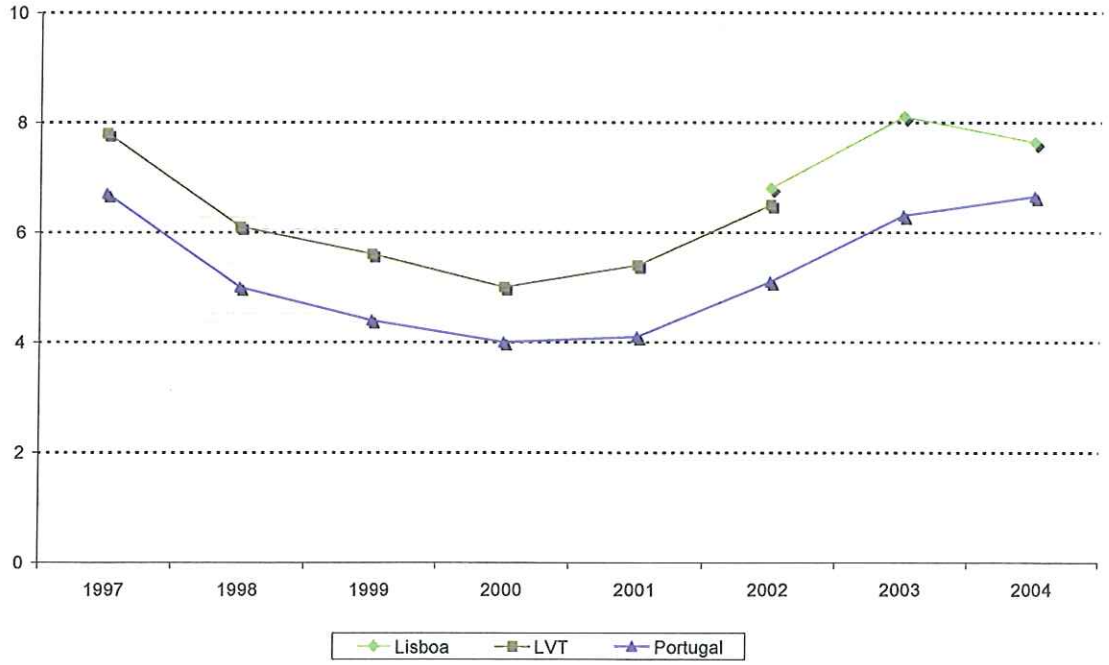
c) Taxa de Desemprego

A taxa de desemprego registada, quer por parte da agregação "RLVT", no período 1997-2002 ou da agregação "Região de Lisboa ", no período 2002-2004, patenteia um registo comportamental de evolução que se assemelha integralmente à tendência global do território português, mantendo-se, no entanto, sempre com valores acima dos valores médios registados em Portugal.

No ano de 2004, o desemprego na Região de Lisboa permaneceu superior ao desemprego registado em Portugal, tendo, no entanto, diminuído (de 8,1% em 2003 para 7,6% em 2004) enquanto o padrão médio nacional aumentou (de 6,3% para 6,7%), o que ajudou a reduzir o desfasamento entre as duas séries para apenas 9 pontos percentuais.

Gráfico 11

Evolução do Desemprego (em %)

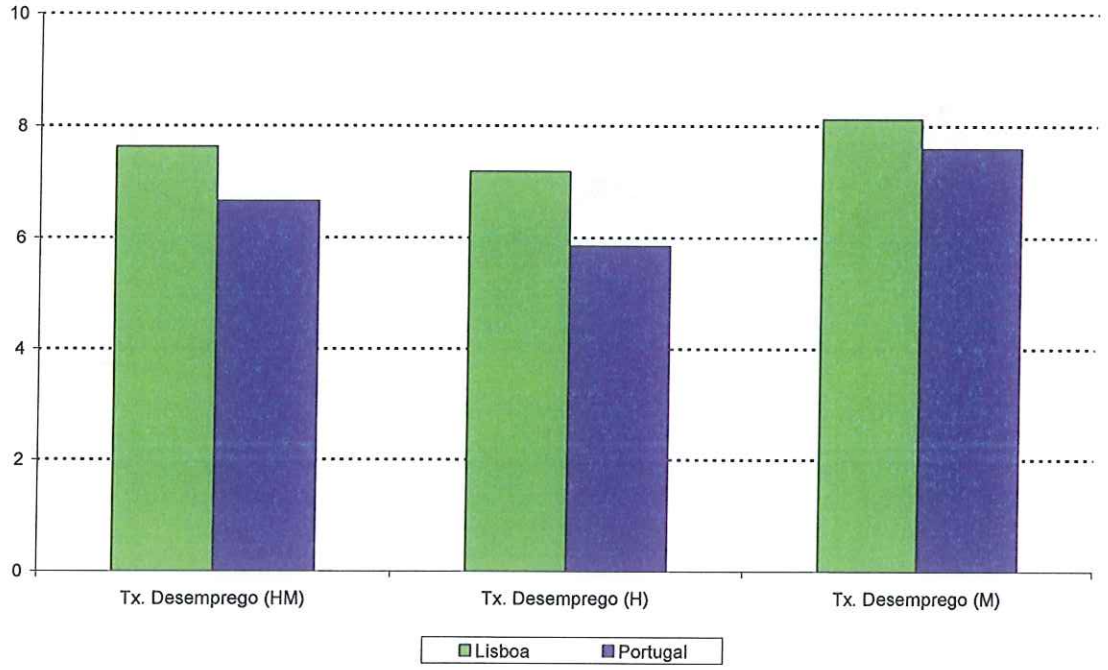


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A desagregação dos valores respeitantes ao desemprego da Região de Lisboa confirma, no ano de 2004, o maior nível de desemprego manifestado na Região de Lisboa, comparativamente ao país considerado de forma global, não só no que diz respeito ao "emprego masculino" mas também em termos de "emprego feminino", pese embora as diferenças entre os dois espaços se façam sentir com maior intensidade em relação ao universo dos homens.

Gráfico 12

Decomposição do Desemprego por Género (2004)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

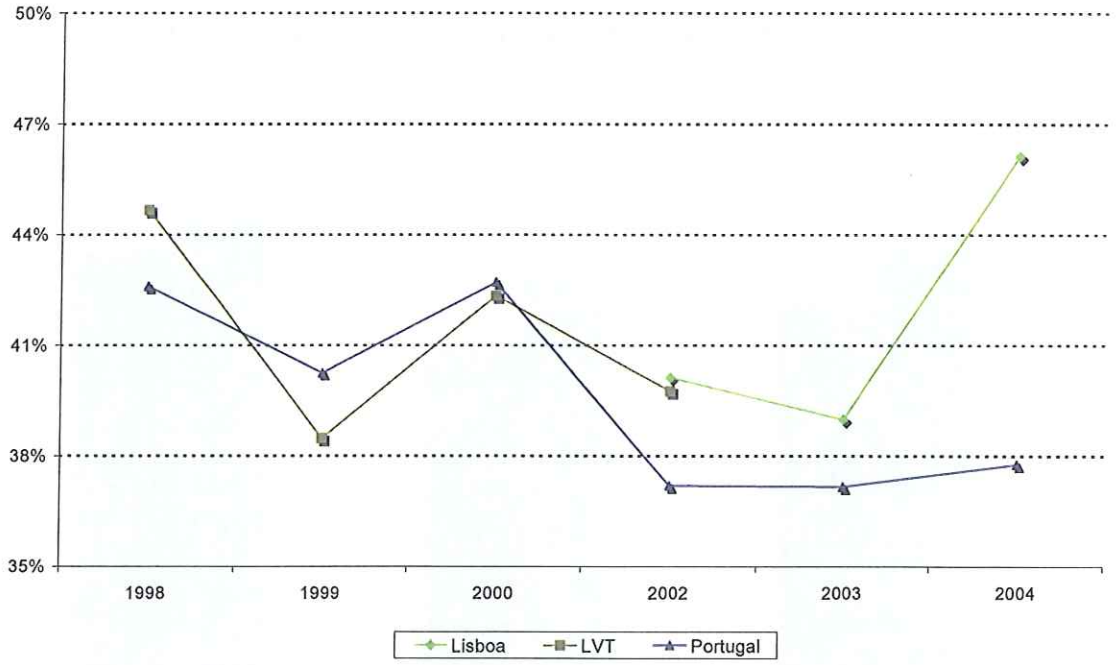
d) Taxa de Desemprego de Longa Duração

O peso do desemprego de longa duração no total do desemprego na RLVT/Região de Lisboa supera, desde 2002, o rácio equi-proporcional registado em termos nacionais, atingindo inclusive, no ano de 2004, um valor superior ao espaço padrão em 8,3 %.
Apesar de se detectarem oscilações no peso do desemprego de longa duração no total do desemprego, no período 1998-2003, parecia registar-se uma tendência de

decréscimo da importância deste tipo de desemprego, tanto no espaço nacional, como na Região de Lisboa e Vale do Tejo ou na região de Lisboa, embora o ano de 2004 pareça induzir um ponto de inflexão deste comportamento que importa confirmar no futuro.

Gráfico 13

Evolução do Desemprego de Longa Duração - em %



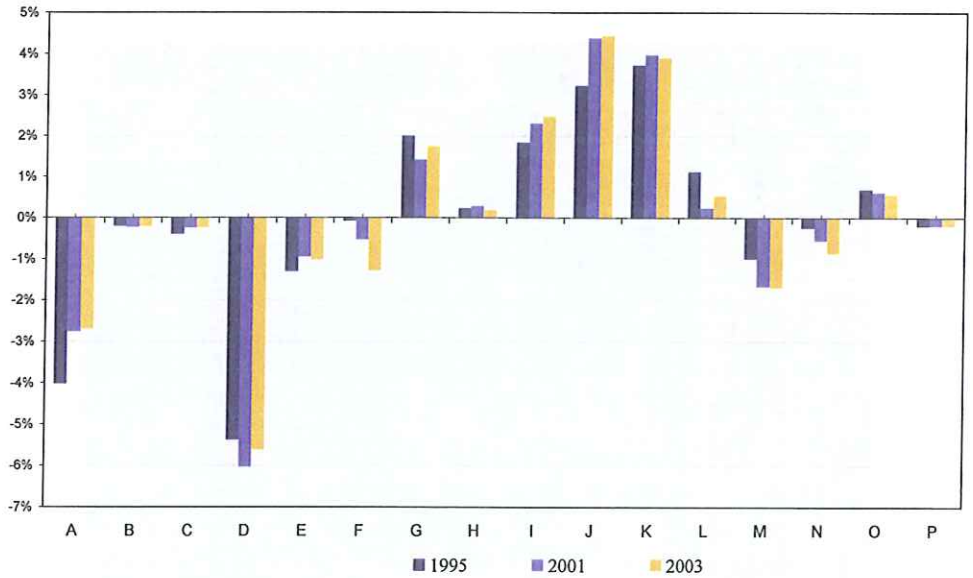
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

a) Indicador de Especialização Produtiva

A Região mantém um perfil de especialização fortemente centrado no sector de serviços, no qual se salientam as seguintes actividades :

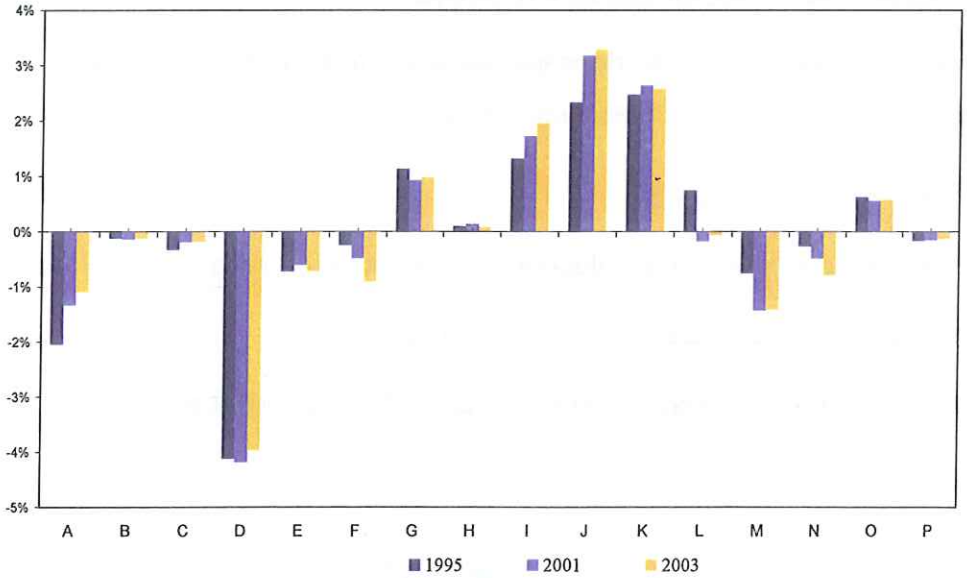
- Actividades financeiras
- Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- Transportes, armazenagem e comunicações
- Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis

Gráfico 14
Especialização produtiva da Região NUTS2 Lisboa



Fonte: INE, Contas Regionais

Gráfico 15
Especialização produtiva da Região NUTS2 Lisboa e Vale do Tejo



Fonte: INE, Contas Regionais

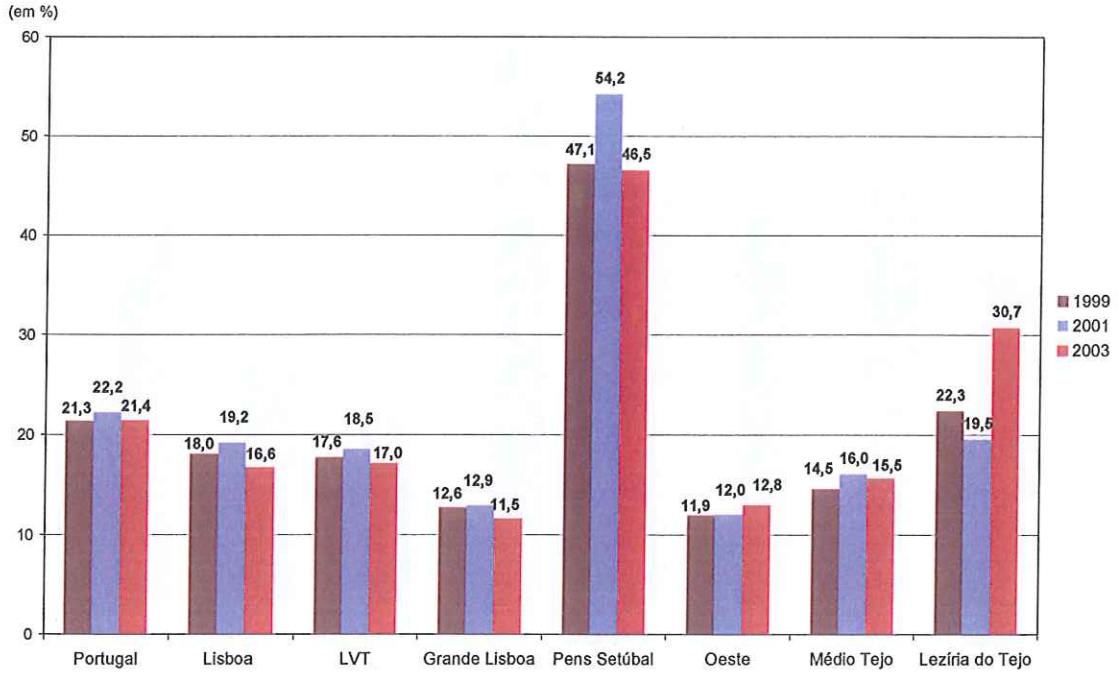
Legenda:	
Designação	Sector
A	Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
B	Pesca
C	Indústrias extractivas
D	Indústrias transformadoras
E	Produção e distribuição de electricidade, gás e água
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
I	Transportes, armazenagem e comunicações
J	Actividades financeiras
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
L	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória
M	Educação
N	Saúde e acção social
O	Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
P	Famílias com empregados domésticos

a) Peso das Exportações e Expedições no PIB

A região de LVT revela um menor grau de abertura em termos do peso das exportações e expedições no PIB do que o espaço nacional, apesar da divergência apresentada não ser muito significativa. Ao longo do período 1999-2003, a região de LVT declinou o peso evidenciado por este indicador, contrariando, como tal, a tendência desenhada pelo espaço nacional.

A Península de Setúbal destaca-se no seio das NUTS III da região de Lisboa e Vale do Tejo pelo seu elevado grau de abertura no que concerne aos fluxos de exportação. A menor significância dos fluxos exportadores no PIB é evidenciada, em 2003, pela NUTS III Grande Lisboa.

Gráfico 16
Peso das Exportações e Expedições no PIB (1999-2003)



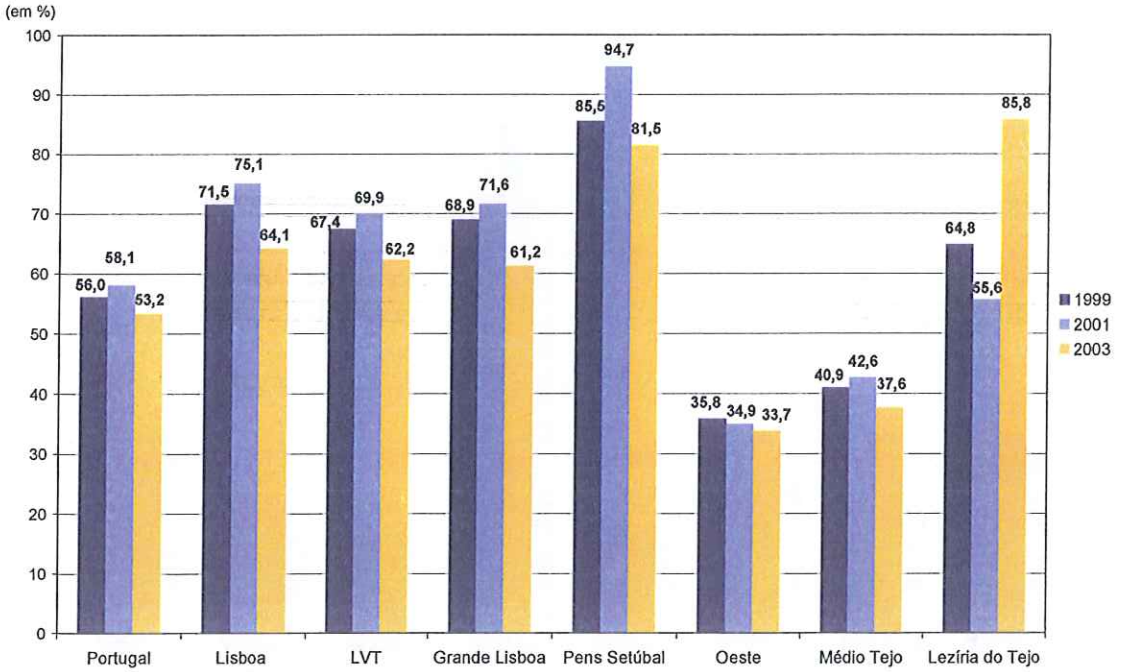
Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais; INE, Contas Regionais

b) Taxa de Abertura

Se considerarmos o peso não apenas dos fluxos de saída (exportações e expedições), mas também dos fluxos de entrada (importações e chegadas) no PIB, verificamos que a região de LVT revela um grau de abertura superior à taxa correspondente ao espaço nacional.

Em 2003, as NUTS III Península de Setúbal e Lezíria do Tejo são as regiões com maior grau de abertura ao exterior (esta última com forte expressividade, sobretudo, nos fluxos de importação).

Gráfico 17
Taxa de Abertura (1999-2003)



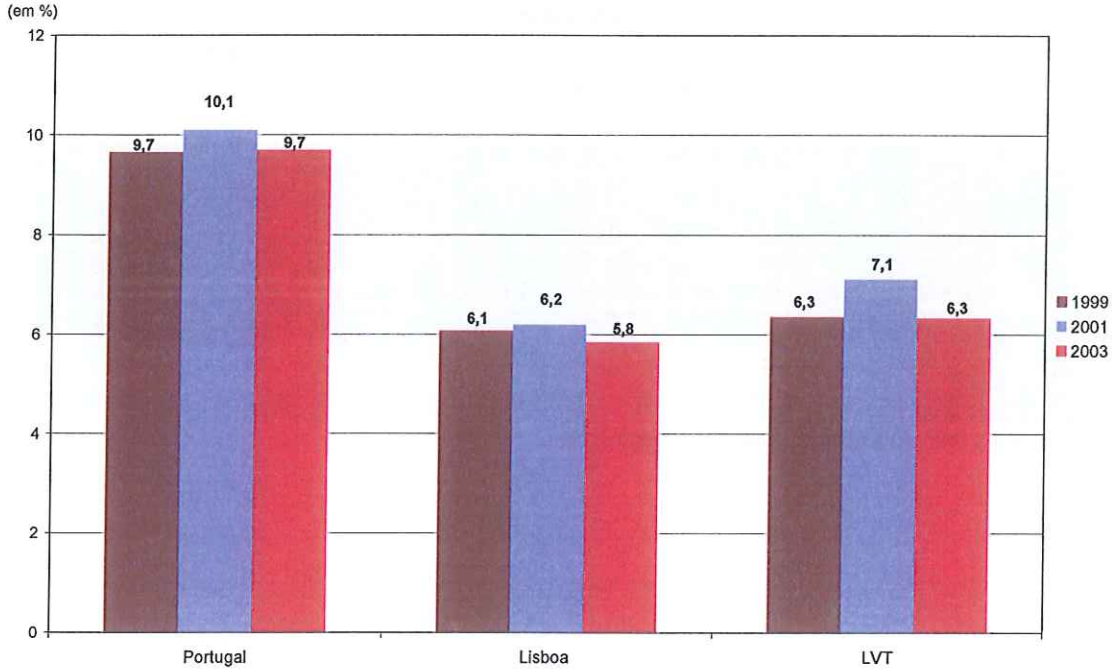
Nota: A Taxa de Abertura é obtida através do peso do total das Exportações, Expedições, Importações e Chegadas no PIB

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais; INE, Contas Regionais

c) Orientação para o Mercado Externo

A Região de Lisboa e Vale do Tejo revela uma menor orientação para o mercado externo do que o espaço nacional, dado o menor peso das expedições e exportações no total das vendas regionais.

Gráfico 18
Orientação para o Mercado Externo (1999-2003)



Nota: O indicador Orientação para o Mercado Externo é obtido através do peso das exportações e expedições no total de volume de vendas efectuado

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais; INE, Estatísticas das Empresas

d) Peso da Região LVT no país

- Em 2003, o peso da região de LVT no país em termos de comércio internacional é consideravelmente mais acentuado ao nível dos fluxos de entrada (63,5%) do que dos fluxos de saída (35,7%).
- Ao longo do período 1999-2003, a Região assistiu a um ligeiro declinar da sua representatividade nos fluxos de comércio internacional nacionais.

Quadro 1
Peso da Região LVT e da Região de Lisboa no País em termos de Comércio Internacional (1999-2003)

	Pesos da RLVT no país (em %)		Pesos da Região de Lisboa no país (em %)	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
1999	64,3	37,1	58,0	31,8
2001	64,3	37,4	52,1	32,3
2003	63,5	35,7	56,6	29,6

Fonte: INE, Anuários Estatísticos Regionais

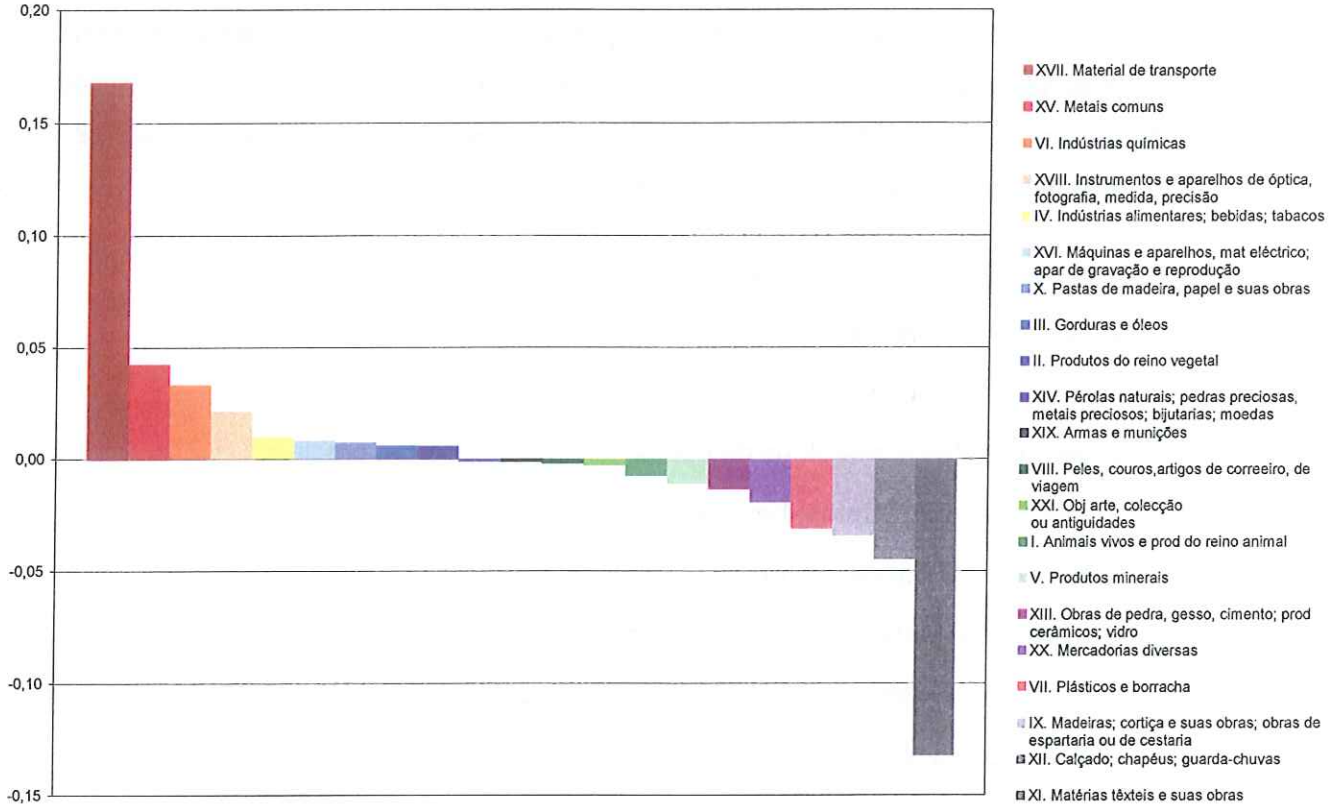
a) Especialização Relativa de Comércio Internacional da Região face ao País

A análise da especialização relativa de comércio internacional da RLVT face ao país, utilizando como variável as exportações, permite verificar que a região se apresenta como sendo especializada em alguns sectores, uma vez que o peso das exportações destes sectores no total das exportações regionais supera em termos relativos o correspondente peso a nível nacional, destaca-se:

- Material de transporte (com forte expressividade)
- Metais comuns e suas obras
- Indústrias químicas
- Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, medida, precisão
- Indústrias alimentares; bebidas; tabaco
- Máquinas e aparelhos, material eléctrico; aparelhos de gravação e reprodução
- Pastas de madeira, papel e suas obras
- Gorduras e óleos, animais ou vegetais, ceras, etc.
- Produtos do reino vegetal

Gráfico 19

Especialização Relativa de Comércio Internacional da Região face ao País (em 2004)



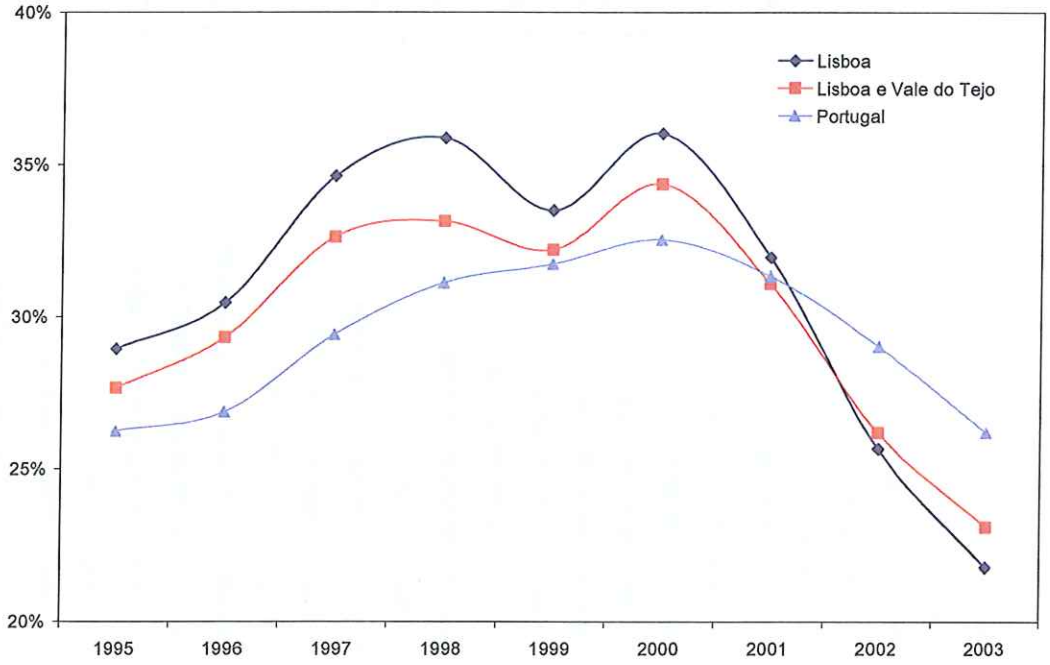
Nota: O indicador de especialização relativa em termos de comércio internacional da região face ao país resulta da comparação das diferenças entre as estruturas de exportação da região e do país, exprimindo o grau de importância de cada sector exportador na região tomando como referência o peso que esse mesmo sector tem em termos de exportações no conjunto do país.

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional; INE, Anuários Estatísticos Regionais

a) Perfil do Investimento Regional

A taxa de investimento da região nos últimos anos tem apresentado valores inferiores à média nacional. Esta situação contrasta com os valores observados ao longo da década de 90 em que os valores da taxa de investimento da região apresentaram sempre valores claramente superiores aos valores médios nacionais.

Gráfico 20
Taxa de Investimento da Região de Lisboa e Vale do Tejo
(% FBCF no VAB Nacional)



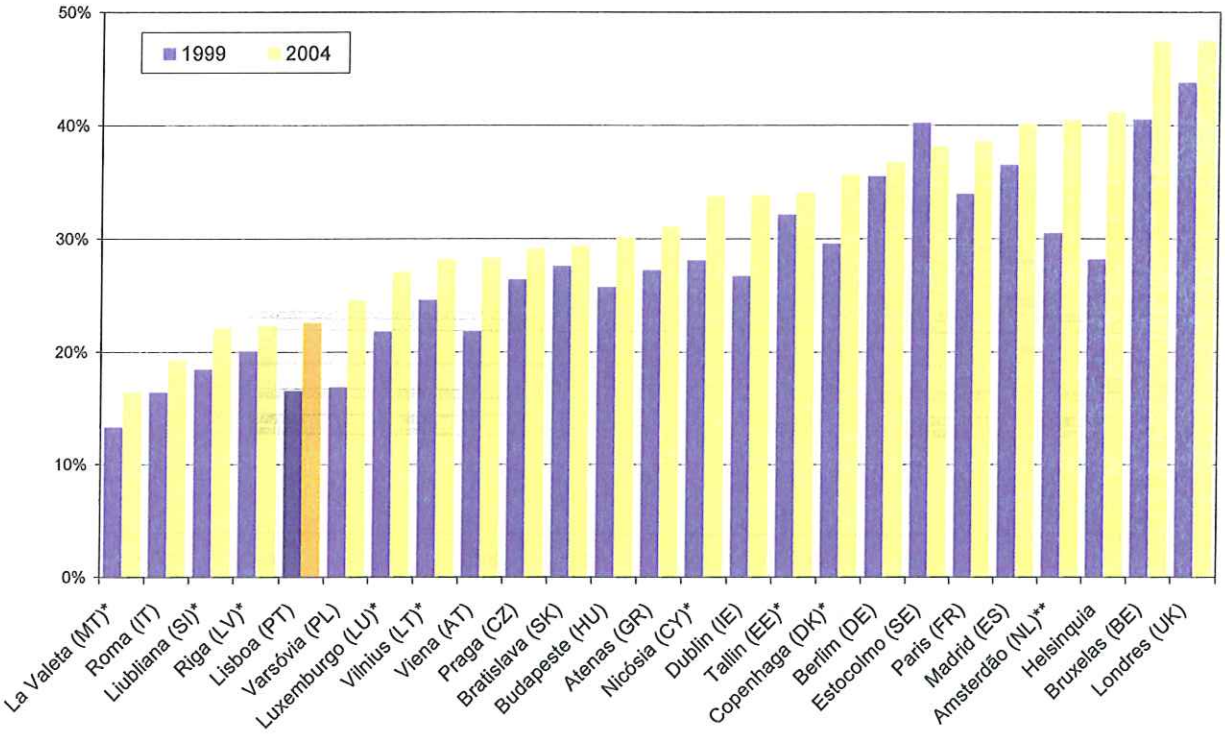
Fonte: INE, Contas Regionais

a) Nível de Habilitações da Região de Lisboa face às regiões capitais na União Europeia

A Região apresenta um nível educacional muito baixo quando comparado com as regiões capitais da União Europeia. Verifica-se no entanto uma evolução recente positiva que permitiu à Região de Lisboa abandonar a última posição das regiões capitais por troca com Roma (considerando apenas os países com mais do que uma NUTS II).

Gráfico 21

Percentagem da População dos 25 aos 64 anos de Idade com Nível de Habilitações Escolares Elevadas nas Regiões Capitais da União Europeia



Nota: Habilitações Escolares Elevadas: Nível de educação 5-6 (ISCED 1997)
* Corresponde ao valor nacional uma vez que o país corresponde a uma NUTS"
Fonte: EUROSTAT (2006), General and Regional Statistics

SUB-DOMÍNIO

Inovação - D.2

. Aspectos metodológicos

Tal como nos relatórios anteriores considera-se, para efeitos de monitorização do sub-domínio Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, no domínio Organizações, as seguintes dimensões de análise: actividades de I&D; apoio tecnológico; e transferência de tecnologia. Note-se que devido à mudança de configuração territorial da unidade "Lisboa e Vale do Tejo" para a nova unidade "Lisboa" (Grande Lisboa e Península de Setúbal) ao nível NUTS II, existe uma descontinuidade nas séries temporais de indicadores retirados das estatísticas de anos anteriores e portanto é particularmente difícil comparar a região de Lisboa com a antiga região de Lisboa e Vale do Tejo em anos anteriores.

Por outro lado, a adopção desta nova unidade territorial para a região de Lisboa significa que é necessário adoptar um novo referencial de regiões europeias, de preferência regiões das cidades capitais da Europa em países que enfrentam o mesmo tipo de problemas e desafios e com quem a região e o País competem.

Utilizam-se portanto, os dados do Eurostat para a região de Lisboa no que respeita a despesas da região com I&D e pessoal total em I&D. Utilizam-se também os dados do Eurostat para a comparação do número de patentes por milhão de habitantes, actualizada ao nível das regiões NUTSII até 2003.

No que respeita à dimensão de análise Apoio Tecnológico, optou-se neste relatório por mostrar não o indicador relativo ao número de empresas certificadas mas sim o número de certificados atribuídos em diferentes regiões. Este indicador é aproximado uma vez que foi obtido com os dados de apenas um dos certificadores (a APCER) que, não obstante, é o maior certificador a nível nacional e o único que disponibiliza dados susceptíveis de serem classificados por regiões.

Ao contrário do relatório anterior, não é possível neste relatório apresentar indicadores para o sub-domínio relativo à transferência de tecnologia, baseados na evolução do número de projectos em consórcio, isto porque devido ao efeito phasing-out da região desde 2002 que não há novos projectos de I&D em consórcio na região apoiados por fundos comunitários. Também nesta dimensão registe-se que continua a não ser possível obter uma ventilação dos dados do Inquérito Europeu à Inovação – CISIII por regiões, o que nos impede de acompanhar a evolução deste sub-domínio em termos das taxas de inovação

. Apreciação Geral

A análise da evolução da região de Lisboa e Vale do Tejo no domínio da Inovação e considerando os indicadores atrás referidos, permite tirar as seguintes conclusões:

- Em termos gerais a evolução da região neste domínio não foi tão positiva como vinha a ser em períodos anteriores.
- No domínio das actividades de I&D, continua bem no contexto nacional mas com um longo caminho para percorrer no contexto internacional.
- No que respeita às actividades de apoio tecnológico, na forma de prestação de serviços de apoio, e à avaliar pelo número certificados atribuídos até 2003 a região precisa também de evoluir mais rapidamente.

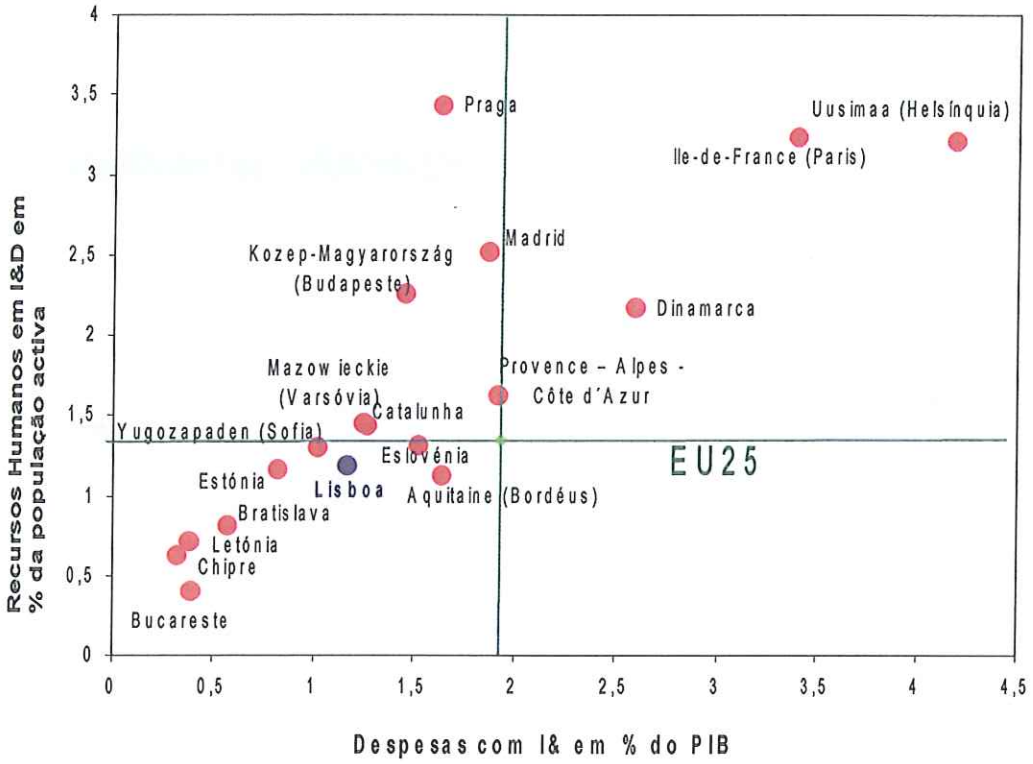
No que respeita aos indicadores de transferência de tecnologia, a ausência de fundos de apoio à I&D em consórcio para a região veio prejudicar de forma preocupante alguma da dinâmica conseguida em períodos anteriores. Sendo em Lisboa que se situam as principais Universidades e os grandes Laboratórios de I&D, a ausência de apoios a projectos consórcio nesta região não poderá deixar de ter um impacto nacional.

a) Despesas de I&D em % do PIB e Pessoal em I&D em % da população

Este indicador mostra a posição actual dos recursos regionais (dados de Lisboa para 2001) empregues com actividades de I&D. Comparando a região de Lisboa com outras regiões Europeias (dados de 2002 e 2003) facilmente se conclui que, apesar da evolução regional muito favorável nos últimos anos Lisboa situa-se ao nível da Estónia e bastante atrasada relativamente a cidades como Barcelona ou Varsóvia. Note-se que Lisboa tem uma posição relativamente melhor do que as regiões de Bratislava, Letónia, Bucareste e Chipre.

Gráfico 1

% de Recursos Humanos e Despesas com I&D nas Regiões Europeias



b) Patentes registadas pela Região

Tal como em relatórios anteriores este indicador pretende mostrar a evolução da posição da Região relativamente a outras regiões Europeias no que respeita à utilização do sistema de protecção de direitos intelectuais e industriais. De certa forma este indicador é uma medida do output dos esforços de I&D realizados na região. O indicador baseia-se no n.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes. Lisboa, sendo a região nacional com uma maior utilização do sistema de protecção de direitos intelectuais e industriais, continua, no entanto, no contexto das regiões europeias a apresentar valores extremamente baixos. Note-se que ao contrário do indicador para as despesas e recursos humanos usados com I&D, não é possível comparar Lisboa com as regiões dos novos países da União Europeia, já que não existem dados sobre patentes apresentadas ao EPO nessas regiões.

Tabela 1 - N.º de patentes registadas no Instituto Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes

	2000	2001	2002
Viena	153,5	163,5	168,49
Região de Bruxelas-Capital	158,56	185,9	173,39
Berlim	189,98	227,97	198,5
Sachsen / Leipzig	50,13	55,25	51,35
Dinamarca	199,3	225,74	214,82
Madrid	42,87	41,97	42,95
Catalunha	56,38	70,21	61,54
Ile-de-France (Paris)	319,22	321,56	312,85
Aquitaine (Bordéus)	47,76	50,25	55,54
Provence – Alpes -Côte d´Azur	113,76	119,4	111,54
Atenas	12,13	12,73	13,24
Southern and Eastern (Dublin)	102,59	111,3	100,51
Lazio (Roma)	41,81	47,33	42,59
Luxemburgo	198,74	216,59	201,33
Noord Holland (Amesterdão)	71,42	87,24	70,8
Lisboa	**5,07**	**6,84**	-
Estocolmo	598,19	641,26	452,11
Vastsverige (Gotemburgo)	362,23	362,95	328,44
Greater Manchester	66,34	75,42	67,7
Londres	102,59	118,52	104,34

Fonte: Eurostat New Cronos, Outubro 2005

Note-se ainda que o valor de 6,84 para Lisboa em 2001, coincide com a estimativa que havíamos feito no relatório 2, com base nos dados do OCES para a região de Lisboa e Vale do Tejo para esse mesmo ano, pelo que agora se confirma que, na sua totalidade, todas as patentes registadas na região de Lisboa e Vale do Tejo são provenientes da região que agora coincide com a nova NUTSII Região de Lisboa.

Para esta sub-dimensão de análise recorremos a um indicador aproximado. Na verdade o nível de prestação de serviços de apoio tecnológico na região só poderia ser melhor medido se houvesse um inquérito periódico às empresas relativamente ao recurso que fazem ao fornecimento de serviços externos especializados. Na ausência desse tipo de informação utilizamos o número de entidades acreditadas (entidades autorizadas a prestar serviços e testes de verificação de conformidade técnica e de qualidade) bem como o número de certificados de sistemas de garantia da qualidade e de sistemas de gestão ambiental atribuídos na região, enquanto indicadores dos serviços prestados precisamente nas áreas de qualificação de empresas em geral.

A certificação de sistemas da qualidade, no âmbito do SPQ (Sistema Português da Qualidade) é atribuída por Organismos de Certificação Acreditados (OCA), com base em auditorias da qualidade efectuadas por auditores qualificados e dá lugar à emissão de um certificado de conformidade. Os organismos acreditados para a certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade são: APCER (Associação Portuguesa para a Certificação), SGS ICS (Internacional Certification Services – Serviços Internacionais de Certificação), EIC (Empresa Internacional de Certificação), BVQI (Bureau Veritas Quality Internacional Portugal), DNV (Det Not Veritas Portugal), IACER (Instituto de Auditoria e Certificação) e LRQA (Lloyd's Register Quality Assurance).

Como se sabe, a certificação de Sistemas de Garantia da Qualidade consiste na demonstração de que um processo de produção de determinado produto ou serviço está em conformidade com uma das normas de garantia da qualidade. As normas da série ISO 9000, para implementação de Sistemas de Gestão da Qualidade, são de tal modo genéricas e globais que permitem a qualquer tipo de empresa, desde uma empresa industrial fabricante de material eléctrico ou de componentes para automóvel, a uma empresa de serviços na áreas, por exemplo, da informática ou da hotelaria, utilizá-las como instrumento-base para a implementação de um sistema de garantia da qualidade e posterior certificação. Por outro lado, as normas ISO 14.001, para implementação de Sistemas de Gestão Ambiental, servem como padrão para certificação de organizações de todos os tipos, preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho ambiental sólido, através do controlo do impacte ambiental das suas

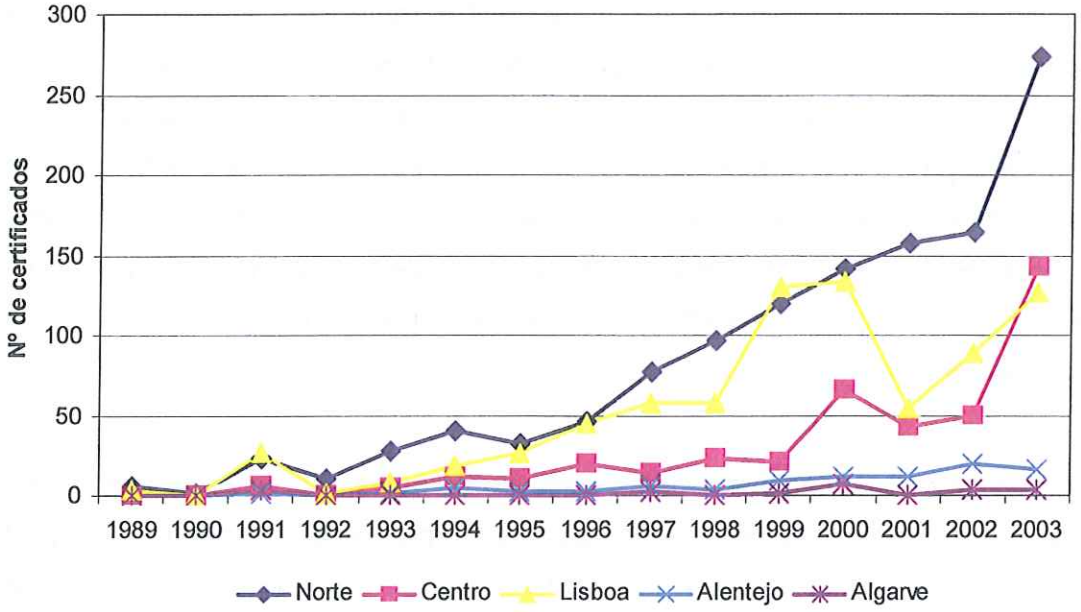
actividades, produtos ou serviços, tendo em consideração a sua política e objectivos ambientais.

Em Portugal apenas o maior certificador - a APCER, fornece um registo regionalizável (por distritos) da sua actividade de certificação. Pelo que no que se segue a nossa análise baseia-se necessariamente apenas nos dados fornecidos pela APCER. Assim, e segundo os registos da APCER , o número de empresas certificadas em Lisboa e Vale do Tejo era de cerca de 737 em 2003 , das quais cerca de 61% (mais exactamente 452 empresas) pertenciam ao distrito de Lisboa. No contexto nacional em número de empresas certificadas Lisboa lidera com cerca de 39% de todas as empresas certificadas.

Tendo no último relatório observado a evolução do número de empresas certificadas no período 1991-2003, optou-se neste relatório por mostrar a evolução no número de certificados por regiões no período 1989-2003. Note-se que a mesma empresa pode ter vários certificados correspondendo a certificações separadas de diferentes partes do seu processo produtivo ou a diferentes estabelecimentos da mesma empresa em diferentes regiões. Este tipo de contagem não é portanto tão favorável ás regiões que contém as sedes das empresas como a mera contagem no número de empresas certificadas.

Gráfico 2

Evolução do número de certificados (qualidade e ambiente) atribuídos a empresas por regiões, no período 1989-2003

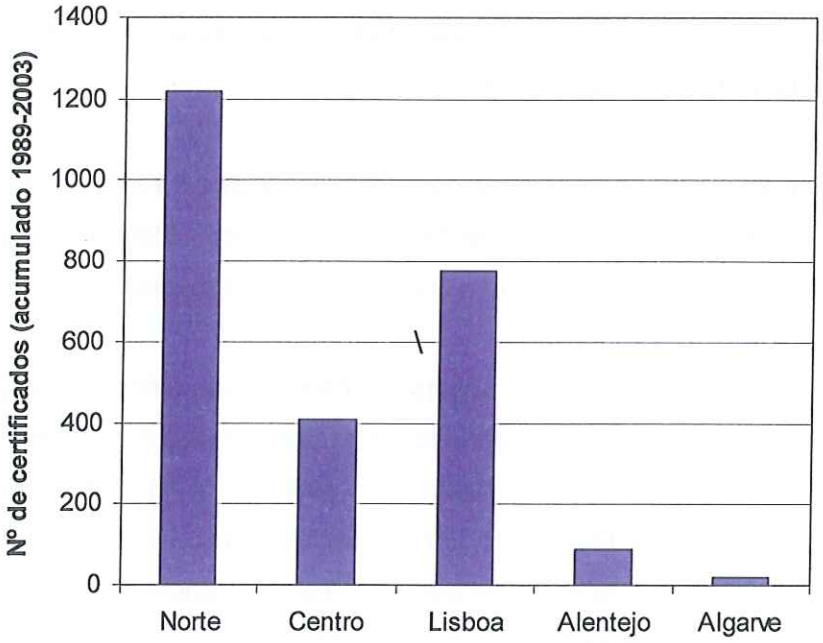


Fonte: APCER

No gráfico seguinte a evolução no número de certificados (dados apenas da APCER) é mais favorável à região Norte, sendo que Lisboa se situa em segundo lugar, seguida de perto da região Centro.

Gráfico 3

Número total de certificados atribuídos por regiões para o período 1989-2003



Fonte: APCER

Os Projectos de I&D em parceria com empresas (número de projectos e montante total do projecto) têm sido utilizados por nós como um indicador do nível de actividades de transferência de tecnologia entre Universidades (e outras entidades do sistema público científico e tecnológico) e as empresas.

No relatório anterior havíamos considerado os projectos de I&D em parceria em dois períodos diferente: o período 1996-1999 e o período 2000-2003. tendo aí sendo observada uma tendência para a diminuição desse tipo de projectos na Região.

Neste relatório consideramos os apoios concedidos ao abrigo do programa IDEIA a partir de 2003. Contudo devido ao efeito de phasing-out na RLVT não foram apoiados quaisquer projectos de I&D em consórcio a partir de 2003. Esta impossibilidade de utilização de fundos na Região de Lisboa permitiu que fosse a região Norte, desde 2003, a principal beneficiária, dado que sem a concorrência das entidades de Lisboa, viu subir consideravelmente o seu número de projectos.